



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
DOUTORADO**

MARIA MARTA DOS SANTOS BURITI

**A AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA E A REESTRUTURAÇÃO
PRODUTIVA NO AGRONEGÓCIO DA AVICULTURA DE CORTE INDUSTRIAL
NO ESTADO DA PARAÍBA**

**JOÃO PESSOA-PB
2022**

MARIA MARTA DOS SANTOS BURITI

**A AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA E A REESTRUTURAÇÃO
PRODUTIVA NO AGRONEGÓCIO DA AVICULTURA DE CORTE INDUSTRIAL
NO ESTADO DA PARAÍBA**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Centro de Ciências Exatas e da Natureza da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Geografia.

Área de concentração: Território, trabalho e ambiente.

Linha de pesquisa: Cidade e campo: espaço e trabalho.

Orientador: Prof. Dr. Anieres Barbosa da Silva

**JOÃO PESSOA-PB
2022**

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

B958a Buriti, Maria Marta dos Santos.

A agricultura familiar camponesa e a reestruturação produtiva no agronegócio da avicultura de corte industrial no estado da Paraíba / Maria Marta dos Santos Buriti. - João Pessoa, 2022.
237 f. : il.

Orientação: Anieres Barbosa da Silva.
Tese (Doutorado) - UFPB/CCEN.

1. Agricultura familiar camponesa. 2. Agronegócio - Avicultura. 3. Avicultura - Corte industrial - Paraíba. 4. Agronegócio - Reestruturação produtiva. I. Silva, Anieres Barbosa da. II. Título.

UFPB/BC

CDU 338.43(043)

**"A AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA E A
REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO AGRONEGÓCIO DA
AVICULTURA DE CORTE INDUSTRIAL NO ESTADO DA PARAÍBA"**

por

Maria Marta dos Santos Buriti

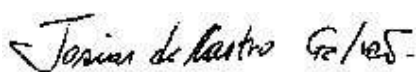
**Tese de Doutorado apresentada ao Corpo Docente do Programa de Pós-graduação em
Geografia do CCEN-UFPB, como requisito total para obtenção do grau de Doutora em
Geografia.**

Área de concentração: Território, trabalho e Ambiente.

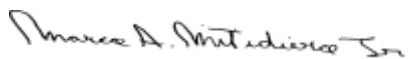
Aprovado por:



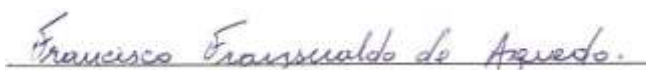
Prof. Dr. Anieres Barbosa da Silva
Orientador



Prof. Dr. Josias De Castro Galvão
Examinador interno



Prof. Dr. Marco Antonio Mitidiero Junior
Examinador interno



Prof. Dr. Francisco Fransualdo de Azevedo
Examinador externo



Prof. Dra. Silvana Cristina Costa Correia
Examinadora externa

**Universidade Federal da Paraíba Centro de
Ciências Exatas e da Natureza Programa de Pós-
graduação em Geografia Cursos de Mestrado e
Doutorado em Geografia**

Agosto/2022.

À Olindina Jacinto dos Santos (*in memoriam*),
uma força camponesa inabalável, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Em cada momento desta caminhada pensei no dia de eternizar aqui os muitos agradecimentos nutridos em meu coração perante tudo que vivi e aprendi. A gratidão, companheira que me acompanha ao longo destes quatro anos é fruto, antes de tudo, de algo que eu já sabia, mas que o Doutorado tornou ainda mais claro: nenhum produto é tão gratificante quanto a experiência do processo. E como sou grata ao processo!

Sou grata a Deus, a luz que me guia e a força que me ergue. Obrigada meu pai, por ter cuidado de todos os caminhos percorridos nessa jornada e por ter me permitido viver as experiências que vivi.

Agradeço a Universidade pública, que em sua forma mais genuína de ser, é aquela que torna possível a formação emancipatória e a criação de vias de enfrentamento das desigualdades presentes na sociedade. Viva a universidade pública! Nesta oportunidade, agradeço a Universidade Federal da Paraíba, que me acolheu durante os cursos de Mestrado e Doutorado. A todo corpo docente do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFPB, pelo compromisso e pelas inúmeras contribuições.

Agradeço também a Universidade Estadual da Paraíba, Instituição que me apresentou uma Geografia colaborativa e instigante na graduação. Minha gratidão ao corpo docente desta casa que de 2010 a 2014 participou ativamente da minha formação acadêmica enquanto graduanda, e que nos últimos três anos me recebeu como Professora Substituta de forma tão generosa e amiga, me permitindo aprender e amadurecer no ofício docente no ensino superior. À Professora Josandra Melo e aos Professores Arthur Valverde, Antonio Albuquerque, João Damasceno e Agnaldo Barbosa, minha gratidão.

Ao meu Orientador, Prof. Dr. Anieres Barbosa da Silva, a quem não tenho palavras para expressar sua contribuição em minha trajetória acadêmica e pessoal. Os maiores ensinamentos não se transmitem quando se indica caminhos, mas quando se acredita que eles podem ser achados ou construídos. Nos seus questionamentos, no seu silêncio, na sua confiança depositada em mim, aprendi sobre Geografia e aprendi muito sobre ética, simplicidade, tolerância e, sobretudo, sobre saber ser uma pessoa humana em meio a aspereza da vida acadêmica.

Agradeço a banca examinadora, pela disponibilidade em participar da defesa, pelo tempo e dedicação na leitura do texto e contribuições.

Ao Prof. Dr. Josias de Castro Galvão, Prof. Dr. Marco Antonio Mitidiero Junior e Prof. Dr. Francisco Fransualdo de Azevedo, pelas valiosas contribuições no exame de qualificação.

De modo muito especial agradeço ao meu companheiro de vida, meu esposo e melhor amigo Henrique Albuquerque. Henrique esteve presente em cada momento desta caminhada, em cada trabalho de campo, me ouvindo em cada reflexão, em cada angústia... Foram muitos quilômetros rodados, mas sua parceria tornou tudo mais leve e menos solitário. Agradeço pela paciência ao ouvir as inúmeras leituras que fiz do texto e por ter estado ao meu lado, muitas vezes durante horas, em silêncio, apenas me fazendo companhia, enquanto eu escrevia.

A minha família, que sempre me deu apoio incondicional e torceu para que a sede pelo conhecimento sempre estivesse viva em mim. Ao meu amado pai José Buriti e a minha amada mãe Onilda Buriti, que com o que aprenderam da dureza e simplicidade da vida me ensinaram que estudar é o primeiro ato de revolução que podemos ter. Aos meus irmãos, Aparecida Buriti, Muniêr Buriti e Geraldo Buriti, pelo apoio e compreensão diante das tantas ausências no convívio familiar.

A minha turma de Doutorado, pela parceria, amizade, apoio e contribuições através dos produtivos debates que tivemos. Apesar da pandemia da Covid-19 ter nos privado de um contato presencial maior, sempre estivemos juntos remotamente durante esse período, buscando se ajudar de todas as formas possíveis.

A minha amiga Nathália Rocha, companheira de Geografia, de pós-graduação e de tantos momentos importantes na minha vida. Desde a graduação na UEPB, Nathália tem estado comigo sempre de forma solícita e amiga dividindo as angústias, mas também as muitas alegrias da vida acadêmica e pessoal.

Agradeço a amiga Sâmara Íris, a quem tenho um carinho muito especial. Sâmara é o ser mais leve que conheci na pós-graduação. Foi minha grande parceira no mestrado e depois se tornou uma amiga especial para toda a vida.

A todos os sujeitos que participaram e contribuíram para a realização desta pesquisa, em especial a todos os produtores camponeses pela forma solícita e colaborativa como disponibilizaram seu precioso tempo nas entrevistas e conversas, sempre tão agradáveis.

A todos, minha gratidão!

RESUMO

Nutrida pelo princípio capitalista da multiplicação da mais-valia por meio da unidade entre agricultura, indústria e mercado, a reestruturação produtiva tem avançado no campo brasileiro como um movimento de transformação e de contradição, por um lado impulsionado pelo esforço (capitalista) em forjar uma etapa dinâmica de crescimento ininterrupto e, por outro, tensionado pelos limites, cada vez mais insolúveis, do desenvolvimento do capital nesta epocalidade. No campo paraibano, a reestruturação produtiva edificou um cenário de mudanças socioprodutivas e territoriais com efeitos incisivos sobre a avicultura de corte industrial reorganizada em torno de formas de acumulação mais flexíveis e propositivas ao aumento da rentabilidade do capital. Fortemente apoiada pelo Estado, essa atividade se desenvolveu inicialmente estimulada pela necessidade de afiançar a ruptura com as bases produtivas rudimentares, que lhe eram características em meados da década de 1970, e pela necessidade de circunscrever um novo patamar técnico, financeiro e mercadológico, que fosse competitivo diante da concorrência crescente da avicultura nacional. Com esse afinco, a confluência de investimentos públicos e privados logo avalizou a consolidação do agronegócio avícola e a sua expansão a partir da década de 1990 por meio do sistema de integração, passando a articular, na escala de produção agropecuária do frango de corte, empresas avícolas e produtores rurais, provenientes tanto da agricultura empresarial como da agricultura familiar camponesa. Diante desse quadro, a reestruturação produtiva passou a se efetivar no campo por meio de processos muito mais complexos do que projeta a conjectura simplista da homogeneização pressuposta pela lógica da mercadoria, uma vez que as relações não capitalistas comparecem como vias mediadoras das determinações prescritas pelo capital no curso de sua reestruturação. Partindo dessas constatações, o objetivo que norteou a realização desta pesquisa consistiu em compreender a reestruturação produtiva na avicultura de corte industrial no estado da Paraíba e os seus desdobramentos no campo a partir da relação contraditória de interdependência entre a produção do capital no agronegócio e a reprodução social da agricultura familiar camponesa. Sob os princípios analíticos da dialética, traçamos um caminho metodológico organizado em torno de uma abordagem qualitativa, amparada em pesquisa bibliográfica estruturada com base em um plano teórico-conceitual articulado pelos conceitos de espaço, território, agricultura familiar camponesa e reestruturação produtiva, bem como por discussões relacionadas à caracterização do agronegócio avícola; e em pesquisa de campo realizada em um recorte espacial, composto por seis municípios (Pocinhos, Boa Vista, Soledade, Olivedos, Montadas e Puxinanã), delimitado de acordo com variáveis que convergem com o objetivo central do trabalho. As reflexões construídas ao longo desta pesquisa permitiram a elaboração da tese de que a junção de demandas sociais do produtor camponês integrado e demandas econômico-produtivas do agronegócio avícola subscreve uma relação de interdependência entre ambos que, mesmo negada e compelida pelas amarras da subordinação imposta pelas empresas integradoras, não só legitima as condições de reprodução camponesa, como também pode subsidiar a organização de formas de resistência por parte dos camponeses integrados frente à relação exploratória conduzida pelo capital no agronegócio.

Palavras-chave: Agricultura Familiar Camponesa. Avicultura de Corte Industrial. Paraíba. Reestruturação Produtiva.

ABSTRACT

Guided by the capitalist principle of multiplication of the gains through the conjunction of agriculture, industry and market, productive restructuring has advanced in the Brazilian field as a movement of transformation and contradiction: on one hand, it is driven by the (capitalist) effort of forging a dynamic stage of uninterrupted growth, on the other hand, it is pressured by the increasingly unsolvable limits of the capital development at present. As for Paraíba, productive restructuring has created a scenario of socio-productive and territorial changes with striking effects over the broiler industry, reorganized under forms of accumulation more flexible and with incentives to the increase of the return of capital. Strongly supported by the State, such activity was initially stimulated by the need to reassure the rupture with rudimentary production bases, typical in the mid-1970s, and enter a new and competitive technical, financial, marketing level given the increasing competition in Brazilian poultry industry. With such diligence, the confluence of public and private investments soon enabled the consolidation of the poultry agribusiness and its expansion as of the 1990s through the integration system, which started articulating, in the production scale of broilers, poultry enterprises and rural producers coming from both industrial and peasant family farming. Given such scenario, productive restructuring began to be put in place in the field through processes much more complex than the simplistic conjecture of homogenization assumed by the market logic, since the non-capitalist relations appear as mediators of the determinations prescribed by the capital throughout its restructuring. Based on such statement, the purpose of this study was to understand the productive restructuring in the broiler industry in the state of Paraíba and its impact on the field from the contradictory relationship of interdependence between the capital production of agribusiness and the social production in peasant family farming. Under the analytical principles of dialectic, we set up a methodological path organized from a qualitative approach supported by a structured bibliographical research, based on a theoretical-conceptual plan articulated by the concepts of space, territory, peasant family farming and productive restructuring, as well as discussions related to the characterization of the poultry agribusiness; and a field research in a region comprising six municipalities (Pocinhos, Boa Vista, Soledade, Olivedos, Montadas and Puxinanã), delimited according to variables that converge with the core purpose of the study. The reflections made during this study enabled elaborating the thesis that the collection of social demands from the integrated peasant farmer and the economic-productive demands from the poultry agribusiness endorses a relationship of interdependence between both. Although denied and compelled by the subordination bonds imposed by the integrating companies, not only does it legitimate the peasant production conditions, but it can subsidize the organization of forms of resistance by the integrated peasants facing the exploratory relationship conducted by the capital in the agribusiness.

Keywords: Peasant Family Farming. Industrial Broiler. Paraíba. Production Restructuring.

RESUMÉN

Alimentada por el principio capitalista de la multiplicación de la plusvalía a través de la unidad entre la agricultura, la industria y el mercado, la reestructuración productiva ha avanzado en el campo brasileño como un movimiento de transformación y contradicción, por un lado, impulsado por el esfuerzo (capitalista) para forjar una etapa dinámica de crecimiento ininterrumpido y, por otra parte, tensionada por los límites cada vez más insolubles del desarrollo del capital en este momento. En la Paraíba, la reestructuración productiva creó un escenario de cambios socioprodutivos y territoriales con efectos incisivos en la avicultura industrial reorganizada en torno a formas de acumulación más flexibles y propositivas para aumentar la rentabilidad del capital. Fuertemente apoyada por el Estado, esta actividad se desarrolló inicialmente estimulada por la necesidad de habilitar la ruptura con las rudimentarias bases productivas que las caracterizaron a mediados de la década de 1970 y circunscribir un nuevo nivel técnico, financiero y comercial competitivo frente a la creciente competencia de la industria avícola nacional. Con este esfuerzo, la confluencia de inversiones públicas y privadas pronto avaló la consolidación de la agroindustria avícola y su expansión a partir de la década de 1990 a través del sistema de integración, que pasó a articularse en la escala de producción agrícola de las empresas avícolas de engorde y de los productores rurales pertenencia las agricultura empresarial y agricultura campesina. Ante esta situación, la reestructuración productiva comenzó a realizarse en el campo a través de procesos mucho más complejos que la simplista conjetura de homogeneización que presupone la lógica de la mercancía, pues las relaciones no capitalistas aparecen como vías mediadoras de las determinaciones prescritas por el capital en el curso de su reestructuración. Con base en estos hallazgos, el objetivo que orientó esta investigación fue comprender la reestructuración productiva en la avicultura industrial en el estado de Paraíba y su despliegue en el campo a partir de la relación contradictoria de interdependencia entre la producción de capital en la agroindustria y la reproducción campesina. Sediados los principios analíticos de la dialéctica, trazamos un camino metodológico organizado desde un enfoque cualitativo sustentado en una investigación bibliográfica estructurada a partir de un plano teórico-conceptual articulado por los conceptos de espacio, territorio, agricultura campesina y reestructuración productiva, así como discusiones relacionadas a la caracterización de la agroindustria avícola; y, en investigación de campo realizada en un área espacial compuesta por seis municipios (Pocinhos, Boa Vista, Soledade, Olivedos, Montadas y Puxinanã) delimitada según variables que convergen con el objetivo central del trabajo. Las reflexiones construidas a lo largo de esta investigación permitieron elaborar la tesis de que la conjunción de demandas sociales del productor campesino y económico-productivas de la agroindustria avícola una relación de interdependencia entre ambas cosas, que aun negada y compelida por los lazos de subordinación impuestos por parte de las empresas integradoras, no sólo legitima las condiciones de reproducción campesina, así como sustentar la organización de formas de resistencia por parte de los campesinos integrados frente a la relación explotadora ejercida por el capital en el agronegocio.

Palabras-clave: Agricultura Campesina. Aves de Corte Industrial. Paraíba. Reestructuración Productiva.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 - Regiões Geográficas do estado da Paraíba	22
Mapa 2 - Empresas avícolas e municípios de atuação no estado da Paraíba.....	25
Mapa 3 - Localização da área de estudo	29
Figura 1-Modelo de criação de aves caipira/colonial/capoeira.....	129
Figura 2 - Sistema de criação de aves industrial.....	129
Figura 3 - Sistema agroindustrial do agronegócio avícola.....	132
Figura 4 - Área de atuação do Projeto Avicultura de Corte	152
Figura 5 - Sistema de produção da avicultura alternativa apoiado pelo Estado em Serra Redonda-PB	161
Figura 6 - Formação técnica oferecida para produtores da avicultura alternativa em Serra Redonda-PB.....	161
Figura 7 - Sede da empresa <i>Guaraves</i>	165
Figura 8 - Abatedouro da <i>Guaraves</i> em Guarabira-PB	166
Figura 9 - Área de integração da <i>Guaraves</i> no município de Pocinhos-PB.....	168
Figura 10 – Sede da Empresa <i>Azevem</i> em Montadas-PB.....	169
Figura 11 - Circuito produtivo da <i>Azevem</i>	170
Figura 12 - Estrutura de operação interna da <i>Azevem</i>	171
Figura 13 - Empresa <i>Frango Dourado</i> (Pernambuco)	172
Figura 14 - Etapa de processamento e marca da empresa <i>Frango Dourado</i>	173
Figura 15 - Sistema de bebedouros e de comedouros dos aviários	176
Figura 16 - Áreas do entorno dos aviários	177
Figura 17 - Aviários semiautomáticos	181
Figura 18 - Festa do Avicultor em Pocinhos (2009).....	191
Figura 19 - Empreendimento avícola na zona rural de Pocinhos	195
Figura 20 - Aviário manual pertencente a um produtor camponês integrado em Pocinhos-PB	196

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Aspectos socioeconômicos e territoriais dos municípios que compõem a área de estudo	30
Tabela 2 - Estrutura fundiária do estado da Paraíba (2017).....	92

Tabela 3 - Estrutura fundiária dos municípios paraibanos produtores do frango de corte	96
Tabela 4 - Condição dos produtores em relação à terra nos municípios paraibanos produtores de frango de corte	101
Tabela 5 - Efetivo de aves (galinhas, galos, frangos, frangas e pintos) - 1975.....	153
Tabela 6 - Plantel avícola na região Nordeste (número de cabeças).....	164
Tabela 7 - Plantel avícola dos municípios estudados (2000-2020).....	187

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Os quinze maiores plantéis de galináceos da Paraíba (2018).....	27
Gráfico 2 - Número de unidades produtivas agropecuárias (camponesas e empresariais) ativas na produção do frango de corte na Paraíba.....	28
Gráfico 3 - Média anual da taxa de desocupação no Brasil (2012-2020).....	67
Gráfico 4 - Produção brasileira de carne de frango 2000-2019 (milhões de toneladas).138	
Gráfico 5 - Exportações brasileira de carne de frango (por mil toneladas).....	139

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Objetivos que poderiam orientar a criação de uma Associação dos produtores avícolas nos municípios pesquisados.....	211
Quadro 2 – Reivindicações possíveis por meio da força organizativa de uma associação	213

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABPA - Associação Brasileira de Proteína Animal

ASA - Articulação no Seminário Brasileiro

AVAL - Associação Brasileira da Avicultura Alternativa

AVIEP - Associação Avícola do Estado da Paraíba

CPT - Comissão Pastoral da Terra

CPRM – Serviço Geológico do Brasil

DNOCS - Departamento Nacional de Combate às Secas

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EMATER/PB - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba

EMPAER/PB - Empresa Paraibana de Pesquisa, Extensão Rural e Regularização Fundiária da Paraíba

FMI - Fundo Monetário Internacional

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PCA - Paradigma do Capitalismo Agrário

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNCF - Programa Nacional de Crédito Fundiário

PPM - Pesquisa da Pecuária Municipal

PQA - Paradigma da Questão Agrária

RGI - Região Geográfica Intermediária

SEDAP/PB - Secretaria do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca da Paraíba

SNCR - Sistema Nacional de Crédito Rural

SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I.....	39
A RELAÇÃO ESPAÇO-TERRITÓRIO NO CONTEXTO DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DO CAPITAL: APORTES TEÓRICO-CONCEITUAIS PARA ABORDAGEM GEOGRÁFICA.....	39
1.1 A reestruturação produtiva do capital e as novas formas de acumulação.....	40
1.1.1 A processualidade da reestruturação produtiva do capital: do pressuposto da expansão ininterrupta à crise em perspectiva	50
1.2 A relação espaço-território na construção da abordagem geográfica da reestruturação produtiva.....	69
1.3 Os contextos da reestruturação produtiva no campo brasileiro	75
1.3.1 O papel do Estado na reestruturação produtiva no campo brasileiro e o uso desigual do território	82
1.4 As transformações socioprodutivas no campo brasileiro e a questão agrária	86
CAPÍTULO II.....	103
A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO AGRONEGÓCIO DA AVICULTURA DE CORTE INDUSTRIAL E A COMPLEXIFICAÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO NO CAMPO	103
2.1 O campesinato brasileiro: a influência do debate clássico e a <i>práxis</i> teórico-política	105
2.1.1 Karl Kautsky e Vladimir Lenin: argumentos diferentes para um mesmo entendimento, o fim do campesinato.....	106
2.1.2 A reedição da tese do fim do campesinato no debate agrário contemporâneo.....	110
2.1.3 Alexander Chayanov e a corrente da campesinação na contemporaneidade	114
2.2 Um campesinato, muitos camponeses.....	122
2.3 O agronegócio da avicultura de corte industrial: reestruturação e configuração atual	128

2.4 As relações capitalistas e não capitalistas de produção no agronegócio da avicultura de corte industrial.....	141
CAPÍTULO III	147
A AVICULTURA DE CORTE INDUSTRIAL NO ESTADO DA PARAÍBA: TRANSFORMAÇÕES SOCIOPRODUTIVAS E EFEITOS TERRITORIAIS.....	147
3.1 A monopolização do território na avicultura de corte industrial	148
3.2 O papel do Estado na evolução da avicultura de corte industrial na Paraíba.....	151
3.2.1 A constituição dos sistemas de produção integrada e o afastamento do Estado	159
3.2.2 A consolidação dos sistemas de integração na avicultura de corte industrial paraibana e os contextos recentes da reestruturação	163
3.3 Os territórios camponeses na produção integrada com o agronegócio da avicultura de corte industrial: a organização da produção e do trabalho.....	175
CAPÍTULO IV.....	184
AS MÚLTIPLAS FACES E OS CONTRADITÓRIOS CONTEÚDOS DA RELAÇÃO DE INTERDEPENDÊNCIA ENTRE A AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA E O CAPITAL NO AGRONEGÓCIO AVÍCOLA.....	184
4.1 Dos “anos de glória” à formação capitalista de um excedente de produtores camponeses não absorvidos pelos circuitos produtivos avícolas.....	185
4.2 A subordinação camponesa no sistema de integração avícola: a interdependência capital-camponês como condição negada e o pressuposto da dependência unilateral... 	194
4.3 Por uma agricultura familiar camponesa mobilizada nos sistemas de integração... 	199
4.3.1 A ação do Estado capitalista e a promoção das relações desiguais nos sistemas de integração.....	202
4.4 Mobilizar-se para resistir.....	206
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	217
REFERÊNCIAS.....	221
APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA DESTINADA AOS PRODUTORES RURAIS INTEGRADOS.....	231

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA DESTINADA ÀS EMPRESAS	234
APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM A EMPAER/PB.....	236
APÊNDICE D - ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA REALIZADA COM REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL	237

INTRODUÇÃO

Na construção de um pensamento crítico que permita pensar a relação entre agricultura, indústria e mercado sob a perspectiva da ofensiva do capital sobre os elementos estruturais da questão agrária brasileira, temos encontrado um esforço intelectual e prático-político para que a abordagem geográfica possa se constituir como uma possibilidade analítica que não se reduza a um conjunto de temas e a modelos de interpretação, mas que se configure, também, como instrumento de resistência e de intervenção nas problemáticas do mundo capitalista que recaem sobre o campo e as suas sociabilidades. Dessa forma, o debate em torno da conjuntura agrária que se generaliza no curso da expansão do capital é também uma possibilidade para refletir sobre o papel do conhecimento geográfico na superação das contradições e na constituição dos significados que referenciam a realidade.

Ao investirmos na compreensão da reestruturação produtiva na avicultura de corte industrial no estado da Paraíba, considerando a relação entre a produção do capital no agronegócio e a reprodução social¹ da agricultura familiar camponesa, que se estabelece por ocasião da integração entre empresas avícolas e produtores camponeses, não nos instiga apenas construir uma explicabilidade para a dinâmica do fenômeno em si. Uma perspectiva também constitutiva dos objetivos estabelecidos nesta pesquisa foi a pretensão de contribuir, ainda que de forma modesta, para a superação de lacunas deixadas por leituras teórico-políticas que restringem a condição camponesa e a sua reprodução na sociedade moderna a caracteres predeterminados que, em vez de captar o sentindo e o significado da existência do camponês no espaço e no território, acabam por imputar tais referenciais.

Assim, na delimitação do tema central do trabalho, levamos em conta a premissa de que a reprodução camponesa não só permanece no contexto especificado pelo processo de reestruturação produtiva do capital no campo, como também se reveste de diversidade na medida em que diferentes níveis de relacionamento são estabelecidos com o mercado. Em face disso, negligenciar, nos planos analíticos, a realidade dos camponeses que participam dos sistemas de integração estabelecidos pelo agronegócio incide, sobre a abordagem geográfica, o risco, por um lado, de privilegiar as leituras pró-capitalistas sentenciadoras do fim do sistema camponês e, por outro, de instituir uma forma absolutizada para a recriação camponesa (a exemplo daquela centrada na luta e na resistência dos movimentos sociais²) que

¹ Isto é, a produção das necessidades materiais essenciais a reprodução dos atores humanos, neste caso, dos camponeses (SHANIN, 2005).

² O papel assumido pelos movimentos sociais na luta pela terra e contra as desigualdades historicamente perpetuadas no campo, lhes conferem, com justiça, o protagonismo acerca das formas de resistência e de

possa entusiasmar limites práticos restritivos para essa classe, ao desqualificar outras possibilidades por meio das quais ela pode (re)existir perante a exploração capitalista.

A avicultura de corte industrial, ou convencional - como também é conhecida -, caracteriza-se pela criação em granjas comerciais de aves da espécie *Gallus gallus*, destinadas à produção de carne *in natura* e processada. No Brasil, a atividade adquiriu expressividade principalmente a partir da década de 1970, quando a modernização do setor passou a ser conduzida pelas determinações da avicultura internacional, que promoveu o ajuste da ordem produção-consumo aos ditames do mercado global. Nesse cenário, a reestruturação produtiva processou-se rapidamente por meio de um pacote de inovações que abarcou, sobretudo: o incremento tecnológico nas diversas etapas produtivas; a instalação de rigorosos mecanismos de controle sanitário; a financeirização dos circuitos produtivos; e o fortalecimento da lógica corporativa dos complexos agroindustriais.

Na avicultura de corte paraibana, os primeiros estímulos na direção da reestruturação produtiva aconteceram ainda no final da década de 1970, em um contexto caracterizado pela combinação de forças entre o Estado e o capital que, visando acelerar os processos de modernização, acabaram por instituir uma racionalidade socioprodutiva e territorial alinhada com base no propósito maior de aumentar a rentabilidade do capital. Nessa conjuntura, a reorganização da avicultura foi pautada na necessidade de transcender o padrão de subsistência predominante nesse período e introduzir um nível de financeirização e tecnificação capaz de elevar a competitividade do setor nos mercados regionais e nacionais. Consolidada essa fase, a atividade entrou em um novo momento a partir da década de 1990, quando ocorreu a implantação do sistema de integração e, conseqüentemente, a expansão do agronegócio avícola.

O sistema de integração, modelo utilizado na avicultura nacional desde a década de 1960, é visto como um dos pilares principais de sustentação dos circuitos produtivos da avicultura de corte industrial, consistindo, em termos práticos, em uma estratégia utilizada pelas empresas para garantir à sua atividade principal (comercialização e/ou abate-processamento) a oferta da matéria-prima (o frango de corte) por meio de parcerias firmadas com produtores rurais. Nele, a empresa integradora fica responsável pelo fornecimento dos pintainhos, da ração, dos medicamentos, dos produtos químicos e da assistência técnico-veterinária; enquanto o produtor integrado fica encarregado de toda infraestrutura necessária à

reprodução camponesa no contexto agrário brasileiro. Todavia, tomar a sua *práxis* como referência não deve ser confundida na teoria crítica com o navalhar de outras vias para a construção do lugar social do camponês na sociedade.

equipação da unidade produtiva agropecuária (aviários, comedouros, bebedouros, sistema de aquecimento/ventilação, reservatório de água e de ração, arco de desinfecção, etc.), além do trabalho demandado no manejo das aves ao longo do período de engorda, que dura em média 45 dias.

Assim como em outros estados brasileiros, a exemplo do Paraná (PAULINO, 2004; HECK, 2016), na Paraíba o sistema de integração se estabeleceu articulando relações capitalistas e não capitalistas, legitimando o caráter desigual e combinado do desenvolvimento do capital no campo. Sob essa contextura, a participação da agricultura empresarial e a participação da agricultura familiar camponesa nos sistemas de integração da avicultura de corte industrial, embora antagônicas e, em muitas situações, tensionadas pela disputa dos contratos de parceria, compõem como formas complementares de acumulação oxigenadas pelo modo heterogêneo de como a reestruturação produtiva se processa no espaço e no mercado, criando possibilidades para a atuação de circuitos produtivos de dimensões econômicas, sociais e territoriais diferentes.

A entrada da agricultura familiar camponesa na produção integrada do frango de corte é viabilizada pela monopolização do território camponês pelas empresas, processo pelo qual o capital se apropria da renda da terra sem que haja a necessidade de obter a posse dos meios de produção. A inserção da unidade produtiva camponesa no complexo de sistemas do agronegócio, contradizendo a conjectura simplista da homogeneização preceituada pela lógica da mercadoria, não configura um quadro de destruição para a racionalidade socioproductiva do camponês, pois é justamente de suas especificidades que o capital se beneficia.

Mesmo a produção camponesa do frango de corte tendo como destino a troca mercantil e estando diretamente articulada ao complexo industrial, o produtor camponês não compreende a avicultura de corte industrial fora de sua *práxis* cotidiana, efetivada nos limites de seu território. Dessa forma, não se preocupa, necessariamente, conforme apreendido na pesquisa, com as taxas de lucros geradas pela avicultura, uma vez que para ele prevalece, como objetivo principal, a garantia da renda familiar. Com esse âmagô, o camponês integrado não calcula tempo de trabalho, também não estabelece patamar de salário para os membros da família ocupados nas atividades avícolas; e tudo isso, para as empresas integradoras, representa a oportunidade para se apropriar da produtividade não calculada do trabalho e incorporá-la como condição de acumulação de valor.

Para o produtor camponês, o encontro de sua racionalidade não capitalista com a racionalização capitalista imposta pela empresa integradora conduz a uma relação de subordinação e, conseqüentemente, de exploração. Contudo, ainda assim, a integração

comparece como uma possibilidade para que possa permanecer produzindo e (re)existindo no campo, constituindo-se, nesse intermédio, uma relação de interdependência entre o camponês integrado e a empresa integradora que não é tão evidente como deveria, porque é estrategicamente negada por força da fatídica e alienante ideia capitalista da dependência unilateral, isto é, apenas por parte do produtor camponês integrado.

A existência dessa relação de interdependência não prescreve para o camponês, necessariamente, uma situação de controle ou domínio dele sobre a sua própria participação no agronegócio avícola. Nos sistemas de integração da avicultura na Paraíba, o capital não depende do camponês, depende do modo camponês de produzir. Embora, num primeiro momento, depender do modo camponês de produzir possa parecer equivalente a depender do camponês, há uma diferença elementar. Depender do camponês implicaria ao capital a sujeição perante um vínculo específico e, conseqüentemente, ao que ele determinasse. Depender do modo camponês de produzir, por sua vez, permite ao capital agir de forma especulativa no campo, criando, destruindo e recriando parcerias com a agricultura familiar camponesa de acordo com o que lhe convém no curso das exigências da acumulação.

Assim, nos termos circunstanciais dessa relação, as empresas integradoras redefinem constantemente os elos técnicos e econômicos estabelecidos no curso da reestruturação produtiva, mas não se desfazem da produção camponesa porque essa, mais do que responsável pela oferta de matéria-prima a um custo menor, é a etapa do circuito produtivo utilizada pela integradora para mediar os desequilíbrios do mercado, visto que os prejuízos provenientes de momentos de instabilidade são diluídos, via de regra, na escala de produção agropecuária. Nesse cenário, a mesma ordem capitalista que determina a ação que transforma conserva a lógica não capitalista da produção camponesa, haja vista que é na exploração da associação trabalho-produção-família que o capital encontra vias para se expandir na avicultura de corte industrial paraibana.

Depreende-se daí um contexto que incide diretamente sobre a forma como a reestruturação produtiva se processa na realidade agrária, em que o complexo de mudanças codificado pelas novas exigências do capital, que, de fato, é quem determina a ação que transforma, também aparece mediado pelas injunções da socialização do espaço. Essa socialização do espaço configura-se, entre outros aspectos, pela razão imposta pelas possibilidades e limites das sociabilidades camponesas, que, embora subordinadas ao agronegócio, vão espacialmente revelando suas estratégias de reprodução social a partir do seu território, do seu modo de vida e da forma como assimilam o processo produtivo e os seus novos conteúdos postos pela reestruturação.

É precisamente a partir desse quadro de constatações que estruturamos a tese aqui apresentada. O esforço intelectual que a sustenta partiu do seguinte questionamento: em que medida a relação contraditória de interdependência estabelecida entre a produção do capital no agronegócio e a reprodução social da agricultura familiar camponesa tem configurado a reestruturação produtiva na avicultura de corte industrial no estado da Paraíba, e por ela sido configurada?

Levando em conta esta questão, o objetivo geral estabelecido consistiu em compreender os desdobramentos da reestruturação produtiva na avicultura de corte industrial no campo paraibano a partir da relação contraditória de interdependência entre a produção do capital no agronegócio e a reprodução social da agricultura familiar camponesa. Especificamente, objetivamos: 1) apresentar o processo de reestruturação produtiva na avicultura de corte industrial no campo paraibano; 2) discutir a complexificação das relações sociais de produção no contexto do desenvolvimento do agronegócio avícola; 3) caracterizar a participação da agricultura familiar camponesa nos sistemas de integração; 4) investigar os elementos constitutivos da relação de interdependência entre a produção do capital no agronegócio e a reprodução social do produtor camponês; e 5) analisar conflitos, limites e possibilidades para a reprodução social da agricultura familiar camponesa integrada ao agronegócio avícola na Paraíba.

Ancoradas nesses objetivos, as reflexões construídas ao longo desta pesquisa nos permitiram a elaboração da tese de que a reestruturação produtiva na avicultura de corte industrial e a sua processualidade no campo paraibano, além de condicionarem a reprodução camponesa nos sistemas de integração estabelecidos pelo agronegócio, encontram-se amparadas em uma relação de interdependência entre o capital e o camponês, configurada pela associação de demandas sociais da agricultura familiar camponesa integrada e por demandas econômico-produtivas do agronegócio avícola. Mesmo negada e silenciada pela subordinação imposta pelas integradoras, que impõem uma condição subalterna à participação do camponês no sistema de integração do frango de corte, essa relação de interdependência sedimenta possibilidades para a constituição de formas de resistência camponesa diante da lógica exploratória capitalista, o que requer, todavia, a mobilização e a ação coletiva em prol de um relacionamento mais justo e igualitário no âmbito das parcerias firmadas com as integradoras.

É pertinente dizer que as experiências intelectuais que levaram ao tema e à tese decorrem de constatações não contempladas no recorte geral de nossa pesquisa de mestrado

(2014-2016)³ e de inquietações nutridas pela aproximação empírica com o objeto, o que foi possibilitado pela vivência no espaço da pesquisa. O propósito de discutir as relações estabelecidas entre o capital e o camponês nos sistemas de integração do agronegócio da avicultura de corte industrial, não nos fez vislumbrar, como contribuição maior da pesquisa, o estabelecimento de soluções para uma mudança revolucionária capaz de romper em definitivo com a exploração capitalista que é inerente à própria integração.

Ao expormos o processo de reestruturação produtiva no campo paraibano em seus aspectos concretos, e dentro desse os contextos da reprodução camponesa, acreditamos que nossa leitura corrobora muito mais para a ampliação da forma de abordagem do problema, isto é, a reprodução e a recriação camponesa frente à expansão e ao domínio do capital no campo no contexto do desenvolvimento da avicultura. Neste sentido, não se trata de pressupor o sistema de integração de modo a naturalizar a subordinação e a exploração capitalista, aspectos que lhes são intrínsecos, tampouco como determinação absoluta que subjuga ou que deva subjugar uma condição subalterna, a qual o camponês deva se sujeitar. Trata-se de dar luz ao que é ocultado pelo capital através da própria subordinação, ou seja, a existência de uma relação de interdependência que clarifica a dependência do agronegócio do camponês e, conseqüentemente, oportuniza vias para o enfrentamento dos termos contraditórios impostos pelo capital, o que pode levar a melhorias qualitativas nos contextos de reprodução do produtor camponês integrado.

Dessa forma, esperamos que o trabalho possa contribuir para a oxigenação do debate geográfico e político acerca dos limites objetivos e das diferentes possibilidades para a reprodução do camponês na sociedade capitalista e, por conseguinte, para o estabelecimento de ações concretas na área de estudo que possam contemplar a agricultura familiar camponesa que produz para o agronegócio, mas que não faz parte do agronegócio.

a) Caracterização da área de estudo

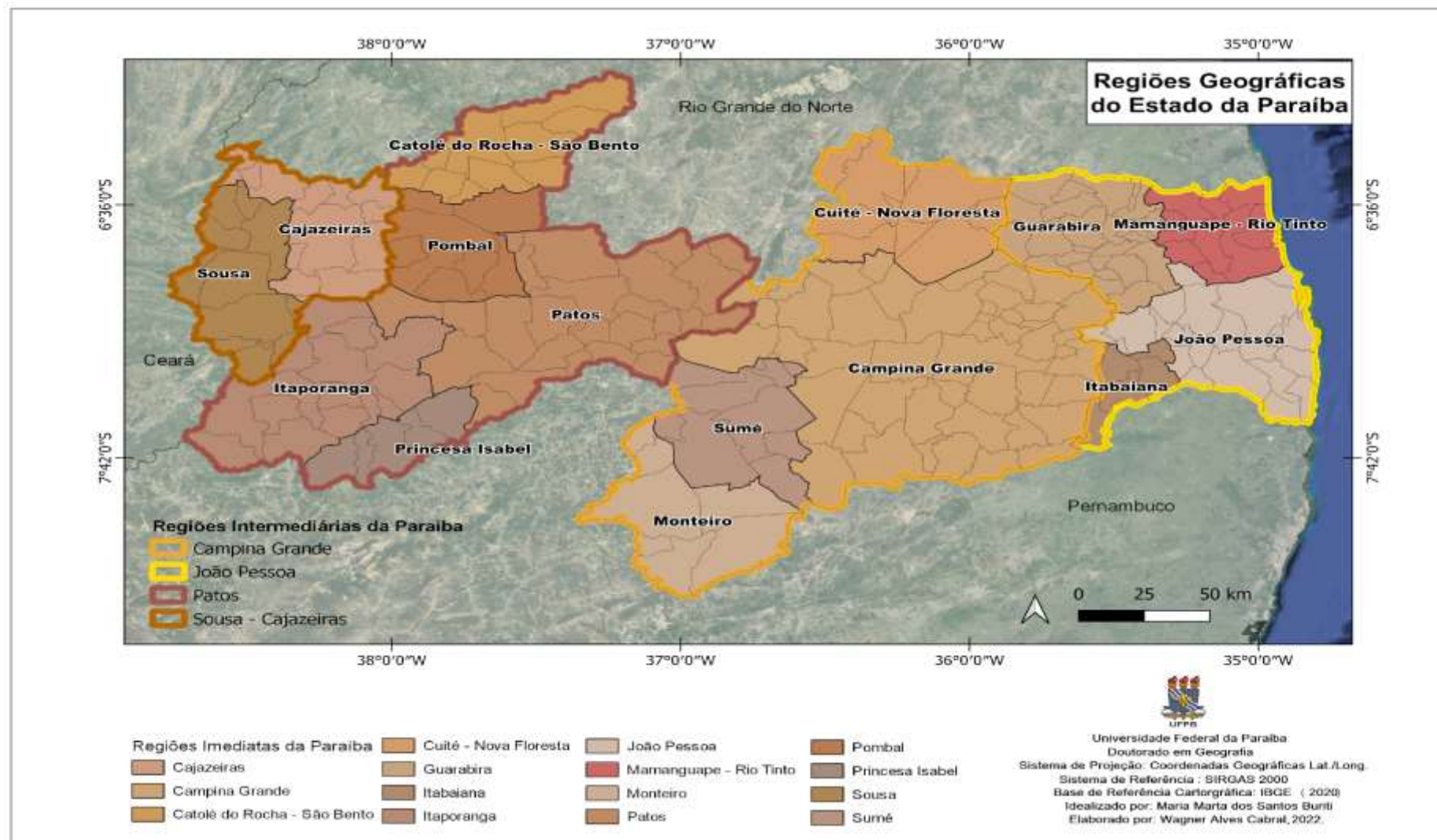
O propósito analítico que estabelecemos aqui nos impôs o desafio ulterior de delimitar um recorte espacial, cuja realidade socioterritorial fosse capaz de articular, em um plano de pesquisa exequível, os níveis de abrangência e a profundidade necessários à compreensão do fenômeno estudado. No estado da Paraíba, a avicultura de corte tem se desenvolvido a partir de dois sistemas principais de criação de aves: o sistema industrial e o sistema

³ Na ocasião, discutimos a configuração do circuito produtivo da avicultura de corte industrial, encabeçado pela empresa cearense *Cialne*, mediante análise das interações espaciais e dinâmicas socioterritoriais no município de Pocinhos-PB.

caipira/alternativo. Quando tomamos por referência o sistema industrial e não o sistema caipira/alternativo em que a produção camponesa independente e cooperativista predomina, optamos por confrontar a complexidade de um contexto significativo e ainda pouco problematizado, caracterizado pela produção do capital no agronegócio a partir da integração com a agricultura familiar camponesa.

O surgimento da avicultura de corte industrial na Paraíba foi intermediado pela articulação de capitais públicos e privados que, centrando investimentos em uma fração específica do espaço, foi responsável por construir uma espacialidade altamente concentrada para essa atividade. Essa espacialidade abarca, fundamentalmente, duas Regiões Geográficas Intermediárias (RGIs) da Paraíba (mapa 1), a de Campina Grande e a de João Pessoa, que na medida em que se tornaram o *lócus* inicial da produção do frango de corte industrial no estado, conseqüentemente, constituíram-se também como a escala material favorável para sua expansão e reprodução posterior.

Mapa 1 - Regiões Geográficas do estado da Paraíba



Nessas duas regiões, no entanto, o desenvolvimento da avicultura de corte industrial se deu a partir de lógicas diferentes que, contraditoriamente, combinaram-se para complementar a reprodução do capital no campo a partir dessa atividade produtiva. Na RGI de João Pessoa, a avicultura constituiu sua escala de produção agropecuária basicamente a partir da atuação da agricultura empresarial, que tem atuado tanto por meio dos sistemas de produção independente, como por meio da participação nos sistemas de integração estabelecidos pelas empresas avícolas. Já na RGI de Campina Grande, o desenvolvimento da avicultura transcorre principalmente por intermédio do estabelecimento das escalas de produção agropecuária em territórios da agricultura familiar camponesa, que se articula ao agronegócio por meio do sistema de integração.

Dessa maneira, a tarefa de qualificar o processo prático-concreto de reestruturação produtiva da avicultura de corte industrial, considerando a relação de interdependência estabelecida entre a produção do capital no agronegócio e a reprodução social da agricultura familiar camponesa, remeteu-nos inicialmente à RGI de Campina Grande como provável substrato material, a partir do qual se tornaria possível a especificação precisa das áreas a serem recortadas para estudo na pesquisa.

Para fazer essa especificação, contudo, foi preciso levar em conta a combinação de variáveis quali-quantitativas alinhadas aos nossos filtros analíticos, que nos permitiram chegar ao recorte espacial de incidência da avicultura de corte industrial que se desenvolve a partir da integração com a agricultura familiar camponesa. Nesse sentido, procuramos identificar: 1) as principais empresas avícolas que atuam na avicultura de corte industrial paraibana por meio do sistema de integração e suas respectivas áreas de atuação no campo; 2) a localização dos maiores plantéis avícolas; e, 3) o número e a localização das unidades produtivas agropecuárias ativas na produção do frango de corte industrial no estado da Paraíba.

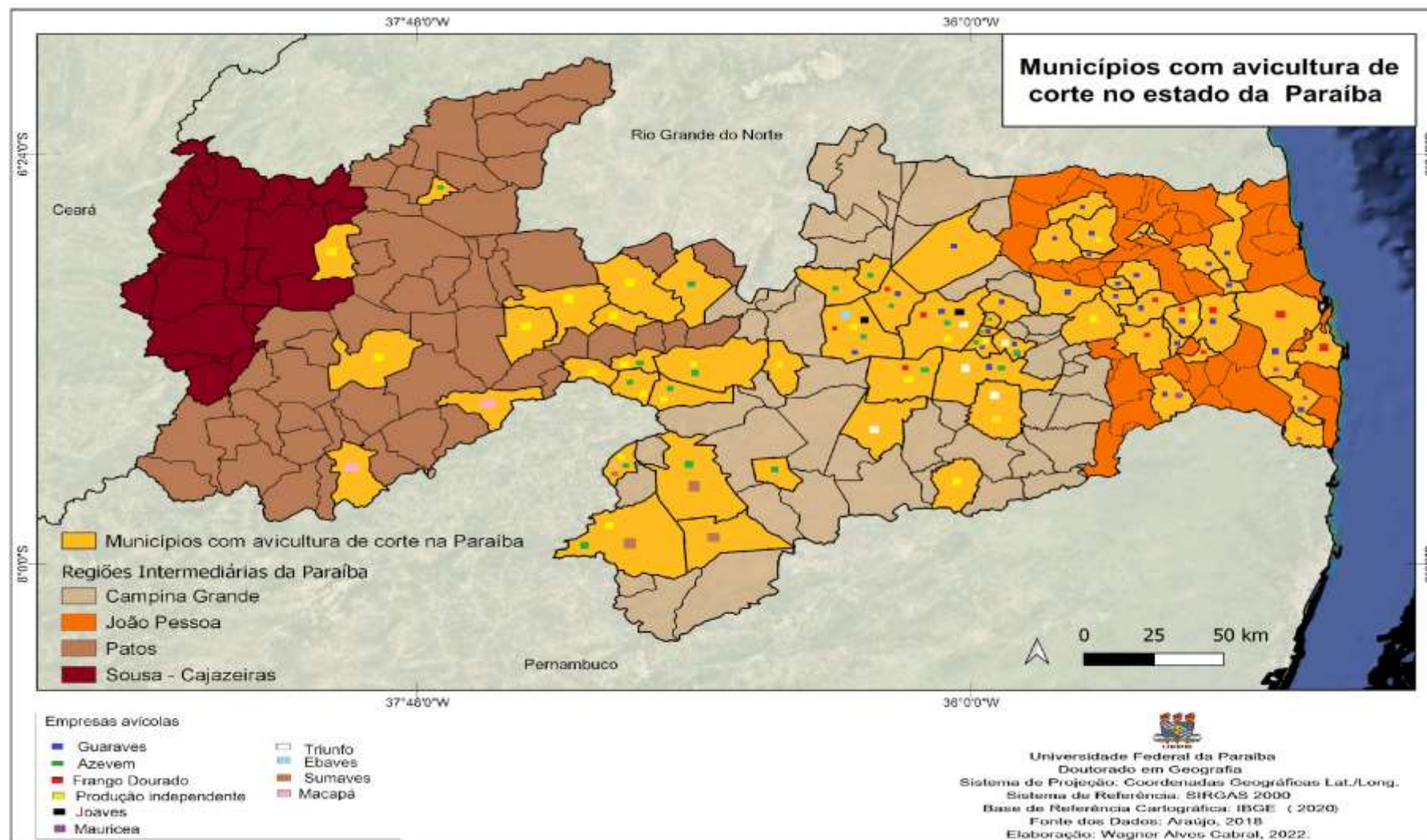
Para a identificação das principais empresas avícolas atuantes no estado e de suas áreas de produção agropecuária, contamos com o levantamento de dados primários coletados a partir de trabalhos de campo realizados ao longo dos anos de 2017 e 2018. Isso no contexto da elaboração e de reajustes no projeto de pesquisa que resultou na presente tese. Contamos também com a análise de dados e de informações apresentados em Buriti (2016) e Araújo (2018) acerca da caracterização da avicultura paraibana. Para identificar os maiores plantéis avícolas existentes no estado da Paraíba, tomamos como referência a base de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE, especificamente os resultados

apresentados pela Pesquisa da Pecuária Municipal (PPM)⁴, referentes ao ano de 2018. Já para delimitar a espacialização das unidades produtivas agropecuárias ativas na produção do frango de corte industrial, recorreremos aos dados e às informações disponibilizados pela Secretaria de Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca do Estado da Paraíba (SEDAP-PB), por intermédio do Cadastro Estadual de Granjas Avícolas Ativas.

Foi dessa forma que se tornou possível verificar que a avicultura de corte industrial na Paraíba, embora contando com a participação de diversas empresas avícolas, encontra-se monopolizada por três empresas, a saber: a *Guaraves*, a *Azevem* e a *Frango Dourado*, que têm no sistema de integração a principal via para a produção do frango de corte. Conforme se observa no mapa 2, essas três empresas estabelecem escala de produção agropecuária em diversos municípios paraibanos, sobretudo em municípios das Regiões Geográficas Intermediárias de Campina Grande e de João Pessoa.

⁴ A delimitação dos maiores plantéis avícolas do estado também poderia ter tido como referência a base de dados do Censo Agropecuário de 2017. Contudo, a opção pela utilização dos dados da PPM se deu em razão da metodologia usada na coleta de dados pelo IBGE nas duas pesquisas. Diferentemente da operação censitária de 2017, que considera o efetivo de galináceos uma categoria única, que inclui galinhas, galos, frangas e frangos, e dificulta a quantificação separada do rebanho de aves de postura e de corte, a PPM fornece dados sobre o efetivo de galináceos existente nos municípios de aves da espécie *Gallus gallus* em duas categorias: galos, galinhas, frangas, frangos, pintos e pintainhos; e galinhas (total de aves fêmeas da espécie *Gallus gallus* destinado à produção de ovos), o que nos permite distinguir melhor os plantéis conforme sua finalidade, isto é, a produção de carne ou de ovos, algo fundamental no âmbito do objeto de estudo aqui especificado, já que o foco da pesquisa foi apenas a avicultura de corte.

Mapa 2 - Empresas avícolas e municípios de atuação no estado da Paraíba



Além dessas três empresas, atuam na avicultura de corte industrial paraibana as empresas *Ebaves*, *Mauricea*, *Joaves*, *Triunfo*, *Sumaves* e *Macapá*. Todavia, essas seis atuam em pequena escala e a partir principalmente de sistemas próprios de produção, fazendo pouco ou nenhum uso dos sistemas de integração. Nas Regiões Geográficas Intermediárias de Patos e de Sousa-Cajazeiras, a avicultura de corte se desenvolve especialmente a partir do sistema caipira/alternativo. Nessas duas RGIs, a avicultura de corte industrial tem comparecido de forma mais expressiva no município de Princesa Isabel, onde atua a empresa *Macapá* e a produção agropecuária do frango de corte ocorre notadamente por meio de sistemas independentes.

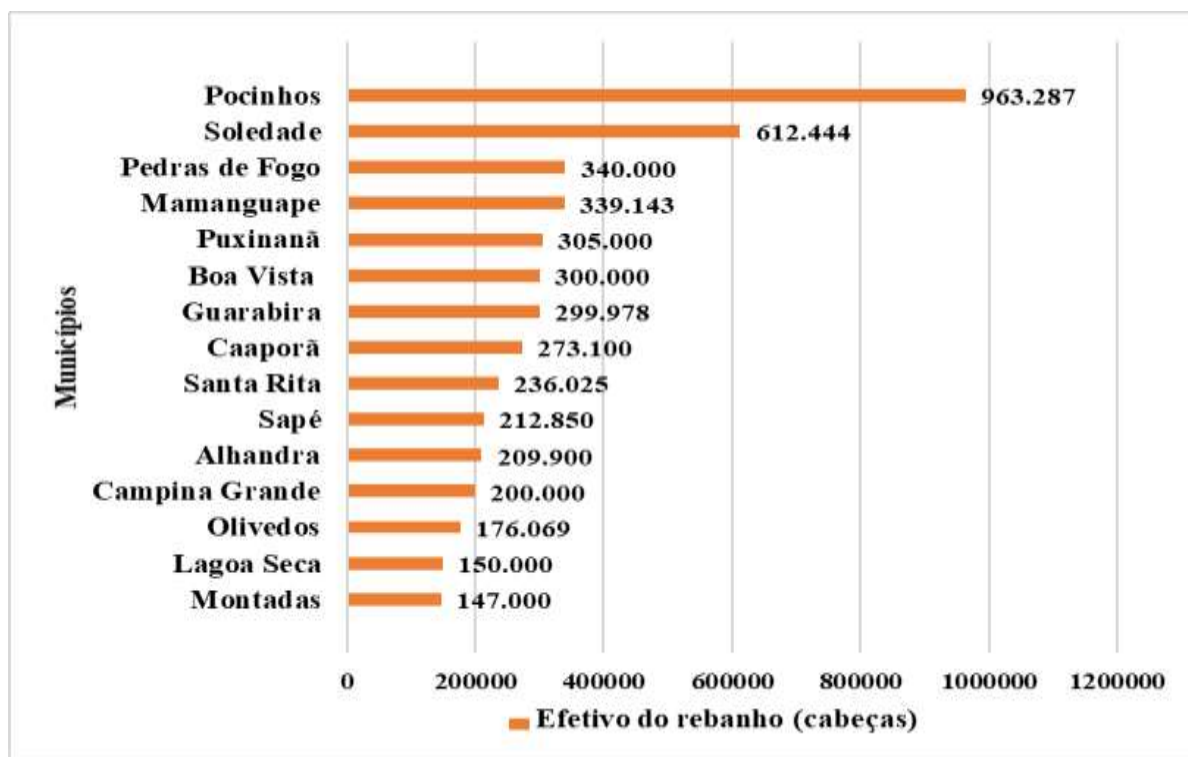
A *Guaraves*, maior empresa em atuação na Paraíba, vem nos últimos anos concentrando investimentos produtivos na RGI de João Pessoa, onde se beneficia da alta produtividade alcançada pela parceria com a agricultura empresarial. Ainda assim, mantém ativas unidades de produção agropecuária na RGI de Campina Grande, um dos primeiros recortes espaciais utilizados por ela para o estabelecimento do sistema de integração implantado em meados da década de 1990. A *Guaraves* foi precursora na parceria com produtores camponeses e, por quase duas décadas (1990-2000), teve o monopólio sobre a apropriação das relações não capitalistas. Contudo, nos últimos dez anos tem priorizado, a partir de um projeto de expansão dos seus mercados consumidores, a integração com a agricultura empresarial também nesse recorte.

Com essa estratégia a *Guaraves* roteirizou, por um lado, a eliminação da produção camponesa do seu sistema de integração, mas, por outro, corroborou para a emergência de novas possibilidades para a participação do produtor camponês no agronegócio avícola através da atuação de outras empresas, especialmente a *Azevem* e a *Frango Dourado*, que vão estabelecendo seus circuitos produtivos apropriando-se das brechas deixadas pela *Guaraves* no território e no mercado. Para alcançarem competitividade nos mercados locais e regionais, a *Azevem* e a *Frango Dourado* têm buscado, na agricultura familiar camponesa, as condições para garantir a produção agropecuária do frango de corte industrial, adotando como estratégia a ampliação das escalas de produção, e não o aumento da produtividade nas escalas de produção já existentes (estratégia adotada pela *Guaraves*), o que permite a estas duas empresas aumentar a oferta do frango de corte e, ao mesmo tempo, continuar se beneficiando das vantagens oferecidas pela produção camponesa.

A atuação da *Guaraves* em parceria com a produção empresarial e da *Azevem* e da *Frango Dourado* em parceria com a produção camponesa, conseqüentemente, elevou o plantel avícola nos municípios onde elas estabelecem suas escalas de produção agropecuária

via sistema de integração. De acordo com os dados da Pesquisa da Pecuária Municipal (2018), no estado da Paraíba, os maiores plantéis avícolas (gráfico 1) estão localizados em municípios integrantes dos circuitos produtivos estabelecidos por essas três empresas, a exemplo dos municípios de Pocinhos e de Soledade, primeiro e segundo do *ranking*, respectivamente.

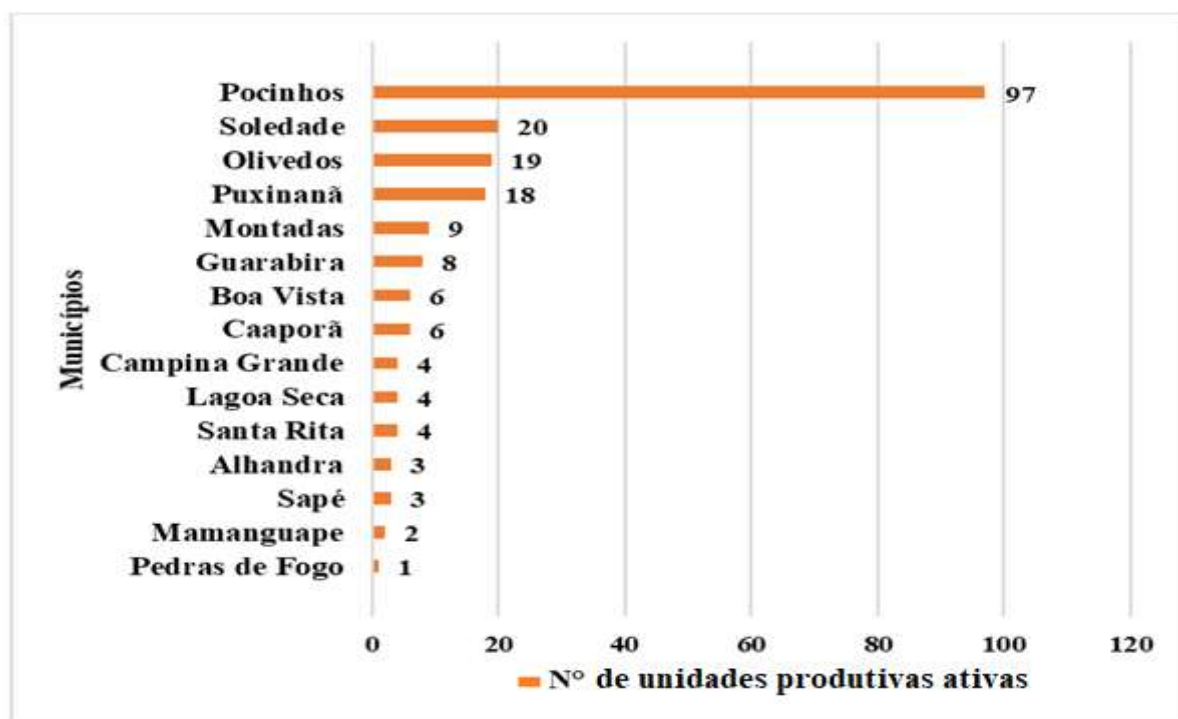
Gráfico 1 - Os quinze maiores plantéis de galináceos da Paraíba (2018)



Fonte: Pesquisa da Pecuária Municipal (IBGE-2018). Organizado pela autora (2019).

Entre os quinze municípios acima destacados pelo quantitativo do rebanho de galináceos no estado da Paraíba, oito estão inseridos na RGI de Campina Grande e sete na RGI de João Pessoa, dado que reforça a concentração espacial da avicultura de corte industrial nessas duas regiões. No entanto, quando confrontamos esses dados com a quantidade e a espacialização das unidades produtivas agropecuárias ativas na produção do frango de corte industrial (gráfico 2), fica claro que é na RGI de Campina Grande onde há uma maior participação da agricultura familiar camponesa, que, embora com uma produção geralmente menor do que a agricultura empresarial, se caracteriza por apresentar um número maior de integrados nos circuitos produtivos avícolas.

Gráfico 2 - Número de unidades produtivas agropecuárias (camponesas e empresariais) ativas na produção do frango de corte na Paraíba

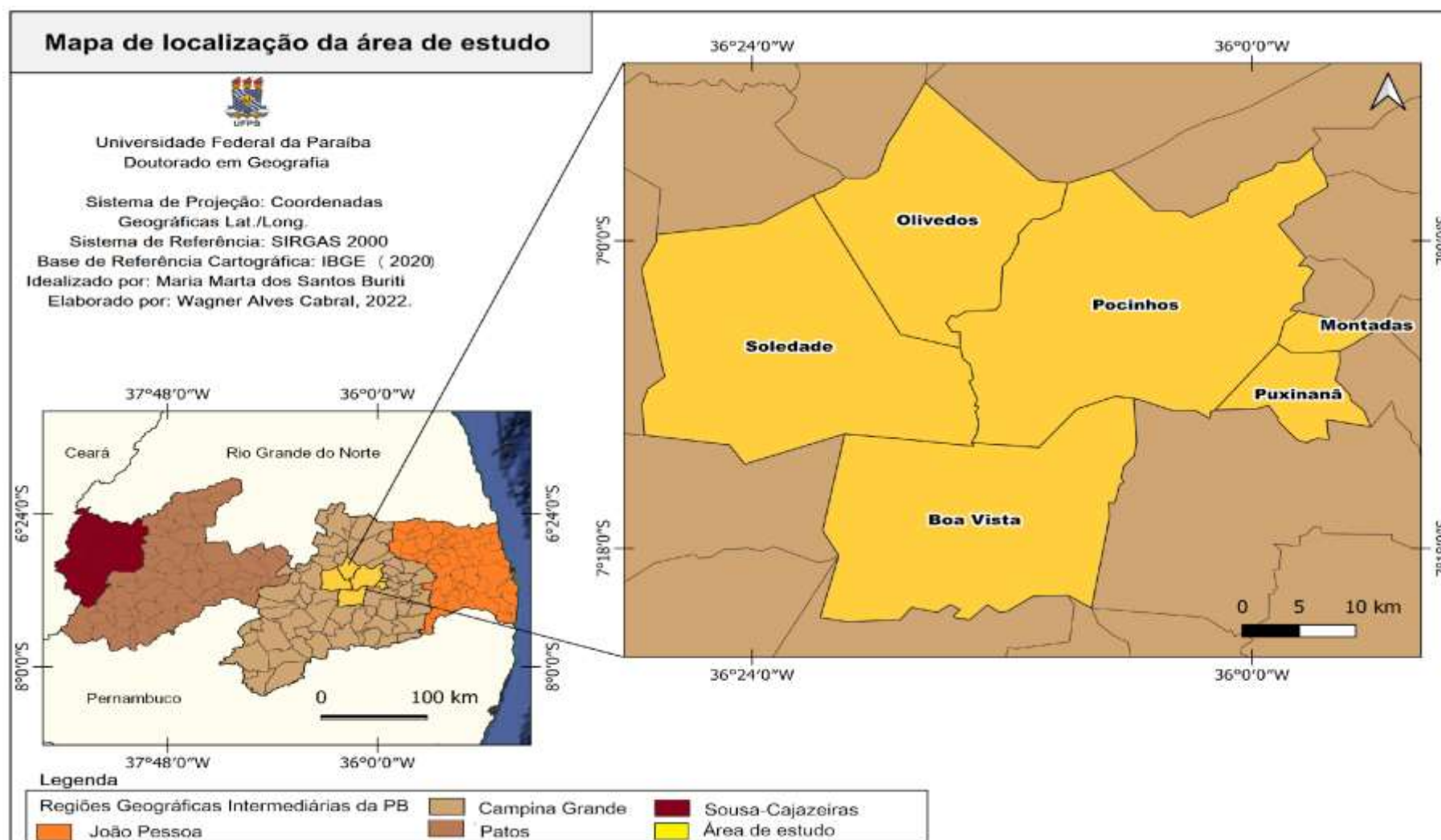


Fonte: SEDAP (2019). Organizado pela autora (2019).

Conforme pode ser observado no gráfico 2, na RGI de Campina Grande a produção do frango de corte encontra-se distribuída em 177 unidades produtivas, revelando-se nessa área a prevalência de circuitos produtivos caracterizados pelo crescimento extensivo da produção agropecuária a partir da incorporação de um número maior de integrados, majoritariamente provenientes da agricultura familiar camponesa.

Dessa forma, considerando a combinação dessas três variáveis apresentadas, isto é, as principais áreas de atuação da *Guaraves*, da *Azevem* e da *Frango Dourado*, empresas que atuam a partir da produção integrada, os municípios com maior plantel avícola e os municípios com o maior número de unidades produtivas ativas na produção do frango de corte, comparece aqui como realidade socioterritorial recortada para análise uma área composta por seis municípios: Pocinhos, Soledade, Boa Vista, Olivedos, Puxinanã e Montadas, conforme apresentado no mapa 3.

Mapa 3 - Localização da área de estudo



É importante salientar que a questão de termos considerado também a atuação da *Guaraves*, visto que ela se caracteriza pela integração com a agricultura empresarial que não está em nosso foco analítico principal, explica-se pelo fato de que, na RGI de Campina Grande, a materialidade socioterritorial da avicultura de corte industrial vem se constituindo como produto de diversos e distintos circuitos produtivos, todos entrelaçados de alguma forma, porque usam o mesmo espaço, alternando e sobrepondo constantemente os limites de sua expansão e exploração no território. Nessa perspectiva, ao nos referenciarmos na atuação da *Guaraves*, da *Azevem* e da *Frango Dourado*, pudemos apreender a reprodução do camponês integrado ao agronegócio avícola como condição historicamente construída e geograficamente transformada no curso da processualidade de uma reestruturação produtiva efetivada de forma heterogênea.

Os municípios que compõem o recorte espacial da pesquisa, conforme os dados expostos na tabela 1, possuem população absoluta inferior a 20 mil habitantes. De acordo com o último Censo Demográfico (2010), a população rural é maior que a urbana apenas no município de Puxinanã. Em Pocinhos, Soledade, Olivedos, Boa Vista e Montadas a população urbana é superior à rural, estando em Soledade e Montadas as maiores diferenças em relação à situação domiciliar.

Tabela 1 - Aspectos socioeconômicos e territoriais dos municípios que compõem a área de estudo

	Pocinhos	Soledade	Olivedos	Boa Vista	Puxinanã	Montadas
População estimada (2021)	18.848	15.211	3.989	7.218	13.801	5.806
População no Censo Demográfico (2010)	17.032	13.739	3.627	6.227	12.923	4.990
População urbana (2010)	9.618	10.231	1.902	3.208	4.217	3.156
População rural (2010)	7.414	3.508	1.725	3.019	8.706	1.834
Área territorial	623,967 km ²	578,178 km ²	314,625 km ²	468,933 km ²	71,118 km ²	31,793 km ²
PIB per capita (2019) - R\$	13.069,68	11.879,93	9.779,82	20.544,17	7.918,19	8.608,98

Fonte: IBGE (2010, 2019, 2021). Organizada pela autora (2021).

Com um quadro climático característico do semiárido nordestino, esses municípios estão inseridos no chamado polígono das secas, apresentando um regime pluviométrico

marcado por extrema irregularidade de chuvas, no tempo e no espaço (CPRM, 2005). Diante desses aspectos, a condição de semiaridez aliada, em muitos casos, à má gestão dos recursos hídricos constitui entraves para o desenvolvimento socioeconômico e para a subsistência da população residente no campo. Mesmo em meio a adversidades de diversas ordens, a agropecuária tem se mostrado expressiva entre os setores econômicos, destacando-se como o setor mais rentável da economia local em cinco dos seis municípios pesquisados (Pocinhos, Soledade, Olivedos, Puxinanã e Montadas). Em Boa Vista, a agropecuária fica em segundo lugar, atrás apenas da produção industrial, alavancada pela atuação de empresas mineradoras que exploram jazidas de argila bentonítica cálcica.

No âmbito do estudo aqui apresentado, é da dinâmica agropecuária que emerge o fator em comum, ou seja, a expressividade da avicultura de corte industrial e da produção camponesa integrada, que confere correlação entre esses municípios e, conseqüentemente, unidade à área pesquisada. Discutido como totalidade, mas também, em alguns momentos, decomposto em suas realidades específicas, o recorte espacial delimitado na pesquisa foi fundamental para a construção das reflexões que consubstanciam a nossa tese, a qual foi desenvolvida de acordo com o caminho teórico e metodológico descrito a seguir.

b) Aspectos teórico-metodológicos e estrutura do texto

No atual período da acumulação flexível, a análise geográfica dos sistemas produtivos do capital deve considerar a emergência de formas, de processos, de funções, de ações e de relações que não se explicam por si sós, mas no contexto de um movimento geral, de expansão capitalista, que se especifica quando atinge o território. Assim, não podemos esgotar as possibilidades analíticas de um determinado fenômeno, a exemplo da reestruturação produtiva na avicultura de corte industrial e de seus desdobramentos na reprodução camponesa, somente pela realidade do todo e de suas tendências gerais ou somente pela escala imediata em que esse todo incide e se reconstrói em particularidade, haja vista que é no movimento dialético da totalidade e de suas partes que a realidade material-concreta se constrói e se produz.

Desse modo, optamos pela dialética como princípio de método capaz de viabilizar a análise do movimento reestruturador do capital na avicultura de corte industrial e a compreensão de suas múltiplas transformações socioprodutivas e territoriais no campo paraibano a partir da forma como o todo, por força da interdependência e da simultaneidade de suas partes, revela-se em aspectos distintos, por vezes contraditórios, que nos ajudam a

apreender a verdadeira fisionomia da realidade agrária. Trata-se de adotar, como caminho metodológico para o entendimento da dialética do espaço, a visão da realidade em sua integridade, universalidade e singularidade. Isso quer dizer, considerando o conjunto de todas as coisas e de todos os homens, em suas relações e em seu movimento (SANTOS, 2006).

Entendendo dessa forma, no que se refere à abordagem metodológica adotada para levar a termo a proposta de trabalho, concordamos com Mizusaki (2009), quando diz que não existe uma dicotomia entre quantidade e qualidade, mas sim uma unidade dialética. Nessa perspectiva, entendemos que a delimitação do universo da pesquisa em torno da reprodução camponesa no contexto da reestruturação produtiva no agronegócio avícola consiste em apreender uma realidade quantitativa que implica uma realidade qualitativa, e vice-versa. Consideramos, então, que quantidade e qualidade, enquanto categorias da dialética, encontram-se organicamente interligadas (MISUZAKI, 2009).

Para realização da pesquisa, os procedimentos técnicos acionados envolveram pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo realizada nas áreas de produção agropecuária inseridas no recorte geográfico já apresentado. No que se refere à pesquisa bibliográfica, procuramos estruturar uma base teórica a partir de eixos conceituais e temáticos. Sob a perspectiva dos aspectos teórico-conceituais, concentramos esforços no levantamento, na reflexão e na discussão das categorias geográficas e dos conceitos que servem ao entendimento da problemática estudada, o que nos direcionou aos referenciais de espaço, de território, de agricultura familiar camponesa e de reestruturação produtiva. Com base nos aspectos temáticos da pesquisa, objetivamos reunir leituras que dialogam com a dinâmica de funcionamento e de organização do agronegócio avícola, destacando, nessa seção teórica, trabalhos referentes à evolução, à expansão e à reestruturação do setor; ao sistema de integração avícola; e aos aspectos econômicos e territoriais que foram e são desencadeados pelo desenvolvimento da avicultura de corte industrial.

Dessa forma, ao recorrermos ao princípio teórico-conceitual da reestruturação produtiva (ALVES, 1999; ALVES, 2007), primamos pela análise do conjunto de transformações, que sinaliza novos conteúdos e contornos para o desenvolvimento capitalista e, conseqüentemente, para a racionalização da sociedade a partir da década de 1970. Vista sob termos teóricos diversos, mas convergentes em muitos aspectos, tais como: mundialização do capital (CHESNAIS, 1996); acumulação flexível (HARVEY, 1992); globalização da economia (BENKO, 1996); e, no âmbito de sua dimensão geográfica, meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2006), a reestruturação produtiva é compreendida em nosso plano analítico como um processo que sedimenta uma etapa capitalista que não pode ser vista como

determinação estruturalmente estática com fim a ser facilmente datado pelos limites próprios da reprodução do capital. Há algo mais complexo na reestruturação produtiva em curso, sendo preciso desnudar também os pormenores de sua processualidade que, em linhas gerais, têm apontado para o impulso expansionista cego do capital que, sob a ilusória ideia de um equilíbrio dinâmico contínuo de crescimento, mantém irresolutas e agravadas suas crises.

Para explicar esse processo no campo, abordamos a reestruturação produtiva sob a perspectiva da territorialização do capital e da monopolização do território (OLIVEIRA, 2007), tidas como formas de acumulação que se distinguem para melhor se complementarem no movimento geral de expansão e de acumulação flexível do capital. Nesse contexto, tendo em vista as especificidades das formas de articulação do capital com a agricultura familiar camponesa no desempenho do agronegócio da avicultura de corte industrial, em que a implantação direta das bases industriais junto à escala de produção agropecuária não é necessária ao exercício do seu controle e domínio, o monopólio do território (OLIVEIRA, 2007) nos comparece como um recurso teórico-analítico capaz de apreender as dinâmicas territoriais decorrentes da ação do capital no agronegócio que, no curso da reestruturação produtiva, usa os territórios sem deles se apossar efetivamente.

No que se refere ao lugar social e ao papel econômico da agricultura familiar camponesa no interior das relações de produção integradas ao capital, partimos do pressuposto de que a integração do produtor camponês à indústria é imanente à sua subordinação e à sujeição da renda da terra ao capital monopolista (OLIVEIRA, 2007; MIZUSAKI, 2009). Dessa forma, o entendimento da reestruturação produtiva, no âmbito das relações sociais de produção estabelecidas entre o capital e o produtor camponês, coloca-nos diante de um cenário, cujas imposições canalizadas no processo de subordinação, demandam modificações importantes na forma de produzir e de organizar a produção. Essas transformações, no entanto, não resultam na eliminação ou destruição da essencialidade e da organização camponesa, pois esse processo é, em parte, condicionador da recriação do camponês na sociedade capitalista (PAULINO, 2004; MARQUES, 2008; HECK, 2016; WANDERLEY, 2003).

Em relação à opção pelo conceito de agricultura familiar camponesa, essa não decorre da intenção de imputar significado diferente a um conteúdo já existente. Comumente, os estudos sobre a reprodução camponesa têm sido pressupostos por abordagens que partem do campesinato para prescrever o lugar social do camponês a partir do fundamento socioeconômico da subsistência e, notadamente, da luta e da resistência contra a dominação e o controle do capital. Isto, no debate agrário brasileiro acabou hegemonizando, de alguma

forma, este conceito (o campesinato) como depositário da recriação camponesa na sociedade moderna e como representante ínsito da luta ativa por autonomia frente à expansão capitalista. Quando decidimos que as relações sociais de produção seriam a chave principal para abrir o complexo de dinâmicas e de processos decorrentes da reestruturação produtiva na avicultura de corte industrial paraibana, bem como a chave principal para desvendar os efeitos desta reestruturação na reprodução social camponesa, entendemos que não nos afastamos do campesinato propondo uma segunda via, antagônica ou mesmo complementar a este, que pudesse vir a distinguir o “nosso” conceito, deste outro.

Diante da condição dialética intrinsecamente prescrita na geografização dos fenômenos, é fundamental priorizar o princípio interpretativo de que não são os parâmetros da análise teórico-metodológica que determinam a realidade, mas a realidade que determina os parâmetros teórico-metodológicos da análise. Isso não dispensa, em momento algum, a importância da teoria como instrumento basilar para uma boa compreensão da dimensão prática do objeto. Desta forma, aqui, a referência analítica que endossa a investigação é o produtor camponês integrado ao agronegócio, cuja reprodução é vista sob a ótica da agricultura familiar camponesa, um conceito que nos parece ser estratégico para apreender a reprodução camponesa nas mais diversas formações socioterritoriais, a exemplo daquela constituída no curso da reestruturação produtiva da avicultura paraibana.

Nesta linha de pensamento, quando nos referimos ao camponês ao longo da pesquisa, é compreendendo que ele não é produto exclusivo do campesinato, da agricultura familiar camponesa ou de qualquer outro conceito que vislumbre seu monopólio, mas da realidade agrária, sendo a sua caracterização derivativa dos contextos particulares que permeiam, justamente, essa realidade. Aqui, estes contextos, caracterizados por um nível mais agudo de relacionamento com o capital e por uma luta objetivada, mas ainda não efetivada, nos fizeram enxergar a agricultura familiar camponesa como forma de mediação conceitual propositiva ao entendimento teórico-prático do camponês.

Portanto, a perspectiva utilizada em nossa pesquisa acerca do camponês é a do produtor familiar (WELCH; FERNANDES, 2008; NEVES; SILVA, 2008), que tem na unidade camponesa um traço comum de sua produção econômica, presença e existência social. Sob tais circunstâncias, concordando com Shanin (2005), Marques (2008), Neves e Silva (2008) e Heck (2016), entendemos que a constituição da condição camponesa não pode ser vista como uma abstração teórica sobre o direito e os contornos da participação do camponês nos sistemas produtivos, e sim como uma experiência prática a ser apreendida a partir de uma infinidade de possibilidades e de conjunturas, que retratam a coexistência do

produtor camponês em formações socioeconômicas diversas, tal como o complexo de sistemas do agronegócio.

Compreendendo a reestruturação produtiva no agronegócio avícola como produto do desenvolvimento desigual e combinado do capital, buscamos entender o sentido do movimento global que se transforma em multiplicidade e individualiza os objetos e as ações por meio das formas territoriais (SANTOS, 2006). Isso a partir das categorias de análise espaço e território. Nessa perspectiva, o espaço é entendido por sua indivisibilidade e fluidez diante do processo de acumulação, em que se constitui em “um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, 2006, p. 39).

Essa concepção permite apreender a ação do capital como processo e como resultado, o que, em nosso entendimento, evoca o território como categoria analítica capaz de dar conta da existência material, relacional, particular e específica que preside as ações do todo. Pensando a reestruturação produtiva na avicultura de corte no âmbito da relação sociedade-espaço-tempo, entende-se que essa é uma dinâmica mediada por relações de poder, fato que faz do território, e mais especificamente dos seus usos, o ponto de partida para a construção da abordagem geográfica da questão (MIZUSAKI, 2009).

Neste sentido, no tocante à reestruturação produtiva no agronegócio da avicultura de corte industrial, compreendemos esse processo como um complexo de inovações socioprodutivas, de caráter técnico-normativo, que avança no campo por meio de um movimento universal que cria novas possibilidades para a reprodução do capital e que se configura enquanto usa, de forma contraditória e conflitiva, os territórios, e nesses se intercala com a ação de sujeitos e de relações preexistentes (MIZUSAKI, 2007; 2009; HECK, 2016; FERNANDES, 2009).

Ante esse quadro teórico-conceitual e suas possibilidades analíticas, encaminhamos a pesquisa de campo por meio de procedimentos e de técnicas de coleta de dados e de informações que nos permitiram compreender os processos investigados. Desse modo, a princípio foi realizado um levantamento de dados secundários que teve por objetivo especificar dados de produção, de produtividade e de mercado da avicultura de corte industrial nacional e paraibana. Para tanto, recorreremos aos dados apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por meio da Pesquisa da Pecuária Municipal, do Censo Agropecuário e dos levantamentos da Pesquisa Trimestral do Abate de Animais, além das informações da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), que, mediante

relatórios anuais, quantifica a produção brasileira de carne de frango a partir do desempenho das regiões nacionais e dos estados, e apresenta um panorama do consumo e da competitividade nos mercados interno e externo.

No âmbito da leitura concreta e material da reestruturação produtiva na avicultura de corte industrial e de suas inter-relações com a agricultura familiar camponesa na área de estudo, objetivamos estabelecer os níveis de proximidade entre a teoria e o objeto, priorizando uma abordagem qualitativa. Nesse sentido, utilizamos como instrumentos de coleta de dados a observação enquanto meio de “identificar e obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento” (MARCONI; LAKATOS, 1996, p. 79), e entrevistas semiestruturadas, mecanismos de investigação que partem de um conjunto de questões previamente definidas e se estendem por questões complementares desencadeadas pelo contexto da entrevista. As entrevistas semiestruturadas foram realizadas com representantes das empresas avícolas estudadas. Além disso, contamos, nas entrevistas, com um representante da Empresa Paraibana de Pesquisa, Extensão Rural e Regularização Fundiária (EMPAER-PB) e das secretarias municipais de agricultura de cada município que compõem o recorte espacial da pesquisa, e com os produtores camponeses que fazem parte dos sistemas de integração dentro do recorte espacial e analítico da pesquisa.

No contato com os representantes das empresas, buscamos dados econômicos, normativos e técnicos inseridos nas estratégias empresariais, competitivas e produtivas da empresa em sua área de atuação. Com os representantes da EMPAER-PB e das secretarias municipais de agricultura, objetivamos compreender os contextos da participação (ou não) do poder público no desenvolvimento do agronegócio avícola e da reprodução social do produtor camponês integrado. Já com os produtores camponeses integrados, foco principal da pesquisa, as entrevistas objetivaram a obtenção de informações acerca dos desdobramentos desses dados no território e na questão agrária.

Na área recortada para a pesquisa de campo, existia, em 2018, ano em que foi feita a delimitação do recorte empírico, um total de 169 unidades produtivas agropecuárias ativas na produção do frango de corte industrial, sendo que, do total levantado, 110⁵ foram

⁵ Embora a seleção das variáveis adotadas na delimitação do recorte espacial da pesquisa tenha nos levado a uma área de eminente concentração da produção camponesa nos sistemas de integração do agronegócio avícola, a escolha destas 110 unidades agropecuárias de produção do frango de corte que foram contempladas no trabalho de campo não partiu de uma especificação prévia da natureza (ou não) camponesa de cada uma delas, o que nos imputaria adotar uma lógica abstrata classificatória. Desta forma, a identificação das unidades de análise fundamentais ao estudo foi feita no curso da imersão na realidade e da articulação desta com nossos planos teórico-conceituais. A partir daí, entre as 110 unidades produtivas visitadas, 92 compareceram como camponesas, tendo sido dentro deste quantitativo que foram calculadas porcentagens que aparecem no texto caracterizando aspectos da agricultura familiar camponesa integrada ao agronegócio avícola na área de estudo.

contempladas no trabalho de campo, realizado em quatro oportunidades: no primeiro semestre de 2019, nos dias 26 e 27 de junho; no segundo semestre de 2019, nos dias 21 e 22 de novembro; em janeiro de 2020, nos dias 29 e 30; e, no segundo semestre de 2021, entre os meses de outubro e de dezembro. É importante pontuar que a realização do último trabalho de campo, durante a pandemia da Covid-19, seguiu todos os protocolos de segurança sanitária determinados pelas autoridades estaduais e municipais⁶.

Em relação ao recorte temporal considerado na pesquisa, tomamos por referência o período compreendido entre 2000 e 2020⁷, no qual os desdobramentos técnicos, econômicos, sociais e territoriais da reestruturação produtiva no agronegócio avícola, tornaram-se mais evidentes nos contextos de reprodução da agricultura familiar camponesa.

No que se refere à organização do texto, o trabalho está estruturado em quatro capítulos, além da introdução e das considerações finais. No primeiro capítulo, “*A relação espaço-território no contexto da reestruturação produtiva do capital: aportes teórico-conceituais para abordagem geográfica*”, traçamos uma discussão acerca de elementos teórico-conceituais do processo de reestruturação produtiva do capital e de suas formas de existência no território a partir da compreensão do espaço como variável ativa.

⁶ O último trabalho de campo, que ocorreu no segundo semestre de 2021, precisou se adequar aos protocolos de segurança sanitária, os quais envolveram a apresentação do cartão de vacina com todas as doses já disponíveis nesse período para a faixa etária da pesquisadora, o uso de máscaras por todos os presentes nos ambientes abertos e fechados, e o distanciamento mínimo entre os presentes nos recintos fechados. Os trabalhos de campo realizados nesse período tiveram como foco entrevistas com os representantes dos poderes públicos municipais e com produtores camponeses. Nas prefeituras, os agentes públicos que participaram das entrevistas realizadas asseguraram o espaço físico apropriado, amplo e arejado, para esse contato. Nas entrevistas realizadas com os camponeses no campo, foi assegurado, além dos protocolos já mencionados, o contato apenas em ambientes abertos, a exemplo dos arredores dos aviários. No que se refere ao andamento da pesquisa de forma geral, a pandemia da Covid-19, decretada em março de 2020 pela Organização Mundial da Saúde (OMS), adiou a etapa final dos estudos *in loco*, mas não impactou, ao final, o acesso às informações pretendidas na escala de produção agropecuária, tendo limitado principalmente o contato com as empresas, as quais preferiram priorizar contatos virtuais.

⁷ O recorte temporal estabelecido na pesquisa abarca também o ano de 2020, ano marcado pela pandemia da Covid-19 e pelos seus impactos em diversos setores. No âmbito do estudo, não tivemos como documentar e sistematizar informações acerca dos possíveis efeitos sobre a avicultura industrial e suas áreas de produção agropecuária, tanto pelo fato deste enfoque não estar entre os nossos objetivos, já em desenvolvimento prático através de trabalhos de campo iniciados antes da pandemia, como também em razão de tratar-se de um processo em pleno curso durante a conclusão da pesquisa, o que nos limitou quanto a traçar qualquer diagnóstico. Contudo, a título de nota, o que pôde ser observado a partir do contato com as empresas integradoras e, sobretudo, com os produtores camponeses integrados, foi que as mudanças até então observadas relacionam-se com a necessidade de adaptação, principalmente no ambiente das empresas e de suas unidades de processamento, diante das medidas de segurança sanitária estabelecidas pelas autoridades de saúde. No âmbito do sistema de integração, os produtores camponeses com os quais tivemos contato em 2021, afirmaram não terem identificado mudanças significativas que pudessem ser atribuídas ao cenário pandêmico. De toda forma, acreditamos que no caso de possíveis ou prováveis impactos, estes ainda estão sendo acumulados, cabendo a estudos futuros, com objetivo especificado nesta direção, revelá-los.

Afunilando essa discussão na direção das dinâmicas próprias ao desenvolvimento da avicultura de corte industrial na realidade brasileira, apresentamos, no segundo capítulo, intitulado “*A reestruturação produtiva no agronegócio da avicultura de corte industrial e a complexificação das relações sociais de produção no campo*”, os elementos constitutivos da compreensão teórico-prática do camponês, bem como a evolução e a configuração do agronegócio avícola, evidenciando sua dimensão social, dada pela articulação de relações capitalistas e não capitalistas de produção, formas que contraditoriamente se combinam no movimento de expansão do capital na avicultura.

No terceiro capítulo, o qual denominamos “*A avicultura de corte industrial no estado da Paraíba: transformações socioprodutivas e efeitos territoriais*”, buscamos explicar o desenvolvimento e a expansão do capital na avicultura paraibana no contexto de sua reestruturação produtiva, destacando a dialética entre a produção do capital e a reprodução camponesa.

Já no quarto e último capítulo, denominado “*As múltiplas faces e os contraditórios conteúdos da relação de interdependência entre a agricultura familiar camponesa e o capital no agronegócio avícola*”, refletimos sobre a confluência de interesses entre a produção do capital no agronegócio e a reprodução social do produtor camponês integrado, que sedimenta a interdependência entre ambos e, ao mesmo tempo, salienta a abrasividade da relação de subordinação que impõe sobre os camponeses o pressuposto da dependência unilateral. Sem desconsiderar os limites e os desafios postos para a resistência camponesa em meio a sua condição subordinada, refletimos ainda acerca das possibilidades para que venha a se constituir uma resistência camponesa mobilizada dentro dos sistemas de integração.

CAPÍTULO I

A RELAÇÃO ESPAÇO-TERRITÓRIO NO CONTEXTO DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DO CAPITAL: APORTES TEÓRICO-CONCEITUAIS PARA ABORDAGEM GEOGRÁFICA

Na busca por compreender os significados e a dimensão da expansão capitalista no campo brasileiro, o cerne principal dos ensaios tem sido a discussão do novo complexo de reestruturação produtiva do capital que se evidencia a partir da década de 1970, sedimentando a redefinição de aspectos sociais, econômicos, políticos, territoriais e técnicos, responsáveis por circunscreverem novas formas de interação e de conflitos entre os diferentes modelos produtivos e as suas respectivas configurações territoriais.

Vista do escopo analítico da Geografia, a reestruturação produtiva do capital, para além de um fenômeno com repercussões profundas no âmbito da economia mundializada, é tida como um fator de impacto no âmbito da transformação do espaço. O processo de produção do capital, que é o processo de produção espacial, em sua integridade existencial e consequencial, demanda, na abordagem geográfica, uma apreensão dialética de uma realidade que, ao mesmo tempo em que se generaliza na totalidade do espaço geográfico, particulariza-se nos diversos e distintos territórios.

O atual estágio de desenvolvimento do capitalismo se caracteriza por um novo patamar de internacionalização, cuja lógica aponta para a dilatação irrestrita da espacialidade fixa e circulatória do capital, que passa a estar em toda parte, seja como possibilidade efetivada, seja como possibilidade negada. Em ambos os casos, a contradição é um fator conjugado. A reestruturação produtiva revitalizou as formas de acumulação capitalista, pondo em evidência conteúdos técnicos e organizacionais que determinaram modelos mais flexíveis de produção e de organização do trabalho no campo e na cidade. Frente a esse cenário e a suas oportunidades para a acumulação, o capital arrogou um caráter ainda mais incontrollável e expansionista, ao mesmo tempo em que assumiu a forma de uma crise estrutural.

De forma simplificada, consideramos, para efeitos desta tese, a reestruturação produtiva como algo que escapa à dimensão limítrofe de um mero processo transicional situado entre uma ordem deteriorada (fordista) e a efetivação de outra ordem (flexível). A leitura aqui empreendida centraliza esforços na compreensão teórico-prática de um processo que se projeta sobre uma habilidade, a flexibilidade, que edificou a constância inovadora como estratégia fundante de uma etapa do desenvolvimento capitalista que nega as rupturas, essenciais às novas reestruturações, para tentar invisibilizar, sob o ímpeto do crescimento

ininterrupto, suas contradições eminentes e irresolutas. Com esse aspecto, a reestruturação produtiva, em curso desde a década de 1970, possui ainda desdobramentos contundentes na caracterização geográfica atual do capitalismo, porque sua processualidade se tornou, para o capital, categórica para prescrever a ideia de uma etapa que transita sem deterioração significativa, ancorando-se nas continuidades para preservar as suas formas de controle sobre as forças sociais e, conseqüentemente, para negar os limites de um sistema produtivo, cujo nível de saturação demanda não menos que reformas profundas nas suas bases de acumulação.

Subjacente às determinações postas pela reestruturação produtiva e pelas constantes inovações e contradições impulsionadas no curso de sua processualidade, a relação entre o capital e o espaço tem se reconstituído mediada pelo modo como o capital se coloca como fluxo ininterrupto no nível de uma totalidade social (o espaço como um todo) e como forma material no nível de uma fragmentação (o território como especificidade do todo social). Sob esse ponto de vista, a abordagem da reestruturação produtiva do capital na perspectiva da relação espaço-território dá ênfase à existência concreta, líquida, relacional, particular e específica do modo de produção capitalista, que intercala a condição global de realização do capital à sua inegável condição conflitante de realização nos territórios. A gênese do plano analítico em questão decorre, portanto, do entendimento de que o espaço é a dimensão geográfica que contém em si a natureza fluida das múltiplas determinações do capital e que o território, por sua vez, é a fração dentro dessa dimensão constituída pelas relações de poder que se impõem na base da acumulação flexível na forma de novas possibilidades para a expansão capitalista e, ao mesmo tempo, de conflitos entre as classes antagônicas.

Considerando esse movimento dialético e as mediações teóricas por ele requeridas, apresentamos, neste capítulo, num primeiro momento, a discussão de elementos teórico-conceituais do processo de reestruturação produtiva do capital e de suas formas de materialização no espaço e no território. A seguir, como um dos modos para apreender as múltiplas e distintas formas de expansão do capital na realidade brasileira, abordamos a particularidade da reestruturação produtiva no campo no Brasil e como ela sobredetermina e altera a questão agrária.

1.1 A reestruturação produtiva do capital e as novas formas de acumulação

Na marcha evolutiva do capitalismo, o desenvolvimento e a generalização das formas de acumulação se dão a partir da emergência de novas condições socioprodutivas que, sem eliminar o vínculo com as condições preexistentes, instauram-se sob a ordem vigente para

transformar o modo de produzir, de organizar a produção e de comercializar as mercadorias. Para Lencioni (1998), a noção de reestruturação pressupõe movimento. Nesse sentido, segundo a autora, as formas edificadas anteriormente não desaparecem com o processo de reestruturação, pois não ocorre a substituição de uma estrutura por outra, mas sim uma modificação que é produto da incidência de novas relações desencadeadas pelo movimento geral de transformação.

A rigor, podemos dizer que as reestruturações, a exemplo daquelas que atingiram historicamente o sistema capitalista, enquanto produto de uma trama de *caris* dialético que conjuga em sua totalidade temporalidades e espacialidades distintas, intercalam os momentos anteriores e os atuais em uma cinesia que procura universalizar “o novo” como padrão de equilíbrio em voga para a acumulação. Nas palavras de Lencioni (1998), a compreensão da lógica dialética da estruturação-reestruturação perpassa pelo entendimento de que:

As estruturas, nem são fixas e nem estáveis. Elas têm um equilíbrio provisório e quando esse equilíbrio é abalado pode ocorrer uma desestruturação-reestruturação, que se gesta no seio da própria estrutura, pois esta tem uma dinâmica que não só a constitui, mas que, também, busca romper os equilíbrios provisórios (LENCIONI, 1998, p. 07).

Para Soja (1993), a reestruturação, em seu sentido mais amplo, associa-se à ideia de uma sucessão intercalada por momentos de desaceleração e de mudança que levam a uma nova ordem social, econômica e política. Com esse aspecto, as reestruturações são episódios que se encaixam entre uma revolução total e uma reforma parcial, a depender da forma como o embate entre as posturas defensivas e ofensivas irá determinar o ajustamento do novo diante do existente. Conforme Soja (1993, p. 194):

A reestruturação não é um processo mecânico e automático, nem tampouco seus resultados e possibilidades potenciais são predeterminados. Em sua hierarquia de manifestações, a reestruturação deve ser considerada originária de e reativa a graves choques nas situações e práticas sociais preexistentes, e desencadeadora de uma intensificação de lutas competitivas pelo controle das forças que configuram a vida material.

No curso do desenvolvimento histórico do capitalismo, fases regulares de crescimento são intercaladas por crises que tensionam as vias da acumulação e projetam a reestruturação como fundamento para a mediação entre a ordem vigente e aquelas que a sucederão. Assim, a reestruturação está, para o movimento do capital, ora como um momento transacional, ora como possibilidade concreta para a constituição de um novo momento do regime de

acumulação e, nesse caso, o que dita a dimensão da reestruturação produtiva é o impacto que ela produz nos modos de regulação. Para Alves (1999), é justamente a percepção da variabilidade sócio-histórica dos modos de regulação da acumulação capitalista que nos permite considerar que o complexo de inovações sociais, políticas, tecnológicas e culturais, que atinge o capitalismo mundial a partir dos anos 1970, representa a passagem para um novo regime de acumulação do capital e modo de regulação social e político.

O “novo” é uma condição temporal que estabelece a distinção entre o antes e o depois. Logo, o que é tido como novo é aquilo que surge em relação a um quadro anterior que não deixa de ser a base referencial que ajuda a compreender o que se sobrepõe ou se intercala ao existente. O tempo é ordem, ao mesmo tempo em que é ciclo, transição e diferença entre o antes e o depois (TONELLI, 2008). Na Geografia, o tempo e o espaço comparecem como uma medida recíproca, uma coisa só, metamorfoseando-se um no outro, em todas as circunstâncias a partir da sociedade em processo, isto é, realizando-se (SANTOS, 2006).

Pensar o “novo” na Geografia inclui o esforço para qualificar os tempos de uma realidade em movimento que se dá sobre uma base material, o espaço. Isso não é uma tarefa necessariamente fácil, tendo em vista que não podemos simplesmente congelar e mapear os conteúdos de uma dada temporalidade para esmiuçar sua espacialidade. Dessa forma, ao nos referimos à reestruturação produtiva como um processo novo, não estamos presos apenas à datação de um momento específico de transformação que surge na segunda metade do século XX. Isso faria, passadas cinco décadas, a ideia do novo, no mínimo questionável. Reconhecemos, esse momento de transformação iniciado em 1970, como ponto de partida para um complexo de inovações, pressuposto sobre uma flecha de tempo caracterizada por uma mutabilidade que impõe sobre o espaço o “novo” como condição permanentemente recriada pelo capital por meio do movimento recorrente das inovações.

O capital, para Marx (2013), é uma relação social construída por meio da exploração dos trabalhadores pelos capitalistas que, por intermédio da produção de mercadorias, apropriam-se do trabalho acumulado, isto é, do capital. Alves (1999), partindo da perspectiva marxista, afirma que o capital é uma categoria complexa que deve ser entendida no âmbito de suas múltiplas expressões e enquanto valor em movimento que cria (e recria) a sociabilidade moderna. Com esse escopo, o capital comparece tanto como forma, quanto como relação social. O valor é, na concepção marxista, o tempo de trabalho empregado nas operações do capital, sendo, em essência, uma relação social. Nessa perspectiva, o capital é uma conjunção de formas materiais e imateriais diversas, articuladas sob um movimento circulatório pressuposto pela relação social, o valor.

Diante da reestruturação produtiva iniciada na segunda metade do século passado, mais do que nunca, o capital torna-se sujeito do processo, criando novos mundos e dinâmicas, instaurando contradições e paradoxos, constituindo-se como ativo que se impõe sobre cada um de nós (ALVES, 1999). Constituída a partir da necessidade latente de superar o estrangulamento da superprodução fordista⁸ na lógica espaço-tempo nacional, a reestruturação produtiva representa o conjunto de estratégias adotadas para recompor, num plano sistêmico, a base produtiva e sociometabólica do capital⁹ sob a máxima de um sistema financeiro global altamente integrado e coordenado pelas tecnologias de transporte e de telecomunicação. É desse modo que, para Alves (1999), a lógica suprema da internacionalidade, essência presente, mesmo que de forma embrionária, desde o princípio do modo de produção capitalista, torna-se a esfera produtiva e circulatória em que o valor se forma e se autoexpande.

No âmbito da teoria de Marx, o capitalismo aparece como um sistema que, assim como cria suas próprias crises, deve criar também suas novas oportunidades de acumulação. Ao adentrarem a racionalidade instrumental da sociedade burguesa, que se constitui com o capitalismo industrial, Marx e Engels (2008) entendem o capitalismo como um processo civilizatório que tem como chave central o controle social mediado pela frenesia burguesa de alojar-se por toda parte, estabelecer-se por toda parte e construir vínculos por toda parte.

Embora não seja possível dizer que a ideia de sociedade global esteja formulada no pensamento de Marx (IANNI, 1995), elementos discutidos em seus escritos são categoriais para apreensão da dimensão mundial assumida pelo capitalismo a partir da década de 1970 no contexto de reestruturação produtiva do capital. Na leitura de Ianni (1995), ao discutir a marcha civilizatória do capital, Marx chama atenção para a sustentação do capitalismo sobre um vasto sistema relacional que invade todo o globo em uma espécie de intercâmbio universal, capaz de destruir e reconstruir as formas de trabalho e de vida aonde vai. Nesse

⁸ O fordismo traz como fundamento técnico e ideológico a produção e o consumo em massa, correspondendo a um modelo que se preocupou tanto com o controle sobre o processo de trabalho, como com a adesão do trabalhador, isto é, o sujeito que socializa a racionalização capitalista (fordista) que surge no chão da fábrica (GRAMSCI, 1976). A crise fordista que dá espaço para a reestruturação produtiva do capital a partir da década de 1970 é produto de uma combinação de diversos fatores, entre os quais: a queda da produtividade, a saturação do consumo e a insatisfação da classe operária, que já demonstrava sinais de desgaste pela intensificação da exploração.

⁹ O sistema operacional do capital se estabelece sobre a sociedade, articulando-se e consolidando-se como estrutura de comando singular que, além de econômica, é social, política e cultural. Nesse contexto, o capital se reproduz a partir de um controle sociometabólico em que as oportunidades de vida dos indivíduos sob tal sistema são determinadas segundo a estrutura hierárquica de comando criada pelo o próprio capital (MÉSZÁROS, 2011).

sentido, destaca-se uma das determinações intrínsecas da ordem atual da acumulação do capital, a reprodução ampliada¹⁰.

Para Alves (1999), um dos aspectos importantes da sociedade burguesa discutidos por Marx, a tendência da mercantilização universal, que se coloca como princípio explicativo da temporalidade moderna do capital, está contido na trama lógica da fórmula geral do capital.

A fórmula geral do capital, indicada por Marx, é D-M-D' (onde D é igual a dinheiro, M é mercadoria e D' é o dinheiro acrescido de mais-valor) [...] Nesta pequena fórmula-síntese, Marx apresenta o princípio estruturante da sociabilidade moderna ou sociabilidade do capital. Nesse momento, Marx está sendo minimalista. Uma simples fórmula geral – D-M-D' contém o princípio universal fundante e fundamental da ordem de produção e reprodução do metabolismo social do capital. D-M-D' significa que o processo de modernização baseia-se, em si e para si, na lógica do capital, ou seja, no movimento do dinheiro que busca fazer mais dinheiro através da venda de mercadoria (o que significa, num primeiro momento, a posição do mercado). Ora, não é que o mercado tenha surgido com o modo de produção capitalista. Existiu mercado nas sociedades antigas. Entretanto, enquanto categoria compositiva do capital, o mercado, sob o modo de produção capitalista, assumiu uma dimensão inédita (ALVES, 1999, p. 17).

Em seus desdobramentos categoriais, a fórmula geral do capital desenvolvida por Marx apresenta a circulação como condição para que se produza a mais-valia, colocando a valorização do capital-dinheiro sob a ordem permanente e determinante do movimento como a estratégia de acumulação por trás do caráter expansionista e incontrolável do mercado. Assim, a perspicácia desse autor, ao projetar a circulação, o movimento e o mercado expansionista na gênese do funcionamento da sociedade capitalista, fez com que prefigurasse em seu pensamento a essência dos impulsos e das possibilidades que constituem hoje as novas necessidades da acumulação capitalista.

Essas novas necessidades de acumulação, gestadas na Revolução Técnico-científico-informacional, caracterizam a reestruturação produtiva do capital e demarcam a constituição plena do mercado mundial, da ordem global do capital e da lógica da mercadoria (ALVES, 1999), o que configura a epocalidade do modo de produção capitalista sob a vigência da mundialização do capital (CHESNAIS, 1996), da acumulação flexível (HARVEY, 1992), da globalização da economia (BENKO, 1996) ou, ainda, na leitura geográfica do que seria sua dimensão socioespacial, do meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2006).

¹⁰ Para Luxemburg (1970), a reprodução ampliada, que é uma etapa da acumulação do capital, está ligada a uma produção voltada para a mais-valia, única forma possível de incremento da produção; transformação da mais-valia em dinheiro; transformação do novo capital em forma produtiva; e transformação das novas mercadorias produzidas pelo capital excedente em dinheiro.

Para Chesnais (1996), o quadro de mudanças que atinge a produção capitalista, sobretudo a partir da década de 1980, constitui o processo de mundialização do capital, ou seja, a fase do capitalismo marcada pelo contexto institucional em que a liberalização e a desregulamentação das trocas, do trabalho e das finanças, têm permitido a reconstituição de um modo específico de funcionamento do capitalismo. Trata-se, pois, a mundialização do capital, do movimento irrestrito de valorização do capital rentista, que inaugura uma nova fase do processo de internacionalização capitalista, iniciado há mais de um século.

À luz do pensamento sociopolítico de Chesnais (1996), a reestruturação produtiva, que alicerça a mundialização do capital no fim do século passado, é demarcada pelo auxílio da informática e das redes de telecomunicações, que possibilitam ao capitalismo reconhecer o espaço no qual o capital movimenta-se e desenvolve suas estratégias globais de atuação. É assim que, em conformidade com o pensamento do autor, o espaço se torna, simultaneamente, escala de difusão de capitais (por meio da deslocalização de empresas) e escala de concentração de capitais (por meio da constituição e da centralização de oligopólios).

Evitando o termo globalização, por acreditar que esse pressupõe a ideia fantasmagórica de reconstrução de um mundo sem fronteiras, a opção teórico-metodológica de Chesnais pelo conceito de mundialização do capital não deixa de considerar a seletividade espacial das operações capitalistas que são feitas com o objetivo único da obtenção do lucro. Dessa maneira, a mundialização do capital não significa que o conjunto de todos os lugares do globo possa, por completo, interessar ao capital, ou que esse conjunto de lugares será alcançado pelo movimento da mundialização, senão sob a forma contraditória de sua marginalização (CHESNAIS, 1996).

De um campo discursivo que parte da base ontológica da condição pós-moderna¹¹, Harvey (1992) entende a temporalidade atual do processo de desenvolvimento do modo de produção e de reprodução capitalista como sendo o momento da acumulação flexível. A acumulação flexível, na concepção desse autor, decorre da necessidade primária de superação da crise no modelo fordista de produção, representando, assim, o conjunto de possibilidades que permitiu a flexibilização da produção, do trabalho e do mercado. Dessa forma, segundo Harvey (1992, p. 149), a acumulação flexível é caracterizada:

¹¹ A condição pós-moderna é discutida por Harvey (1992) no contexto das transformações políticas e econômicas advindas do capitalismo e que repercutem no âmbito social e cultural. Desse modo, a condição pós-moderna é caracterizada pelo autor como sendo o momento de passagem da modernidade para a pós-modernidade a partir da substituição do modelo fordista de produção pelo modelo da acumulação flexível.

[...] pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas.

Conforme destacado pelo autor, sob o regime da acumulação flexível, a produção capitalista, circunscrita em uma nova lógica espaço-tempo, preserva e agrava os padrões de desenvolvimento desigual tanto entre os setores econômicos como entre as regiões geográficas, fazendo, do atual momento do desenvolvimento capitalista, flexível para o mercado, flexível para o processo de produção, flexível para a exploração do trabalho, mas inflexível diante das contradições sociais e territoriais intrínsecas à própria atividade do capital.

Nessa linha de pensamento, do ponto de vista geográfico, pensar o desenvolvimento capitalista no curso da acumulação flexível requer analisar a circulação do capital no âmbito da produção e da organização espacial. De acordo com Harvey (2005), em algum momento os fluxos se tornam fixos, assumem uma dimensão material no espaço e nesse passam a agir para torná-lo adaptável à necessidade capitalista de superar as barreiras espaciais e permitir ao capital estar por toda parte. Nesse sentido, ainda conforme o autor, a criação de uma teoria espacial para explicar o desenvolvimento capitalista perpassa pela tarefa inicial de elaborar representações dinâmicas que permitam compreender como a organização espacial, no limiar das transformações histórico-geográficas, é usada para superar o espaço. Isso implica, em outras palavras, um esforço analítico na direção da premissa do espaço como variável ativa na constituição dos processos de produção e de reprodução do capital.

Os fundamentos que qualificam o modo de produção capitalista sob a ideia da mundialização do capital (CHESNAIS, 1996) e da acumulação flexível (HARVEY, 1992) são, para Benko (1996), substratos do processo de globalização da economia. Na concepção do autor, a globalização consiste em um processo de mundialização caracterizado pela unificação do mercado, pela atuação de empresas mundializadas e pela constituição de um quadro regulamentar e institucional ainda muito inadaptado, uma vez que carece de um mecanismo de regulação que permita controlar, em escala planetária, a interdependência econômica e política entre os países.

Entendendo a globalização como um salto histórico na marcha do capitalismo, Benko (1996) chama atenção para o fato de que o termo, para além das modas, deve ser encarado com prudência, pelas seguintes razões:

Primeiro, porque o movimento de integração econômica mundial, esboçado no século XVI, conheceu desde então avanços e recuos, entre os quais a expansão dos investimentos diretos no estrangeiro durante os anos 80, aliás recentemente desacelerada, não constitui senão o último episódio; depois porque a presença das empresas estrangeiras nas economias nacionais, conquanto significativamente aumentada, permanece limitada, e porque, simetricamente, a maioria das firmas, incluindo as maiores, conservam hoje um caráter etnocêntrico muito acentuado; e finalmente, porque se assiste mais a formação, ainda frágil e incerta, de entidades e mercados regionais (mercado único europeu, livre-troca americana) do que há uma verdadeira unificação do mercado mundial (BENKO, 1996, p. 86).

Isso significa que o processo de globalização, expressão do complexo de reestruturação produtiva do capital, não exige a forma desordenada e mal regulada como tem se configurado o movimento de expansão capitalista desde os seus primórdios. Pelo contrário, nesta temporalidade do modo de produção capitalista, isto é, de globalização, aceleram-se e aumentam-se os riscos de exclusão e de marginalização dos países. Nesse caso, a globalização expressa a avassaladora capacidade (material e imaterial) de difusão dos capitais mundiais e não a supressão ordinária da fragmentação dos mercados e do espaço no plano internacional, pois, para as empresas globais, engajar-se ou não em um determinado território é também uma estratégia de lucro.

Para Santos (2000), a globalização, o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista, condiz com a existência de um novo sistema global de técnicas que é assegurado por ações que dão conta da emergência de um mercado global, responsável pelo essencial dos processos políticos atualmente eficazes. Dessa forma, são fatores que contribuem para explicar a arquitetura da globalização:

A unicidade da técnica, a convergência dos momentos, a cognoscibilidade do planeta e a existência de um motor único na história, representado pela mais-valia globalizada. Um mercado global utilizando esse sistema de técnicas avançadas resulta nessa globalização perversa. Isso poderia ser diferente se seu uso político fosse outro. Esse é o debate central, o único que nos permite ter a esperança de utilizar o sistema técnico contemporâneo a partir de outras formas de ação (SANTOS, 2000, p. 12).

Nessa concepção, a globalização é, antes de tudo, decorrente do desenvolvimento de um sistema técnico-planetário e de ações políticas, de modo que o uso das novas técnicas

postas a serviço dos capitais mundiais está mediado por um apoio fundamental por parte dos próprios Estados capitalistas sob a forma das políticas de liberalização, de desregulamentação e de privatização. “Há uma relação de causa e efeito entre o progresso técnico atual e as demais condições de implantação do atual período histórico” (SANTOS, 2000, p. 27), em que a disseminação da mais-valia mundializada tende a ser acompanhada pela globalização das técnicas e pelo apoio de políticas governamentais pró-capitalistas que não aspiram, necessariamente, à integração de todos os lugares à dinâmica econômica vigente, mas à viabilização das operações do capital industrial e financeiro transnacional quando lhe convém.

Ao explicar o atual processo de realização do capital pelo desenvolvimento da técnica, Santos (2006) parte do entendimento de que as técnicas representam “o conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço” (SANTOS, 2006, p. 16). Na lógica do capital em processo, a relevância das técnicas é dada pela funcionalidade indispensável que possuem, por um lado, no interior da corporação transnacional, isto é, no funcionamento do complexo produtor de mercadorias; e, por outro, na estruturação material e imaterial da rede relacional entre as empresas interligadas na escala mundo.

A compreensão da técnica como elemento codificador do complexo de inovações sociais, políticas, econômicas e culturais do capitalismo em sua fase de globalização, no plano analítico-conceitual desenvolvido por Santos, propõe, por meio da observação das técnicas, pensar a espacialidade do capital subjacente às novas relações sociais que dão significado ao território. Desse modo, a reestruturação produtiva do capital que culmina na fase capitalista da globalização é, em sua manifestação geográfica, o que devemos chamar de meio técnico-científico-informacional.

O meio técnico-científico-informacional representa a dimensão geográfica (socioespacial) da atual fase de desenvolvimento capitalista. Ele emerge em um período em que se rompem “os equilíbrios preexistentes e novos equilíbrios mais fugazes se impõem: do ponto de vista da quantidade e da qualidade da população e do emprego, dos capitais utilizados, das formas de organização das relações sociais, etc.” (SANTOS, 2006, p. 161). No âmbito geográfico, isso implica, segundo Santos (2006), a diminuição da arena da produção, enquanto a respectiva área total se amplia, ou seja, restringe-se o espaço reservado ao processo direto da produção capitalista, enquanto se alarga o espaço das outras instâncias da produção, da circulação, da distribuição e do consumo.

Nessa fase, o mercado global comparece como o agente que coordena a união entre a técnica, a ciência e a informação, tornando-se a racionalidade que subordina a constituição e a

distribuição espacial dos objetos e das ações que viabilizam a reprodução do capital a partir das atividades econômicas. O meio técnico-científico-informacional consiste, portanto, no produto da soma entre a exacerbação da mundialização do capital e a requalificação dos espaços que se transformam para atender aos interesses dos atores hegemônicos da economia (SANTOS, 2006).

Dessa forma percebe-se que, embora discutida sob filiações teóricas diversas, a reestruturação produtiva em curso repõe-se sob as condições de um mesmo movimento de transformações que circunscreveu um processo de mudança econômica, social, produtiva, tecnológica e espacial, o que foi pressuposto sob uma hierarquia de manifestações. A amplitude e os traços característicos dessa reestruturação demonstram que estamos diante de algo que vai além de uma simples fase da internacionalização do capital, pois mais do que o estabelecimento de conteúdos e de engrenagens específicas para sustentar uma determinada etapa do desenvolvimento capitalista, está em voga, para o capital, a conformação de um cenário de desregulamentação profunda, em que suas estratégias de reprodução possam ser definidas e redefinidas a todo momento, atendendo, assim, ao caráter incontrolável e inconsequente de sua expansividade.

Com esse aspecto, a reestruturação produtiva deu fundamento a uma etapa capitalista que não pode ser vista como algo estático e com fim a ser facilmente datado pelos limites próprios dos conteúdos de sua funcionalidade e de sua exposição aos limites imediatos do capital. Do mesmo modo, a reestruturação produtiva está longe de ser a engrenagem automática pressuposta pelo idealismo evolucionista¹², que procura disfarçar o assentamento da atual fase do desenvolvimento capitalista em uma crise estrutural.

No decorrer de sua processualidade, a reestruturação produtiva tem apontado para mudanças que se remetem ao impulso expansionista cego do capital que, sob a ilusória ideia de um equilíbrio dinâmico contínuo de crescimento, mantém irresolutas suas crises, sedimentando caminhos ainda mais céleres e irreversíveis para sua autodestruição. Reconhecer o esgotamento da reestruturação produtiva iniciada na segunda metade do século passado é, para o sistema do capital, admitir a intensidade e a abrasividade de suas crises nesta epocalidade e a necessidade de uma transformação revolucionária que implicaria não só redefinir, mas, sobretudo, restringir e substituir suas possibilidades (predatórias) atuais de reprodução. Nesse sentido, sob a ideia da irrefreabilidade de uma acumulação sem fim, o

¹² Para Soja (1993), o idealismo evolucionista, uma forma de historicismo, sucumbe aos processos de reestruturação por meio da ideia de que a mudança simplesmente parece acontecer no limiar de uma marcha espontânea e linear inelutável, cuja direção é o progresso.

capital pressupõe sua reprodução no curso de uma sucessão ininterrupta de fases de crescimento dentro de uma mesma etapa, e isso é estratégico para a negação de uma crise, cuja superação já não tem como convergir para um novo estágio de acumulação, como pressupõem os capitalistas, mas para a necessidade de reformas profundas que põem em evidência a implosão do próprio sistema, ao menos na forma como o conhecemos hoje.

1.1.1 A processualidade da reestruturação produtiva do capital: do pressuposto da expansão ininterrupta à crise em perspectiva

A flexibilidade é a habilidade suprema do capital em processo. Ela se ergue como estratégia central de um padrão produtivo que procura pautar-se sobre o princípio da linearização que, na prática, consiste em implantar as tecnologias de tal maneira que elas nunca sejam o fim, mas os meios pelos quais as inovações possam ser constantemente criadas e incorporadas no processo produtivo (ALVES, 1999). Trata-se, portanto, de uma inserção em círculos abertos da tecnologia, de modo que o poder de inovação do capital esteja relacionado não só à forma material/imaterial criada e incorporada em um dado espaço-tempo da processualidade da reestruturação produtiva, a exemplo da década de 1970 em si, mas, sobretudo, à capacidade que essa forma material/imaterial tem de gerar repercussões por meio de novas tecnologias, que possam potencializar a expansão do capital, mesmo diante do aprofundamento de suas crises.

Para Benko (1996), a flexibilidade, no contexto das mudanças que atingem a sociedade capitalista nas últimas décadas do século XX, tornou-se um conceito-chave da Economia e da Geografia, configurando-se essencialmente por cinco formas básicas:

- a) Os equipamentos flexíveis na produção, que permitem grande adaptabilidade da organização produtiva; b) a aptidão dos trabalhadores para mudar de posto de trabalho no interior de uma organização de conjunto, isto é, para controlar diversos segmentos de um mesmo processo produtivo; c) ela se mede também pela fraqueza das relações jurídicas que regem o contrato de trabalho e em particular as decisões de licenciamentos; d) a flexibilidade para designar a sensibilidade dos salários à situação econômica, própria a cada firma ou geral referente ao mercado de trabalho; e) o termo é entendido também como possibilidade, para as empresas, de se subtrair a uma parte dos saques sociais e fiscais e, mais geralmente, de se libertar das regulamentações públicas que lhes limitam a liberdade de ação (BENKO, 1996, p. 235-236).

Diante dessas formas de realização, o propósito da flexibilidade não é apenas viabilizar meios para expandir progressivamente a margem e a eficiência da estrutura

produtiva capitalista a partir da reorganização das bases materiais da produção e das relações sociais. É de interesse, sobretudo, criar o contexto pulsante e aberto para a inserção contínua e constante de inovações que possam vir a romper os limites relativos e pontuais do sistema, minimizando, de forma superficial, por algum tempo, os efeitos de suas contradições. Para Mészáros (2011, p. 176):

Enquanto existir objetivamente espaço para a livre expansão, o processo de deslocamento das contradições do sistema pode avançar sem empecilhos. Quando as coisas não vão bem, ou seja, quando há uma falha no crescimento econômico e em seu correspondente avanço, as dificuldades são diagnosticadas em termos do raciocínio circular, que evita as causas subjacentes e apenas acentua suas consequências, segundo o qual “o crescimento atual não é suficiente”. Tratar dos problemas com essa perversa maneira ilógica repetindo constantemente que “está tudo pronto” para a expansão saudável, mesmo nos momentos das grandes recessões, cria a ilusão de que o modo de controle sociometabólico do capital não precisa de nenhuma mudança fundamental.

Com esses caracteres, o capital intensificou no decorrer da processualidade da reestruturação um padrão produtivo que se, por um lado, tem sido recorrente em inovações programadas, por outro tem exposto uma crise sem precedentes, que não remonta mais à estagnação, como em outros tempos, mas, segundo Alves (1999), a uma crise de crescimento do “sujeito” capital. A reestruturação produtiva arraigada sob a acumulação flexível demarca uma etapa do desenvolvimento capitalista caracterizada pela autodestruição inovadora do capital, que “ocasiona crises recorrentes, provenientes da contradição intrínseca à própria atividade do capital, que, põem, a cada momento problemas de desenvolvimento para o capital (e, principalmente, para seus “suportes”: capitalistas e trabalhadores assalariados)” (ALVES, 1999, p. 33).

As crises são essenciais ao capitalismo, pois é nelas que as instabilidades são confrontadas, remodeladas e reformuladas para criar uma nova versão, mais polida e dinâmica, do seu desenvolvimento (HARVEY, 2016). Ao longo de sua história evolutiva, os bloqueios na acumulação compareceram como disfunções temporárias, cuja superação implicou recompor, sob novas bases, as forças de acumulação. Durante certo tempo, essa forma de remediação funcionou, mas o que está em cena atualmente já não é uma elementar crise cíclica, a qual o capitalismo possa vislumbrar facilmente uma saída para o baixo crescimento, a estagnação, a alta na taxa de desemprego e a perda de soberania estatal para os credores privados (HARVEY, 2016). Nessa direção, a crise em perspectiva remonta à

deterioração de uma etapa do desenvolvimento do capitalismo e, ao mesmo tempo, do próprio capitalismo.

É fato que a flexibilidade já não permite ao capital transitar por diferentes e distintas instabilidades sem deteriorações significativas. Flexibilizar-se diante das circunstâncias não basta para que a reoxigenação do sistema aconteça, porque as circunstâncias em si estão enrijecidas. As razões por trás do esfacelamento da etapa da acumulação flexível conjugam muitos fatores, os quais se encontram relacionados a contradições de diversas naturezas, desde aquelas fundamentais até aquelas mutáveis e perigosas¹³.

Em termos simples, o que se evidencia é o resultado de um modelo de acumulação que já demonstrou ser incapaz de tratar de suas “causas como causas” se essas representarem limites à sua reprodução ampliada (MÉSZÁROS, 2011). Como consequência imediata e gradativa dessa contra-razionalidade em maior efervescência, sobretudo nas últimas décadas, muitos distúrbios emergem e convergem para a convulsão do sistema. Esses distúrbios são diversos e estão relacionados entre si, mas a título de discussão daremos destaque a dois especificamente que se situam, a nosso ver, no âmago do entendimento da crise atual do capital. Estamos falando da crise ambiental e da ofensiva do capital sobre o trabalho, que se encontra cada vez mais tensionado pela economia de trabalho vivo, pelo crescimento do desemprego estrutural e pelas formas diversas de precarização.

Enquanto vai forçando espaço para a livre expansão, o capital se firma sobre a máxima do benefício econômico para justificar a derrubada das fronteiras ecológicas e o avanço desmedido de sua produção destrutiva. É nesse sentido que a crise ambiental que caracteriza a contemporaneidade do capitalismo configura, segundo Harvey (2016), uma das contradições perigosas do sistema. Nesse ponto, Harvey é enfático ao pedir cautela na generalização dessa como sendo uma contradição fatal, devido a quatro razões específicas:

Em primeiro lugar, o capital tem uma longa história de sucesso na resolução de seus problemas ambientais [...]. Em segundo lugar, a “natureza” que supostamente exploramos e esgotamos, e que supostamente nos limita ou “se vinga”, está interiorizada na circulação e na acumulação do capital [...]. O

¹³Harvey (2016) estabelece dezessete contradições na base da crise capitalista em processo. Dessas, sete circunscrevem-se no âmbito das contradições fundamentais (1) valor de uso e valor de troca, (2) o valor social do trabalho e a sua representação pelo dinheiro, (3) propriedade privada e Estado capitalista, (4) apropriação privada e riqueza comum, (5) capital e trabalho, (6) capital como processo ou como coisa, e (7) a unidade contraditória entre a produção e a realização; e sete se enquadram nas contradições mutáveis: (8) tecnologia, trabalho e descartabilidade humana, (9) divisões do trabalho, (10) monopólio e competição, centralização e descentralização, (11) desenvolvimentos geográficos desiguais e produção do espaço, (12) disparidade de renda e riqueza, (13) reprodução social, (14) liberdade e dominação; outras três estão indexadas à condição de contradições perigosas, sendo estas: (15) crescimento exponencial infinito, (16) a relação do capital com a natureza, e (17) a revolta da natureza humana: alienação universal.

terceiro ponto fundamental é que o capital transformou a questão ambiental em um grande negócio. As tecnologias ambientais são cotadas a valores altíssimos nas bolsas de todo o mundo [...]. Em quarto lugar, e talvez essa seja a ideia mais desconfortável de todas, o capital pode perfeitamente continuar a circular e se acumular sob condições de catástrofe ambiental (HARVEY, 2016, p. 229, 230, 231, 234).

Essas razões, contudo, não eximem a abrasividade da crise ambiental e de sua potencial dimensão catastrófica, estando ela no patamar de uma contradição perigosa justamente pelo fato de o capital ser ou não capaz de solucioná-la. Em todos os cenários, até naquele mais otimista em que o capital “heroico” munido de suas armas combatentes de todo o mal (a ciência, a tecnologia e o conhecimento) soluciona todo e qualquer problema, a crise ambiental aparece como gatilho para sentenciar os limites de um sistema que não pode simplesmente se erguer sobre o princípio do crescimento controlado, porque todas as suas engrenagens atuais estão pressupostas sob o provimento irrestrito das condições que sustentam a produção. Nesse contexto, pensar que o capital adotará uma forma controlada de desenvolvimento no que se refere à exploração das condições naturais que subsidiam sua produção “é fugir completamente à questão, pois o que está em causa não é se produzimos ou não sob alguma forma de controle, mas sob que tipo de controle; dado que as condições atuais foram produzidas sob o “férreo controle” do capital [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 989).

Esse aspecto imputa um caráter sombrio à crise ambiental, não necessariamente por essa possuir uma predestinação ao irresoluto, mas por não haver, à maneira do capital, soluções em vistas que não sejam aquelas convencionais, isto é, projetadas sob a máxima da transferência de custos para a população ou simplesmente renegando a questão. Se na segunda situação a “saída” é preocupante, em tempos de desemprego e de inflação crescentes, a primeira igualmente o é. Demandar o custeamento da elevação dos custos do processo produtivo pela população somente fará com que o capital realoque a latência do problema, transpondo-a da crise ambiental para a crise, já agonizante, das bases sociais de sua reprodução.

Fielmente ilustrativo da exploração capitalista da natureza em larga escala, o padrão produtivo estabelecido pelo agronegócio nos parece o exemplo perfeito para assinalar a materialidade da crise ambiental. No plano agronegocista de realização do capital, enquanto se efetiva a maximização do lucro, os problemas se acumulam e as contradições se tornam cada vez mais irremediáveis. De acordo com Mitidiero Junior e Goldfard (2021, p. 31), no que concerne ao agronegócio e à devastação ambiental por ele provocada, destacam-se:

Contaminações químicas e biológicas, destruição dos solos, desmatamentos, queimadas, aumento da emissão de gases efeito estufa, redução da biodiversidade, morte de rios e contaminação dos oceanos, imposição de um padrão baseado em consumo alimentar não saudável, mortes decorrentes do uso de agrotóxicos, surgimento de doenças etc., são exemplos de impactos da forma de produção representada pelo Agro.

O custo ambiental do agronegócio é compatível com práticas e pressões de um modelo de desenvolvimento racionalizado pela necessidade insaciável de transformar todo e qualquer espaço em espaço do capital. A busca desenfreada e inconsequente pelo lucro transcende toda e qualquer questão, até mesmo aquelas que implicam diretamente a vivência humana, a exemplo das bases ecológicas fundamentais à sociedade.

No que se refere ao segundo distúrbio do capital em processo, a ofensiva ocorrente sobre o trabalho, em torno do qual teceremos maiores reflexões, enxergamos os cenários recentes da reestruturação produtiva assentados sobre a tentativa de negar a dependência do capital do trabalho, elemento fundamental sem o qual o sistema capitalista não opera, muito menos existe.

Como observa Marx (2013), o trabalho, em sua essencialidade, possui um sentido vinculado à relação homem *versus* natureza, sendo, portanto, por meio dessa cisão que se constitui a transformação do ser humano em ser social. Nas palavras de Marx (2013, p. 255), “o trabalho é, antes de tudo, um processo entre homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza”. Dessa forma, o trabalho está pressuposto como elemento que diz respeito unicamente ao homem, pois é somente pelo nível de racionalidade humana que a realização de uma ação qualquer adquire objetividade, isto é, torna-se uma ação instrumental, idealizada desde o seu princípio. Em outros termos, isso significa que o homem impõe ao trabalho uma finalidade, cuja função social, por sua vez, implica ao homem a constituição de sua sociabilidade.

Em conformidade com o legado marxista, Alves (2007) afirma que o trabalho, em sua dimensão histórico-ontológica, consiste em um intercâmbio orgânico com a natureza mediado pelo tripé consciência-técnica-socialidade. Desse modo, para o autor, o trabalho é:

O pressuposto estrutural (e estruturante) da atividade humano-genérica. É o princípio ontológico constitutivo do ser social. É traço distintivo primordial da espécie *homo sapiens* diante dos demais animais superiores. Apenas o animal homem tornou-se capaz de constituir tal intercâmbio orgânico, consciente e racional, com a Natureza, no sentido de mudar as formas da matéria, constituindo objetivações que aparecem como “segunda natureza”, em sua busca pela satisfação das necessidades vitais (ALVES, 2007, p. 76).

Além dessa dimensão histórico-ontológica, a categoria trabalho pode ser apreendida em uma segunda dimensão, a histórico-concreta. Sob o modo de produção capitalista, a dimensão histórico-concreta do trabalho revela-se a partir de formas e de relações sociais altamente desenvolvidas e complexas, as quais, segundo Alves (2007), já não configuram o trabalho apenas em suas faces particulares segmentadas (trabalho industrial, trabalho comercial ou ainda trabalho agrícola), pois o trabalho assume agora uma forma sócio-histórica que se generaliza como uma totalidade civilizatória que atinge todos os setores produtivos, inclusive os agropecuários.

Essa condição do trabalho na sociedade capitalista deve-se ao fato de o modo de produção ser baseado na lógica do mercado. Com a reestruturação produtiva do capital, a dimensão espaço-temporal da lógica de mercado tem feito dela norma reguladora das múltiplas relações sociais. Para Mészáros (2011), as novas determinações do capitalismo trouxeram a organização, em forma única, do processo de trabalho que aparece, agora, no âmbito capitalista, homogeneizado. Para esse autor, são as condições da acumulação bem-sucedidas que permitem esse feito que, na prática, constitui a garantia da aplicabilidade segura e da completa difusão do próprio princípio organizacional capitalista e das suas potencialidades produtivas.

Isso não significa, contudo, que não seja relativa a dependência do trabalho em relação ao capital. Segundo Mészáros (2011), enquanto o capital depende absolutamente do trabalho, pois sem a exploração do trabalho não há a reprodução do capital, o trabalho não está condenado a estar permanentemente contido no círculo vicioso do capital. A partir dessa constatação, entende-se que a forma como o trabalho se configura em uma determinada sociedade está relacionada com os qualificativos impostos pelo tipo de desenvolvimento histórico em curso, o que permite, por meio da ação interventiva racionalizada, a possibilidade de redefinir os contornos da relação de exploração capital-trabalho.

Alves (2007) afirma que na medida em que as trocas mercantis e a circulação de mercadorias se tornaram predominantes, determinando a dinâmica da sociedade, o trabalho se tornou forma social em geral e da atividade de produção do capital, perpassando as múltiplas atividades sociais particulares e prefigurando o que se pode chamar de trabalho abstrato. O trabalho abstrato é aquele que codifica a relação entre a base de exploração da força de trabalho e a produção de mais-valia, e faz isso tornando a produtividade do trabalho social à produtividade do capital, e as forças produtivas do trabalho social às forças produtivas do capital, ambas intermediadas pelo regime de salariato.

A produção de mais-valia é o cerne essencial do sistema capitalista e em qualquer complexo produtivo irá condicionar as relações sociais em favor do que lhe agrega valor (produtividade, competitividade, lucro, corte de gastos, etc.). É dessa forma que, com o desenvolvimento do modo de produção capitalista no curso da reestruturação produtiva e, conseqüentemente, da universalização da lógica mercantil, o regime de trabalho abstrato revoluciona constantemente as formas de trabalho concreto e a sua base técnica, seja na indústria, seja no comércio ou na agropecuária, porque em todos esses setores capturados pelo capital o trabalho tem a mesma objetivação: a produção-realização de mais-valia.

Nesse contexto, a lógica pulsante do progresso técnico, visto pelo capital como raio diluidor de todas as barreiras para o crescimento, sedimenta, no plano material e subjetivo, uma ordem produtiva assentada sobre a compressão e a pauperização das formas de trabalho, esgarçadas sob o ímpeto da produção enxuta, que demanda força de trabalho qualificada e reduzida como pilares da maximização do lucro. Isso não quer dizer, todavia, que o intento do capital em seu desenvolvimento recente seja eliminar o trabalho humano por completo, mas que está em jogo um patamar de exploração da força de trabalho que não envolve mais apenas a apropriação do lucro gerado pelo seu potencial enquanto produtor de valor que faz as engrenagens do capitalismo girar. Importa ao capital, nessa nova e nefasta era de sua reprodução, tornar o trabalho o elemento do sistema por meio do qual se pode, sem prejuízo ao capital, diluírem-se os dispêndios que o próprio capital em sua irracionalidade operante causa.

Em termos práticos, isso quer dizer que o trabalho comparece mais do que nunca como o elemento central da minimização de custos do processo produtivo e de todas as demais operações do capital, isso por intermédio da superexploração. Essa superexploração ancora-se, em uma de suas dimensões, na redução do trabalho vivo e na sua conversão em trabalho morto¹⁴. Nesse ínterim, o objetivo principal da criação de mais-valia mediante a reprodução e a autovalorização do capital sob a forma da superexploração do trabalho projeta a incongruência como elemento basilar.

O ponto de partida dessa contra-razionalidade do capital é a instituição da inovação técnica como via desqualificadora do trabalho vivo por meio da redução do tempo e dos custos do trabalho pela gerência técnico-científica do processo produtivo. Isso, contudo, não

¹⁴ Na concepção marxista, o trabalho vivo é *práxis*, isto é, a ação humana em sua mediação com a natureza. O trabalho morto, por sua vez, é a acumulação/retenção dessa *práxis* nos bens de capital que é transferida à mercadoria.

significa que a inovação técnica tem condições de se sobrepor totalmente ao trabalho vivo. Segundo Antunes (2009, p. 119-120):

[...] exatamente porque o capital não pode eliminar o trabalho vivo do processo de criação de valores, ele deve aumentar a utilização e a produtividade do trabalho de modo a intensificar as formas de extração do sobretrabalho em tempo cada vez mais reduzido. A diminuição do tempo físico de trabalho, bem como a redução do trabalho manual direto, articulado com a ampliação do trabalho qualificado, multifuncional, dotado de maior dimensão intelectual, permite constatar que a tese segundo a qual o capital não tem mais interesse em explorar o trabalho abstrato acaba por converter a tendência pela redução do trabalho vivo e ampliação do trabalho morto na extinção do primeiro, o que é algo completamente diferente.

Com esse aspecto, a investida do capital sobre o trabalho é compositiva de uma precarização que pode ser decomposta sob a forma do desemprego estrutural, da prevalência de vínculos empregatícios temporários e parciais, da redução da remuneração, do aumento da informalidade, da desintegração dos movimentos sindicais, da depreciação da saúde do trabalhador, etc.

O fenômeno social do desemprego no curso atual do capitalismo não remete a condições limitantes do trabalho em si, “pelo contrário, o desemprego é tão-somente a explicitação negativa plena da condição irremediável do regime do salariedade” (ALVES, 2007, p. 86-87). Dessa forma, não é o trabalho vivo que causa o desemprego estrutural, mas o fato de ele estar pressuposto sobre o regime de salariedade que o subjuga como mercadoria e, consequentemente, sobre o controle sociometabólico imposto pelo capital.

No cenário aberto pela reestruturação produtiva, o desemprego estrutural avança, ao passo que a flexibilidade vai se efetivando como “liberdade da empresa” para:

[...] desempregar trabalhadores, sem penalidades, quando a produção e as vendas diminuem; para reduzir o horário de trabalho ou para recorrer a mais horas de trabalho; para ter a possibilidade de pagar salários reais mais baixos do que a paridade de trabalho exige; para poder subdividir a jornada de trabalho em dias ou semanas segundo as conveniências das empresas, mudando os horários e as características do trabalho (por turno, por escala, em tempo parcial, horário flexível etc.), entre tantas outras formas de precarização da força de trabalho (ANTUNES; POCHMANN, 2007, p. 202-203).

Nessa fase crítica para o mundo do trabalho, o capital tenta salvaguardar a ideia de que o caos nada mais é do que meras consequências coincidentes com momentos pontuais de instabilidade econômica. Contudo, é importante ter em mente que a verdadeira questão não é

a complexidade em si de uma instabilidade econômica em um determinado momento do ciclo “ininterrupto” do capital, haja vista que o evidenciado é o resultado cumulativo e até então irremediável de um modo de produção socialmente específico que elegeu a precarização do trabalho como elemento basilar do crescimento econômico do capital, em um ato irracional que agrava a crise das bases sociais da produção e, na mesma medida, a crise do próprio capital.

Na leitura de Mészáros (2011), na atual fase do desenvolvimento capitalista, a qual chama de produção destrutiva, a precarização do trabalho reflete a força do capital que não conhece fronteiras no que se refere à elevação da força extratora de trabalho excedente. Para o autor, a reprodução do capital tem sido marcada por defeitos estruturais que apontam para um cenário marcado por uma crise iminente.

Primeiro, a produção e seu controle estão radicalmente isolados entre si e diametralmente opostos. Segundo, no mesmo espírito e surgindo das mesmas determinações, a produção e o consumo adquirem uma independência e uma existência separada extremamente problemáticas, de modo que, no final, o “excesso de consumo” mais absurdamente manipulado e desperdiçador, concentrado em poucos locais, encontre seu corolário macabro na mais desumana negação das necessidades elementares de incontáveis milhões de pessoas. E, terceiro, os novos microcosmos do sistema do capital combinam-se em alguma espécie de conjunto administrável, de maneira que o capital social total seja capaz de penetrar – porque tem de penetrar – no domínio da circulação global (ou, para ser mais preciso, de modo que seja capaz de criar a circulação como empreendimento global de suas próprias unidades internamente fragmentadas), na tentativa de superar a contradição entre produção e circulação. Dessa forma, a necessidade de dominação e subordinação prevalece, não apenas no interior de microcosmos particulares – por meio da atuação de cada uma das “personificações do capital” – mas também fora de seus limites, transcendendo não somente todas as barreiras regionais, mas também todas as fronteiras nacionais. É assim que a força de trabalho total da humanidade se sujeita – com as maiores iniquidades imagináveis, em conformidade com as relações de poder historicamente dominantes em qualquer momento particular – aos imperativos alienantes do sistema do capital global (MÉSZÁROS, 2011, p. 105).

Conforme o pensamento do autor, a circulação ampliada como viés dilatador do lucro pressupõe uma fragmentação entre a produção e o consumo que já não permite nenhum tipo de controle sobre o ciclo de reprodução do capital, uma vez que, para se elevar o consumo ao patamar do mercado global, desfez-se a unidade entre este e a produção. Dessa forma, o consumo, envolto por uma estratégia firmada sobre a universalização dos padrões de massa, busca amparar-se sobre as necessidades criadas e não mais apenas sobre as necessidades de

uso. Consequentemente, a mercadoria, mais do que nunca, tornou-se objeto de quem pode pagar por ela, negando-se, assim, as necessidades reais de milhões de pessoas.

Nesse contexto, inseparável da dinâmica “positiva” do crescimento econômico está a ativação dos limites do capital que, entre outras direções, apontam para a precarização das forças de trabalho e, consequentemente, para a precarização das condições de existência humana, uma vez que, na sociedade capitalista, o ser humano depende do trabalho enquanto ato de seguridade existencial. O trabalhador é, na engrenagem do sistema do capital, a força que trabalha e que consome e, portanto, elemento cuja desintegração e tentativa de dissolução só podem levar para um desequilíbrio e crise.

Conforme destacado por Mészáros (2011), no limiar da dimensão alienante do sistema do capital, há um esforço para conceber o consumidor como um ser misterioso e inanimado, de modo que o trabalhador, o verdadeiro produtor e consumidor de mercadorias, tenha sua importância negada e, consequentemente, abstraída das equações sociais pertinentes e da política prática. Nesse cenário, a precarização do trabalho também se firma sobre a falsa ideia de que a força humana de trabalho pode ser dissolvida sem prejuízo ao capital. Assim, a objetividade expansionista do capital se apropria da subjetividade do trabalho para proliferar novos consentimentos capitalistas na produção e na vida social, em que a instabilidade e a insegurança do trabalhador se tornam condicionantes para a normalização da barbárie.

No campo, a ofensiva capitalista sobre o trabalho também avança indiscriminadamente. De acordo com Thomaz Júnior (2004), neste começo de milênio ocorrem a ampliação e a intensificação do arco de efetivação do capital enquanto relação social que já não se restringe ao mundo fabril, mas que impõe um espalhamento de realizações da expropriação/dominação/apropriação do trabalho. Nesse contexto, enquanto o regime de salariedade tem se posicionado como forma central da produção da mais-valia nos grandes estabelecimentos rurais que operam sob uma lógica produtiva empresarial, outras formas geográficas de externalização do trabalho são evidenciadas.

Na prática, a reestruturação produtiva avança tanto no campo quanto na cidade prefigurada pelos determinantes da acumulação flexível que trazem consigo as personificações típicas da relação social de produção e o trabalho capitalista. Todavia, as circunstâncias que medeiam sua expansão no campo são notadamente mais complexas, inviabilizando a simples replicação do que se perpetua no mundo urbano do trabalho. Conforme destacado por Thomaz Júnior (2004), a questão agrária é um fator que passa a impor elementos e a absorver outros da questão do trabalho, e isso, sem dúvidas, confere

fragilidade ao pensamento de que a reestruturação produtiva reproduz no campo uma forma capitalista padrão automática de manifestação e de controle sobre o trabalho.

[...] temos defendido a ideia de que o campo deve ser entendido por dentro das contradições que demarcam a diferencialidade tecnológica, os conflitos em torno da posse da terra, a relação capital x trabalho, e as diferentes inserções dos agentes produtores no circuito mercantil, que identificam os objetivos, as expectativas e os retornos desejados, das crescentes somas de produtos de origem agropecuária que o país importa para garantir o abastecimento interno [...] (THOMAZ JÚNIOR, 2004, p. 23).

Nessa perspectiva, a essência da análise das contradições projetadas no campo sobre o trabalho pela reestruturação produtiva deve ser a luta de classes (THOMAZ JÚNIOR, 2004), que de forma geral é um pressuposto analítico que endossa a teoria marxista, sobretudo pelo aprofundamento de sua problematização pelos sucessores de Marx e Engels. Para os precursores, contudo, a reflexão em torno da questão não é, nem de longe, insatisfatória, tendo sido salientado, com precisão, que “a história de todas as sociedades até agora tem sido a história das lutas de classe” (MARX; ENGELS, 2008, p. 10).

Na direção do pensamento de Marx e Engels, a sociedade capitalista em seu desenvolvimento histórico não só não sanou a luta de classes preexistente, como a recriou sob novos e mais agudos antagonismos. Em sentido estrito, a luta de classes se constitui no momento em que se configura a dominação, pressuposta pela exploração de uma classe sobre a outra. Na sociedade capitalista, essa dominação/exploração, em sua forma clássica, é explícita pelo antagonismo entre a classe proprietária dos meios de produção e a classe proletária.

Com o desenvolvimento da burguesia, isto é, do capital, desenvolve-se também o proletariado, a classe dos trabalhadores modernos, que só sobrevivem se encontram trabalho, e só encontram trabalho se este incrementa o capital. Esses trabalhadores, que são forçados a se vender diariamente, constituem uma mercadoria como outra qualquer, por isso exposta a todas as vicissitudes da concorrência, a todas as turbulências do mercado (MARX; ENGELS, 2008, p. 21).

Potencializados pela força de racionalização do mercado, os choques entre as classes se intensificam perante o poder do capital e de sua ordem econômica, que se realizam a partir de uma força opressora pulsante em favor da lógica da reprodução econômica ampliada. Quando transportada para a realidade do campo, a luta de classes passa a se caracterizar pela tensão gerada pela exploração capitalista que tenta se impor sobre a classe trabalhadora, a

qual concordamos com Thomaz Júnior (2004), quando diz que essa é notadamente mais ampla, não se restringindo apenas aos trabalhadores proletários (urbanos e rurais) ou subproletarizados, mas abarcando também um “conjunto de expressões do trabalho que inclui os trabalhadores avulsos, temporários, diaristas, seringueiros, pescadores, camponeses com pouca terra e que lutam por terra, etc., e que enriquecem e pluralizam a noção do sujeito social que trabalha” (p. 13).

Nessa realidade, as contradições decorrentes da reestruturação produtiva e dos seus efeitos sobre o trabalho no campo se agravam e se complexificam diante da efervescência de uma exploração que se projeta variavelmente, conforme encontra cada expressão do trabalho, a exemplo do camponês. Sobre isso:

[...] é importante ponderar que, enxergar o camponês no Brasil significa compreender que há uma crescente fluidez de mundos e de relações no universo do trabalho. E não somente entendê-lo como par siamês da franja social que engorda com a exclusão, como exemplarmente alardeado pela grande imprensa e os intelectuais de plantão do planalto, mas que além de ganhar em quantidade com a complexificação, e com a heterogeneização do trabalho, sobretudo por meio da consolidação das hordas de desempregados, marca também posições políticas afinadas, historicamente, com o campesinato, particularmente com a postura anticapital e a negação à ruptura dos valores culturais da família (THOMAZ JÚNIOR, 2004, p. 13).

Esse quadro converge para que o conteúdo das contradições vinculadas à reestruturação produtiva, que recaem sobre os trabalhadores e, nesse caso, sobre os camponeses, não seja tão facilmente caracterizável. As formas de exploração se ampliam para melhor se complementarem, de modo que os nexos compositivos do trabalho camponês intercalam muitas formas, perpassando desde sua concepção predeterminada de um sujeito que detém a posse da terra e o controle sobre o trabalho e garante sua sustentabilidade socioeconômica numa racionalidade de autossustentância, até o sujeito expropriado que vende sua força de trabalho ao capital ou ainda aquele que se subordina ao capital a fim de permanecer na sua condição camponesa, a exemplo dos produtores camponeses integrados ao agronegócio avícola no contexto do campo paraibano.

Para que essa ofensiva do capital sobre o trabalho no campo, bem como na cidade, efetive-se, múltiplos vetores são acionados, a exemplo daqueles de ordem político-institucional projetados pela ação do Estado que, na luta de classes, tem tomado parte pela proteção e garantia à propriedade privada e pela reprodução dos interesses que asseguram a dominação capitalista. Nas condições da crise estrutural do capital, compreender os conteúdos

do trabalho exige um tratamento da forma (e conteúdo) do Estado político que surge na atual etapa do desenvolvimento capitalista (ALVES, 2007).

Na perspectiva de Marx (1987), o Estado é expressão da sociedade de classes antagônicas eminentemente tensionadas por disputas e conflitos, já que seus objetivos são inconciliáveis. Nesse sentido, o Estado moderno comparece como uma forma de organização lapidada para gerenciar os negócios da burguesia, promovendo a essa as bases políticas necessárias para a efetivação de sua dominação sobre as classes oprimidas. Marx não sistematizou uma teoria do Estado em si, mas, ao refletir sobre a sociedade, não deixou de legar elementos fundamentais para a compreensão do Estado classista, um instrumento usado pela classe dominante que exerce seu controle não só externamente à estrutura estatal, mas também internamente, ao se constituir como parte intrínseca a essa estrutura estatal, uma vez que sua construção é prefigurada pela luta de classes.

Levando em conta as novas determinações do capitalismo monopolista em vigor no século XX, Gramsci propõe uma perspectiva de Estado mais ampla e orgânica, formulando a teoria do “Estado ampliado” ou “integral”, a qual pressupõe uma totalidade que articula a sociedade política e a sociedade civil. Para Simionatto e Costa (2012), com isso, Gramsci reafirma o caráter de classe e não nega nem elimina as discussões presentes em Marx, ao mesmo passo em que direciona o cerne da questão para o processo de “intensa socialização da política”. Assim, o Estado transcende os limites de uma acepção meramente coercitiva e se abre na direção do consenso que não é, necessariamente, fruto da eliminação dos conflitos entre as classes, mas da forma como a força dominante busca parecer apoiada no consenso da maioria (GRAMSCI, 2000).

A concepção gramsciana de Estado ampliado (sociedade política+sociedade civil) é, portanto, um campo de intensas relações de força, espaço de disputa da hegemonia e de luta de classes. O momento unificador entre sociedade política e sociedade civil se expressa na realização da supremacia por um determinado grupo social, através do domínio ou da direção intelectual e moral (SIMIONATTO; COSTA, 2012, p. 17).

Nessa direção, dentro da perspectiva gramsciana, a ampliação da esfera estatal para as demandas das classes dominadas reflete o Estado enquanto espaço de disputa e de pressão que requer, dos aparelhos de ação da classe dominante, formas de remediação, ainda que parciais e pontuais, mas que possam ser úteis para sustentar a ideia de consenso. No século XX, representando uma forma de ampliação da esfera estatal mediante o investimento público em áreas sociais como resposta às demandas da classe trabalhadora, o *Welfare State*, ou Estado de

Bem-Estar Social, emerge como via para se pensar o Estado ampliado (SIMIONATTO; COSTA, 2012).

Não há limites precisos para definir o Estado de Bem-Estar Social, ao menos sem que se leve em consideração que sua caracterização depende do papel que exerce na sociedade. De certo, defini-lo apenas em termos da ampliação de direitos e de garantias das classes dominadas em resposta aos Estados liberais é superficial e limítrofe, além de sugestivo de uma socialização econômica, cujo caráter de classe prevalecente por trás do “consenso” no *Welfare State* não deve ser generalizado.

O *welfare state* não pode ser compreendido apenas em termos de direitos e garantias. Também precisamos considerar de que forma as atividades estatais se entrelaçam com o papel do mercado e da família em termos de provisão social. Estes são os três princípios mais importantes que precisam ser elaborados antes de qualquer especificação teórica do *Welfare State* (ESPING-ANDERSEN, 1991, p. 101).

Dessa forma, conforme destacado pelo autor acima citado, a questão preponderante envolve saber se as políticas sociais adotadas no Estado de Bem-Estar Social são emancipadoras ou não, se ajudam a legitimação do sistema ou não, se contradizem ou ajudam o mercado. Isso preceitua quais são as forças causais por trás do desenvolvimento do *Welfare State* e até que ponto ele vai além do simples reconhecimento de direitos sociais básicos.

O fato é que a exigência de não ser de modo algum compelido em sua marcha expansionista colocou o capital diante da necessidade de tornar o Estado instrumento provedor das bases regulamentadoras político-jurídicas favoráveis a um tipo de (des)proteção social viabilizadora da precarização. Na arena de intensas relações de força que se estabelecem com a reestruturação produtiva, a *práxis* política capitalista ganha respaldo na forma de reações contundentes ao Estado de Bem-Estar Social, prefigurando o controverso Estado neoliberal como instrumento de controle da classe dominante.

O Estado neoliberal é a forma de Estado político que se surge com a mundialização do capital. É o elemento político constitutivo da lógica da precarização do trabalho que hoje se impõe à reprodutibilidade capitalista. O neoliberalismo não é apenas uma forma de governo, mas uma forma de Estado político. Por isso é que, entra governo e sai governo, a dinâmica neoliberal continua se impondo. A constituição da precariedade e o processo de precarização do trabalho é reflexo da nova estatalidade política neoliberal que surge com o capitalismo global (ALVES, 2007, p. 149).

O Estado neoliberal é a forma ideal para a reprodução do capital mundializado. Ele é ao mesmo tempo o Estado mínimo, aquele que desregulamenta as barreiras legais que se colocam no caminho da expansão capitalista, e o Estado máximo, no que diz respeito à cooperação com os interesses dos investimentos do capital. Com esses traços, pode-se inferir que o Estado neoliberal é a estatalidade política pensada para abolir as restrições postas ou que possam surgir e impor algum tipo de barreira à plena exploração do capital, o que explica seu direcionamento em favor do mercado (ALVES, 2007).

Para Mészáros (2011, p. 121), “como parte constituinte da base material do sistema abrangente do capital, o Estado deve articular sua superestrutura legal e política segundo suas determinações estruturais inerentes e funções necessárias”. Nesses termos, conforme o autor, há uma reciprocidade dialética entre Estado e capital, em que o Estado, devido ao seu papel constitutivo e permanentemente sustentador – deve ser entendido como parte integrante da própria base material da ordem da reprodução sociometabólica do capital. Nessa cooperação Estado-capital, por um lado, a base sociometabólica do sistema do capital age como um organizador do Estado e, por outro, o Estado moderno como estrutura totalizadora de comando político da ordem produtiva e reprodutiva estabelecida.

Com esse aspecto, a crise estrutural do capital que se manifesta sobre a forma da precarização do trabalho não tem, para Mészáros (2011), como ser solucionada apenas com medidas corretivas parcelares, sendo necessária uma redefinição qualitativa profunda, em que a ação do capital, a atuação do Estado e a posição do trabalho sejam recompostas em outra estrutura.

Sem uma reestruturação radical em todo domínio e toda dimensão da ordem de reprodução estabelecida (que deverá ser herdada por todas as formas viáveis do socialismo), não se há de superar os novos tipos de necessidades perversas criadas pelas exigências alienadas da autorreprodução ampliada do capital (MÉSZÁROS, 2011, p. 264).

Contudo, isso não deve ser uma tarefa fácil, haja vista que uma das variáveis atuais do desenvolvimento capitalista se ampara em um conjunto de mudanças regulatórias, tecnológicas, organizacionais e produtivas que, mais do que condicionante de uma nova e mera capacidade funcional para as formas de produção vigentes, representa a investida mais aguda do capital na direção do estabelecimento de um modo de controle totalizante capaz de se sobrepôr a tudo e a todos. Diante disso, qualquer forma de desaceleração e paralisia do movimento de universalização das trocas é rapidamente desintegrada pelo capital que, enquanto mantém irresolutas suas crises, vai deslocando suas contradições pelo mundo,

tornando-as ainda mais catastróficas naqueles países, a exemplo do Brasil, onde as vulnerabilidades socioeconômicas e a ação do Estado neoliberal corroboram para a realização das ações expansionistas (e predatórias) do capital mundializado.

No Brasil, assim como na maioria dos países da América Latina, a reestruturação produtiva aparece com mais vigor a partir da década de 1980, quando a pretensão capitalista de universalizar o novo modelo produtivo e as suas respectivas formas de dominação e de controle já não se contém nos países do centro do capitalismo mundial. No caso brasileiro, as leis gerais do sistema do capital flexível se difundiram em um cenário de crise provocado pelo esgotamento do padrão de desenvolvimento industrial, baseado no processo de “substituição de importações”, e marcado pela reprodução e recriação das formas de dependência externa e pela determinação dos níveis de renda e de trabalho por uma lógica industrial retida na produção de bens menos complexos e competitivos.

Nesse contexto, a reestruturação produtiva avançou mediante a combinação de elementos herdeiros do modelo fordista de produção com a nova pragmática da acumulação flexível, que trouxe à tona novas formas de organização da produção e do trabalho baseadas em desregulamentações, ampliação das terceirizações, crescimento da informalidade e concessões deliberadas de um Estado neoliberal agenciador das operações do capital.

Com uma difusão relativa das tecnologias, a reestruturação produtiva no Brasil se efetivou, sobremaneira, por meio das novas modalidades de exploração intensificada do trabalho. Para Alves (2009), a investida do capital flexível, amparado por uma textura histórica específica - a temporalidade neoliberal -, possui como base objetiva “a intensificação (e a ampliação) da exploração (e a espoliação) da força de trabalho e o desmonte de coletivos de trabalho e de resistência sindical-corporativa” (ALVES, 2009, p. 189).

No âmbito da reestruturação produtiva brasileira, a flexibilidade no âmbito do trabalho se tornou a condição que medeia os riscos e garante lucro ao capital, mesmo em cenários de crise e de recessões. Para que isso seja legitimado, o Estado neoliberal tem atuado, de forma mais expressiva a partir da década de 1990, em prol da reformulação das leis do trabalho na direção da criação de formas alternativas de contratação que permitam a legalização das formas precarizadas de trabalho (trabalho parcial, subcontratos, redução de salários, etc.).

Para Antunes (2014, p. 41), no que se refere aos novos elementos compositivos da produção capitalista no Brasil, há de se destacar que a articulação complexa que tem prevalecido “entre financeirização da economia, neoliberalismo, reestruturação produtiva e as mutações no espaço microcósmico do trabalho e da empresa não poderia deixar de afetar profundamente a classe trabalhadora”. Nesse sentido, segundo o autor, a reestruturação

produtiva desenha uma nova morfologia para o trabalho no Brasil, que compreende desde o operariado industrial e rural até os assalariados de serviços, os novos contingentes de homens e de mulheres terceirizados, subcontratados, temporários, etc.

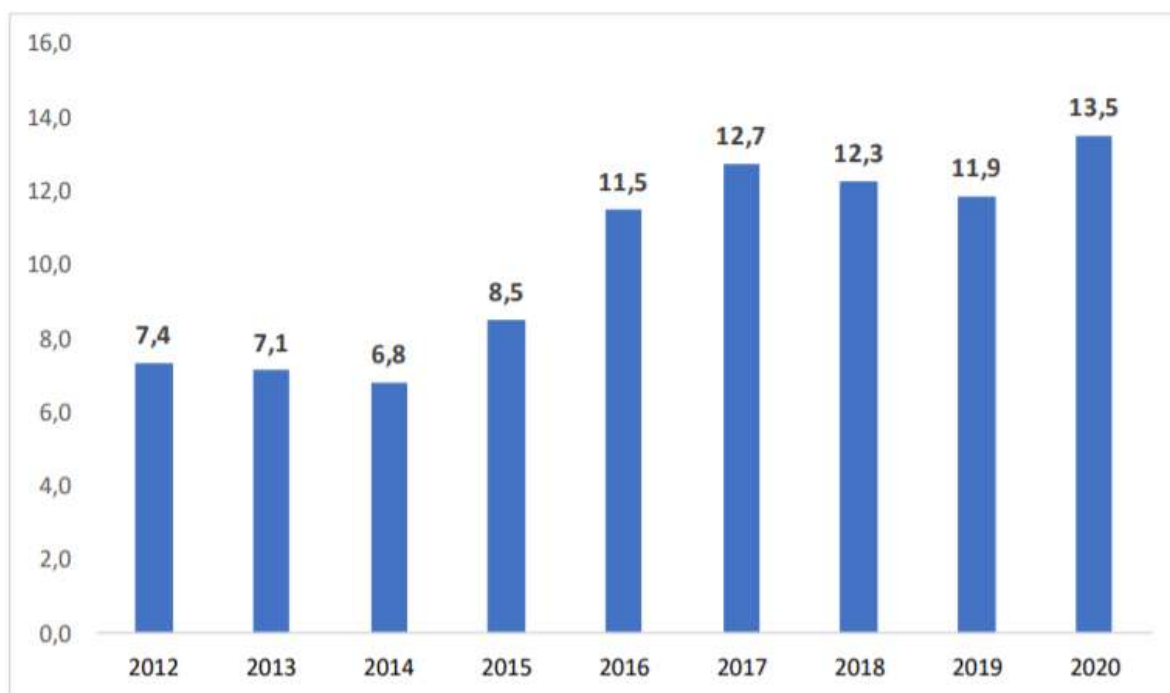
Na leitura de Druck (2011), a precarização do trabalho no Brasil manifesta-se em seis tipos principais: (1) a vulnerabilidade das formas de inserção e as desigualdades sociais; (2) intensificação do trabalho e terceirização; (3) insegurança e saúde no trabalho; (4) perda das identidades individual e coletiva; (5) fragilização da organização dos trabalhadores; e (6) a condenação e o descarte do Direito do Trabalho. Essas faces da precarização são, para a autora, elementos constituintes do centro da dinâmica do capital nesta era da acumulação flexível, e evidenciam novos e velhos desafios no limiar das contradições inerentes ao desenvolvimento capitalista.

O Brasil se inseriu de forma subalterna na era da acumulação flexível e isso fez da reestruturação produtiva um processo que, em vez de determinar mudanças qualitativas nas estruturas de produção e nas relações de trabalho, concentra-se na superexploração da força de trabalho. Assim, a precarização do trabalho tornou-se estratégia de acumulação, na medida em que a falta de investimentos em tecnologias nacionais, que pudessem assegurar a modernização da estrutura produtiva, remeteu as possibilidades de lucro à redução dos custos do trabalho para o empresariado.

Nesses termos, a reforma neoliberal, plano de fundo da reestruturação produtiva no Brasil, a partir do governo Collor, inferiu alterações expressivas na dinâmica da economia brasileira e, por conseguinte, na configuração do mercado de trabalho (ALVES, 2009). Desde então, os níveis de subordinação da economia nacional ao capital mundializado passaram a contribuir significativamente para a desregulamentação e a degradação do mercado de trabalho brasileiro.

Como ilustração prática dessa questão, o quadro crescente de desemprego se faz presente e latente na realidade brasileira, em que a reestruturação produtiva, entre outros aspectos, passou a se caracterizar pela investida desmedida dos capitais globais que estão empenhados no desmonte da legislação social protetora do trabalho. Desde o início da série da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) contínua, realizada pelo IBGE, nota-se a elevação da curva do desemprego. Em 2012, primeiro ano da série contínua da PNAD, a taxa de desemprego no Brasil (gráfico 3) estava em 7,4%, decaindo nos dois anos seguidos e voltando a crescer em 2015.

Gráfico 3 - Média anual da taxa de desocupação no Brasil (2012-2020)



Fonte: PNAD, IBGE (2021).

Em 2020, com a menor estimativa de toda a série histórica (86,1 milhões de pessoas), o percentual de população ocupada apresentou queda de 7,9%, e essa retração correspondeu a menos 7,3 milhões de pessoas ocupadas em relação a 2019 (IBGE, 2020). A curva do desemprego no Brasil revela, portanto, os resultados cumulativos de um modelo de produção que encontra dificuldade para a oxigenação da acumulação pelas vias da inovação tecnológica e, diante disso, tem implementado a exploração e a precarização do trabalho como estratégias centrais.

Fazendo uma analogia entre a forma como a reestruturação produtiva impacta o trabalho no contexto das relações capitalistas de produção e das relações não capitalistas no campo, podemos observar que, no contexto da subordinação do camponês ao capital no agronegócio avícola, a lógica de transferir ao máximo os custos do processo produtivo para a força de trabalho, nesse caso camponesa, também é utilizada como estratégia capitalista. Dessa maneira, essa precarização que incide sobre a classe trabalhadora assalariada na sociedade capitalista também ganha contornos no âmbito da reprodução social camponesa, em que a aspiração por uma ordem social mais justa e igualitária também ecoa e roga por alternativas que possam facear os processos contraditórios que o capital desenvolve no campo.

Nesse ponto, a gravidade da precarização é paralela à sua configuração multifacetada decorrente da forma como o desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo, sobretudo no campo, difunde o trabalho assalariado e o trabalho camponês. A transformação cunhada pela expansão capitalista, na medida em que não apregoa a homogeneização das relações sociais de produção, salienta a necessidade de implementação de um projeto político de justiça que, ao mesmo tempo em que considere as diferenças, nulifique a hierarquia entre elas.

Desse ponto de vista, eleger uma “classe redentora” (o proletariado, por exemplo) para conduzir as demais subalternas (entre elas, a camponesa) na direção de um projeto igualitário para ambas é utópico e sobredetermina equivocadamente a ideia da inferioridade política dos camponeses, secundarizando-se de alguma forma as demandas que lhes são próprias (PAULINO, 2004). Se a classe trabalhadora assalariada, frente à reestruturação produtiva e a suas controvérsias para o mundo do trabalho, tem, entre suas urgências, a luta pela manutenção do emprego e contra os condicionantes que incidem sobre a redução de salários, para os camponeses as vulnerabilidades inerentes à reestruturação e a suas formas de precarização têm como desfecho a luta contra as intercorrências derivativas da sujeição da renda da terra ao capital e de sua repercussão nos processos de expropriação/recriação que caracterizam a reprodução do camponês.

Dessa forma, concordamos com Oliveira (1994, p. 51), quando diz:

A aliança política entre trabalhadores assalariados e camponeses não pode mais ser pensada na perspectiva da hegemonia política pura e simples dos primeiros sobre os segundos, e muito menos no sentido inverso. Ela deve nascer da compreensão de suas diferenças, e do direito mútuo de cultivá-las. Ela deve nascer da compreensão dos processos contraditórios que o capital desenvolve no campo e atuar no contra-fluxo de sua lógica [...].

A relação conflitante capital-trabalho, portanto, não deve ser dissecada da multidimensionalidade que o atual padrão de desenvolvimento capitalista assume quando encontra suas bases espaciais, sem as quais esse modo de produção e de controle social não existe. Tratar as engrenagens pelas engrenagens como a única via interpretativa da questão é desconsiderar as faces da relativização geográfica desse processo e a proporcionalidade ofensiva de suas contradições, na medida em que o capital seletivamente percorre o espaço, apropria-se do território e estabelece contextos diferentes e complementares para as relações sociais de produção.

No âmbito de nossa pesquisa, consideramos que as partes do território estruturadas em torno da lógica camponesa, ainda que subordinadas ao capital no agronegócio, em vez de pensadas sob a determinação de conjecturas homogeneizantes dilacerantes da particularidade camponesa, precisam ser pensadas conforme sua especificidade, da qual se deve extrair não só os elementos de sua categorização no curso da reestruturação produtiva, como também as possibilidades para um projeto político em que haja espaço tanto para o fortalecimento da articulação entre a classe camponesa e a classe trabalhadora como um todo, como para a construção de uma história dos camponeses.

1.2 A relação espaço-território na construção da abordagem geográfica da reestruturação produtiva

No que diz respeito, de maneira imediata e direta, ao entendimento da relação espaço-território no contexto da reestruturação produtiva do capital, a compreensão de que esses, em suas respectivas dimensões categoriais, não são termos nem equivalentes e nem antagônicos, é fundamental. No movimento do capital mundializado, espaço e território comparecem como escalas de realização diferentes e, ao mesmo tempo, complementares que se entrecruzam no processo de acumulação flexível.

Para Raffestin (1993), a relação espaço-território envolve uma sequência categorial em que o espaço, por ser tratar da realidade material que preexiste a qualquer ação, possibilidade, conhecimento e prática, coloca-se como anterior ao território. Nesses termos, o espaço é a matéria-prima que serve, não de forma inativa, à atuação de um ator sintagmático (que realiza um programa) em qualquer nível e que produz, por meio das relações de poder que estabelece no espaço, o território. Na concepção do autor:

Apropriando-se concretamente ou abstratamente (por exemplo, através da representação) de um espaço, o ator o “territorializa”. Para construir um território, o ator projeta no espaço um trabalho, isto é, energia e informação, adaptando as condições dadas às necessidades de uma comunidade ou de uma sociedade. O espaço é a prisão original [...] o território é a prisão que os homens constroem para si, reorganizando as condições iniciais (RAFFESTIN, 2009, p. 26).

Nessa linha de pensamento, a ampliação das possibilidades de atuação dos grupos sociais sobre o espaço requalifica as ações de sua apropriação, levando à redefinição do seu conteúdo concreto, o território que, por sua vez, emerge como uma fração espacial determinada tanto pelas condições originais de sua criação, como pelas condições criadas para

a sua universalização. O território seria, então, produto direto das relações historicamente estabelecidas entre a sociedade e o espaço.

Já em Santos (1985), a relação espaço-território aparece como fundamento analítico essencial para a abordagem geográfica da realidade socioespacial transformada pelos novos ditames da sociedade capitalista. Dessa maneira, espaço e território conjugam dimensões diferentes da realidade que é vista entre a razão de sua totalidade social (o espaço) e de sua ordem especificada (o território). Para a apreensão do espaço enquanto totalidade social, Santos (1985) propõe a análise da relação dialética entre os seus elementos compositivos – forma, função, estrutura e processo. Nesse sentido, a forma espacial, que diz respeito ao aspecto visível e exterior de um objeto, incorpora em si um conteúdo que deve ser analisado conforme a sua estrutura, isto é, por meio do modo como os objetos estão organizados e inter-relacionados entre si; conforme a sua função, ou seja, mediante a atividade ou o papel desempenhado pelo objeto criado; e conforme o seu processo, que se refere à ação que se realiza continuamente, objetivando algum resultado e implicando tempo e mudança (SANTOS, 1985).

Com a intensidade e rapidez das trocas mundializadas determinando a dinâmica espacial, aspectos que configuram a reestruturação produtiva do capital, a totalidade social se impõe como integralidade dos espaços de produção, de distribuição e de consumo, que se articulam mediante os sistemas de fluxos que percorrem todo o espaço, mas que atingem desigualmente os territórios. Sob esta perspectiva, tomados num movimento dialético, espaço e território, ao mesmo tempo em que se encontram imbricados, contidos um no outro pela força da racionalidade do modo de produção dominante, são discriminados diante da divisão territorial do trabalho, que coloca o território como uma fração do espaço local subordinada ao mundial.

O espaço é a matéria-prima reativa em que as forças produtivas do capital mundial estabelecem os sistemas de objetos e de ações demandados pelas relações de produção e pelas necessidades de circulação e de distribuição. Pelas características que dispõe e pela lógica de funcionamento, o espaço tanto oferece, como recusa possibilidades às investidas do capital, de modo que a seleção das localizações dos empreendimentos, isto é, dos territórios de uso, é resultado de uma *práxis* coletiva que reproduz os processos sociais, recriando os elementos de sua espacialidade.

É dessa forma que, diante das transformações impostas pelo processo de reestruturação produtiva, o espaço, tendo preservado seu sentido de totalidade social, é visto, por Santos (2006), como “um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de

sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, 2006, p. 39). Essa concepção permite, por meio das noções de coexistências, de sucessões, de fixos e de fluxos, compreender a dinâmica dos processos produtivos e de suas relações correspondentes a partir de uma determinada fração do espaço definida sob a ordem de um acontecer solidário¹⁵.

É dessa maneira que a reestruturação produtiva em curso pode ser apreendida, como um movimento que insere no espaço uma sucessão de inovações circunscritas em meio a uma ordem que acaba por determinar um sentido à produção socioespacial. Isso representa, para Santos (2006), o eixo das sucessões, ou seja, o emergir processual de conteúdos que renovam e diversificam a realidade existente. As sucessões, contudo, não se dão como força que se sobredetermina de forma homogênea quanto à situação espacial predisposta. Na realidade, as sucessões intercalam o novo ao velho, dando corpo ao eixo das coexistências (SANTOS, 2006). Em cada fração do espaço, as diversas ações comandadas pelos diversos atores possuem um tempo de difusão diferente, e isso torna sucessões e coexistências pares que se apresentam de modo simultâneo no espaço geográfico.

A interação simultânea dos diferentes usos do espaço configura o território como forma material (o território em si) e forma apropriada (o território usado) em que se dá a existência concreta, relacional, particular e específica, que preside as ações do capital. Nesse contexto, o território usado é produto da mediação entre forças locais e globais, inter-relacionadas por meio de um processo racionalizador determinado pelos agentes públicos e privados que, por intermédio de ações, de objetos e de normas, codificam o conteúdo socioespacial e os vetores de sua transformação.

A noção de território usado desprende-se, portanto, da concepção clássica¹⁶ de território, pois já não representa mais a fração do espaço estritamente fixa e imutável concebida apenas pelo poderio dos Estados Nacionais. O território é agora transnacional, constituído pelo uso, apropriação, produção, ordenamento e organização do espaço pelos diversos agentes que estabelecem relações de poder, tais como as empresas, as grandes

¹⁵ O acontecer solidário é, conforme Santos (2006), uma forma que se manifesta no território atual, evidenciando uma organicidade interna homóloga, complementar e hierárquica. O acontecer solidário homólogo é aquele que caracteriza subespaços compelidos por uma lógica de modernização especializada, que gera contiguidades funcionais capazes de delimitar a área em questão com precisão; o acontecer solidário complementar decorre das relações entre subespaços que se estabelecem em razão de necessidades modernas da produção e do intercâmbio geograficamente próximo; já o acontecer solidário hierárquico consiste na organicidade, que é fruto de comandos que partem de um subespaço e se realizam em outro.

¹⁶ Prefigurada na Geografia Política, a forma material clássica atrelada ao território relaciona-se à delimitação de áreas definidas nos domínios políticos do Estado-nação e constituídas sob rígidos limites espaciais e temporais sem nenhuma ou pouca mobilidade (SOUZA, 2009).

instituições – incluindo o próprio Estado – e as pessoas (SANTOS, 1998). Nessa linha de entendimento, a partir do conjunto de transformações de caráter técnico-normativo que condicionam a atual epocalidade do capitalismo mundial, a relação espaço-território privilegia o entendimento de que o espaço consiste na condição e na escala de realização do movimento universal que cria as novas possibilidades para a produção do capital que, enquanto usa e transforma os territórios, determina os termos, as formas e os conteúdos da reprodução social e de sua espacialidade correspondente.

A reestruturação produtiva do capital instaura formas qualitativamente novas de relação entre a sociedade e o espaço geográfico. A acumulação flexível pressupõe a estruturação do espaço para dá fluidez aos processos, às ações e às relações que viabilizam a realização do capital. É no espaço em que os fluxos agenciam a ação do capital mundial para que esse possa especular os territórios nos quais irá se apropriar de fixos existentes ou irá estabelecer novos. Para Santos (1994), imbricados em uma trama dialética, fixos e fluxos representam um movimento e sua objetivação material no espaço. Os fixos são as bases materiais que surgem em razão de uma ação que tanto pode criar o objeto fixo, como se apropriar de um já existente. Nesse contexto, embora sejam os fixos que coordenem os fluxos, a importância competitiva da fluidez na atual fase capitalista torna os fluxos forças que destroem fronteiras, redefinem os sistemas de transportes e realinham os fixos, de modo que esses possam viabilizar a plena circulação do capital.

Com a fluidez imbricada e instalada na atual ordem mundial do capital, as redes técnicas também se tornam elementos fundamentais na dimensão espacial da acumulação flexível. Para Silveira (2003), o significado e a dinâmica das redes técnicas balizam o campo das possíveis interfaces entre a ordem global e o território, que é usado conforme a razão dada pela tecnologia e pelos contextos de sua apropriação social pelos sujeitos, corporações e instituições que detêm o controle sobre as relações de poder. Na conjuntura socioespacial determinada pela acumulação flexível, as redes técnicas¹⁷ são, portanto, as artérias que articulam um mercado hierarquizado e articulado na escala mundo.

Como possuem densidades desiguais, as redes técnicas e a tecnologia por elas disseminada não efetivam a homogeneização do espaço. Pelo contrário, no que se refere ao seu papel de vias estruturantes do território a partir da localização das atividades econômicas, pode-se dizer que “as redes constituem “seletores” territoriais, criando um espaço dual:

¹⁷ As redes consistem na articulação de fixos e fluxos que compõem a organização socioespacial (CORRÊA, 2001). Com dimensões e longitudes diferentes, as redes, as geográficas, representam a infraestrutura material e imaterial que permite a circulação de pessoas, de capitais, de mercadorias, de informações e de matérias-primas pelo o espaço e a alocação desses no território.

territórios com ou sem um serviço, conectados ou não pelas redes” (OFFNER, 200, p. 167 apud SILVEIRA, 2003, p. 04).

Dessa forma, a lógica imposta pela reestruturação produtiva, pressuposta como racionalização universal, comparece configurada pela forma como o capital intercala as condições preexistentes no território aos fluxos que percorrem o espaço em busca das melhores condições para a acumulação. Como podemos ver, a complexidade da reestruturação produtiva reside, principalmente, em sua dimensão espacial. É na ordem da relação espaço-território que todas as tendências, normas e ditames da acumulação flexível, destituem-se parcialmente de seu caráter universal e homogeneizador para se tornarem parte de uma realidade particularizada pela forma como territórios moldados por processos histórico-geográficos passam a responder aos estímulos do capital mundializado.

Compreender esse espaço apropriado pelo capital e a sua fração usada, o território, é algo que vai além da dimensão material e técnica propriamente dita do capitalismo. O capital em processo é uma força totalizante que se difunde de forma desigual no espaço. Diante disso é, em parte, dominação material e, em outra parte, dominação subjetiva, o que confere ao espaço uma dupla dimensão: a tecnoesfera e a psicoesfera.

A tecnoesfera é o resultado da crescente artificialização do meio ambiente. A esfera natural é crescentemente substituída por uma esfera técnica, na cidade e no campo. A psicoesfera é o resultado das crenças, desejos, vontades e hábitos que inspiram comportamentos filosóficos e práticos, as relações interpessoais e a comunhão com o Universo. Ambos são frutos do artifício e desse modo subordinados à lei dos que impõem as mudanças (SANTOS, 1994, p. 14).

É articulando essas duas dimensões que o capital procura estabelecer seus meios de controle sobre aqueles territórios nos quais suas formas materiais não se materializaram totalmente. É desse modo que o padrão da expansão capitalista parece hegemônico, quando é essencialmente heterogêneo. “Assim se instalam, ao mesmo tempo, não só as condições do maior lucro possível para os mais fortes, mas, também, as condições para a maior alienação possível, para todos” (SANTOS, 1994, p. 14).

Está em evidência, portanto, um processo de dominação que, enquanto busca fazer do espaço o espaço do capital, usa esse de forma diferenciada, produzindo territórios heterogêneos que refletem a fração do espaço apropriada pelo capital materialmente e a fração igualmente dominada pela alienação. Tal nível de racionalização alcançado pelo capital levou ao estigma do espaço global, quando, na verdade, configuram-se espaços da globalização.

Com base nesse entendimento, na medida em que nos propomos a investigar o contexto de reestruturação produtiva do capital no agronegócio da avicultura de corte industrial no estado da Paraíba, e a participação da agricultura familiar camponesa nesse processo, consideramos, em nossa abordagem, um plano relacional em que o espaço é espaço quando utilizado pelos agentes econômicos como esfera circulatória, e é território quando seccionado e usado (produzido) por esses agentes que detêm o controle sobre as relações de poder e pelos sujeitos que eles articulam por meio do processo produtivo. Nessa dinâmica, o capital tende a percorrer o espaço indiscriminadamente e a se instalar no território sob uma lógica de diferenciação que determina as condições e as possibilidades de universalização ou de marginalização de cada fração territorial e, conseqüentemente, de seus sujeitos.

É dessa forma que, em cada contexto socioespacial, a exemplo do campo brasileiro e paraibano de modo particular, a reestruturação produtiva terá formas de existência alinhadas, sim, a ordem da produtividade moderna do capital, mas devidamente codificadas pela tessitura histórico-geográfica que essa mesma ordem busca adentrar e transformar, isto é, o território o qual passará a usar.

No campo brasileiro convulsionado pela ofensiva do capital, o território emerge como a base espacial construída em torno de relações sociais estabelecidas por classes em permanente conflitualidade na disputa por modelos de desenvolvimento e de sociedade (FERNANDES, 2009). Nesse sentido, o território, em toda sua diversidade, é concebido como forma de controle socioterritorial do capital que tem como objetivo central a racionalização e a justificação do seu domínio contínuo, enquanto é forçosamente conflitante e insustentável ao ponto de provocar as forças reativas dos sujeitos explorados.

O território surge do encontro de uma racionalidade com o espaço no qual se produzem as bases materiais e imateriais conduzidas pelas relações dominantes. Diante disso, faz-se pertinente, na leitura geográfica do campo, segundo Fernandes (2009), compreender o espaço ou o território como totalidade a partir de uma leitura consubstanciada nas diferenciações das relações e de territórios e do mapear das conflitualidades, fato que permite codificar melhor os sentidos das disputas territoriais. Ao percorrer o espaço e se apropriar dos territórios no campo, o capital não só redefine os potenciais produtivos, como firma uma relação de forças em favor da disputa territorial. Essa disputa territorial ocorre, sobremaneira, pela desterritorialização, isto é, pela efetivação de funções espaciais num compartimento específico (território) ou por meio de uma estrutura de comando que se torna responsável pelo controle das formas de uso e de acesso aos territórios de outros.

Nas circunstâncias da expansão capitalista no campo, a realidade do espaço é formada pela conflitualidade entre os diferentes territórios das classes sociais que ocupam o campo como espaço de vida e de produção de mercadorias (FERNANDES, 2006). Nesse contexto:

É importante esclarecer que território é espaço geográfico, mas nem todo espaço geográfico é território. Lembrando que território é um tipo de espaço geográfico, há outros tipos como lugar e região. Também é importante lembrar que território não é apenas espaço geográfico, também pode ser espaço político. Os espaços políticos diferem dos espaços geográficos em forma e conteúdo. Os espaços políticos, necessariamente, não possuem área, mas somente dimensões. Podem ser formados por pensamentos, ideias ou ideologias (FERNANDES, 2006, p. 31).

Nessa leitura, o espaço se coloca como multidimensionalidade caracterizável por uma tipificação específica, o território. Isso implica dizer que, na ordem da relação espaço-território, no curso da dinâmica mutável da reestruturação produtiva do capital no campo, a multidimensionalidade do espaço é apreendida ao ser delimitada pela determinação da racionalidade acionada. É essa racionalidade, a exemplo daquela construída pelo agronegócio da avicultura de corte industrial no campo paraibano, que circunscreve no espaço o território tensionado pelos interesses do capital e dos camponeses. Em todo caso, prevalece o elemento central, ou seja, as disputas socioterritoriais agudizadas, na medida em que a necessidade capitalista de assegurar e de proteger a expansão contínua se fortalece a partir da tentativa de constituir uma totalidade intensiva, seja na forma material da relação social em processo, seja na forma de sua subordinação.

1.3 Os contextos da reestruturação produtiva no campo brasileiro

A determinação mais geral da reestruturação produtiva no Brasil está pressuposta na modernização e expansão das bases produtivas industriais. No campo, com esse mesmo traço distintivo, a reestruturação produtiva do capital se apresenta como um movimento de modernização técnico-econômico gradativo, compulsório e constante, responsável inicialmente pela aplicação de novos procedimentos e de métodos tecnológicos e científicos na produção agropecuária e, posteriormente, pela constituição de lógicas operacionais e organizacionais que redirecionaram os setores agropecuários para a produção industrial. Para Elias (2006), após redefinir a base técnica empregada no conjunto das atividades econômicas no campo, a reestruturação produtiva tratou de clarificar novas possibilidades para a

realização da mais-valia mundializada por meio da fusão de capitais agrícolas com os demais setores econômicos, sobretudo o industrial e o financeiro.

Nesse sentido, fundamentada na intensificação da relação campo-capital-indústria, a expansão capitalista pelas vias abertas pela reestruturação produtiva tem provocado mudanças no espaço agrário brasileiro muito mais emblemáticas do que aquelas verificadas no espaço da indústria propriamente dito, pelo fato de que terra não é capital (MIZUSAKI, 2007). O domínio da relação entre a técnica e o espaço tem sido decisivo em todos os elementos que compõem as etapas do sistema produtivo, o que faz da reestruturação produtiva do capital no campo um processo com dimensão técnica, econômica, social, política e territorial.

Na leitura de Martins (1979), com a expansão capitalista no campo, a tendência do capital é dominar tudo, e isso implica a subordinação dos múltiplos setores e ramos da produção, na agricultura e na indústria. No processo de reprodução do capital na agricultura, o instrumento fundamental da produção é a terra que, embora opere como capital, não é capital, pois não é produto do trabalho assalariado, é um bem natural finito e que não pode ser recriado pelo trabalho (MATINS, 1979). Contudo, assim como se apropria do trabalho na indústria para garantir suas formas de reprodução, o capital se apropria dos frutos gerados pelo trabalho realizado na terra, processo pelo qual subordina a produção agropecuária e a torna adaptável aos pressupostos da lógica produtiva capitalista. É dessa forma que, sendo a terra um meio de produção diferente dos outros, as consequências sociais, econômicas e políticas de sua exploração se complexificam.

Para Mizusaki (2009), o desenvolvimento do capital no campo brasileiro no contexto da reestruturação produtiva ocorre sob o domínio do capital industrial, e se expandiu no país orientado pelo modelo de produção propugnado pela chamada Revolução Verde, a qual, segundo a autora, pode ser entendida como:

Um programa idealizado e patrocinado inicialmente pelo grupo Rockefeller e gestado no contexto da Segunda Guerra Mundial, quando surge a preocupação com a questão alimentar. O objetivo aparente do programa era o de aumentar a produção e produtividade agrícola no mundo, atuando através de duas frentes: mudanças no processo produtivo substituindo a agricultura tradicional por uma agricultura mais moderna, e maior controle dos produtores, via assistência técnica e extensão rural (MIZUSAKI, 2009, p. 57).

Entre a agenda aparente e as finalidades reais da Revolução Verde, a reestruturação produtiva no campo brasileiro revela-se como um fenômeno altamente indexado à base originária da fase capitalista de mundialização da economia, em que a estruturação técnica e

econômica da escala produtiva e circulatória global do capital é necessária para a expansão dos grandes conglomerados transnacionais. Esse aspecto fez da modernização do campo no país um processo de fora para dentro (BRUM, 1988), que importou referenciais quanti-qualitativos estrangeiros, norte-americanos principalmente, para a relação produção-produtividade, na intenção de que os qualificativos impressionistas da tecnificação/capitalização/industrialização pudessem sobrepor o crescimento econômico à agudização das contradições socioterritoriais historicamente construídas.

Sugerindo uma periodização que considera como última grande revolução da modernização do campo, a constituição dos complexos agroindustriais, Graziano da Silva (1996) sequencia o conjunto de transformações no campo brasileiro em fases, as quais são descritas da seguinte forma:

A primeira se restringe à transformação da base técnica, induzida e estimulada pelo governo e empresas norte-americanas. A segunda fase caracteriza-se pela industrialização da produção rural com a implantação de indústrias de bens de produção e de alimentos. Na terceira fase, ocorre plena integração entre a agricultura e a indústria. E por último, ocorre a integração de capitais (industriais, bancários, agrários) sob o comando do capital financeiro. Com a constituição dos complexos agroindustriais, a agricultura passa a crescer não apenas em função do mercado externo, mas também para atender às demandas do mercado interno, mais especificamente os complexos agroindustriais (GRAZIANO DA SILVA, 1996, p. 21).

A transformação da base técnica, primeira fase, e a constituição dos complexos agroindustriais, última fase, embora distintos no tempo e no espaço, são momentos complementares e interligados no movimento de reestruturação produtiva do capital. Nessa análise apresentada por Graziano da Silva (1996), a modernização do campo é vista como uma marcha evolutiva pré-moldada pela forma como o capital define e redefine os elementos compositivos de sua expansão.

De acordo com Elias (2005), no que se refere à reestruturação técnico-econômica, primeira fase da modernização do campo, observa-se a incorporação da ciência, da tecnologia e da informação para aumentar e melhorar a produção e a produtividade das atividades agropecuárias. Nessa perspectiva, segundo a autora:

Podemos dizer que a tecnologia e o capital passam a subordinar, em parte, a própria natureza, reproduzindo artificialmente algumas das condições necessárias à produção agropecuária, que se torna cada vez mais dependente dos insumos gerados pela indústria, cuja produção transformou o conjunto de instrumentos de produção agrícola. Inúmeras pesquisas tecnológicas voltadas para o setor desenvolveram uma gama muito grande de novos

produtos químicos na tentativa de: suprir as deficiências do solo; prevenir as doenças das plantas; combater as pragas das plantações; aumentar o rendimento por hectare; fabricar no laboratório sementes mais produtivas; construir máquinas para semear, cultivar, colher e irrigar o solo; e uma quantidade incomensurável de outras inovações, proporcionando importantes ganhos de produtividade (ELIAS, 2005, p. 4477).

A produção é, portanto, potencializada pelas novas tecnologias que permitem não só o aumento da produtividade relativa às necessidades imediatas de acumulação do capital, como também viabilizam a implantação dos sistemas de objetos e dos sistemas de ações necessários ao desenvolvimento da agroindustrialização. Dessa forma, a reestruturação produtiva por meio do incremento técnico contribui para a produção (e reprodução) da acumulação de capital e para a sustentação de sua futura dominação multidimensional (agrícola, industrial e financeira) no campo.

Para Martine (1990), essa primeira fase da modernização do campo no Brasil (1965-1979) transcorre mediante a confluência de diversos eventos que atuam para modificar a estrutura e o perfil da produção agropecuária. Entre esses eventos ressalta-se a consolidação do parque industrial; a ampliação do crédito subsidiado e de outros incentivos à produção agrícola; a internacionalização do pacote tecnológico da Revolução Verde; e a adoção da política de preços no setor agropecuário (MARTINE, 1990). É nesse íterim que a modernização se torna um fenômeno compulsório, transcorrendo a partir de saltos qualitativos sempre em favor da integração do campo com a indústria, fato que colabora para a constituição e o fortalecimento dos complexos industriais.

A segunda e a terceira fases da reestruturação produtiva do campo representam, na esfera temporal e material, a faixa de transição entre o complexo rural e o complexo agroindustrial. Nelas, a preocupação central já não é mais apenas a tecnificação, mas, sobretudo, a consolidação das relações técnicas e econômicas instituídas na produção agropecuária, a fim de que essas pudessem assegurar as ligações dos empreendimentos rurais com o setor industrial, comercial, bancário e de serviços (DELGADO, 2012).

São fases, portanto, intermediárias e estratégicas que combinam as vantagens já alcançadas, a exemplo do aumento da produtividade agropecuária, com outros efeitos causados pela reestruturação produtiva na sociedade capitalista como um todo. Estamos falando, por exemplo, das mudanças nos hábitos alimentares da população brasileira, que passa a consumir alimentos procedentes das agroindústrias, a exemplo dos enlatados, dos processados e também daqueles alimentos, até então, alheios aos hábitos alimentares dos brasileiros, tais como os derivados da soja (óleo, margarina), do trigo, as carnes de frango de

granja, entre outros produtos (MATOS; PÊSSOA, 2011). Na avicultura de corte, essa mudança nos hábitos alimentares dos brasileiros foi fundamental, pois o aumento no consumo de carne de frango e dos seus derivados impulsionou rapidamente a produção agroindustrial, possibilitando ao setor avícola estrutura e capital suficientes para adentrar novos mercados, tanto no Brasil como no exterior.

Para Delgado (2012), na medida em que ganhou mercado consumidor, a indústria processadora de produtos agropecuários se desenvolveu rapidamente, e isso demandou uma interação ainda mais complexa com o setor produtivo rural, levando à constituição dos complexos agroindustriais. Os complexos agroindustriais, muito comuns na avicultura de corte brasileira, em sua totalidade produtiva envolvem atividades agrícolas (produção agropecuária), industriais (processamento) e financeiras (bens de capital), que se tornam interdependentes no movimento geral do capital.

Na leitura de Graziano da Silva (1996, p. 31), os complexos agroindustriais nada mais são que “uma integração intersetorial entre as indústrias que produzem para a agricultura, a agricultura propriamente dita e as agroindústrias processadoras, integração que só se torna possível a partir da internalização da produção de máquinas e insumos para a agricultura”. Na medida em que essa integração intersetorial agricultura-indústria se consolida, torna-se uma via aberta no campo para a expansão do capital financeiro, cujo impacto, sobretudo a partir da década de 1990, na racionalização econômica e social do complexo agroindustrial, tem sido responsável por caracterizar a atual fase da reestruturação produtiva do capital no campo brasileiro como uma fase agronegocista. Essa fase agronegocista retrata a plena integração agricultura-indústria-mercado e é atestada pela elevação dos níveis de financeirização dos complexos industriais, que passaram a configurar um modelo produtivo e de negócios que, no Brasil, popularizou-se sob o termo agronegócio.

O termo agronegócio, ou originalmente agribusiness, foi proposto inicialmente em 1957, pelos americanos Davis e Goldberg, e trazia consigo a ideia de uma totalidade econômica constituída pelas atividades produtivas e distributivas que envolviam a produção agropecuária em si e todas as etapas antes e depois dela. Para Delgado (2012, p. 89), o agrobusiness norte-americano, de forma simplificada, pode ser compreendido como uma “noção puramente descritiva das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas e processamento industrial, realizados antes, durante e depois da produção agropecuária, cuja soma constituiria um novo setor de atividade econômica”.

Graziano da Silva (1996) assevera que a noção original de agribusiness surge em meio à necessidade de conceituar a nova realidade da agricultura norte-americana na década de

1950, em que a crescente interligação do setor agrícola com os demais setores da economia limitava a noção tradicional em voga de “setor primário”. Nesse sentido, segundo o autor, agribusiness não é uma noção associada a uma ideia de desenvolvimento ou crescimento, pois consiste numa noção estática, que apenas descreve o complexo de sistemas agrícolas, industriais e financeiros daquele momento.

Com esse mesmo caráter descritivo e técnico, o agronegócio acaba se tornando uma nova feição para uma ideia já utilizada e apresentada a partir de termos já em uso, como o próprio termo “complexo agroindustrial” e outros com sentido análogo, a exemplo de “complexo rural”, “cadeia produtiva” e “*filière*” (DELGADO, 2012). Nesse caso, sob a ideia básica de “complexo de sistemas”, o agronegócio, reconfigurado na realidade agrário-agrícola brasileira, torna-se, portanto, um modelo de integração vertical de negócios que, no plano teórico-analítico não é, por si só, um conceito explicativo.

Nas palavras de Delgado (2012, p. 90):

Como mera descrição de fenômeno, o produto medido por transações monetárias, sem dupla contagem, que se gera neste setor de agronegócios, está aquém de um conceito teórico. É pura descrição de fenômeno empírico, cujo recorte taxonômico somente terá sentido na acepção de *theoria se*, ao recorte assim denominado, se atribuirmos algum significado, alguma relação real estável entre fenômenos, que de alguma maneira caracterize um sentido de determinação à constituição ou funcionamento deste setor de atividade.

Dessa maneira, a opção pelo agronegócio como recurso analítico que possa dar conta das transformações produtivas no campo brasileiro exige, antes, um corte taxonômico com a sua noção original. Isso significa desprendê-lo da ideia simplista de formalização de uma informação técnica (cristalizada) para compreendê-lo como parte compositiva ineliminável (e contraditória) do movimento do capital. O agronegócio não deve ser visto apenas como a exterioridade do processo produtivo, mas como uma interioridade densa, tensa e complexa, animada por relações econômicas e sociais gestadas na realidade espaço-temporal particular do campo brasileiro.

Entendendo dessa forma, é possível apreender o agronegócio sob os determinantes de sua estrutura interior, sem, contudo, deixar de levar em conta suas formas exteriores, isto é, a totalidade de relações econômicas e sociais que se fragmentam em momentos produtivos complementares e interdependentes. Trata-se, pois, de partir de uma concepção de agronegócio que leva em conta sua forma de organização (de negócios do campo e de ramos

de produção a montante e jusante da agricultura), mas que o considera também, sobretudo, como um processo de racionalização produtiva, econômica, técnica, social e política.

A nossa opção por compreender a reestruturação produtiva no agronegócio da avicultura de corte industrial no estado da Paraíba, e a forma como esse, em seu processo de racionalização no campo paraibano, utiliza o sistema agropecuário da agricultura familiar camponesa, evidentemente não caberia na análise convencional descritiva do agronegócio apontada por Delgado (2012). Desse modo, buscamos desvendar o movimento do capital em seus múltiplos setores (agricultura, indústria e mercado), adentrando a interioridade do agronegócio da avicultura de corte industrial paraibana pelos caracteres econômicos, políticos, técnicos, territoriais e sociais específicos, o que, para a ciência geográfica, institui a possibilidade analítica de compreender a reestruturação produtiva no setor avícola como um fenômeno que se constitui de uma interação socioprodutiva que se explica pela dinâmica das relações sociais de produção no território.

No contexto evolutivo da modernização do campo no Brasil, o agronegócio é propalado como a face mais recente e dinâmica da expansão e da reprodução do capital nos setores agroindustriais. Em sua exterioridade comparece como uma engrenagem com etapas (agropecuárias, industriais, financeiro-administrativas, comerciais, *marketing*, etc.) altamente articuladas e empenhadas em obter rapidamente crescimento econômico, expansão da produção, aumento da produtividade e ampliação da participação no mercado internacional. Em sua interioridade, o agronegócio se mostra uma trama contraditória permeada por impasses que são, em parte, originários do deslocamento das conflitualidades típicas da lógica capitalista para as relações sociais de produção no campo e, em outra parte, decorrentes da emergência de novos tipos de conflitualidades que foram gestadas, principalmente, no modelo político-econômico e territorial que serviu de base para a modernização do campo a partir da reestruturação produtiva dos setores agropecuários.

Se o agronegócio se tornou a face estrutural da reestruturação no campo brasileiro, sobretudo a partir da década de 1990, quando se intensifica a financeirização dos complexos agroindustriais, isso não quer dizer que ele seja a única. Para além da interioridade do agronegócio, a reestruturação produtiva avança sobre as diversas formações agrárias nos diferentes territórios, revelando as particularidades e complexidades de um processo que, fundamentado espacialmente pela atuação seletiva do Estado e dos investimentos privados, produz-se na realidade brasileira a partir do uso desigual do território.

1.3.1 O papel do Estado na reestruturação produtiva no campo brasileiro e o uso desigual do território

Embora seja conveniente ao ideário capitalista o discurso de que a reestruturação produtiva do campo brasileiro partiu da iniciativa e do protagonismo do empresariado rural, não há como negar que o conjunto de transformações ocorridas só foi possível no contexto de uma conjuntura política em que o Estado foi o grande agente instrumentalizador da modernização técnico-econômica. A ação governamental, plenamente ajustada ao cenário macroeconômico propositivo a realização do capital e contraditoriamente descolada das problemáticas socioterritoriais presentes no campo, desdobrou-se em estratégias que adquiriram forma material principalmente por meio da criação de infraestrutura de circulação e de distribuição para a produção, de políticas públicas agrícolas e da deliberação de crédito rural para os grandes projetos de modernização.

O desvelamento do papel do Estado no processo de reestruturação produtiva no campo expõe medidas que visaram a subsidiar todo o conjunto de objetos e de ações necessários à tecnificação da produção e ao desenvolvimento da agroindustrialização. Para Delgado (2012), foi apenas com a articulação, pelo Estado, do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) que ocorreu o fortalecimento das estruturas fomentadoras da produtividade e de funcionalidade do crescimento capitalista no setor agropecuário. Nas palavras do autor, no que concerne à participação do Estado na modernização do campo, deve-se ter em mente que:

Perseguiu-se na política agrícola a concepção de planejamento induzido dos mercados de produtos rurais mediante a desoneração dos riscos estruturais do processo produtivo privado (riscos de produção e de preços). Estimulou-se a adoção de pacotes tecnológicos da “Revolução Verde”, então considerados sinônimos de modernidade, e incentivou-se um enorme aprofundamento das relações de crédito na agricultura, mediando a adoção desses pacotes com mecanismos de seguro de preços, seguro do crédito à produção (DELGADO, 2012, p. 13).

Nas primeiras décadas em que se verifica a intensificação das transformações no campo (1965-1985), a ação do Estado, em conformidade com os interesses do capital, configurou o que se convencionou chamar de modernização conservadora. A modernização conservadora diz respeito à instalação de novos conteúdos sociotécnicos e econômico-políticos sob bases socioterritoriais tradicionais, enrijecidas historicamente por contradições até então irresolutas.

Nas palavras de Azevêdo (1982), a modernização conservadora consiste na manutenção do monopólio da terra e dos privilégios políticos da oligarquia rural, que asseguram uma modernização à custa da exclusão política dos setores subalternos do campo, da expropriação do camponês e da sua proletarização. A modernização conservadora evidencia, portanto, um processo de reestruturação produtiva em que a postura ativa do Estado na concretização da integração técnica entre agricultura e indústria não só viabilizou os contextos da produção do capital, como também sedimentou a reprodução da estrutura fundiária concentrada e das relações sociais de dominação historicamente construídas.

Para Silva, Rêgo e Silva (2017), no processo de transformação do campo brasileiro a partir da inserção de um novo meio técnico, a ação do Estado foi fundamental. Todavia, segundo os autores, os recursos financeiros do crédito rural foram destinados, em sua maioria, para os grandes e os médios produtores, o que, por um lado, favoreceu a conversão de latifúndios em modernas empresas rurais e, por outro, tornou inacessíveis as políticas de crédito para os pequenos produtores rurais.

A partir da década de 1990, outra atitude que marca a participação do Estado, agora já no plano da intensificação da modernização no campo brasileiro, foi a liberalização dos mercados. Essa estratégia foi um contraponto à desaceleração das concessões de crédito rural em face da crise inflacionária, e faz parte da nova racionalidade, neoliberal, disseminada na agricultura capitalista brasileira pela mundialização do capital. Representando a criação de uma ortodoxia alicerçada nas necessidades objetivas da classe capitalista, que se sentia ameaçada pelo dirigismo econômico, o neoliberalismo corresponde a uma contraofensiva do pensamento conservador, que busca assegurar ao mercado o controle das estruturas institucionais (SINGER, 1988).

No campo brasileiro, o neoliberalismo é propositivo para a derrocada das fronteiras (materiais, institucionais e normativas) de expansão dos grandes conglomerados internacionais que, já consolidados no monopólio dos principais complexos agroindustriais, tornam-se, conforme a filosofia produtiva do agronegócio, a face estruturante da modernização em curso e a racionalidade que passa a reger, de uma forma ainda mais direta do que antes, a ação instrumentalizadora do Estado em favor do capital na agricultura.

O nível da racionalização político-ideológica imposta pela sociedade capitalista neoliberal dilatou as vias de controle do capital sobre o Estado, resultando na implementação de políticas agrícolas e territoriais que já surgiram cooptadas pela lógica de mercado e pelas demandas do agronegócio. Com subsídios creditícios, incentivos fiscais e políticas voltadas para o fortalecimento das exportações, o Estado favoreceu o crescimento de empresas e de

grandes grupos econômicos, que cresceram e expandiram suas plantas industriais ao mesmo passo em que novas bases produtivas, originárias de capital nacional e estrangeiro, surgiram (MÜLLER, 1989).

Desse contexto derivativo, a reestruturação produtiva no campo brasileiro, que é também a reestruturação do território¹⁸, conservou em sua essência desigualdades socioterritoriais gestadas no uso seletivo do espaço pelos agentes públicos e privados, que conduziram a modernização dos setores agropecuários a partir da escolha de áreas já dotadas de certa infraestrutura produtiva. Para Santos e Silveira (2006), o espaço, enquanto união indissolúvel de sistemas de objetos e de sistemas de ações, tem, em suas formas híbridas (as técnicas), o vetor que determina como o território é usado. Tal como foram dispostas no território, as novas técnicas que estruturaram a reestruturação produtiva levantaram barreiras para a expansão dos ramos de produção especializada, haja vista que, em vez de ampliar as escalas espaciais do capital produtivo, o modelo econômico-produtivo adotado garantiu, na maioria dos casos, a reprodução ampliada do capital a partir da elevação dos níveis de produtividade no interior dos territórios já em uso.

Na análise de Delgado (2012), os complexos agroindustriais, fortalecidos e tecnificados a partir da década de 1970, embora constituam a face moderna da agricultura brasileira, estão longe de refletirem a totalidade do setor rural nacional, pois a expressividade econômica e técnica desses não são, nem de longe, a mesma no plano social e territorial. A base da modernização do campo brasileiro envolveu uma tecnificação rápida que se sustentou, para isso, sob as bases socioterritoriais de uma elite agrária regionalmente concentrada que, a partir de forte aparato fiscal e financeiro, rapidamente se transfigurou em uma espécie de empresariado rural emergente.

Até a década de 1980, período de internalização dos pacotes tecnológicos da Revolução Verde, a modernização do campo era um fenômeno espacialmente concentrado nas regiões Sul e Sudeste. De acordo com Matos e Pêsoa (2011), essas duas regiões chegaram a absorver, entre as décadas de 1970 e 1980, 65% dos recursos drenados para o setor, por meio de políticas estatais que permitiram a introdução de novos usos àqueles territórios já explorados pelo capital. A partir da década de 1980, a expansão da agroindustrialização para o Centro-Oeste constituiu-se como um evento importante no âmbito

¹⁸ Para Locatel (2012), a introdução de procedimentos, de métodos e de insumos na produção agropecuária promoveu o aumento da densidade técnica do território nacional, um processo desigual e parcial impulsionado pelo avanço do capital no campo e pela intervenção do Estado via políticas públicas específicas. Nesse contexto, a tecnificação do território diz respeito à modernização da infraestrutura produtiva rural a partir da configuração de uma nova base técnica compatível com os novos ditames da racionalização capitalista no campo.

da expansão da fronteira agrícola brasileira. Contudo, muito mais do que um empenho na direção da desconcentração social e espacial dos processos de modernização do campo brasileiro, representou a criação de uma nova área de centralização de capitais e de investimentos públicos e privados.

Na região Nordeste, com tempos e contornos desiguais, a modernização do campo também emerge como um processo subsidiado pelas políticas públicas formuladas pelo Governo Federal. Segundo Silva, Rêgo e Silva (2017), os projetos voltados para a industrialização da região Nordeste foram planejados, coordenados e executados por órgãos governamentais, a exemplo do Departamento Nacional de Combate às Secas (DNOCS) e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), cujas ações se estruturaram a partir da ideia central de que o desenvolvimento industrial da região só seria possível num contexto em que se investisse também na modernização tecnológica do campo.

No geral, constata-se que as ações de modernização priorizaram a dinamização dos processos produtivos que, amparados por práticas e técnicas rudimentares, possuíam baixa produtividade. O conteúdo tecnológico introduzido no campo nordestino, assim como ocorrera em escala nacional, materializou-se de forma heterogênea e expôs o rigor da seletividade dos investimentos que favoreceram, principalmente, os agentes e os espaços com maior potencial em atender às expectativas imediatas do projeto de modernização para a região.

No estado da Paraíba, os efeitos da lógica de modernização que recaí sobre o campo apontam para uma transformação lenta, espacial e setorialmente seletiva, que combina, na soma do território, a contraditoriedade da existência de áreas caracterizadas por intensa dinamização econômica e de áreas de baixa densidade produtiva. Conforme ressaltado por Silva, Rêgo e Silva (2017, p. 191):

Embora o estado da Paraíba se configure como uma área de rarefação – quando se considera o contexto da tecnificação brasileira – e apresente níveis técnicos, científicos e informacionais pouco expressivos, as dinâmicas territoriais associadas à produção agropecuária estão em contínuo movimento e se intensificam na medida em que são incorporadas inovações tecnológicas que se evidenciam por meio de modificações nos sistemas de objetos e de ações, principalmente com a intensificação do processo de tecnificação na agricultura do país.

Na medida em que a agropecuária, nacional e internacional, torna-se cada vez mais determinada pelos padrões tecnológicos, a necessidade de territórios de rarefação se modernizarem se torna ainda mais latente, pois esses espaços precisam reorganizar suas

infraestruturas produtivas para, assim, integrarem-se aos circuitos produtivos industriais. Dessa forma, percebe-se que as franjas da modernização, enquanto se expandem, recriam os critérios de seleção e de uso dos territórios a partir da imposição de uma realidade econômica complexificada pelo aprofundamento da dependência tecnológica e pelo estabelecimento, sempre seletivo, dos investimentos financeiros públicos e privados.

O processo de modernização do campo brasileiro esteve, portanto, amparado pelo Estado, que procurou se articular com os grandes agentes capitalistas para acelerar e intensificar a introdução de um meio técnico, científico e informacional capaz de integrar o trabalho, a produção e o consumo das atividades agropecuárias aos circuitos produtivos mundiais.

Com essa configuração, a reestruturação produtiva do capital e a modernização dela decorrente no campo sobredetermina também, e de forma contundente, a questão agrária, ajustando-a aos condicionantes do processo histórico-social evidenciado. Ao se firmar mediante a lógica da produtividade do capital como máxima deliberativa do uso do território e da condução das relações sociais, a reestruturação produtiva condiciona os problemas e as demandas do campo brasileiro a uma dimensão qualitativamente nova, que não tem a ver, necessariamente, com a substituição da natureza das problemáticas historicamente herdadas, mas, sobretudo, com a forma como a estrutura de comando político e econômico capitalista, para atender aos desígnios do capital, reedita essas problemáticas.

1.4 As transformações socioprodutivas no campo brasileiro e a questão agrária

Conforme temos discutido até aqui, a reestruturação produtiva do capital no campo brasileiro tem se constituído em um fenômeno com dimensões estruturais, cuja contradição reside substancialmente na conformação de um modelo socioprodutivo que caminha, por um lado, na direção de um efervescente crescimento econômico dado pelo desenvolvimento das forças produtivas e, por outro, na direção do agravamento e recriação de conteúdos centrais da questão agrária brasileira.

Para Fernandes (2001, p. 23), a questão agrária:

É o movimento do conjunto de problemas relativos ao desenvolvimento da agropecuária e das lutas de resistência dos trabalhadores, que são inerentes ao processo desigual e contraditório das relações capitalistas de produção. Em diferentes momentos da história, essa questão apresenta-se com características diversas, relacionadas aos distintos estágios de desenvolvimento do capitalismo.

Em outros termos, isso implica dizer que a questão agrária consiste em uma conjuntura social, econômica, política, territorial e, pelos desdobramentos recentes da produção capitalista, também ambiental, redefinida constantemente no movimento do capital no campo. De acordo com Martins (1999), a questão agrária tem a sua própria temporalidade, e é essa quem determina as circunstâncias históricas que passam a integrar o elenco de contradições, de dilemas e de tensões que permeiam a dinâmica social e, nela, a dinâmica política. Dessa forma, nas palavras do autor, “o próprio ato de intervir na questão, de um modo ou de outro, numa perspectiva ideológica ou noutra, já altera a questão agrária” (MARTINS, 1999, p. 98).

Na teoria agrária, a intensificação da reestruturação produtiva no campo, como todo novo momento da realidade socioespacial, tem suscitado múltiplas discussões que procuram, sob diferentes perspectivas analíticas, compreender os atuais contornos da questão agrária e a forma como ela pode/deve ser enfrentada. Nesse contexto, embora se notem avanços importantes no entendimento da questão agrária e dos impasses que implicam a permanência de sua irresolução, a persistência de indefinições, mais do que resultado da complexidade da própria questão agrária, é fruto de um debate que, na medida em que se alarga no plano teórico-ideológico e político, afasta-se do seu referente material (a realidade geografizada).

Esse quadro deve-se ao fato de as novas determinações do capitalismo global no campo terem elencado o caráter político das novas e velhas problemáticas e situado o debate agrário entre a defesa da justificação da reprodução do capital e a não defesa dessa justificação. Diante disso, o que tem sido posto em discussão, e na Geografia Agrária não é diferente, é uma *práxis* teórico-política ideologizada que certamente não é nova, mas que se intensifica com a reestruturação produtiva do capital. Essa *práxis* teórico-política ideologizada, em muitos casos, tem subvertido a análise da concretude da questão agrária à dimensão abstrata dos seus nexos sociorreprodutivos. É como se, antes de estruturar o entendimento sobre o conteúdo real da questão agrária, pesasse, sobre os pesquisadores da questão agrária, a imposição de um arranjo explicativo intelectual, teórico e político, que, mais do que subsidiar a análise da realidade propriamente dita, procura ajustar os fundamentos da realidade aos propósitos ideológicos da análise.

Conforme salientado por Delgado (2001, p. 166), na atual conjuntura do campo brasileiro, a dualidade do debate agrário envolve:

De um lado as várias correntes que refletem os novos e velhos dilemas da questão agrária; de outro, os protagonistas do agribusiness, adeptos de uma

integração externa da economia rural, protagonizada pelas grandes corporações internacionais do comércio e da indústria de *commodities*, livres de quaisquer restrições relativas às políticas nacionais, mas fortemente impelidas pela política comercial norte-americana.

Em ambas as correntes, a relação teoria e prática, quando constituída hierarquicamente e sobredeterminada pelo enquadramento irrestrito da realidade ao conjunto de sistemas analíticos adotados, em maior ou menor grau, têm deixado lacunas na compreensão da questão agrária. No empenho em compreender o processo de reestruturação produtiva e os seus desdobramentos no campo, a opção em tomar como ponto de reflexão a reprodução do agronegócio, ou a reprodução da produção camponesa, tem, via de regra, secundarizado um ponto igualmente importante: os contextos da integração produtiva entre agronegócio e agricultura familiar camponesa. Com isso, não estamos afirmando que o tema não vem sendo discutido, e sim que a sua essencialidade tem sido dissolvida pelo direcionamento da análise para um desses dois extremos.

Ao buscar o ajuste da totalidade social do campo aos imperativos da ordem econômica agronegocista, a tecnificação e a industrialização do campo revelam a forma (perversa) de ser do capital que, baseada na exploração predatória das vantagens comparativas do território, levou ao ápice os antagonismos entre o latifúndio, posto em um lado, e os pequenos e médios proprietários, os trabalhadores assalariados, os trabalhadores temporários, os arrendatários, os posseiros e os trabalhadores sem-terra, alocados no outro lado (SAMPAIO JR, 2013). Sem que a estrutura da propriedade da terra sofresse alteração, o latifúndio, aparelhado pelos desideratos da mundialização do capital, tornou-se ainda mais concentrador e passou a impor uma lógica de dominação constituída pela ação dos grandes capitais, que avançam no campo de diversas formas, inclusive adentrando os territórios camponeses, expropriando-os da terra ou subordinando sua produção.

Na concepção de Sampaio Jr. (2013), as tendências do campo brasileiro com a reestruturação produtiva apontam para um processo que combina reconcentração fundiária, maior controle direto ou indireto do capital internacional sobre a exploração agrícola, nova rodada de grilagem de terras e exacerbação da superexploração do trabalho. Nesse sentido, pode-se dizer que a concentração fundiária expressa, de certo modo, a desigualdade estrutural da qual se desprendem todas as outras contradições.

O latifúndio, modernizado pela lógica da produtividade e da geração de riquezas impostas pela racionalização do agronegócio (FERNANDES, 2013), faz parecer que a questão agrária e a sua solução clássica, a reforma agrária, perderam relevância, quando na

verdade é o próprio latifúndio, agora modernizado, que segue reafirmando a agudização dos problemas constituintes da questão agrária e salientando a urgência da reforma agrária. Na medida em que o latifúndio se tornou *lócus* da reprodução ampliada do capital, e desestruturou a tese de que somente por meio do processo de redistribuição de terras seria possível o desenvolvimento capitalista no campo, concentrou a renda e a terra de tal maneira que conseguiu potencializar ainda mais as desigualdades socioeconômicas e territoriais no campo.

Nesse ínterim, é o próprio movimento do capital que modernizou o latifúndio e o tornou altamente produtivo, o que sedimentou, sob novas urgências, a necessidade da realização da reforma agrária. Essas novas urgências colocam a redistribuição de terras como um processo que, mais do que desconcentrar a renda e a terra, permitirá a criação de territórios de legitimação social e política para os sujeitos até então marginalizados pelo contexto socioprodutivo edificado pela reestruturação produtiva. Nessa direção, Leite (2013) salienta a necessidade de compreender a reforma agrária não mais como uma política como outra qualquer que pode ou não ser acionada pelos governantes, pois ela é hoje uma demanda social que eles não podem mais ignorar, haja vista que se tornou uma questão socialmente imposta.

De acordo com Delgado (2001), na árdua tarefa de compreender e propor soluções para os novos contornos assumidos pela questão agrária brasileira no contexto de modernização do campo, é importante ter como ponto de partida o reconhecimento de que a chamada “modernização conservadora” nasceu justamente com a derrota do movimento pela reforma agrária. Nesse sentido, segundo Delgado (2001, p. 165):

O caráter heterogêneo da agricultura brasileira – do ponto de vista técnico, social e regional – foi preservado e até mesmo aprofundado nesse processo de modernização. Em certo sentido, pode-se visualizar nele um pacto agrário modernizante e conservador, que, em simultâneo à integração técnica da indústria com a agricultura, trouxe ainda para o seu abrigo as oligarquias rurais ligadas à grande prioridade territorial e ao capital comercial.

Dessa maneira, não é que os processos de reestruturação produtiva no movimento de suas determinações econômicas geram desigualdades socioterritoriais, eles, intencionalmente, produzem essas desigualdades porque são elas que garantem às elites agrárias a manutenção das vias exploratórias historicamente construídas. Nas primeiras décadas da reestruturação produtiva, o processo de afirmação e de controle do capital no campo é intrinsecamente contraditório. Estamos diante de um movimento que expressa, em si, não apenas a

intensificação e a ampliação da exploração do capital, mas a explicitação da grande propriedade como a única capaz de permitir isso. O mais emblemático e problemático disso tudo é que, da mesma forma que produziu os conflitos e as desigualdades, o capital, amparado pelo Estado, também propôs suas “soluções”, alinhando as políticas públicas aos pressupostos neoliberais.

A partir da década de 1980, com o fim do regime militar e o avanço da onda neoliberal (e, saliente-se, conservadora) o retorno da questão agrária ao debate político e econômico se dá em meio à instalação da nova ordem político-econômica que codifica a reestruturação produtiva no campo a partir da desregulamentação dos mercados e das determinações subsidiárias da reprodução do capitalismo global.

Nesse contexto, a atualização da questão agrária elenca novos desafios, a exemplo da entrada desregulamentada dos capitais estrangeiros na produção agropecuária e, consequentemente, na terra. Para Sauer (2013), sob os imperativos do capitalismo global no campo brasileiro, a questão agrária é reatualizada, de modo que fica evidente que não se trata apenas de disputas políticas, como parte de um problema social (pobreza rural) não resolvido, pois se acrescenta, a essa realidade, o crescente interesse mundial por *commodities* agrícolas e não agrícolas, e por terras. Com esse aspecto, a demanda por terras no Brasil – que historicamente tem configurado a base das disputas territoriais – passa a ter como novo fator incidente a atuação de atores globais, como investidores do setor financeiro (bancos e empresas ligadas ao setor financeiro), historicamente avessos a imobilizar capital (SAUER, 2013).

As determinações, qualitativamente novas, impostas pelo capital global vão assumindo proporções inauditas no seio da questão agrária. Além da força especulativa que agrava as questões socioterritoriais até então não resolvidas, a abrasividade da racionalização do capital global é tamanha que ele não só nega (sob o financiamento de um discurso intelectual-ideológico fortemente propagado pelas mídias) a questão agrária, como também se apropria de suas soluções clássicas e as tornam vias de reprodução do próprio capital mundializado. Tem sido assim com a reforma agrária, capturada pelo capital por meio da implantação do modelo de redistribuição de terras conhecido como “Reforma Agrária de Mercado”¹⁹.

¹⁹ A Reforma Agrária de Mercado consiste em um modelo de redistribuição de terras, idealizado pelo Banco Mundial, que tem, no mercado de terras, o grande agente viabilizador. Nesse modelo, os trabalhadores rurais sem-terra, com pouca terra ou minifundistas, têm acesso à terra a partir de um processo de compra e de venda firmado junto aos proprietários de terra e financiado pelo Estado por meio das instituições financeiras.

Para Sauer (2013), esses fatos põem, sobre a questão agrária, uma nova complexidade centrada na importância da terra e do território como meios concomitantes de produção e de poder. Ainda segundo o autor, o enfrentamento dessa nova “agroestratégia” deve ser pautado por visões que não restrinjam a terra à sua dimensão econômica produtiva, mas a tomem como território, isto é, espaço de ser e de existir.

Isso não só reforça a necessidade da reforma agrária como um instrumento de justiça social, como a torna um elemento imprescindível para a garantia da soberania nacional e alimentar. A reforma agrária, nesse novo contexto, permitirá, por meio da territorialização e da reterritorialização das identidades camponesas, a criação de barreiras naturais à estrangeirização da terra. Isso, obviamente, não ocorrerá enquanto as ações do Estado estiverem sendo pautadas pela falácia neoliberal que não passa de uma ideia forjada pelos países ricos e desenvolvidos para justificar o neocolonialismo no século XXI. Nas palavras de Alves (2007, p. 151), “o Estado neoliberal é uma estatalidade política global, tendo em vista que se integra às tecnoburocracias globais (FMI/Banco Mundial/OMC) que impõe os interesses de uma ordem mundial desigualitária”.

No que se refere à questão agrária paraibana, essa carrega, desde os seus primórdios, a marca civilizatória do que hoje chamamos de agronegócio, as monoculturas canavieiras. A cana-de-açúcar não só configurou a ocupação e a produção do território na Região Geográfica Intermediária de João Pessoa, como também influenciou a racionalização produtiva do espaço nas demais regiões geográficas intermediárias do estado, visto que o desenvolvimento do processo econômico centrado na cana-de-açúcar fez com que a organização inicial do espaço agrário paraibano tivesse como suporte a atividade canavieira (no Litoral) e as atividades pecuarista e policultora no interior do estado (MOREIRA; TARGINO, 1997).

Segundo Mitidiero Jr (2008), entre 1970 e 1996, a estrutura fundiária paraibana se encontrava fortemente concentrada nas mãos de poucos proprietários rurais. Dessa forma, segundo o autor, tinha-se um cenário em que as áreas de até 20 hectares correspondiam a 73,1% (117.399) do número de estabelecimentos, enquanto que apenas 0,3% (420) do número de estabelecimentos que possuíam áreas acima de 1000 ha abrangia uma área de 762 mil hectares, o correspondente a 18,5% da área total. Entre 1996 e 2006, a área territorial dos estabelecimentos agropecuários de até 20 hectares cresceu em comparação com os períodos anteriores. Todavia, ainda apresentava uma proporção contraditória frente a outras classes de área, haja vista que uma grande quantidade de estabelecimentos ocupava quase a mesma área abarcada por apenas 0,2% dos estabelecimentos.

De acordo com os dados do Censo Agropecuário do IBGE de 2006, a estrutura fundiária paraibana contava com 118.168 estabelecimentos com até 10 ha, 70,6% do total de estabelecimentos, que era de 167.272. A área abarcada por esses estabelecimentos era de 317.045 ha, o equivalente a 8,4% da área total (3.782.878). Em contrapartida, os estabelecimentos com mais de 1000 ha (329), 0,2% do total de estabelecimentos existentes, abarcavam uma área de 590.608 ha, 15,7% da área total.

Dados do Censo Agropecuário de 2017 do IBGE (tabela 2) expressam que essa realidade não sofreu mudanças expressivas e a estrutura fundiária paraibana ainda permanece concentrada. Os estabelecimentos na classe de área de mais de 0 e menos de 10 ha, composta por 113.898 estabelecimentos rurais, correspondem agora a 69,8% do total de estabelecimentos (163.218 ha), e em área abrangem 324.679 hectares, 9,5% da área total, que é de 3.424.540 ha. No que se observa em relação aos estabelecimentos com mais de 1000 ha, há 252 estabelecimentos, cerca de 0,2% do total catalogado, que juntos somam 501.355 ha, isto é, 14,6% da área total.

Tabela 2 - Estrutura fundiária do estado da Paraíba (2017)

Classe de área (ha)	Número de estabelecimentos agropecuários	Número de estabelecimentos agropecuários (%)	Área total (ha)	Área total (%)
De mais de 0 a menos de 10 ha	113.898	69,8	324.679	9,5
De mais de 10 a menos de 20 ha	20.107	12,3	269.078	7,9
De mais de 20 a menos 50 ha	15.725	9,6	472.433	13,8
De 50 a menos de 100 ha	5.747	3,5	390.897	11,4
De 100 a menos de 200 ha	3.193	2,0	427.677	12,5
De 200 a menos de 500 ha	2.104	1,3	619.712	18,1
De 500 a menos de 1000 ha	630	0,4	418.708	12,2
De 1000 a mais	252	0,2	501.355	14,6
Produtor sem área	1.562	0,9	-	-
TOTAL	163.218	100,0	3.424.540	100,0

Fonte: Censo Agropecuário- IBGE (2017). Organizado pela autora (2020).

Concentrada, a estrutura fundiária paraibana conserva, além da terra, a renda, e isso tem se desdobrado nos últimos anos em uma série de conflitos. Para Moreira e Targino (1997), a conflitualidade no campo se manifesta no contexto da exclusão de sujeitos marginalizados pelos pactos estabelecidos entre a aristocracia rural e o Estado, ou quando nem mesmo algumas cláusulas do pacto são respeitadas pelos proprietários, sendo, portanto, os principais atores desse embate os proprietários de terra, produtores diretos sem-terra ou com acesso precário a ela, e o Estado.

Historicamente, essa conflitualidade tem se manifestado por meio de diversas formas de lutas, cuja caracterização mostra-se respondível a cada investida do capital e aos seus respectivos desdobramentos na organização do espaço agrário paraibano. A tipologia dos conflitos, embora imersa a conjunturas histórico-geográficas diferentes, em linhas gerais, expressa a inexistência de uma política de reforma agrária eficiente capaz de promover justiça ao acesso a terra e a renda. Nesse contexto, as determinações exploratórias capitalistas foram e continuam sendo substrato para a atuação dos coletivos camponeses no campo, que se fizeram presentes de forma marcante, projetando personagens que se tornaram referência na luta e resistência ao processo de expulsão e miserabilidade no campo, a exemplo de João Pedro Teixeira, líder das Ligas Camponesas de Sapé, assassinado em 1962; de sua esposa, Elizabeth Teixeira; de Margarida Maria Alves, líder sindicalista assassinada em 1983 em Alagoa Grande-PB a mando de latifundiários; entre outros, que deram continuidade a luta e a resistência camponesa no campo paraibano.

No cenário em que se evidencia a reestruturação produtiva do capital, as tensões e os conflitos no campo adquirem novas dimensões e, conseqüentemente, as formas de luta também são a essas realinhadas. Como forma de resistência e de enfrentamento às desigualdades socioterritoriais historicamente gestadas e recriadas pela expansão do capital no campo, ganha destaque a atuação dos movimentos sociais e dos trabalhadores sem-terra, sobretudo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), que têm reivindicado, por meio da luta organizada, o acesso à terra e as demais ações (acesso à saúde e à educação, representação política, preservação do meio ambiente, etc.) que possam permitir aos sujeitos sociais até então marginalizados a sobrevivência e a reprodução no campo de forma digna (MOREIRA; FERREIRA, 2014).

Como parte do processo de reestruturação produtiva no campo paraibano, a inserção da avicultura de corte industrial na estrutura agrária, a partir da década de 1970, e de forma mais expressiva a partir da década de 1990, articulou à questão agrária elementos de uma dinâmica socioprodutiva própria. Estamos falando de um modelo de acumulação intensivo de

capital que reedita a relação capital-latifúndio-camponês e que traz novas complexidades para a questão agrária em si e para a sua compreensão no âmbito teórico-analítico. Reproduzindo-se a partir das relações capitalistas e não capitalistas de produção²⁰, o agronegócio da avicultura de corte industrial na Paraíba tem, por meio da escala de produção agropecuária, desenvolvido-se em pequenas áreas dentro de grandes latifúndios e, sem prejuízo algum à reprodução do capital, dentro de estabelecimentos agropecuários de pequeno porte pertencentes a produtores camponeses.

Na primeira situação, isto é, das relações tipicamente capitalistas, o latifúndio, forma territorial central da produção, ao mesmo tempo em que é extremamente produtivo, é também improdutivo, porque a unidade de produção do frango de corte se restringe a uma área média equivalente a 10% do total da área territorial do estabelecimento, o que implica, em muitos casos, 90% de terras não utilizadas. Isso, do ponto de vista da reprodução ampliada do capital, representa uma barreira, haja vista que, se por um lado a alta concentração de renda e de tecnologia permite, numa pequena área, uma grande produtividade; por outro, a terra inutilizada imobiliza o capital. Ainda que evidente a contraditoriedade desse processo para a lógica capitalista, a produção avícola nos grandes latifúndios é estratégica para asseverar a dominação política e econômica que, no campo paraibano, historicamente tem sido resguardada aos grandes proprietários de terras.

Do ponto de vista socioterritorial, no entanto, esse fator é expansivo das contradições que caracterizam e redefinem a questão agrária paraibana, pois, como mais um agravante do desenvolvimento desigual e combinado do capital, a configuração de latifúndios que colocam em sentido dialético a produtividade e a improdutividade constitui-se em novos empecilhos para a reforma agrária, inviabilizada nesses estabelecimentos pelos limites formais do que se configura legalmente como a desapropriação de propriedades improdutivas²¹.

Quando explorado economicamente de forma parcial, o latifúndio preserva parte das terras como improdutivas, inviabilizando a sua distribuição a trabalhadores rurais sem-terra e/ou com pouca terra. Com essa característica, a força da avicultura de corte industrial latifundiária, que no estado da Paraíba se desenvolve principalmente na Região Geográfica Intermediária de João Pessoa, mostra que o grau de compactação de sua estrutura produtiva

²⁰ Discutiremos isso de forma mais direta no capítulo 2.

²¹ A Constituição Federal de 1988 delibera, em seu artigo 184, que compete à União a desapropriação para fins de reforma agrária do imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social. Para aferir se a propriedade é produtiva ou não, o Incra utiliza dois indicadores: o Grau de Eficiência da Exploração (GEE) e o Grau de Utilização da Terra (GUT). O imóvel cumpre a função social se for explorado adequadamente, isto é, GEE igual a 100% e GUT superior a 80% (INCRA, 2021).

agropecuária, por si só, não é suficiente para fragmentar o grande latifúndio, quando este encontra-se fortemente inflado pela associação com as formas de poder e domínio historicamente enraizadas no campo.

Na Região Geográfica Intermediária de Campina Grande, onde a atividade tem como base, fundamentalmente, a produção camponesa, a escala agropecuária de produção do frango de corte se desenvolve principalmente em pequenos estabelecimentos, cuja área varia de 5 a 20 ha. Isso não significa, contudo, que a concentração fundiária também não seja uma marca histórica nos municípios produtores do frango de corte nessa região, a exemplo do município de Pocinhos, maior produtor do frango de corte no estado.

Observando a estrutura fundiária dos municípios que participam do agronegócio da avicultura de corte industrial no estado da Paraíba, e que fazem parte do recorte espacial da pesquisa (tabela 3), percebe-se que, embora a produção agropecuária do frango de corte configure-se como uma atividade produtiva que se desenvolve em pequenas áreas, a concentração de terras é um aspecto que se faz presente na maioria dos municípios.

Tabela 3 - Estrutura fundiária dos municípios paraibanos produtores do frango de corte**(continua)**

Variáveis	Municípios											
	Pocinhos				Soledade				Olivedos			
	Nº EA	%	Área	%	Nº EA	%	Área	%	Nº EA	%	Área	%
De 0 a menos de 10 ha	1.125	63,1	4.032	9,2	433	45,1	1.738	4,1	258	46,9	972	4,8
De 10 a menos de 20 ha	255	14,3	3.410	7,8	185	19,3	2.483	5,9	97	17,6	1.243	6,1
De 20 a menos de 50 ha	274	15,4	8.573	19,6	176	18,3	5.543	13,2	115	20,9	3.414	16,7
De 50 a menos de 100 ha	65	3,6	4.355	10,0	83	8,6	5.570	13,3	37	6,7	2.388	11,7
De 100 a menos de 200 ha	24	1,4	2.847	6,5	35	3,6	4.932	11,7	26	4,7	3.229	15,8
De 200 a menos de 500 ha	26	1,5	8.328	19,1	39	4,1	10.862	25,9	9	1,6	2.642	12,9
De 500 a menos de 1.000 ha	10	0,6	6.324	14,5	5	0,5	3.628	8,6	6	1,1	4.288	21,0
De 1000 a menos de 2.500 ha	2	0,1	X	X	3	0,3	X	X	2	0,4	X	X
De 2.500 a menos de 10.000ha	1	0,0	X	X	1	0,1	X	X	-	-	-	-
Produtor sem área	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	1.782	100,0	43.679	86,7	960	100,0	41.988	82,7	550	100,0	20.426	89,0

Tabela 3- Estrutura fundiária dos municípios paraibanos produtores do frango de corte**(conclusão)**

	Municípios											
	Boa Vista				Montadas				Puxinanã			
Variáveis	Nº EA	%	Área	%	Nº EA	%	Área	%	Nº EA	%	Área	%
De 0 a menos de 10 ha	382	56,1	1.069	3,1	470	93,6	1.323	61,8	987	92,9	2.477	60,2
De 10 a menos de 20 ha	100	14,7	1.396	4,0	18	3,6	212	9,9	50	4,7	603	14,7
De 20 a menos de 50 ha	96	14,1	2.977	8,6	11	2,2	309	14,4	20	1,9	549	13,3
De 50 a menos de 100 ha	30	4,4	2.172	6,3	2	0,4	X	X	3	0,3	X	X
De 100 a menos de 200 ha	22	3,2	3.028	8,8	1	0,2	X	X	2	0,2	X	X
De 200 a menos de 500 ha	33	4,8	9.947	28,8	-	-	-	-	-	-	-	-
De 500 a menos de 1.000 ha	16	2,3	11.080	32,0	-	-	-	-	-	-	-	-
De 1000 a menos de 2.500 ha	2	0,3	X	X	-	-	-	-	-	-	-	-
De 2.500 a menos de 10.000ha	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Produtor sem área	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0,1	X	-
Total	681	100,0	34.597	91,6	502	100,0	2.140	86,1	1.063	100,0	4.116	88,2

Fonte: IBGE, 2017. Organizado pela autora (2021).

Notas:

¹EA- Estabelecimento Agropecuário.

**Não foram catalogados em nenhum dos municípios estabelecimentos rurais na classe de área “De 10.000 ha e mais”.

*** X – Dado omitido pelo IBGE para não identificar os proprietários.

No município de Pocinhos, onde se encontra a maior produção agropecuária do frango de corte do estado, a estrutura fundiária tem como marca a grande concentração de terras nas mãos de poucos proprietários. Os estabelecimentos de até 20 ha, que correspondem a 77,4% do número total de estabelecimentos agropecuários existentes (1.782), possuem área de apenas 7.442 ha, 17% do total, que é de 43.679. Em contrapartida, os estabelecimentos com mais de 500 ha, 0,7% do total, abarcam uma área equivalente a 12.134 ha, 27,8% da área total. Apesar disso, quando comparado com os dados fundiários apresentados pelo Censo Agropecuário de 2006, é possível identificar mudanças na estrutura fundiária pocinhense, que apontam para o aumento da participação dos estabelecimentos na classe de área de 0 a 50 ha.

Na classe de área de mais de 0 e menos de 50 hectares, observa-se, comparando os dados do Censo Agropecuário de 2006 e de 2017, que a área desses estabelecimentos aumentou 15,47%, passando de 9.029 hectares, em 2006, para 16.015 hectares no último censo. O número de estabelecimentos agropecuários nessa escala de classificação passou de 1.125 para 1.654 em 2017. Paralelamente, houve também mudanças na área correspondente aos estabelecimentos classificados dentro da classe de área de 200 a menos de 1000. Em 2006, o município de Pocinhos detinha 40 estabelecimentos ($200 < 1000$) distribuídos em uma área de 16.149 hectares, o que correspondia a 37,9% da área total (42.603). Já em 2017, o IBGE constatou, nessa classe de área, 36 estabelecimentos, abarcando uma área de 14.652 hectares, 33,6% da área total (43.679), o que atesta uma redução de 4,3%.

Essas mudanças na estrutura fundiária pocinhense, ainda que modestas, são significativas e apontam, em grande parte, para a relação entre a expansão do agronegócio avícola e a política pública neoliberal estrategicamente posicionada sobre projetos de redistribuição de terras via crédito fundiário. Na medida em que se fortalece como principal atividade agropecuária local, a avicultura de corte industrial sentencia a irracionalidade econômica do latifúndio que, além de desnecessário à reprodução do capital avícola, torna-se também uma estrutura onerosa a se manter. Isso não significa que a reprodução do capital na avicultura é um fator determinante à dissolução da estrutura fundiária concentrada e à reversão das desigualdades socioeconômicas a ela atreladas, mas que essa atividade, pelas condições de sua realização, para viabilizar novas formas de reprodução do capital, neste município, tem se mostrado propositiva à criação de novos espaços produtivos que possam potencializar a exploração capitalista do espaço.

É dessa forma que a especulação capitalista começa pela própria política agrária, que tem priorizado os programas de redistribuição de terras pautados no crédito fundiário. Em municípios como Pocinhos e Soledade, por exemplo, as mudanças na estrutura fundiária têm

transcorrido nos últimos anos principalmente por meio do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), que, na Paraíba, é conduzido pela Empresa Paraibana de Pesquisa, Extensão Rural e Regularização Fundiária (EMPAER). Em Pocinhos, de 2000 a 2020, foram destinados a projetos do PNCF 2.293,31 ha, beneficiando 102 famílias. Já em Soledade, 67 famílias foram beneficiadas com uma área de 2.096,26 ha. Outro município produtor avícola na RGI de Campina Grande, que se destaca pela atuação do PNCF, é Olivedos, onde o PNCF beneficiou 27 famílias com uma área de 841,70 ha.

No que se refere à criação de assentamentos via Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), entre 2000 e 2020, o município de Boa Vista é o que teve a maior área desapropriada (2.926,94ha), que resultou na criação de dois assentamentos (um em 2007 e outro em 2012), e contemplaram 80 famílias. Em Pocinhos a área desapropriada foi de 1.715,69 ha, a qual foi destinada à criação de dois assentamentos (um em 2010 e outro em 2011), que contemplaram, ao total, 43 famílias. Já em Soledade, uma área equivalente a 1.122,85 ha foi desapropriada e resultou na criação de um assentamento em 2003 que beneficiou 44 famílias. Nos demais municípios, não houve desapropriações.

Dessa forma, percebe-se que, onde o agronegócio avícola se intensifica, o capital tende a ir criando formas para viabilizar e potencializar sua reprodução ampliada e isso, nos municípios produtores de frango de corte na RGI de Campina Grande, tem convergido para processos de redistribuição de terras. Nestes territórios, na medida em que o agronegócio avícola se consolida, o capital tende a forçar gradativamente a destituição do latifúndio para colocar a terra improdutiva à disposição da expansão capitalista, a partir do aquecimento do mercado de terras (beneficiado com o crédito fundiário) e da criação de novos estabelecimentos agropecuários, que se tornam áreas potenciais à produção avícola. Isso não significa, contudo, necessariamente, a redução das desigualdades historicamente gestadas no campo, mas a sua redefinição a partir de conjunturas em que os pontos de tensão e conflitos transcendem a posse da terra e se realocam, entre outros cenários, na diversificação das formas de sujeição da renda da terra ao capital.

Desta forma, além destes desdobramentos, ainda tímidos, na estrutura fundiária, o agronegócio avícola na área estudada, através das relações não capitalistas de produção das quais se utiliza para se expandir no campo, impacta a questão agrária paraibana a partir do momento em que articula (de forma dependente e conflitiva) o modelo de produção agronegocista do capital e o modelo de produção da agricultura familiar camponesa na mesma trama produtiva. Nesse contexto, a racionalização imposta pela reestruturação produtiva tem trazido novos elementos para se pensar a questão agrária, que não envolvem, necessariamente,

a posse da terra, mas justamente a sujeição da renda da terra em territórios tensionados pela reprodução social da agricultura familiar camponesa integrada à produção do capital no agronegócio por intermédio da monopolização do território.

Nos municípios aqui considerados pela relevância na produção do frango de corte, conforme expresso na tabela 4, predominam os estabelecimentos agropecuários em que os produtores se declararam proprietários ou comodatários. É precisamente nesses estabelecimentos, em que o produtor tem a posse da terra ou é comodatário, onde se desenvolve a avicultura de corte industrial.

Tabela 4 - Condição dos produtores em relação à terra nos municípios paraibanos produtores de frango de corte

Condição em relação as terras	Proprietário (a)		Concessionário (a) ou assentado(a) aguardando titulação definitiva		Arrendatário (a)		Parceiro (a)		Comodatário (a)		Ocupante		Produtor sem área		Total	
	Nº EA¹	Área	Nº EA	Área	Nº EA	Área	Nº EA	Área	Nº EA	Área	Nº EA	Área	Nº EA	Área	Nº EA	Área
Pocinhos	1.228	33.952	24	488	7	30	5	10	512	9.176	6	24	-	-	1.782	43.679
Soledade	794	38.664	37	459	2	X	113	1.930	13	921	1	X	-	-	960	41.988
Olivedos	472	18.557	-	-	-	-	1	X	77	X	-	-	-	-	550	20.426
Boa Vista	492	3.592	52	824	1	X	2	X	131	3.150	3	26	-	-	681	34.597
Montadas	339	1.574	-	-	7	29	43	358	113	179	-	-	-	-	502	2.140
Puxinanã	991	3.860	1	X	5	X	8	8	36	129	21	87	1	X	1.063	4.116

Fonte: Censo Agropecuário (2017). Organizado pela autora (2021).

Notas:

¹EA- Estabelecimento Agropecuário.

*X – Dado omitido pelo IBGE para não identificar os proprietários.

A avicultura é uma atividade cuja estrutura produtiva demanda um investimento médio (no caso dos sistemas manuais e semiautomáticos de produção) e alto (para sistemas automáticos), o que torna inviável sua instalação em estabelecimentos onde o produtor não dispõe da posse definitiva da terra. Com a reestruturação produtiva, a emergência de transformações técnicas e organizacionais no complexo produtivo do agronegócio avícola não deixa, obviamente, de impactar a escala de produção agropecuária, fazendo desta uma etapa do circuito produtivo que também absorve os elementos disseminados no curso da reestruturação produtiva.

Isso implica uma força reguladora do capital sobre a produção e o trabalho nos territórios de produção agropecuária, onde as relações capitalistas e não capitalistas são acionadas e passam a atuar na requalificação da natureza técnica da produção de valor e na reconfiguração dos espaços de (re)produção social.

Levando em conta estes aspectos, de forma mais profunda, discutiremos, no próximo capítulo, a relação entre o agronegócio da avicultura de corte industrial e a agricultura familiar camponesa sob a ótica da complexificação das relações sociais de produção no campo.

CAPÍTULO II

A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO AGRONEGÓCIO DA AVICULTURA DE CORTE INDUSTRIAL E A COMPLEXIFICAÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO NO CAMPO

Compositiva da transformação capitalista que atingiu a agropecuária brasileira concretamente a partir da década de 1970, a reestruturação produtiva na avicultura de corte tem sido codificada pela ação dos complexos agroindustriais que instrumentalizam os usos do território sob o valor produtivo e financeiro do capital mundializado. Com uma lógica de produção que se realiza na indústria e fora dela por meio das cooperações entre empresas integradoras e produtores rurais integrados, os circuitos produtivos avícolas têm experimentado mudanças que vão além da indústria e do mercado, pois o movimento civilizatório dos capitais hegemônicos é estrutural e dependente da racionalização, ainda que em níveis diferentes, de todas as instâncias da produção.

No contexto histórico determinado pelo processo de reestruturação produtiva, o modo de produção capitalista, ao ampliar consideravelmente sua base produtiva no campo, complexificou ainda mais o nexo das relações sociais de produção. Ao contrário do que ocorreu na grande indústria, o desenvolvimento do capitalismo na agropecuária não resultou na centralidade absoluta do processo produtivo nas relações tipicamente capitalistas, pois também tem se valido da apropriação das relações não capitalistas que, em alguns circuitos produtivos, a exemplo daqueles estabelecidos na avicultura de corte industrial paraibana, tornaram-se uma base socioprodutiva importante da produção de mercadorias.

Para Marx (1980), as relações sociais são relações de produção que configuram historicamente a totalidade de uma sociedade. Em se tratando das relações sociais capitalistas de produção, o entendimento marxista parte da ideia de que essas correspondem à interação direta entre os donos dos meios de produção e os trabalhadores. No dizer de Cohen (2010, p. 65), “as relações de produção são relações de poder econômico sobre a força de trabalho e os meios de produção, de cujo privilégio alguns gozam, enquanto os demais carecem”. Não é uma relação entre sujeitos, mas entre classes sociais, a burguesia e os operários, os capitalistas e os trabalhadores, que compõem a estrutura socioeconômica central da sociedade capitalista.

Para Oliveira (2007), as relações capitalistas de produção são relações de troca em que surgem os agentes específicos da produção capitalista, ou seja, o proprietário dos meios de produção e os proprietários da força de trabalho. Nesse processo, a produção transcorre mediada pela ação do capitalista, que destina o seu capital para a aquisição da força de

trabalho, dos meios de produção e das matérias-primas; e pela ação do trabalhador, que vende sua força de trabalho ao capitalista. Já nas relações não capitalistas, a produção é realizada a partir de uma racionalidade produtiva específica configurada em razão do trabalho familiar e da sustentabilidade de suas formas de reprodução social. Na agricultura, a apropriação das relações não capitalistas se dá por meio da sujeição da renda da terra ao capital, que se apropria dela, transformando-a em renda capitalizada da terra (OLIVEIRA, 2007).

No agronegócio da avicultura de corte industrial, entre os limites mais ou menos coesos das relações especificamente capitalistas, caracterizadas pelo intercâmbio produtivo estabelecido entre as empresas integradoras e a agricultura empresarial, a questão que envolve a presença de relações não capitalistas é, sobremaneira, incisiva para a relativização das condições de realização da mais-valia que, nesse caso, conta com a participação expressiva da produção camponesa. Dessa forma, o desenvolvimento ampliado das forças produtivas por meio tanto de relações capitalistas, como não capitalistas de produção, é propositivo de caracteres econômicos, técnicos, territoriais e sociais específicos que, para a ciência geográfica, institui a possibilidade analítica de compreender a reestruturação produtiva no setor avícola como um fenômeno que se constitui de uma interação sociotécnica, que se explica pela dinâmica das relações sociais de produção no território.

Objetivando compreender o significado das relações sociais de produção no curso da reestruturação produtiva do agronegócio da avicultura de corte industrial, e dessa na configuração dos usos do território, as questões que discutimos neste capítulo dizem respeito basicamente à preocupação em entender como o modo de produção capitalista, no curso do desenvolvimento do agronegócio avícola no campo, tem pressuposto a produção de valor a partir de relações tipicamente capitalistas (a produção agropecuária empresarial) e não capitalistas (a produção camponesa).

Para tanto, antes de nos determos a essa cooperação complexa, parece-nos necessário, para não dizermos indispensável, analisarmos os termos teóricos que estruturam o entendimento acerca do camponês e de sua (re)constituição diante da expansão capitalista no campo, condição que nos permitirá examinar a essencialidade constitutiva dos vínculos não capitalistas que comparecem nos sistemas de produção integrada do agronegócio avícola.

Dessa forma, procurando explicitar elementos que permitem a construção de um olhar mais amplo da realidade social camponesa, em contextos complexos codificados pela ação do capital no agronegócio, evidenciamos, primeiro, os fundamentos e os limites que entornam a construção histórico-social e política do conceito de campesinato que se firma no debate teórico e na realidade prática do campo brasileiro, bem como as perspectivas consideradas na

tese no que se refere a composição teórico-prática do conceito de agricultura familiar camponesa. Por conseguinte, explicitamos o processo de reestruturação produtiva no agronegócio da avicultura de corte e os novos contextos projetados para a reprodução das relações sociais de produção no campo.

2.1 O campesinato brasileiro: a influência do debate clássico e a *práxis* teórico-política

Em se tratando da tradição dos estudos agrários no contexto brasileiro, o que se observa é que os elementos categoriais empreendidos para o entendimento do campesinato decorrem de uma polarização originária do debate clássico que legou à teoria agrária duas correntes contrárias e conflitantes: a da descampesinação e a da campesinação. A primeira teve como grandes referências os escritos de Vladimir Lenin e de Karl Kautsky, já a segunda esteve amparada, sobretudo, nos ideais de Alexander Chayanov. A intensidade do debate entre os pares produziu um estilo de pensamento na questão agrária caracterizado por uma *práxis* teórico-política comprometida duplamente com a caracterização (ou descaracterização) do camponês no curso do desenvolvimento capitalista no campo e com a necessidade de requerer autoridade científica para o sistema analítico adotado.

Ao determinarem termos claros da relação entre a produção familiar e o modo de produção capitalista, Kautsky, Lenin e Chayanov clarificaram as diferenças teóricas básicas que serviriam de substrato para as análises recorrentes em torno da questão agrária. A validade explicativa do debate clássico atravessou gerações e novos contextos espaço-temporais e, com isso, não deixou também de captar o sentido do campesinato em nosso tempo. Nesse ponto, é preciso salientar que, embora fundamental ao movimento do pensamento, o arcabouço teórico legado por esses autores já não possui, pelos limites naturais impostos pela nova temporalidade e espacialidade capitalista, significação incontestada na realidade agrária atual.

Dessa maneira, há um jogo de forças travado entre os seguidores da tese da dissolução do campesinato diante da exploração capitalista que, inevitavelmente, levaria à homogeneização da agricultura pela proletarianização e formação de uma burguesia rural (perspectiva defendida, entre argumentos diferentes, por Lenin e Kautsky); e os defensores da tese (de orientação chayanovista) da permanência da economia camponesa e de sua dinâmica especificamente não capitalista. Esse jogo de forças é, hoje, mais do que qualquer outra coisa, um momento do pensamento a ser superado. Essa superação não implica, obviamente, a unificação das ideias e a negação das diferenciações produzidas no curso do movimento do

capitalismo. Ela significa, em uma de suas dimensões mais cruciais, alterar os fatores geradores do entendimento acerca do camponês na sociedade capitalista moderna.

No Brasil, a influência das correntes acima mencionadas representou uma fratura na teoria agrária em que o campesinato, mais do que uma complexidade desvendada, configurada ou negada na realidade geografizada, passou a ser discutido como um conjunto de caracteres (inerentes à tipologia e à caracterização do sistema produtivo, das relações com o mercado, da organização do trabalho, etc.) estabelecido no âmbito do debate político-acadêmico para determinar as condições e os limites que asseguram (ou não) ao produtor familiar a sua existência enquanto camponês. Desse modo, percebe-se que as condições de racionalização impostas por esse embate têm conduzido as discussões acerca do campesinato a partir de predefinições capazes de, por um lado, potencializarem, no nível da determinação teórica, a autoridade e a segurança quanto à abordagem empreendida e, por outro, enfraquecerem a compreensão do campesinato como variável dependente do lugar que ocupa na realidade empírica.

Ao revisitarmos os aspectos centrais da concepção camponesa no debate clássico, buscamos expor a correlação entre as linhas de pensamento desses autores e o debate agrário brasileiro que se firma a partir da década de 1970, quando se evidencia o contexto de reestruturação produtiva do capital. Dessa forma, não vislumbramos recuperar esse debate clássico em sua integralidade e extensibilidade, mas tomar por objeto especificamente os fundamentos centrais das teorias de permanência e de dissolução do campesinato frente à expansão capitalista, bem como a influência desses fundamentos nas discussões atuais que têm como pano de fundo uma realidade agrária marcada pela reestruturação dos sistemas produtivos e, conseqüentemente, de ressignificação das relações sociais de produção.

2.1.1 Karl Kautsky e Vladimir Lenin: argumentos diferentes para um mesmo entendimento, o fim do campesinato

Kautsky e Lenin, sob argumentos diferentes, defenderam a mesma tese: o fim do campesinato diante da expansão do capitalismo sobre os sistemas produtivos rurais. Partindo de sistemas histórico-analíticos distintos, ambos preconizaram que a expansão capitalista e a sua inevitável penetração nas propriedades camponesas levariam à destruição da autonomia e da racionalidade do sistema produtivo e social camponês que, a partir do momento em que começasse a ser transformado pelas relações estabelecidas com o capital, seria naturalmente substituído por novas configurações produtivas e formas sociais tipicamente capitalistas.

Karl Kautsky, líder da Segunda Internacional Socialista, detalha sua linha de entendimento acerca da questão agrária principalmente na obra “A Questão Agrária”, publicada originalmente em 1899. Nessa obra, Kautsky evidencia a superioridade da grande propriedade no curso do desenvolvimento capitalista e procura destacar que o avanço do capital no campo não representava apenas a instauração de uma nova base técnica, mas, sobretudo, o controle automático dessa base técnica e do conjunto de relações a ela engendradas pela grande propriedade. Isso, inevitavelmente, colocava a pequena propriedade familiar sob a imposição de um novo modelo de organização social da produção baseado na cooperação ou subordinação da “indústria doméstica”, isto é, da produção familiar, à indústria capitalista. O que Kautsky procurou foi, fundamentalmente, reforçar a tese de que o desenvolvimento capitalista, em suas dimensões organizativa e evolutiva, por razões lógicas “não poderia comportar outras classes além da burguesia e do proletariado, opondo-se assim à teoria do trabalho familiar, para a qual os camponeses seriam recriados a partir das imposições do próprio modo de produção em consolidação” (ALMEIDA; PAULINO, 2000, p. 114).

Nessas condições, as propriedades camponesas inicialmente seriam subordinadas ao modo de produção industrial e nelas se implantariam as racionalidades de classe tipicamente capitalistas (uma burguesia rural e uma classe proletária). A partir daí, a expansão capitalista no campo alcançaria, nas propriedades camponesas, uma profundidade capaz de transferir o controle da produção e do processo de trabalho do camponês para a indústria, sentenciando assim a destruição do camponês como até então se conhecia, isto é, como uma forma social pré-capitalista e empobrecida.

Na visão de Almeida e Paulino (2000), a tese de Kautsky, em linhas gerais, expressa a radicalização da doutrina marxista, que neste caso foi simplesmente transposta para a interpretação das transformações ocorridas no campo com o advento do capitalismo, considerando-se as mesmas bases analíticas empregadas até então na análise do capitalismo urbano-industrial. Desse modo, a linha de entendimento prevalecente era a de que a expansão do capital no campo geraria os mesmos efeitos verificados na indústria urbana e, em razão disso, não haveria, para a sociedade agrário-rural, outro destino senão se mover na direção do antagonismo de classe burguesia *versus* proletariado.

Nas palavras de Kautsky (2002, p.06):

Não há dúvida sobre isso - e, portanto, é claro, aqui - que a agricultura não se desenvolve seguindo o mesmo esquema da indústria, mas obedece a suas

próprias leis. Mas isso não significa, de forma alguma, que a evolução da agricultura seja contrária à da indústria e que ambos os processos sejam, portanto, inconciliáveis. Pelo contrário, acreditamos que estamos em posição de demonstrar que ambos tendem ao mesmo objetivo, desde que não sejam considerados isolados e sejam estudados como elementos comuns do mesmo processo global (Tradução nossa)²².

Para o autor, essa constatação implica uma questão metodológica a ser considerada na análise da questão agrária do ponto de vista marxista. A discussão do modo de produção capitalista não deve, segundo Kautsky (2002), reduzir-se à eliminação da pequena propriedade pela grande produção, pois, mais do que pensar o futuro do camponês, é central compreender as transformações da agricultura dentro do regime de produção capitalista e a forma como as novas racionalidades avançam sobre a pequena propriedade, destruindo as formas sociais existentes e reconstruindo-as mediante as novas necessidades do capital, que se sobrepõem ao campo e, por consequência, ao camponês.

Nessa perspectiva, Kautsky não admite o fim (propriamente dito) do camponês, mas sim a sua transformação e a sua reprodução a partir de formas diferentes daquelas até então conhecidas, pois passariam elas a estar subjugadas aos ditames do capitalismo. Assim, a proletarianização do camponês, a princípio um traço de legitimação do avanço do capitalismo no campo, constituía-se na ação civilizatória que integraria os camponeses por meio dos mesmos propósitos e lhes possibilitaria as condições de enfrentamento ao capital por meio da coletivização das terras que, por sua vez, atenderia à estrutura social-econômica da doutrina socialista.

Assim como Kautsky, Lenin também propôs, amparado em um conjunto de ideias diferentes, que o avanço do capitalismo no campo era correspondente ao fim do campesinato tal como se conhecia até então. Na tese lenista, evidenciada principalmente na obra “O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia”, (1899), a ideia preconizada é a de que a combinação de fatores estruturantes do desenvolvimento capitalista (economia mercantil, capitalização da terra, proletarianização, fortalecimento da grande propriedade, entre outros) levaria à desintegração do campesinato a partir de uma diferenciação social que o próprio capitalismo, em seu movimento de expansão e de consolidação dos mercados, imputaria.

²² No cabe duda y así lo damos aquí, por supuesto — de que la agricultura no se desenvuelve siguiendo el mismo esquema que la industria, sino que obedece a leyes propias. Pero esto no significa en modo alguno que la evolución de la agricultura está en oposición con la de la industria y que ambos procesos sean, por tanto, inconciliables. Por el contrario, creemos hallarnos en condiciones de demostrar que ambas tienden a un mismo fin, siempre que no se las considere aisladas y se las estudie como elementos comunes de un mismo proceso global (KAUTSKY, 2002, p. 06).

Para Lenin (1982), o campesinato representava um sistema autossuficiente incompatível com as lógicas de acumulação capitalista e isso, por força do capital, levaria inevitavelmente à sua dissolução para dar lugar a formas sociais que pudessem permitir o avanço do capitalismo a partir da criação de um mercado interno. Nessa linha de raciocínio, Lenin apresenta o esfacelamento do campesinato a partir das fases de sua decomposição, isto é, de categoriais sociais diversas e distintas que emergiam dentro do campesinato subordinado ao mercado e sentenciavam o fim da unidade social e, conseqüentemente, existencial do camponês.

Trata-se da diferenciação social que, segundo Lenin, abarcava três categorias sociais hierárquicas: os camponeses capitalizados, os camponeses médios e os camponeses pobres. Os camponeses capitalizados ou ricos constituíam uma categoria composta por camponeses que praticavam uma agricultura plenamente mercantil. De acordo com Lenin (1982), esse primeiro tipo definido é, na verdade, a burguesia rural, que tinha como traço específico a associação da agricultura com a lógica industrial-comercial. Na ótica de Ligia Silva (2012), essa alta camada do campesinato era constituída pelos proprietários de estabelecimentos com atuação também nos segmentos industrial e comercial, e cujo porte de suas propriedades ultrapassava as possibilidades exploratórias da agricultura familiar. Do ponto de vista quantitativo, a categoria dos camponeses ricos correspondia a uma minoria, mas, do ponto de vista qualitativo: “o papel que ela exerce no conjunto da economia camponesa, a parte dos meios de produção que detém e a parte dos produtos agrícolas que fornece, ela exerce uma predominância absoluta no campo” (LENIN, 1982, p. 116).

Em outro ponto de diferenciação, extremo aos camponeses ricos, estavam os camponeses pobres, submersos a uma proletarianização forçada e inevitável. Na definição de Lenin (1982), esses compunham uma classe de operários assalariados (assalariados agrícolas) que possuíam pequenos e decadentes estabelecimentos, pedaços de terras que não lhes permitiam sobreviver sem vender a força de trabalho, isto é, sem se proletarizarem. Nesse grupo inferior, formado pelo diarista, o peão ou qualquer outro operário que possuísse um lote de terra, o capitalismo enxergava a possibilidade de consolidação de seu mercado interno, pois, conforme destacado por Lenin, embora não consumindo tanto como os demais tipos sociais identificados, a representação numérica dessa categoria era exponencial à formação de um mercado para os bens de consumo do capital.

Em uma posição intermediária entre o camponês rico e o camponês pobre, estava o campesinato médio, uma categoria inserida na economia mercantil, porém menos desenvolvida do que a classe dos camponeses ricos. Para Lenin (1982), a instabilidade é a

condição intrínseca da reprodução do campesinato médio que, salvo os anos bons de colheita, estava sujeito a manter a sua sobrevivência à base de endividamentos constantes. Dessa forma, o camponês médio era um tipo muito mais próximo do camponês pobre do que do rico, pois constantemente as condições adversas o conduziam à proletarização.

A partir desse processo de diferenciação, que resulta na desintegração do campesinato, Lenin trata de explicitar claramente a sua tese, quando afirma que o campesinato antigo, tal como se conhecia na sociedade pré-capitalista, não apenas se diferencia, mas simplesmente “deixa de existir, se destrói, é inteiramente substituído por novos modos de população rural, que constituem a base de uma sociedade dominada pela economia mercantil e pela produção capitalista” (LENIN, 1982, p. 114).

Do sistema de ideias de Lenin e de Kautsky, o debate agrário brasileiro herdou abordagens que evidenciam a discussão acerca da metamorfose e do desaparecimento do camponês no campo marcado pela expansão da economia mercantil da produção capitalista. Os teóricos que engrossaram as teses da descampesinação nas últimas décadas, entre os quais iremos destacar aqui Lamarche (1993); Veiga (1997) e Abramovay (2007), enxergam o camponês como uma forma residual da sociedade pré-capitalista, que tende a desaparecer por sua incompatibilidade diante da prevalência de uma agricultura altamente integrada ao mercado. Nesse contexto, o camponês, sinônimo de atraso, desaparece e dá lugar a novas formas sociais ajustadas e condizentes com a nova realidade do campo, uma realidade pautada na plena integração agricultura-indústria-mercado.

2.1.2 A reedição da tese do fim do campesinato no debate agrário contemporâneo

A partir do processo de reestruturação produtiva do capital no campo, podemos observar, de forma mais aguda, a incidência de dois fatores na reedição da tese do fim do camponês: a formação e a consolidação dos complexos agroindustriais e a lógica agronegocista que sedimenta a maturidade dos princípios da mundialização do capital na agropecuária brasileira. Nesse contexto, sob os fundamentos da modernização do campo que se evidenciam com a reestruturação produtiva, as concepções que defendem o fim do camponês buscam situar a categorização camponesa entre o limiar (apocalíptico) da exclusão ou da homogeneização. No primeiro caso, prevalece a noção de que a reprodução do camponês e a modernização técnica são processos incompatíveis. Logo, esta última tende a determinar, na medida em que avança, o fim da primeira. No segundo caso, a ideia em voga é de que o camponês se integra à economia mercantil, deixando de ser um sujeito diferenciado

pela forma como pratica a agricultura para se tornar parte integrante e subordinada da produção agroindustrial, deixando a forma camponesa para trás, e assumindo novos estereótipos, caracterizáveis no âmbito de formas homogêneas projetadas pelo capital.

Na perspectiva defendida por Lamarche (1993), a agricultura de base familiar não possui uma forma única, evidenciando-se na realidade empírica a partir de uma grande variabilidade de situações socioprodutivas que não são a ela imputadas, mas dela já fazem parte naturalmente. Para entender a agricultura familiar conforme essa variabilidade, Lamarche (1993) propõe, em um estudo de amplitude internacional, a existência de quatro modelos de exploração: empresa, empresa familiar, agricultura camponesa ou de subsistência e agricultura familiar moderna.

Como destaca Picolloto (2014), quando se ateuve ao estudo da realidade agrário-agrícola brasileira, Lamarche ressaltou a predominância de dois desses modelos: a agricultura camponesa de subsistência e a agricultura familiar moderna. Como forma de caracterizá-las, o autor ressaltou dois fatores preponderantes: a predominância da mão de obra familiar enquanto estratégica, mesmo onde há a presença do trabalho contratado, e a busca incessante pelo acesso estável à terra (PICOLLOTO, 2014). Tendo por opção analítica o termo “exploração familiar”, Lamarche (1993) entende que, apesar da diversidade de formas exploratórias, a agricultura de base familiar tenderia a se integrar ao mercado e à sociedade de consumo, e quando isso não ocorresse tenderia a ser eliminada.

Para Veiga (1997), outro teórico que defende a transformação e o desaparecimento do camponês, os rumos da modernização no campo se, por um lado, sugeriram posição de destaque à agricultura patronal, por outro, não eliminou os sistemas produtivos de base familiar, cuja importância foi atestada nos países centrais do capitalismo mundial. De posse de uma leitura transicional dos processos de reprodução da lógica familiar na agricultura, Veiga (1997) entende que a condição de existência desses sujeitos não recorre, de forma alguma, a uma recriação do campesinato, mas sim à sua transformação e à evolução condicionada pelo jogo de forças sociais determinado pela epocalidade atual do capitalismo.

Tal como é interpretada por Veiga, a agricultura familiar, uma nova categoria despreendida do campesinato atrasado e periférico, comparece como uma forma socioprodutiva capaz de absorver as inovações tecnológicas e de se modernizar. Dessa forma, embora procure distinguir a agricultura familiar da agricultura patronal, o que o autor busca é estabelecer pontos de proximidade entre esses sistemas produtivos, para que a produção familiar, em vez de tida como antagônica e incompatível com os processos de modernização,

passee a ser vista como um modelo produtivo específico por meio do qual o capital pode tanto se expandir, como facilmente se reestruturar e ampliar as bases de sua acumulação.

Ao ser capaz de incorporar as múltiplas dimensões da reestruturação produtiva, a agricultura familiar explicitada por Veiga (1997) apresenta inúmeras vantagens ao desenvolvimento capitalista no campo, a exemplo da diversidade produtiva e da maleabilidade do processo decisório. Desse ponto de vista, o autor assevera que, em países como o Brasil, onde o processo de transição que marca a transformação do camponês (sujeito atrasado) em agricultor familiar (sujeito moderno) é mais lento e complexo, em face de uma estrutura agrária que historicamente favoreceu a agricultura patronal, deve-se implantar um modelo de desenvolvimento rural pautado na agricultura familiar. Isso, salienta Veiga (1997), requer antes desconstruir a ideia de que o agricultor familiar está às margens da agricultura patronal e de que tende a desaparecer diante das ondas tecnológicas constitutivas da reestruturação produtiva em curso, pois quem tende a esse fim é o camponês.

A ideia de que a expansão capitalista é equivalente ao fim do campesinato e imanente ao surgimento de uma categoria social nova, a agricultura familiar, também foi defendida por Abramovay (2007). Embora saliente em seus escritos um sistema de ideias diferente e até mesmo antagônico àquele posto por Lenin e Kautsky, Abramovay parte do mesmo ponto de reflexão dos clássicos, isto é, das transformações e dos limites de existência impostos ao campesinato pelo desenvolvimento do capitalismo no campo, e isso, conseqüentemente, conserva à sua teoria traços do que podemos chamar de uma releitura da corrente clássica do fim do camponês.

Se para Lenin o fim do campesinato se faria pela diferenciação social que diluiria gradativamente a unidade camponesa, e para Kautsky esse fim lhe parecia certo pela inevitável proletarianização, Abramovay (2007), apropriando-se também, e de forma estratégica, de elementos da corrente chaynovista, que preconiza a permanência e a reprodução da produção familiar, consegue formular uma tese explicativa para o fim do campesinato ainda mais complexa. Isso porque, Abramovay extrai o conteúdo do campesinato (a lógica familiar da produção, da gestão e do trabalho) e o separa de sua forma (o campesinato), propondo a captura e a modernização dessa lógica familiar pelo capital e, no mesmo esforço teórico-conceitual, determinando o fim do que seria sua forma tradicional e atrasada, o campesinato, mediante a criação de uma nova forma, a agricultura familiar.

Na leitura do autor, a agricultura familiar é aquela em que a propriedade, a gestão e a maior parte do trabalho vêm de pessoas que mantêm entre si vínculos de sangue ou de casamento (ABRAMOVAY, 1998). Trata-se de um tipo de produção em que o dinamismo

técnico, o espírito empresarial e a alta capacidade de adaptação ao mercado permitem, sem conflitos, enfrentamentos ou contradições, uma reprodução plenamente ajustada ao desenvolvimento capitalista. Para Felício (2011), Abramovay procura afirmar, com essa noção de agricultura familiar, que o camponês possui racionalidade econômica incompleta e inviabilizadora de sua inserção completa nos mercados capitalistas (o que, sob outro conjunto de argumentos, foi também atestado por Lenin e Kautsky).

Nas palavras de Abramovay (2007, p. 142):

O ambiente no qual se desenvolve a agricultura familiar contemporânea é exatamente aquele que vai asfixiar o camponês, obrigá-lo a se despojar de suas características constitutivas, minar as bases objetivas e simbólicas de sua reprodução social. Aí reside então a utilidade de uma definição precisa e específica de camponês. Sem ela é impossível entender o paradoxo de um sistema econômico que, ao mesmo tempo em que aniquila irremediavelmente a produção camponesa, ergue a agricultura familiar como sua principal base social de desenvolvimento.

Se para Abramovay seria útil uma definição precisa e específica de camponês para entender o quão dela se distingue o agricultor familiar, foi estratégico tomar, como ponto de partida, a noção do camponês enquanto um resíduo feudal, símbolo do atraso, da marginalização e da miséria no campo. Enquanto apresenta o agricultor familiar moderno como uma profissão, Abramovay (2007) expõe uma trama analítica em que a adoção do mercado como forma de racionalização resseca a sociabilidade da questão agrária e a torna uma questão do capitalismo. Assim, separando o inseparável: a unidade de produção social familiar da unidade de produção econômica da família, o autor reduz a unidade de produção familiar a uma espécie de “apêndice” do capitalismo.

Podemos dizer que, em nosso entendimento, a debilidade da análise contemporânea do fim do camponês compartilhada por Lamarche, Veiga e Abramovay, reside, principalmente, no critério utilizado para a categorização das unidades de produção familiar, que são analisadas exclusivamente em termos de sua inserção no mercado. Tal abordagem, ao preconizar o fim do camponês mediante a criação do agricultor familiar moderno, implicitamente reconhece a recriação camponesa, haja vista que a perspectiva evolucionista defendida, não levaria à outra categoria social sem antes evidenciar uma modernização do próprio sistema camponês.

Para fins de sustentação teórica de nossa tese, a qual tem o reconhecimento da recriação camponesa como parte estrutural do sistema de ideias, é importante salientarmos que entendemos que o modelo analítico defendido por esses autores não é eliminável, mas é

parcelar. Ele dá conta de uma parte, a reprodução econômica da lógica familiar nos sistemas de integração do capital, que só pode ser entendida em sua totalidade quando conjugada aos demais qualificativos da questão agrária.

2.1.3 Alexander Chayanov e a corrente da campesinação na contemporaneidade

A análise econômica compelida e racionalizada exclusivamente por elementos explicativos do modo de produção capitalista, tais como o regime de salariedade, a rentabilidade do lucro e a geração de riquezas, incomodou Alexander Chayanov. Para esse autor, diante de uma realidade econômica compartimentada por situações específicas, era forçoso tentar encaixar os vários sistemas produtivos existentes nas categorias de análise formuladas à luz da lei do valor, visto que, no mesmo cenário em que se proclamava a expansão do capitalismo, outras lógicas, além daquelas tipicamente capitalistas, continuavam a serem reproduzidas. É com esse pensamento que Chayanov (1974) toma como ponto de partida em suas reflexões as condições que permitem o desenvolvimento da produção familiar e, conseqüentemente, a reprodução de sistemas econômicos não capitalistas, e que se torna a principal referência do debate clássico para os adeptos da corrente da campesinação.

Chayanov (1974) entende que a propriedade camponesa possui uma lógica que lhe é própria e que não há como decompô-la analítica ou objetivamente tal como a propriedade capitalista, pois ela faz parte de uma racionalização em que o produto do trabalho familiar é a única categoria de renda possível. Sem o fenômeno social de salários e o fenômeno social de lucro líquido, todo o esforço e a autoexploração se dão no sentido de garantir à família a sua subsistência. Para chegar a essa concepção, Chayanov analisa o papel da relação trabalho-consumo na estruturação do equilíbrio interno das propriedades camponesas e compreende que, nesses sistemas produtivos, a força de trabalho comparece como o fator que determina o grau e a intensidade da atividade econômica camponesa.

Para os camponeses, a ocupação da mão de obra familiar é o elemento que os mantém econômica e socialmente ativos, e isso fazia com que, em uma lógica totalmente inversa à lógica capitalista, os camponeses optassem por culturas que não apresentavam rendimentos elevados, mas em contrapartida exigiam intensa força de trabalho. Para Almeida e Paulino (2000), Chayanov elucida, assim, o papel da composição familiar dentro da teoria do balanço entre trabalho e consumo, evidenciando a economia de força de trabalho como fator principal de caracterização da propriedade camponesa, visto que elas tinham que se organizar a partir

da força de trabalho disponível e do número de consumidores integrantes da família, sendo essas as duas variáveis a dimensionar o volume da atividade produtiva.

De acordo com Felício (2011), a ideia legada por Chayanov é a de que o campesinato continua existindo com o capitalismo, inclusive se desenvolvendo nele, fazendo e, contraditoriamente, não fazendo parte dele, por ser guiado por uma lógica diferente. Nesse contexto, a produção camponesa faz uso das relações de mercado para que essas lhe forneçam mais possibilidades de equilíbrio interno para a família, juntamente com um mais alto padrão de bem-estar. Para que isso ocorra, o mercado não precisa, necessariamente, determinar que o camponês deva ou não aceitar qualquer ação econômica, nem determinar toda a atividade da unidade econômica familiar; isso é feito pelo confronto econômico interno de avaliações subjetivas e representava um recurso para a manutenção da condição camponesa (CHAYANOV, 1974).

Na leitura de Almeida e Paulino (2000), mesmo admitindo a instabilidade proveniente da relação mercantil em razão dos seus determinantes externos, Chayanov não vê a inserção do camponês no mercado de forma apocalíptica, pois considera que ela abria aos camponeses a possibilidade de dedicarem-se a uma menor variedade de cultivos e a produção de espécies de maior rendimento em relação à força de trabalho empregada, permitindo-lhes conservar principalmente as culturas de subsistência com menor demanda de trabalho, algo impensável dentro da organização camponesa feudal. Dessa forma, a inserção dos camponeses no mercado não representava a destruição camponesa, mas a sua redefinição a partir de novas possibilidades de subsistência.

Com enfoque para a determinação interna da dinâmica da unidade de produção camponesa e para as relações horizontais estabelecidas com o mercado, Chayanov (1974) procura desconstruir a ideia de que os investimentos técnicos na unidade produtiva camponesa eram vias de sucção impostas pelo capital para captar a essencialidade camponesa. Para isso, compreende que a introdução de maquinaria nas propriedades camponesas não era uma ação que, para os camponeses, visava ao aumento da produtividade e do lucro líquido (o que acontecia nas propriedades capitalistas), e sim uma medida voltada para a reprodução do capital necessário, isto é, do capital que assegurava o equilíbrio entre o valor-trabalho, o consumo da família e o bem-estar de todos. Dessa forma, encontramos em Chayanov elementos teóricos que nos permitem compreender que a introdução de novas técnicas na produção é uma variável que não implica, necessariamente, a transformação da unidade produtiva camponesa em unidade produtiva capitalista.

Nas unidades de produção agropecuária da agricultura familiar camponesa, que produzem a partir do sistema de integração com o agronegócio da avicultura de corte industrial, é exatamente essa a lógica prevalente. A introdução de novos equipamentos técnicos é uma necessidade da empresa integradora para aumentar o seu lucro, mas para o produtor camponês isso não é visto como uma mudança que lhe possibilitará alcançar maiores lucros, e sim como estratégia para continuar garantindo o sustento da família. A questão em voga, portanto, nesse caso, não remete ao desaparecimento da lógica camponesa em razão da transformação técnica da produção, mas sim aos contextos da exploração capitalista dessa lógica camponesa no âmbito das relações de subordinação.

Na leitura chaynovista, as novas técnicas, a exemplo de uma colheitadeira, eram um incremento considerável nos meios de subsistência, pois permitiam intensificar a autoexploração do trabalho familiar, que poderia expandir a área de cultivo. Eram novos elementos externos que adentravam a racionalidade camponesa, mas não a diluíam porque a ela se intercalavam para atender a fatores internos, tal como as demandas advindas do cálculo entre o tamanho e a composição da família, e a sua relação na proporção da quantidade de solo cultivado (CHAYANOV, 1974).

Conforme salienta Wilkinson (2008), Chayanov não desenvolve um estudo sobre o caráter das relações verticais entre a agricultura camponesa e o mercado, o que poderia fundamentar uma análise acerca da subordinação do camponês aos complexos agroindustriais. Contudo, diferente de Wilkinson (2008), acreditamos que há, na teoria chaynovista, elementos que não só ajudam a explicar a reprodução do camponês independente, como também do camponês que produz a partir dos sistemas de produção integrada do agronegócio. Embora não tenha previsto a organização interna da unidade de produção camponesa sob a complexidade da interação verticalizada agricultura-indústria-mercado, Chayanov nos legou duas referências fundamentais para fazer essa reflexão. Primeiro, a necessidade metodológica de pensar a realidade a partir de suas situações específicas (acreditamos, inclusive, que a realidade do camponês integrado ao agronegócio avícola no estado da Paraíba é uma dessas situações específicas que devem ser analisadas em suas particularidades); e, segundo, a perspectiva teórica de que a essencialidade camponesa irradia de duas bases centrais: a prevalência do trabalho familiar e a concepção da produção como uma demanda, antes de qualquer coisa, da família.

No debate agrário que se consolida a partir da década de 1970, a influência chaynovista repercute por meio de teses que defendem a reprodução e a recriação camponesa, seja no sentido do fortalecimento de sua autonomia em relação ao mercado, seja no âmbito de

sua articulação com outros modos de produção. Entre os autores que dão destaque à reprodução e à recriação camponesa, trazemos, para a discussão, as ideias de Martins (1981), Fernandes (2004, 2008), Oliveira (2007) e Ploeg (2008) que, embora não representem a totalidade da corrente da campesinação, têm estruturado discussões importantes no âmbito da teoria agrária brasileira.

Os termos que conduzem as ideias desses autores acerca da condição camponesa e do modo camponês de fazer agricultura não dão centralidade aos contextos de reprodução do camponês que produz de forma integrada aos sistemas de produção do agronegócio (essa questão, inclusive, tem sido, seja de forma implícita ou explícita, marginalizada na construção teórica dos autores que defendem a recriação camponesa na sociedade moderna). Contudo, é válida, em nossa discussão, devido à firme elaboração teórica que atesta o processo de permanência e reprodução do camponês na sociedade capitalista, demarcada pela reestruturação produtiva do capital que tantas transformações tem legado ao campo e às suas sociabilidades.

Para Martins (1981), entender a existência atual do campesinato no Brasil exige antes ter em mente que nossa realidade difere substancialmente da realidade russa que serviu de base para o debate clássico. O campesinato que se configura na realidade agrária brasileira é, para o autor, constituído no próprio movimento de expansão capitalista, sendo, portanto, produto das contradições dessa expansão. Enquanto classe com expressiva atuação política, esses agentes caracterizam-se por elaborar e reclamarem, junto ao Estado, projetos de existência fundamentados em regras legítimas e legais que devem sustentar, entre outras coisas, o acesso e a permanência na terra.

Conforme aponta Martins (1981), o conceito de campesinato, no debate agrário brasileiro, representam uma importação política que, na formação social brasileira, aparece como instrumentos para dar visibilidade à luta de sujeitos que já existiam aqui sob outras nomenclaturas (caboclos, caiçaras, caipiras, etc.). Nesse processo, tão importante quanto compreender que o camponês não representa o passado, é entender que o passado, marcado pela marginalização e esquecimento do camponês, deve ser tomado como referência para se buscar um presente com protagonismo político e um futuro com mais dignidade social.

Ainda segundo Martins (1981), para se expandir no campo brasileiro o capitalismo não precisou da abertura de um espaço livre para a ocupação do capital, pois o próprio capital instituiu a apropriação da unidade de produção camponesa como forma de aumentar as suas bases produtivas. Diante de tais condições, o reconhecimento do camponês na realidade agrária, marcada pela expansão capitalista, não se funda tão somente em favor da dimensão

politizada que a ideia de campesinato institui para a produção familiar. Esse reconhecimento da criação e de recriação atual do campesinato é também admitido pela forma como o camponês consegue se reproduzir dentro do próprio capitalismo.

Para Ploeg (2008), a partir da década de 1970, quando se evidenciam os processos de modernização do campo e as lógicas globais na agricultura, observa-se um empenho teórico-científico para criar uma imagem de sucesso para a agricultura empresarial que, por consequência, tratou de relegar o campesinato a um estereótipo decadente e retrógrado. Essa perspectiva homogeneizante acerca dos diversos grupos agrários desconsiderava a grande variabilidade de modos de fazer agricultura, sendo, portanto, uma teoria inadequada para se entender a complexidade da questão agrária e as possibilidades para nela intervir eficientemente.

O que Ploeg (2008) procurou demonstrar é que o desaparecimento do camponês nos países desenvolvidos e a sua desqualificação nos países em desenvolvimento ou economicamente pobres, onde ainda se admitia a sua existência, foram ideias gestadas em um plano teórico-político que estrategicamente projetou uma realidade fictícia confortável ao discurso do desenvolvimento do capitalismo no campo. Para Ploeg (2008), analisar os rumos da agricultura e a reprodução camponesa nesse contexto envolve, antes de tudo, desmistificar a ideia de que o camponês de nossos tempos é o mesmo que predominou na sociedade feudal e que chega ao século XIX como um resquício que compõe os dualismos clássicos (camponeses *versus* agricultores capitalistas, camponeses *versus* proletários).

Em seu esforço para criar uma definição para a condição camponesa e para a forma camponesa de fazer agricultura, Ploeg (2008) afirma que os elementos fundamentais da condição camponesa são:

(1) A luta por autonomia que se realiza em (2) um contexto caracterizado por relações de dependência, marginalização e privações. Essa condição tem como objetivo e se concretiza em (3) a criação e desenvolvimento de uma base de recursos auto-controlada e auto-gerenciada, a qual por sua vez permite (4) formas de co-produção entre o homem e a natureza viva que (5) interagem com o mercado, (6) permitem a sobrevivência e perspectivas de futuro e (7) se realimentam na base de recursos e a fortalecem, melhorando o processo de co-produção e fomentando a autonomia e, dessa forma, (8) reduzem a dependência. Dependendo das particularidades da conjuntura socioeconômica dominante, a sobrevivência e o desenvolvimento de uma base de recursos própria poderão ser (9) fortalecidos através de outras atividades não agrícolas. Finalmente, existem (10) padrões de cooperação que regulam e fortalecem essas inter-relações (p. 40).

Trata-se de um conjunto de elementos qualificativos de uma definição abrangente da condição camponesa, cuja relevância se atribui à possibilidade de entender o camponês sob uma análise comparativa do campesinato que não está limitada por descrições que *a priori* remetem o campesinato para o passado e/ou para a periferia do capitalismo, negando sua presença no centro do atual sistema global. No que se refere ao modo camponês de fazer agricultura, Ploeg (2008) também assevera que esse tende a se manifestar por meio de diferentes expressões que, embora se distingam, permanecem ligadas mediante uma única e mesma racionalidade substancial demarcada pela prevalência da autonomia, do autocontrole sobre os recursos e da centralidade do trabalho familiar.

Ainda de acordo com o pensamento desse autor, um dos traços do modo camponês de fazer agricultura é o foco na produção de valor agregado. Enquanto o modo capitalista se apropria do valor agregado, o campesinato, utilizando-se do que tem à sua disposição (uma base de recursos geralmente limitada, mão de obra abundante e a indivisibilidade da relação capital-trabalho), procura edificar a produção, agregando a ela o máximo de valor possível. Tomando por referência a realidade apreendida nos sistemas de produção integrada do agronegócio da avicultura de corte industrial no estado da Paraíba, podemos observar que a capacidade de agregar valor à produção é uma das vantagens encontradas pelo capital no modo camponês de fazer agricultura. Na relação estabelecida entre empresas integradoras e produtores camponeses, embora imposta pela integradora uma rotina de trabalho à família, é a intensificação da autoexploração do trabalho (que não é calculado pela família) que potencializa a conversão alimentar do frango de corte, que para o camponês agrega valor à produção, e para a empresa, ao se apropriar desse valor agregado, aumenta o lucro.

No que se refere à tipologia das relações mercantis, Ploeg (2008) entende que a participação camponesa no mercado, orientada pela premissa histórica da autonomia, deve ser apenas parcial. Nessas condições, “esta estrutura contrasta fortemente com a reprodução dependente do mercado em que todos os recursos têm de ser mobilizados nos mercados correspondentes e entram posteriormente no processo de produção como mercadorias” (PLOEG, 2008, p. 61). A linha diferencial entre a agricultura camponesa e a agricultura capitalista reside, portanto, no fato de uma (a produção camponesa) apresentar uma mercantilização parcial de todos os elementos que compõem a produção, e a outra (a produção capitalista) apresentar uma mercantilização total.

Para Oliveira (2007), o desenvolvimento do capitalismo no campo é um processo contraditório que cria e recria as condições de reprodução do campesinato. Nessa perspectiva, o camponês deve ser estudado como um trabalhador criado pela expansão capitalista que já

não pode ser entendida somente nos limites das relações especificamente capitalistas, tal como proposto no debate clássico, pois a reprodução de relações não capitalistas de produção também faz parte da reprodução ampliada do capital.

No contexto de reestruturação produtiva que marca a modernização do campo, Oliveira (2007) estabelece a força do capital monopolista como mediadora da relação agricultura-indústria. Assim, para o autor, sob a determinação da relação agricultura-indústria, o camponês não desaparece, pois o que ocorre é um processo de sujeição do camponês ao capital, uma sujeição que se dá sem que o camponês seja expulso da terra, sem que se dê, necessariamente, a expropriação de seus instrumentos de produção.

Nas palavras de Oliveira (2007, p. 12):

Assim, não há uma sujeição formal do trabalho ao capital, pois a situação da agricultura não tem o mesmo conjunto de atributos e especificidades com que se marcou a indústria, em função da qual esse conceito foi formulado. Agora, se está diante de um processo distinto na agricultura: o processo de sujeição da renda da terra ao capital. Esse é o mecanismo básico do processo de expansão do capital no campo. Esse processo se dá quer pela compra e venda da terra, quer pela subordinação da produção camponesa.

Quando submete o camponês aos seus ditames, o capital está sujeitando a renda da terra e convertendo o que é produzido pelo camponês e a sua família em capital. Essa forma de relacionamento põe camponeses e capitalistas em conflito, haja vista que a relação de subordinação favorece o capitalista e, num movimento geral, gradativo e consequencial, expropria o camponês dos seus meios de produção. Dessa maneira, não há futuro para o camponês senão enfrentar essa sujeição e retomar a autonomia, o controle sobre o trabalho e a produção, o que faz com que o camponês se destaque por ser aquele que luta contra o capital e a sua lógica, visando a manter o domínio dos meios de produção (OLIVEIRA, 2007).

A luta e a resistência contra o capital são também vistas por Fernandes (2004) como o caminho que edifica a reprodução do campesinato. Para o autor, o entendimento da questão agrária atual tem transcorrido mediante um debate paradigmático que tem, de um lado, o sistema analítico do Paradigma da Questão Agrária (PQA) e, de outro, as ideias defendidas no âmbito do Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA).

De acordo com Fernandes (2008), “os paradigmas geram conflitualidades que são expressas nos debates, nas publicações, nas políticas públicas (ou privadas), nos eventos e nas manifestações por meio de suas respectivas ideologias”. É dessa forma que as diferenças teóricas, de método, de metodologia, políticas e ideológicas, entre o PQA e o PCA, projetam

leituras sobre o desenvolvimento da agricultura (FERNANDES, 2008) e sobre os contextos da reprodução do camponês, que prefiguram teses em favor e adversas à permanência e à recriação do campesinato.

O Paradigma da Questão Agrária “tem como ponto de partida as lutas de classes para explicar as disputas territoriais e suas conflitualidades na defesa de modelos de desenvolvimento que viabilizem a autonomia dos camponeses” (FERNANDES, 2008, p. 390). Deste ângulo paradigmático, os problemas agrários são parte inerente da estrutura do próprio capitalismo, de modo que a luta contra o capitalismo é a perspectiva de construção de uma sociedade mais justa. Já o Paradigma do Capitalismo Agrário fundamenta-se na ideia de que os processos determinantes e dominantes do capital possuem uma lógica homogeneizante que tende a transformar (metamorfosar) os sujeitos para adequá-los ao modelo de racionalização produtiva imposto. É nessa perspectiva que o camponês, sujeito arcaico e ultrapassado, passa a ser visto como um sujeito a ser transformado pelo movimento do capitalismo no campo em um agricultor familiar, sujeito moderno e compatível com as engrenagens funcionais do desenvolvimento capitalista.

Imerso ao PQA, Fernandes (2004) entende que não foi o mercado quem possibilitou a recriação do campesinato, mas sim a luta política desenvolvida por meio das ocupações de terra e da resistência contra a dominação do capital. Partindo do contraponto às ideias defendidas pelos teóricos do Paradigma do Capitalismo Agrário, Fernandes (2004) defende o fim do fim do campesinato, isto é, o reconhecimento de que o desenvolvimento da agricultura no capitalismo caracteriza-se, em sua contrariedade, pela criação e recriação das relações não capitalistas de produção que não são só consequência, mas também estratégia da reprodução capitalista no campo.

Nessa linha de raciocínio, não há sentido pensar o desenvolvimento da agricultura como um movimento de metamorfose do campesinato, em que o camponês tenderia a se transformar em um “agricultor familiar” na medida em que se integra ao mercado. O campo é, para Fernandes (2004), espaço construído por muitas e diferentes relações sociais, e o campesinato se fortalece nesse processo, tendo como elemento essencial a luta pela terra.

No que se refere à integração dos camponeses ao mercado, Fernandes (2004) entende que a sujeição da renda da terra leva ao empobrecimento das famílias rurais, haja vista que o capital passa a se apropriar da maior parte do trabalho e compromete o desenvolvimento socioeconômico dos camponeses, iniciando-se, assim, um processo de decadência das unidades familiares, levando ao êxodo rural e a outros problemas decorrentes da concentração de renda e da propriedade nas mãos dos capitalistas. Nessa leitura, para o autor, “o mercado

capitalista é muito mais o espaço da destruição do que da recriação do campesinato, e, em diferentes escalas, os diversos tipos de camponeses: posseiros, rendeiros, assentados, pequenos proprietários estão inseridos no mercado” (FERNANDES, 2004, p. 27).

A partir do que preconiza Fernandes, Martins, Ploeg e Oliveira, fica claro que a reprodução do camponês na sociedade contemporânea está relacionada ao próprio movimento produtivo e socio-reprodutivo do capitalismo no campo. Como os autores acima citados destacam, a presença do campesinato na sociedade capitalista tem tido como princípio de caracterização a luta política por valorização social e sustentabilidade econômica, o que não significa que a reprodução camponesa, no interior dos sistemas produtivos capitalistas, seja uma condição negada. Dessa forma, nas ideias apresentadas pelos teóricos que engrossam a corrente da campesinação na contemporaneidade de acordo com a perspectiva (teórico-política) do campesinato, observa-se que a luta política tem se configurado como o grande viés de reflexão.

Não temos aqui a pretensão de negar a dimensão política dos contextos de reprodução camponesa. Inclusive, é nosso anseio apontar, também, os limites e as possibilidades dessa dimensão no âmbito da reprodução dos camponeses que produzem por meio dos sistemas de integração do agronegócio avícola. No entanto, a problematização da existência e recriação do produtor camponês, a partir da relação que esse estabelece com o capital na avicultura paraibana, é uma tarefa que a nós exige a análise de outras dimensões igualmente importantes, as quais buscamos esmiunçar mediante a perspectiva teórico-prática projetada pelo conceito de agricultura familiar camponesa. Desse modo, enxergamos a necessidade de ir além do fundamento da subsistência e da luta ativa, pressupostos centrais da base conceitual do campesinato, e de caminhar na direção do entendimento do camponês a partir de caracteres derivativos de níveis mais complexos de relacionamento com o capital, marcados pela subordinação camponesa ao capital e pela luta política pulsante, mas silenciada.

2.2 Um campesinato, muitos camponeses

Conforme temos discutido, as condições políticas e analíticas que compõem o debate agrário brasileiro a partir da década de 1970 projetaram, como preocupação imediata, a necessidade de estabelecer termos teóricos sólidos capazes de provar ou negar a existência do camponês em meio ao avanço capitalista no campo. Nessa discussão, observa-se que a predestinação dos autores em clarificar os fundamentos essenciais e estruturantes do que, por um lado, seria o "estereótipo ideal" do camponês e, por outro, do que atesta a sua

transformação e desaparecimento, produziu uma série de terminologias (agricultura familiar e campesinato, por exemplo) que gerou inúmeras outras terminologias (pequeno produtor, trabalhador sem-terra, empresário rural, arrendatários, etc.) importantes para demarcar o campo teórico, mas que nem sempre são caracterizadas a partir da realidade e dos seus problemas sociais e políticos.

Dessa maneira, ao mesmo tempo em que nos parece evidente a inconsistência da tese do fim do sistema camponês, emerge como uma contradição teórico-analítica das investigações sobre a questão agrária atual querer situar, no âmbito da corrente da campesinação, as múltiplas realidades camponesas sob uma única forma de campesinato. Para compreender o camponês em nossa epocalidade é preciso estar atento às condições que incidem sobre os modelos de vinculação do trabalho familiar ao mercado e, conseqüentemente, sobre a reprodução camponesa. Assim, torna-se importante entender que as condições das relações qualificadas pela integração dos sistemas produtivos camponeses com os sistemas produtivos do agronegócio não são todas equivalentes, mesmo que determinadas por lógicas gerais. Por isso, conforme salientado por Martins (1981), é preciso ouvir os camponeses e mobilizar recursos teóricos que permitam decifrar os seus contextos de vivência e de produção para que se possa captar, em vez de imputar, o sentido de sua existência.

De acordo com Shanin (2005), a construção conceitual em torno do camponês tem se dado a partir de algumas categorias gerais, tomadas como base para definir o que é ser camponês e, conseqüentemente, o que não é. Para o autor, as colunas centrais da conceitualização do camponês perpassam as seguintes categorias:

- a) *A tipologia da organização econômica.* Do ponto de vista econômico, prefigurou-se como aspecto caracterizador das sociedades camponesas a economia autossuficiente, de subsistência, em que o controle dos meios de produção e das relações de trabalho é feito pelas próprias famílias;
- b) *Os padrões de organização política.* As sociedades camponesas são vistas como formações sociais envoltas naturalmente por uma racionalidade política que as condiciona ao enfrentamento e à luta. É dessa categoria que se depreende a ideia de que a recriação camponesa tem, na luta pela terra, pela reforma agrária e contra o capital, um de seus horizontes principais;
- c) *Normas e cognições típicas que organizam as formas de produção e a vida social.* O camponês é visto como um sujeito que possui um padrão próprio de socialização e de

aprendizado, reproduzido historicamente pela experiência antropológica no seu espaço social de vivência;

- d) *As unidades básicas camponesas.* Prevalecem, nas propriedades camponesas, unidades de vivência e de produção, uma lógica específica de funcionamento que caracteriza os padrões internos e externos de interação e de exploração;
- e) *A dinâmica social específica da sociedade camponesa.* O modo como ocorre a reprodução humana, a reprodução das relações sociais e como se estabelecem e se atendem às necessidades materiais são sempre baseadas nas demandas do núcleo familiar;
- f) *As causas e os padrões essenciais de mudança.* Os motivos que levam às mudanças estruturais nas sociedades camponesas são sempre gerais, isto é, impostos por eventos externos e, ao mesmo tempo, específicos dos camponeses, uma vez que é o padrão interno de vivência e de produção que determina as formas de reação.

Na medida em que assume um papel estratégico na definição do camponês, a generalização dessas categorias requer cuidado. Shanin (2005) adverte que as generalizações empíricas constituem um traço indispensável das ciências sociais. Todavia, seu perigo reside no possível excesso de generalizações pela extrapolação de semelhanças, simplesmente porque são conhecidas. Dessa forma, aos estudiosos da questão agrária, bem como de outras temáticas, saliente-se que as generalizações são importantes porque permitem ao pesquisador enfocar *insights* e empregar métodos de pesquisa já testados, assim como desenhar um campo de análise (SHANIN, 2005). No entanto, não substituem a análise mergulhada diretamente na realidade e em seus condicionantes próprios.

Na Geografia Agrária brasileira, a determinação mais geral de campesinato possui uma dimensão categorial estruturada pelo intercâmbio de pressupostos (a gestão familiar da produção; a prevalência da mão de obra familiar; as relações específicas com o mercado; a centralidade das demandas nas necessidades das famílias; e o protagonismo político voltado para o reconhecimento social) que dão significado à existência camponesa. A partir desses pressupostos extraídos em parte do debate clássico e aprimorados pelas releituras sucedidas no movimento do pensamento, impõe-se uma compreensão dos contextos de produção e de reprodução camponesa, que prefigura uma perspectiva, em certa medida, homogeneizadora da condição camponesa.

Contudo, um exame mais detalhado da realidade prática faz aparecer uma infinidade de situações e possibilidades, que faz da heterogeneidade um elemento intrínseco à condição

camponesa no Brasil. O que define o camponês não são, necessariamente, os traços comuns utilizados no seu reconhecimento, não que esses não sejam importantes. O que define o camponês é o modo como esses elementos se intercalam nos contextos particularizados por formas específicas de relacionamento interno e externo. O camponês deve ser compreendido a partir do estabelecimento (rural) familiar, de suas relações internas e de suas específicas reações e interações com o contexto social mais amplo, sem deixar de considerar também a interdependência dos elementos básicos que juntos compõem a totalidade do modo camponês de ser, de produzir e de se reproduzir socialmente (SHANIN, 2005). Nesse sentido, o camponês não deve ser visto como um conteúdo a ser aprisionado por uma noção teórico-política única e inviolável de reconhecimento, pois na realidade persistem muitas formas camponesas.

A presença dos camponeses deve ser percebida na realidade agrária brasileira a partir de múltiplos processos de existência que, embora imersos em contextos diferentes (como no caso dos camponeses que se reproduzem de forma integrada ao agronegócio da avicultura de corte industrial), encontram-se fundamentados em traços típicos de seu modo de existência e de coexistência. Sob tais circunstâncias, a constituição da condição camponesa torna os camponeses sujeitos que, na formação social, reproduzem-se em situações diversas e singulares e mediante resistências de intensidades e formas variadas (NEVES; SILVA, 2008).

A concepção do campesinato como forma de existência camponesa predeterminada pela luta política e pelo enfrentamento ao capital possui um peso que, quando não compreendido corretamente, leva à marginalização no debate acadêmico e na agenda política de diversos camponeses que estão se reproduzindo em outros contextos. Ao priorizar-se em análise os espaços de reprodução camponesa configurados essencialmente pela luta política e pelo enfrentamento ao capital, deixa-se de discutir e, sobretudo, de politizar milhares de camponeses que, mesmo imersos em relações de sujeição e de subordinação, resistem, à sua maneira, no interior do agronegócio.

A nossa opção por discutir a reprodução camponesa em meio ao contexto socioprodutivo codificado pelo agronegócio avícola na Paraíba não parte de uma noção conceitual fechada de campesinato, pois entendemos que não há como imputar previamente à realidade camponesa o sentido e o significado de sua existência. Buscamos, como parte do esforço conceitual aqui empreendido, e referenciados nos traços comuns que o debate teórico nos legou até então como legitimadores da condição camponesa (a saber: a prevalência da mão de obra familiar, a centralidade das demandas da unidade produtiva nas necessidades da

família, a diversidade produtiva e a gestão familiar da produção), captar *in loco* o real significado da existência camponesa nos sistemas de produção integrada da avicultura.

Dessa forma, não nos parece o caso de propor uma nova conceitualização para o campesinato, muito menos de estabelecer termos para distinguir o “nosso” conceito, deste. A questão a que damos destaque envolve a adoção de uma postura metodológica, que leva em conta a investigação da condição camponesa na sociedade capitalista atual a partir do exame da realidade e do que esta projeta como formas alternativas para a reprodução do camponês. Assim, é importante dizer que a adoção aqui do conceito de agricultura familiar camponesa, ao invés de campesinato, não parte da negação da validade explicativa do campesinato, tampouco da marginalização da luta política em nossa análise.

Pelo contrário, o conceito de agricultura familiar camponesa nos comparece como recurso teórico para compreender a multidimensionalidade (social, econômica, política e territorial) de uma lógica que, tendo como elementos centrais os pressupostos do trabalho de base familiar, da renda objetivada pelo primórdio do sustento da família e do estabelecimento rural familiar como *locus* de produção e existência, caracteriza-se por múltiplas e distintas situações reais (a exemplo, da produção camponesa integrada ao agronegócio) que vão além da eminência da subsistência e da luta contra o capital. Isto porque, estas situações inferem, a partir de dimensões mais agudas assumidas pela opressão capitalista, contextos diferentes para compreender a reprodução do camponês e, conseqüentemente, os caminhos viáveis da luta contra o capital e dentro do relacionamento com o capital. Essa, certamente, não é uma perspectiva que destoa do campesinato, mas que alarga a compreensão do camponês para além do rigor mais estrito que a abordagem proposta por este conceito impôs.

Entre as muitas formas de recriação do camponês na realidade agrária brasileira codificada pela reestruturação produtiva no campo, a reprodução do produtor camponês, que produz a partir dos sistemas de produção integrada do agronegócio, é ilustrativa da contradição capitalista, que não transforma a agricultura familiar camponesa em outra categoria com sentido prático moderno, nem a faz desaparecer, pois é justamente pela exploração do modo camponês de fazer agricultura que o capital obtém lucro. Nesse sentido, conforme assevera Paulino (2004), para além da destruição iminente do camponês, o que se evidencia com a integração é, no limite, a conformação camponesa diante dos padrões de qualidade e de produtividade impostos pelas indústrias.

De acordo com Marques (2008, p. 69), no curso da expansão do capitalismo no campo “a forma característica de organização camponesa se mantém, mesmo que modificada, devido à posição ambígua em que ele (o camponês) se encontra sob o capitalismo: integrado e

marginal, complementar e contraditório, dentro e fora ao mesmo tempo”. Nesse contexto, de acordo com a autora, o camponês é entendido como uma classe social e um modo de vida específico, pensamento também defendido por Shanin (2005), de modo que para compreendê-lo deve-se levar em conta a especificidade da lógica da economia camponesa, mas não só isso, pois é preciso considerar também os demais aspectos de sua existência social, cuja reprodução transcorre mediada pela satisfação das necessidades da família, ainda que isso implique a sujeição ao capital.

Wanderley (2003) também pontua a reprodução do camponês no curso de sua adaptabilidade frente às transformações da sociedade. Conforme seu pensamento, a condição do camponês não está condenada à absoluta destruição perante a emergência do agricultor familiar “moderno”, visto que se deve considerar, simultaneamente, pontos de ruptura e elementos de continuidade. Assim, para a autora:

Deve-se, portanto, considerar a capacidade de resistência e de adaptação dos agricultores aos novos contextos econômicos e sociais. Não é mais possível explicar a presença de agricultores familiares na sociedade atual como uma simples reprodução do campesinato tradicional, tal como foi analisado pelos seus “clássicos”. Esteve e está em curso, inegavelmente, um processo de mudanças profundas que afetam precisamente a forma de produzir e a vida social dos agricultores e, em muitos casos, a própria importância da lógica familiar. Porém, parece evidente, como já foi dito, que a “modernização” dessa agricultura não reproduz o modelo clássico (refiro-me aqui aos outros “clássicos”) da empresa capitalista, e sim o modelo familiar (WANDERLEY, 2003, p. 48).

Isso implica recolocar o eixo das discussões sobre o ímpeto de uma lógica familiar que se distingue, escamoteia-se, mas não se anula, nem mesmo quando integrada ao mercado e respondendo às suas exigências. Em outras palavras:

[...] a lógica familiar, cuja origem está na tradição camponesa, não é abolida; ao contrário, ela permanece inspirando e orientando – em proporções e sob formas distintas, naturalmente – as novas decisões que o agricultor deve tomar nos novos contextos a que está submetido (WANDERLEY, 2003, p. 48).

Tal concepção lega substratos para pensar o camponês integrado ao mercado sob uma perspectiva mais ampla e complexa em que, de um lado, tem-se uma realidade material e funcional subjugada por regramentos teóricos, políticos, corporativos e ideológicos externos que direcionam a agricultura familiar camponesa para um lugar (de exclusão, de ruptura ou de recriação) no processo de desenvolvimento capitalista; e de outro, tem-se a construção

parcelar dada pela forma como os próprios camponeses, em sua realidade, constroem a sua própria história nesse emaranhado jogo de forças instituído pela sociedade moderna. Converge a isso a ideia de Shanin (2005), quando diz que o camponês é uma mistificação, não existindo como forma única em nenhum sentido imediato e estritamente específico, porque difere em qualquer tempo e espaço em conteúdo, sendo, portanto, fundamental a análise do contexto social ao qual pertence.

No âmbito da avicultura de corte industrial, os contextos da participação do camponês no agronegócio têm sido codificados pelo modo como o capital vem constituindo suas formas de acumulação e de expansão no campo. O desenvolvimento da avicultura de corte industrial brasileira se deu a partir de saltos qualitativos em muitas direções (técnicas, sanitárias, organizacionais, financeiras, comerciais, etc.), quadro que resultou em um impacto estrutural da reestruturação sobre a atividade e em novos cenários para as relações sociais de produção. Nessa conjuntura, o avanço do capital na avicultura, na medida em que evidenciou as formas diversas como a produção agropecuária do frango de corte se realiza nas diferentes frações territoriais, tornou redundantes as análises, que suprimem o camponês das tramas socioprodutivas delineadas pelo agronegócio avícola.

2.3 O agronegócio da avicultura de corte industrial: reestruturação e configuração atual

No Brasil, em termos de reestruturação produtiva na avicultura de corte, o destaque fica por conta da relevância de um processo evolutivo, cujas mudanças estruturais transformaram uma atividade que, até a década de 1960, era predominantemente de subsistência e pouco expressiva economicamente em um dos mais rentáveis segmentos do agronegócio brasileiro. Adotando uma série de inovações técnicas, sanitárias, organizacionais e comerciais, o Brasil conseguiu aumentar consideravelmente sua produção de frango de corte nas últimas décadas, tendo sido a avicultura de corte industrial a grande responsável por esse desempenho.

Na avicultura brasileira, a criação de aves para o abate ocorre por meio de dois modelos principais, o caipira/colonial/capoeira (figura 1) e o industrial (figura 2). No modelo caipira/colonial/capoeira, a criação comercial de aves destinada à produção de carne ocorre por intermédio de linhagens de crescimento lento e em áreas livres (sistema extensivo ou semiextensivo) para pastejo; já no modelo industrial, a criação das aves ocorre em granjas de exploração comercial por meio de linhagens geneticamente selecionadas para alta taxa de

crescimento e a excelente eficiência alimentar, criadas em sistemas intensivos segundo as normas sanitárias vigentes (AVAL, 2020).

Figura 1 - Modelo de criação de aves caipira/colonial/capoeira



Fonte: https://www.aval.org.br/pagina.php?post_id=31. Acesso em: 16/05/2020.

Figura 2 - Sistema de criação de aves industrial



Fonte: Trabalho de campo (2020).

O modelo de criação de aves caipira/colonial/capoeira, herdeiro do sistema de subsistência que caracterizou a avicultura brasileira até a década de 1960, após a reestruturação produtiva, foi perdendo espaço no mercado para a avicultura de corte industrial, favorecida pelos investimentos técnicos, sanitários e organizacionais. A partir da década de 1990, a capacidade produtiva dos sistemas agroindustriais da avicultura ganhou ainda mais destaque com a abertura comercial, fato que projetou o crescimento da atividade cada vez mais para o mercado externo. Nesse contexto, a avicultura caipira/colonial/capoeira, desenvolvendo-se às margens da avicultura industrial e muito aquém dos vultosos investimentos que esta recebe, tem se configurado desde então como um sistema simples de produção com baixa produtividade e com atuação ainda restrita a nichos mercadológicos locais e regionais.

Assim como em outros setores produtivos do campo, a reestruturação avançou na avicultura de corte industrial por meio de vetores de modernização que decorrem da exposição do setor avícola nacional aos parâmetros (técnicos, econômicos, sanitários, competitivos, etc.) constitutivos da avicultura global. Inicialmente, entre as décadas de 1970 e 1980, houve um período de ajuste das bases materiais da produção agropecuária e de expansão qualitativa e quantitativa da indústria processadora, estratégias necessárias à integração agroindustrial; e, posteriormente, a partir da década de 1990, com a integração agroindustrial já devidamente consolidada, temos um período de reestruturações desencadeado pela abertura econômica, que passa a exigir novos e modernos sistemas de planejamento, de organização, de coordenação, de técnicas gerenciais e, principalmente, a incorporação constante de novas tecnologias (SCHMIDT; SILVA, 2018).

De acordo com Espíndola (2012), em um primeiro momento, os avanços da avicultura brasileira resultaram na introdução de inovações em áreas estratégicas, tais como genética, nutrição, sanidade e mecanização do sistema criatório. Isso possibilitou ganhos significativos na taxa de conversão alimentar, permitindo a ampliação da escala de produção, o aumento da produtividade e a centralização de capitais, condições que fortaleceram a atividade internamente e contribuíram para a sua plena inserção no mercado externo na década de 1990. Apesar dos anos 1990, Espíndola (2012) destaca que, junto ao processo de internacionalização da avicultura que se dá no âmbito da abertura dos mercados, ocorre também um processo de desnacionalização configurado pela entrada direta de capitais globais na avicultura por meio da estrangeirização de segmentos importantes do complexo industrial avícola.

Esse novo aspecto da avicultura de corte industrial brasileira, que o desenvolvimento do capitalismo mundial em sua fase neoliberal faz surgir, infere novos contornos ao acesso e ao uso das inovações técnicas, pois essas passaram a se concentrar e a se centralizar ainda mais nas mãos das multinacionais que vão dominando o setor agroindustrial. Segundo Delgado (2012), na agropecuária capitalista, e a avicultura industrial é um exemplo disso, esse processo de conglomeração imobiliza o capital fixo, mas não restringe a acumulação ampliada, porque essa se vale da órbita da circulação cada vez mais extensiva para alavancar recursos financeiros a partir da integração eficiente de capitais agrícolas, industriais, comerciais e bancários.

Para Mizusaki (2007), a reestruturação produtiva na avicultura de corte industrial brasileira foi intensa e contínua, porém irregular. Nesses termos, na medida em que a atividade tem passado por profundas transformações desde as últimas décadas do século passado, tornando-se cada vez mais intensiva em inovações tecnológicas, mais seletiva se torna a respeito dos agentes envolvidos e dos territórios de uso. Com a acumulação flexível do capital, a dependência da avicultura de corte nacional do sistema técnico-normativo internacional foi paralela à difusão da tendência agroindustrial nos sistemas produtivos e no mercado interno. Desse modo, as novas fronteiras geográficas do crescimento avícola foram conduzidas pela expansão territorial das plantas industriais já consolidadas e agora dinamizadas pela lógica do capital global, e, sobretudo, pelo alargamento dos contextos produtivos em razão da ação intensiva do capital, que se reproduz monopolizando o território.

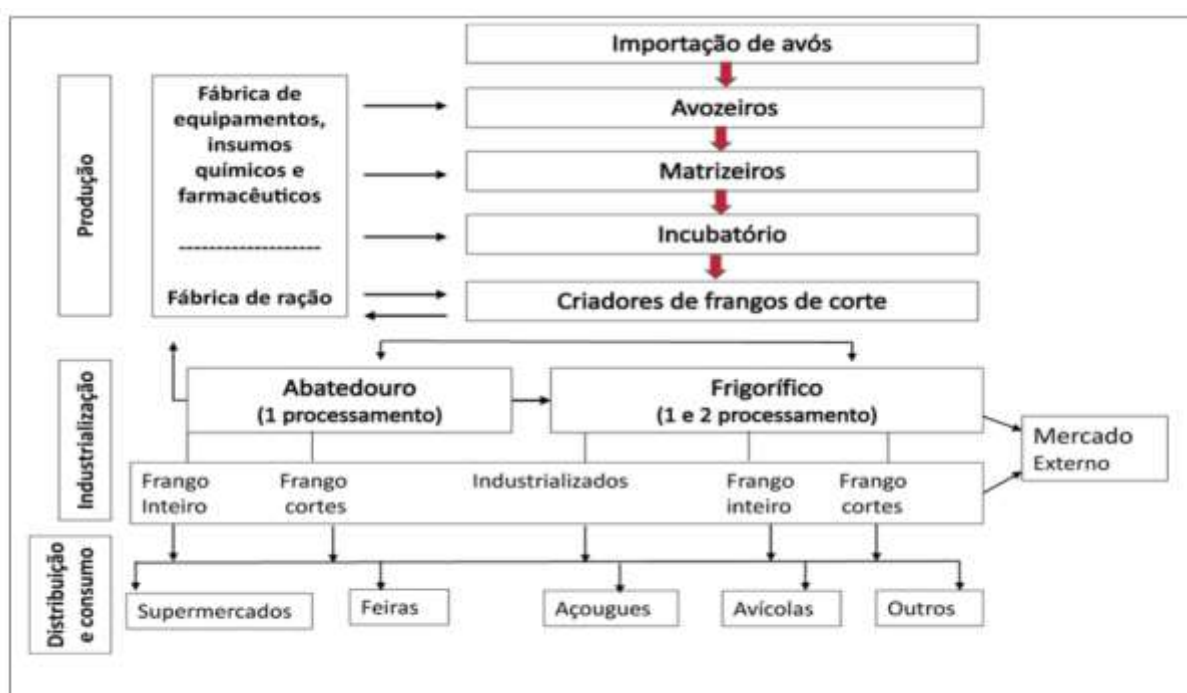
O processo de expansão do capital no campo se dá pela territorialização dos monopólios e pela monopolização do território (OLIVEIRA, 2015). Para Oliveira (2015), a territorialização dos monopólios discrimina o processo produtivo em que suas bases estruturais estão sob a posse e o controle da empresa/agente capitalista, e a monopolização do território diz respeito ao processo produtivo em que a produção não é realizada diretamente pela empresa instalada fisicamente, mas é por ela controlada por intermédio das relações de subordinação estabelecidas.

Em termos práticos, a territorialização dos monopólios e a monopolização do território comparecem como formas de acumulação que se distinguem para melhor se complementarem no movimento geral de expansão e de acumulação do capital no campo, no contexto da reestruturação produtiva. Na avicultura de corte industrial, enquanto os grandes conglomerados vão ocupando e concentrando, seja pela territorialização ou pela monopolização do território, os espaços e os setores produtivos mediante a tecnificação da produção, a captura de crédito e a constituição de circuitos produtivos complexos e modernos,

sedimentam a necessidade do capital de nutrir mecanismos de integração (e de controle) capazes de racionalizar a totalidade social do campo que ele mesmo fragmenta.

Diante desse quadro, é necessário pontuar que o crescimento, a expansão e a reestruturação do setor industrial avícola brasileiro encontram-se relacionados ao desenvolvimento e à consolidação de uma estrutura de produção integrada e verticalizada, que abrange diversos ramos produtivos e setores auxiliares, a exemplo do cultivo e da transformação de grãos; do alojamento de matrizes e de pintainhos; do abate de aves; do transporte e da estocagem; do melhoramento genético; e da distribuição e da comercialização de produtos (VEIGA; ALIEVI, 2012).

Figura 3 - Sistema agroindustrial do agronegócio avícola



Fonte: BASSI; SANTOYO; SILVA (2013).

O dinamismo das cadeias produtivas avícolas ampara-se no alinhamento de estratégias e na busca pela convergência dos interesses, de forma a se reduzir ao máximo os riscos e as instabilidades entre os setores. Com essa articulação sistêmica, as inovações adquirem mais capacidade de penetração entre os elos, contribuindo para que a competitividade seja efetivamente atingida. Isso, porém, não se faz sem uma coordenação eficiente e empenhada na sobreposição dos interesses dos agentes hegemônicos, ou seja, da integradora. De acordo com Araújo *et al.* (2008), a organização vertical das cadeias produtivas avícolas permite a redução de custos de produção e o controle do processo produtivo, de modo que:

O sistema coordenado verticalmente confere vantagens competitivas às empresas e é responsável pelas conquistas brasileiras tanto no mercado interno quanto no externo. O modelo é sinérgico, conciliando eficiência produtiva com grande capacidade de produção em escala e distribuição dos processadores de carne (ARAÚJO et al., 2008, p. 9).

A abordagem do agronegócio avícola sob o aspecto sistêmico implica, a grosso modo, reconhecer a eficiência de uma atividade que tem se tornado símbolo de competitividade e da inserção da produção agropecuária no domínio do capital financeiro mundializado. Do ponto de vista da análise geográfica, essa configuração produtiva, assim como assegura o ordenamento das escalas tecnológicas e organizacionais em direção ao aumento da concorrência e da redução de custo, é responsável pela transformação das bases sociais e territoriais, aspecto que nos faz entender que as mudanças sistêmicas que atingem a avicultura de corte industrial, a partir do processo de reestruturação produtiva, requerem o enfoque na configuração dos seus circuitos espaciais produtivos.

Os circuitos espaciais produtivos refletem a espacialidade da produção em seus múltiplos e diferentes momentos articulados pelo movimento do capital, que tratou de fragmentar a produção, a distribuição e o consumo para melhor dilatá-los na ordem do aprofundamento da internacionalização da mercadoria. Os circuitos espaciais da produção dão conta da unidade entre as etapas de realização do capital produtivo e financeiro, que busca vias para obtenção do lucro na localização estratégica das atividades econômicas e nas possibilidades de sua articulação.

Nessa perspectiva, “os circuitos espaciais produtivos pressupõem a circulação de matéria (fluxos materiais) no encandeamento das instancias geograficamente separadas da produção, distribuição, troca e consumo de um produto num movimento permanente” (FREDERICO; CASTILLO, 2004, p. 237). Os níveis de organização e de articulação dessas etapas são garantidos pelos círculos de cooperação, isto é, informações, normas e ordens que servem ao funcionamento de um determinado circuito.

Para Santos (1986), pensar os circuitos espaciais produtivos envolve clarificar a forma como os espaços nacionais são segmentados e usados no curso da globalização pelos diferentes agentes hegemônicos. Assim sendo, tanto as etapas da produção como suas inter-relações devem ser consideradas, pois são elas que compõem a totalidade do circuito e condicionam o espaço como variável ativa no processo de reprodução social a partir do movimento do capital (CASTILLO; FREDERICO, 2010).

Em Buriti (2016), os circuitos espaciais produtivos da avicultura de corte industrial foram discutidos a partir da etapa da produção agropecuária, aquela que circunscreve as

coerções locais e globais na estruturação geográfica do território. Na escala de produção agropecuária dos circuitos produtivos avícolas, o sistema de produção integrada entre empresas e produtores rurais tem agido como força transformadora do território. É nesse momento do processo produtivo que a integradora transfere aos seus integrados a responsabilidade pela criação e o manejo das aves, enquanto comanda o circuito, racionalizando a etapa da produção, conforme os desígnios das etapas que a sucedem, isto é, a distribuição e a circulação.

Segundo a ABPA (2019), estima-se que 90% da produção do frango de corte industrial no Brasil decorrem do sistema de integração que, para as integradoras, representa uma forma de expandir a produção, reduzindo custos com infraestrutura produtiva; e para os integrados uma forma de garantir a comercialização da produção sem se expor diretamente aos riscos e às incertezas do mercado.

Em 2016, o presidente em exercício, Michel Temer, sancionou a Lei 13.288/16 que dispõe sobre os contratos de integração, de obrigações e de responsabilidades nas relações contratuais entre produtores integrados e empresas integradoras, e dá outras providências (BRASIL, 2016). Para fins de especificação, a Lei 13.288/16 reconhece a integração, o produtor integrado e o integrador, como sendo:

I - integração vertical ou integração: relação contratual entre produtores integrados e integradores que visa a planejar e a realizar a produção e a industrialização ou comercialização de matéria-prima, bens intermediários ou bens de consumo final, com responsabilidades e obrigações recíprocas estabelecidas em contratos de integração; II - produtor integrado ou integrado: produtor agrossilvipastoril, pessoa física ou jurídica, que, individualmente ou de forma associativa, com ou sem a cooperação laboral de empregados, se vincula ao integrador por meio de contrato de integração vertical, recebendo bens ou serviços para a produção e para o fornecimento de matéria-prima, bens intermediários ou bens de consumo final; III - integrador: pessoa física ou jurídica que se vincula ao produtor integrado por meio de contrato de integração vertical, fornecendo bens, insumos e serviços e recebendo matéria-prima, bens intermediários ou bens de consumo final utilizados no processo industrial ou comercial; IV - contrato de integração vertical ou contrato de integração: contrato, firmado entre o produtor integrado e o integrador, que estabelece a sua finalidade, as respectivas atribuições no processo produtivo, os compromissos financeiros, os deveres sociais, os requisitos sanitários, as responsabilidades ambientais, entre outros que regulem o relacionamento entre os sujeitos do contrato (BRASIL, 2016, p. 01).

De acordo com a ABPA (2016), a criação dessa Lei que regulamenta os contratos de integração possibilita mais segurança jurídica para integradora e integrados. Nesse sentido,

torna-se um marco importante, pois permite a cada um dos interessados tomarem ciência de seus deveres e direitos. Contudo, na prática, observa-se que os termos contratuais não parecem tão claros para os produtores integrados. Conforme informações coletadas em campo, 76% dos produtores integrados²³ pesquisados revelaram não ter total conhecimento sobre o conteúdo desses contratos, visto que a parceria firmada, no caso das empresas *Azevem* e *Frango Dourado*, dá-se por meio de acordo informal. Entre as empresas que atuam na área de estudo, somente a *Guaraves* faz uso do contrato formal.

Na avicultura de corte industrial, a substituição de contratos de integração formais, com termos claros para ambas as partes, por acordos informais realizados por meio de simples cadastros junto às empresas, torna-se uma prática prejudicial para os integrados, sejam estes camponeses ou não. Os produtores integrados entrevistados demonstraram insatisfação, sobretudo, com a falta de clareza no que se refere à divisão de rendimentos na produção agropecuária. 89% deles afirmaram não saber como é calculada a divisão dos lucros e, consequentemente, como ela incide sobre o montante que caberá ao produtor integrado ao final de cada lote. Essa situação afeta principalmente os produtores camponeses, os quais, amparados por acordos simples e informais, já que estão em parceria principalmente com a *Azevem* e a *Frango Dourado*, acabam sujeitos a instabilidades e incertezas quanto a composição da renda familiar:

Se você não sabe quando ganha, não sabe também quanto pode gastar, aí é passar o lote todo trabalhando no “escuro”, sem saber se no final teremos o suficiente para pagar pelo menos a feira no supermercado. Se a gente soubesse como é essa conta da parte de cada um, a gente mesmo ia fazendo as contas durante o lote e sabia quanto ia receber pelo frango produzido (PRODUTOR CAMPONÊS INTEGRADO, POCINHOS, 22/11/2019).

As integradoras optam pela chamada conversão alimentar, cujo cálculo do valor pago ao integrado não resulta diretamente nos preços do frango de corte no mercado, e sim em uma dinâmica interna da produção, em que prevalece a equivalência entre os custos de produção e os resultados alcançados. Nesse caso, leva-se em conta o consumo total de ração dividido pelo peso médio das aves ao final do lote. Por mais que a conversão alimentar pareça uma medida simples de produtividade animal, em que o cálculo também poderia ser facilmente feito pelo integrado, na prática não é tão clara, uma vez que os custos do processo produtivo são

²³ Nestes casos, em que não estamos especificando “produtores camponeses integrados”, os dados apresentados compreendem todo quantitativo de produtores integrados pesquisados, isto é, 110.

definidos e redefinidos pela integradora, que é quem fornece os insumos, tornando o preço pago pelo peso médio das aves sempre variável.

Além do sistema de integração, a avicultura de corte industrial brasileira opera a partir do sistema de produção independente e do sistema cooperativista. No sistema independente, a criação do frango de corte ocorre sob o controle do produtor, a quem, representado por pessoa física ou jurídica, compete todas as decisões do processo produtivo, incluindo investimentos técnicos e definição do destino da produção. Já no sistema cooperativista, o processo produtivo ocorre pela ação de uma associação de produtores, que dividem entre si os custos, o trabalho e a gestão da produção.

Para Sorj, Pompermayer e Coradini (2008), no que se refere à etapa da produção propriamente dita, isto é, a escala de produção agropecuária em que ocorre a criação e a engorda das aves, a formação do moderno complexo avícola brasileiro, apoiado pelo crédito público subsidiado, permitiu o ingresso dos mais variados tipos de produtores no setor:

Em grandes rasgos podem ser caracterizados dois grandes tipos de produtores rurais avícolas: as unidades produtivas familiares, de pequeno e médio porte, e as grandes empresas, fundadas no trabalho assalariado. Os produtores, pequenos e médios, se articulam com o complexo agrícola industrial através de duas formas centrais: integração direta com a indústria de transformação e integração através do mercado. A integração direta com a empresa industrial pode dar-se através da participação de cooperativas que atuam no campo industrial (na produção de ração, pintos, e na transformação e comercialização do frango) ou com empresas privadas (SORJ; POMPERMAYER; CORADINI, 2008, p. 51).

Na integração direta com o mercado, as cooperativas têm o controle sobre a etapa da produção e sobre as relações que dão acesso aos serviços auxiliares (a jusante e a montante). Esse modelo, contudo, é bem menos expressivo no Brasil, estando concentrado principalmente nos estados de São Paulo e de Santa Catarina (SORJ; POMPERMAYER; CORADINI, 2008). No caso da integração direta com a agroindústria, modelo mais comum e, inclusive, o predominante no estado da Paraíba, a integradora fornece ao produtor rural integrado os pintainhos, o suplemento alimentar e as assistências técnica e veterinária necessárias. Os produtores integrados, por sua vez, ficam responsáveis pela atividade de criação, de manejo e de engorda das aves até a idade de abate (em média 45 dias).

De acordo com Cleps Júnior e Pelegrini (2000), ao optarem pela integração, as empresas avícolas estão buscando uma maneira de obter matéria-prima a um custo menor do que a produção própria (em que há investimentos em terras, instalações, máquinas, além dos custos de administração e de mão de obra). Já os produtores rurais enxergam a integração

como uma possibilidade de mercado certo para os seus produtos e uma via de acesso mais fácil ao crédito e às técnicas.

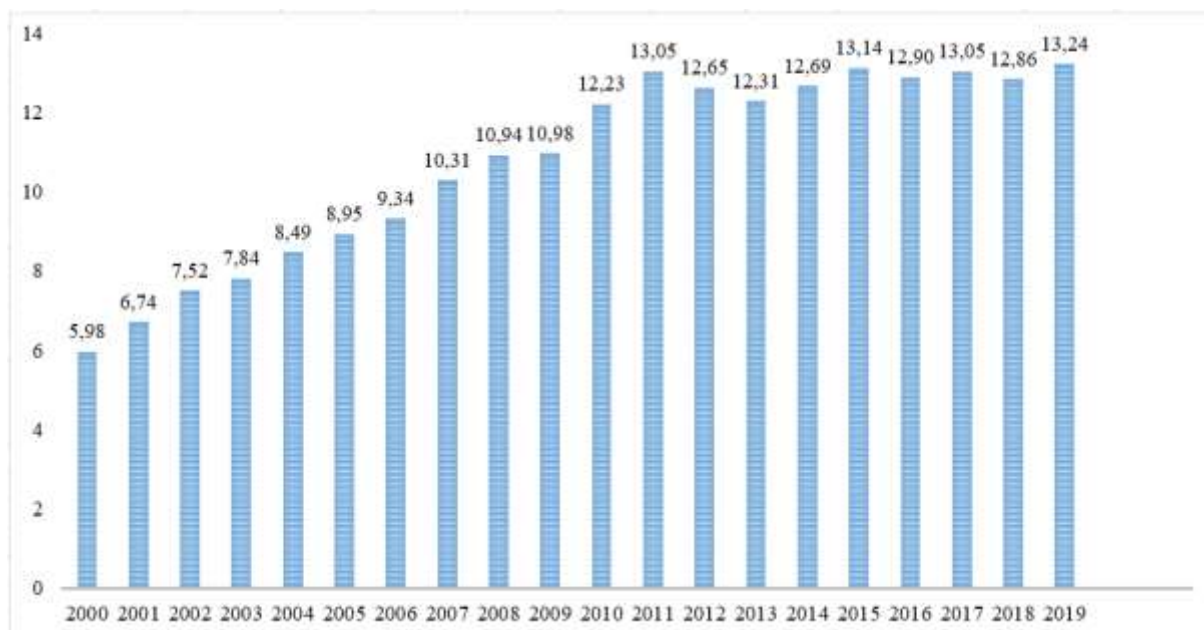
Todavia, o tipo de regulação do lucro que opera na integração avícola promove uma tensão básica na relação entre os produtores integrados e as empresas integradoras. Essa tensão se dá porque as integradoras, por terem o controle do processo produtivo, sacrificam a lucratividade da produção agropecuária para garantir a lucratividade do complexo como um todo. A conflitualidade, nesse caso, advém da não repartição desse “todo” com todos os sujeitos envolvidos na produção agropecuária.

Na visão de Cleps Júnior e Pelegrini (2000, p. 29-30):

No confronto com as agroindústrias e as grandes redes de distribuição, as desvantagens recaem em maior número para os produtores, traduzindo-se em diminuição da capacidade de gestão do empreendimento, riscos de rescisões contratuais, além do fato de que a contratualização não implica necessariamente na melhoria de sua situação sócio-econômica.

Contudo, o que mantém o sistema de integração um modelo basilar na avicultura de corte industrial, mesmo diante de todas as contradições e as tensões, é a junção de necessidades, de um lado das empresas integradoras que visam diminuir custos com a escala de produção agropecuária e, de outro, dos produtores integrados, que buscam garantir vias, ainda que em muitos casos precárias, para sua reprodução socioeconômica no campo.

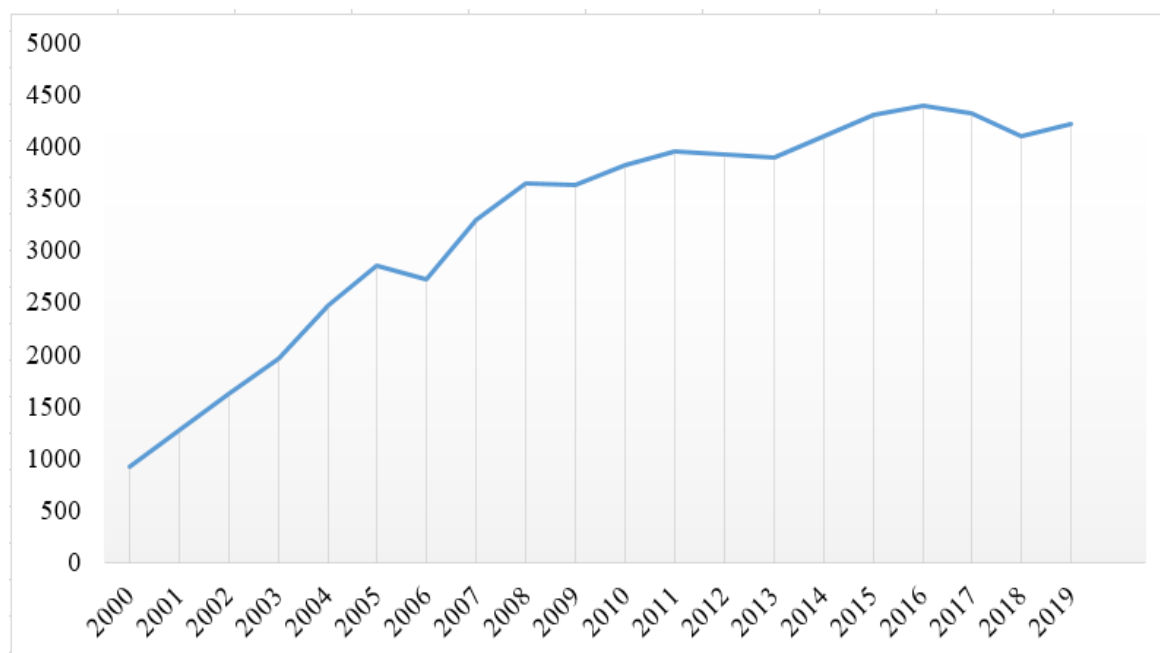
Dessa forma, amparado no sistema de integração, o setor avícola segue forte no Brasil. Segundo a Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), em 2019, um ano antes da pandemia da Covid-19, a avicultura de corte no Brasil alcançou uma produção de 13,2 milhões de toneladas de carne de frango, sendo a avicultura de corte industrial, pela alta capacidade produtiva que detém, a grande responsável por esse desempenho. Quando analisamos a série histórica, entre 2000 e 2019, da produção de carne de frango no Brasil, observamos que até 2011 o crescimento foi contínuo, passando a oscilar entre 2013 e 2019, mas ainda assim se mantendo entre cifras elevadas, isto é, nas casas de 12 e 13 milhões de toneladas anuais.

Gráfico 4 - Produção brasileira de carne de frango 2000-2019 (milhões de toneladas)

Fonte: ABPA. Organização da autora (2021).

Com esse desempenho, o Brasil tem se mantido entre os maiores produtores do mundo, ocupando o posto de terceiro maior produtor em 2020, ficando atrás apenas dos Estados Unidos e da China. Em 2020, a produção brasileira foi maior que a produção do ano anterior, atingindo 13,84 milhões de toneladas. Dessa forma, mesmo com volumes oscilando nos últimos anos, o setor produtivo de frango de corte brasileiro é considerado um dos mais eficientes das cadeias agronegocistas, reflexo dos múltiplos investimentos incorporados ao longo das décadas de reestruturação produtiva.

Foram esses investimentos, por exemplo, que levaram aos ganhos crescentes de mercado internacional que, embora não seja ainda o maior absorvedor dos produtos produzidos, gera receitas importantes para a avicultura (6,9 milhões de dólares em 2019, segundo a ABPA, montante correspondente a 4.214 milhões de toneladas exportadas, o equivalente a 32% da produção total brasileira). Entre 2000 e 2019 (gráfico 5), as exportações brasileiras de carne de frango mantiveram uma média de volume crescente, e isso se deve diretamente às inovações no setor, principalmente na ordem de melhoramento genético, de infraestrutura técnica e de normatização sanitária, que permitiram uma maior aceitação e competitividade dos produtos nacionais nos mercados globais.

Gráfico 5 - Exportações brasileira de carne de frango (por milhões de toneladas)

Fonte: ABPA 2013-2020. Organização da autora (2021).

Em 2020, o Brasil exportou 31% de sua produção (4,23 milhões de toneladas), sendo os estados da região Sul os maiores exportadores (Paraná: 40,19%; Santa Catarina: 23,39%; e Rio Grande do Sul: 16,45%). O crescimento quantitativo nas exportações de carne de frango tem forte relação com a diversificação de produtos comercializados, sobretudo aqueles de maior valor agregado. De acordo com a ABPA (2020), os principais produtos exportados pela avicultura de corte industrial brasileira nos últimos anos envolvem cortes (67%), aves inteiras (26%), industrializados (2%), salgados (3%) e embutidos (2%). Essa diversificação dos produtos reflete os esforços para abranger a maior quantidade de mercados possível, uma estratégia que tem garantido ao Brasil, desde 2004, a condição de líder mundial em exportações de aves abatidas e processadas.

Embora a produção avícola venha impressionando pela participação no mercado internacional, é principalmente o crescimento do mercado interno que garante o dinamismo do setor. No ano 2000, o consumo per capita de frango de corte no Brasil foi de 29,91 kg por pessoa, chegando a saltar em 2011, ano de maior crescimento do consumo per capita no país, para 47,38. De 2011 a 2019, o consumo variou entre 45,00 kg (valor maior em 2013) e 41,10 (valor menor em 2016). Em 2019, o consumo per capita ficou em 42,84, ficando abaixo do consumo registrado em 2020, que foi de 45,27 kg/hab.

Esse desempenho do setor avícola brasileiro, mesmo em um ano de pandemia, a exemplo de 2020, em que diversos setores foram atingidos, na perspectiva da ABPA (2021),

deve-se muito ao sistema de integração, um modelo, segundo a ABPA, diferenciado que protege o produtor rural integrado das oscilações do mercado, enquanto gera emprego e renda, contribuindo para a profissionalização do produtor e para o despertar das novas gerações para a fixação do homem do campo. Todavia, visto do ponto de vista socioterritorial, essa realidade quantitativa não ressalta outra coisa, senão o poder dos conglomerados agroindustriais e o peso de sua atuação regulacionista pautada em uma atuação flexível nos territórios de exploração agropecuária, em que o capital age fazendo e desfazendo parcerias com produtores rurais, tornando a escala da produção agropecuária a etapa do circuito produtivo em que as instabilidades são diluídas pelas integradoras por meio do repasse dos prejuízos para os produtores integrados, seja mediante redução dos seus ganhos, seja mediante interrupção e diminuição de parcerias.

Segundo Cleps Júnior e Pelegrino (2000), os grandes projetos de integração, isto é, aqueles encabeçados pelos principais conglomerados do setor avícola, dão preferência a contratos com médios e grandes produtores, pois esses detêm maior capacidade de investimento e de adoção de inovações. Em contrapartida, nos nichos mercadológicos que esses conglomerados deixam de atender, especialmente no abastecimento do mercado interno (regionais e locais), as pequenas e médias empresas integradoras ganham espaço, buscando na produção camponesa uma forma de garantir a produção agropecuária do frango de corte.

Esse aspecto, intrínseco ao desenvolvimento do agronegócio avícola, embora num primeiro momento compareça como uma trama lógica que denuncia a exclusão inevitável da produção familiar, na medida em que as empresas integradoras vão alcançando crescimento econômico, aponta para um processo ainda mais complexo, de complementaridade das vias de exploração do produtor rural pelo capital. Isso porque, enquanto o grande capital se acumula e privilegia os médios e os grandes produtores, expande-se também por meio da atuação das pequenas e das médias empresas, que absorvem principalmente a pequena produção, abrindo novas vias para o capital, principalmente pelas relações não capitalistas de produção.

É dessa forma que, no agronegócio avícola, a reestruturação produtiva emerge como um processo codificado pelas necessidades gerais de reprodução do capital, mas também pela forma como essas necessidades tornam-se possíveis no contexto socioterritorial do campo brasileiro, no qual a produção camponesa torna-se estratégica para as integradoras, uma vez que é responsável tanto pela oferta de matéria-prima, como pela descompressão dos prejuízos.

2.4 As relações capitalistas e não capitalistas de produção no agronegócio da avicultura de corte industrial

Diante do novo complexo de reestruturação produtiva, as formas de controle do capital sobre os meios de produção e, conseqüentemente, sobre as relações sociais foram ampliadas e acentuadas. Como resultado, a marcha civilizatória do capital transcende a esfera da produção industrial propriamente dita e torna-se a norma codificadora que se generaliza pelos demais sistemas produtivos, incluindo os sistemas agropecuários. No campo, o capital assume formas de determinação que, sob os níveis de comando direto e apropriado, repercutem sobre o processo de trabalho e a organização da produção por meio de relações capitalistas e não capitalistas.

Para Oliveira (2007), as relações capitalistas de produção estão consubstanciadas no processo de separação dos trabalhadores dos meios de produção, por meio do qual os trabalhadores despossuídos dos meios de produção aparecem no mercado como força de trabalho disponível e passível de contratação pelo capitalista. Em meio às faces oriundas da fragmentação social das relações sociais de produção no campo, o regime de salariedade tem se posicionado como forma central da produção da mais-valia nas grandes propriedades, que operam sob uma lógica produtiva empresarial e caracterizam, sobremaneira, as relações tipicamente capitalistas.

No âmbito das relações sociais capitalistas de produção no campo, a exploração do trabalho pelo capital sedimenta contradições que são inerentes ao processo de produção capitalista de mercadorias como um todo. A relação tipicamente capitalista emerge de uma contradição fundante, a desigualdade econômica que expropria os sujeitos, cuja única mercadoria que passam a dispor para troca é a força de trabalho que, por intermédio da proletarianização, converge para o regime de salariedade.

Assim, os trabalhadores devem estar no mercado livres dos meios de produção, mas proprietários de sua força de trabalho, para vendê-la ao capitalista; este sim, proprietário dos meios de produção. É por isso que a relação social capitalista é uma relação baseada na liberdade e na igualdade, pois somente pessoas livres e iguais podem realizar um contrato. Um contrato de compra e venda da força de trabalho. O capitalismo transformou a desigualdade econômica das classes sociais em igualdade jurídica de todas as pessoas da sociedade. Só pessoas jurídicas iguais podem assinar contratos. Só pessoas jurídicas iguais podem romper esse contrato quando quiserem. Portanto, essa relação de compra e venda contém o ato implícito de que um trabalha (vende a força de trabalho) e o outro compra e paga, através do salário, essa força de trabalho. Estabelecem, pois, relações de troca, e é nelas que surgem os agentes específicos da produção capitalista: o proprietário dos

meios de produção e os proprietários da força de trabalho. Agentes que são sociais, antes de serem individuais (OLIVEIRA, 2007, p. 36).

Além da forma capitalista de exploração do trabalho, como parte do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo no campo, a reprodução do trabalho de base familiar segue sendo uma face importante da agricultura brasileira, que subsiste em meio às relações capitalistas pressupostas pelo regime de salariedade. Em sua marcha no campo, o capital buscou também se apropriar das formas organizativas não capitalistas, participando da recriação de muitas delas por meio da introdução de suas necessidades de acumulação. Esse é o caso da agricultura familiar camponesa, que subsiste como forma organizativa social independente e articulada pelo caráter expansionista da flexibilidade capitalista.

Na perspectiva de Oliveira (2007), na agricultura, a subordinação das relações não capitalistas de produção se dá pela sujeição da renda da terra ao capital. Em termos gerais, a renda da terra corresponde ao fundamento que o capital, ao subordinar a agricultura, incorpora em sua reprodução. Para Martins (1979), ao passo em que o produtor detém a posse da terra e nela trabalha sem o recurso do trabalho assalariado, utilizando-se apenas do trabalho familiar ao mesmo tempo em que cresce sua dependência do capital, o que se tem não é a sujeição formal do trabalho ao capital, mas sim a sujeição da renda da terra. Nesse contexto, o capital não consegue se tornar proprietário real da terra para extrair o lucro e a renda, ele se apropria por meio da sua sujeição.

Para Oliveira (2007, p. 43), a renda da terra:

[...] é uma categoria especial na Economia Política, porque ela é um lucro extraordinário, suplementar, permanente, que ocorre tanto no campo como na cidade. O lucro extraordinário é a fração apropriada pelo capitalista acima do lucro médio. Na indústria ele é eventual, devido ao avanço tecnológico, entretanto na agricultura ele é permanente, pois, por exemplo, existem diferenças entre a fertilidade natural dos vários tipos de solos. A renda da terra é também denominada renda territorial ou renda fundiária. Como ela é um lucro extraordinário permanente, ela é, portanto, produto do trabalho excedente. Esclarecendo melhor, o trabalho excedente é a parcela do processo de trabalho que o trabalhador dá ao capitalista, além do trabalho necessário para adquirir os meios necessários à sua subsistência.

Sob o modo capitalista mais desenvolvido, a renda da terra é constituída conforme os processos que lhe dão origem. Dessa maneira, na medida em que resulta da concorrência, a renda da terra é constituída pela renda diferencial; e, quando resulta da ação monopolista, pela renda absoluta. Segundo Oliveira (2007), na prática, não é tão simples estabelecer os

fundamentos que distinguem essas duas partes constituintes da renda da terra, mas, ainda assim, cabe esclarecer a essência de ambas:

A renda da terra diferencial resulta do caráter capitalista da produção e não da propriedade privada do solo, ou seja, ela continuaria a existir se o solo fosse nacionalizado. Já a renda da terra absoluta resulta da posse privada do solo e da oposição existente entre o interesse do proprietário fundiário e o interesse da coletividade (OLIVEIRA, 2007, p. 43-44).

Na perspectiva da renda da terra, a lógica do trabalho nela empreendida torna-se a fonte da riqueza gerada. Essa riqueza, nas palavras de Marx “mercadoria especial”, para o produtor camponês, é o fator que lhe permite a reprodução social. Já para o capitalista que dela se apropria, constitui-se no mecanismo por meio do qual se pode extrair lucro. Visto desse horizonte, a permanência de relações não capitalistas junto ao estabelecimento do regime de salariedade pode ser compreendida como uma estratégia capitalista que oxigena as possibilidades de sua expansão no campo por intermédio da extração da renda e dos lucros gerados pela posse da terra que, nesse caso, pertence ao camponês.

No agronegócio da avicultura de corte industrial, a apropriação da renda da terra, por meio do sistema de integração, pressupõe uma reprodução estratégica para o capital no campo em que o caráter social e produtivo da produção familiar camponesa foi preservado como via diferencial e complementar à acumulação via relações tipicamente capitalistas. No agronegócio avícola, no que se refere à etapa da produção agropecuária, participam do sistema de integração tanto a produção de base empresarial como a produção de base camponesa.

No âmbito das relações tipicamente capitalistas, caracterizadas pela parceria entre empresários rurais e empresas integradoras, nota-se que o número de integrados é menor, o que não significa que a produtividade desses seja pequena. A integração da agricultura empresarial é priorizada pelos circuitos produtivos avícolas mais dinâmicos e complexos, com atuação voltada para os grandes mercados. Nessas circunstâncias, a agricultura empresarial, dispondo de ampla estrutura produtiva e de grande aparato tecnológico, alcança elevados índices de produtividade e consegue, com um pequeno número de produtores e com uma grande produção, suprir as demandas da empresa integradora.

A produção camponesa, por sua vez, embora com uma produtividade menor, apresenta-se nos circuitos produtivos avícolas com um número maior de integrados. Participando dos circuitos produtivos que atuam nas lacunas que os grandes circuitos, ao

priorizarem os grandes mercados, deixam nos mercados locais e regionais, a agricultura familiar camponesa responde pelo que podemos chamar de pequena produção.

Na avicultura de corte industrial, os fatores que determinam a classificação da produção, ou seja, se ela se trata de uma produção grande ou pequena, não estão relacionados exatamente com o tamanho do estabelecimento agropecuário, mas com a capacidade produtiva da estrutura de produção avícola instalada nesse estabelecimento. É preciso ter em mente que, embora a avicultura de corte industrial brasileira apresente simetrias e tendências gerais, há variáveis operacionais e organizativas, nos diversos contextos socioterritoriais em que ela se realiza, que inferem parâmetros específicos para a classificação dos produtores e da produção. Tomando como referência as particularidades da realidade construída pela prática da avicultura industrial na Paraíba, compreendemos como pequeno produtor o sujeito, cuja estrutura produtiva possui aviários com capacidade para o alojamento de até 30 mil aves por lote; como médio produtor aquele que dispõe de estrutura produtiva suficiente para o alojamento de 30 a 60 mil aves; e como grande produtor os responsáveis pelo alojamento de mais de 60 mil aves.

A agricultura empresarial, na qual se inserem, sobremaneira, os grandes e os médios produtores, é aquela em que a lógica econômica aparece descolada da lógica da reprodução social como condição imanente à estadia na terra, porque a centralidade das relações está basicamente na maximização da taxa de lucro (PAULINO; KRÜGER, 2010). Nessa visão, o estabelecimento agropecuário é, antes de lugar de existência social, espaço de produção de valor e as lógicas de funcionamento internas são, por consequência, tipicamente capitalistas (trabalho assalariado, busca por competitividade e produtividade, priorização de uma única atividade em detrimento da diversidade produtiva, entre outros aspectos).

A participação da agricultura empresarial nos circuitos produtivos do agronegócio avícola no estado da Paraíba, ao contrário do que supõem as teses evolucionistas, não tem origem na transformação do pequeno produtor camponês que se modernizou e tornou-se um empresário rural. Os grandes e os médios produtores da agricultura empresarial já se inserem nos circuitos avícolas como investidores. São, em sua grande maioria, capitalistas com atuação já consolidada em outras atividades econômicas, sobretudo urbanas, e que veem na avicultura uma possibilidade para expandir as vias de obtenção de lucro.

Ao se integrarem às empresas avícolas, esses sujeitos transformam a unidade de produção agropecuária em uma unidade microeconômica do circuito produtivo avícola, que passa a seguir a mesma racionalidade de qualquer outra empresa capitalista. Dessa forma, uma das determinações estruturais das relações tipicamente capitalistas na avicultura de corte

industrial é o regime de salariado. De acordo com informações levantadas *in loco*, a agricultura empresarial chega a empregar entre 5 e 10 trabalhadores na escala de produção agropecuária, cuja origem social é diversa, havendo desde trabalhadores rurais que já lidam com outros tipos de atividades agrícolas, até trabalhadores urbanos que se deslocam todos os dias para trabalhar nos aviários localizados na zona rural e nas áreas próximas ao perímetro urbano dos municípios.

A racionalidade capitalista empregada na organização do trabalho e da produção é estratégica para os grandes circuitos avícolas que, por se inscreverem em uma escala de mercado maior, dependem também do rápido ajustamento da base agropecuária para racionalizar custos e maximizar lucros. A agricultura empresarial dispõe de capital de giro e isso é essencial para dar flexibilidade e rapidez aos ajustes necessários frente às mudanças técnicas exigidas pelos grandes mercados nacionais e internacionais no processo de reestruturação produtiva do capital.

Esse aspecto qualificador da participação da agricultura empresarial nos circuitos produtivos avícolas paraibanos não implica a exclusão da produção camponesa, nem a diminuição de sua importância para a reprodução do capital na avicultura de corte industrial. Se por um lado a agricultura empresarial vai se concentrando nos grandes circuitos e tornando-se a grande absorvedora das transformações técnicas no campo, por outro, a agricultura familiar camponesa vai se reproduzindo, ocupando os circuitos locais e regionais que também são impactados, em dimensões e intensidades diferentes, pelos imperativos da reestruturação produtiva do capital na avicultura, que se propaga pela racionalidade do mercado. Nessas condições, a agricultura familiar camponesa, embora absorva com uma velocidade menor as inovações, tem uma participação mais efetiva na territorialização das mudanças, pois, além de participar em maior número nos circuitos avícolas, encontra-se com uma espacialização mais ampla.

Formam-se, assim, os contornos de uma parceria capital-camponês, mediada por uma relação de interdependência, que imprime complexidade à reprodução das relações sociais de produção no campo, em que a avicultura de corte industrial se expande. Nessa associação com o capital, o camponês não responde como se fosse um modelo socioprodutivo imutável, incapaz de assimilar mudanças. Na medida em que se evidenciam as possibilidades que lhe permite se reproduzir no seio da articulação com o agronegócio, o camponês obtém, além da renda familiar, a entrada, em seu território, das contradições e dos conflitos que são inerentes ao desenvolvimento do capitalismo.

Dessa forma, essa relação contraditória de interdependência entre as necessidades de produção do capital e de reprodução social da agricultura familiar camponesa faz surgir um novo e emblemático conjunto de elementos para se pensar a reprodução camponesa e as condições de sua existência e recriação, diante do domínio do capital cristalizado pelo sistema de integração e do seu favorecimento aos objetivos do agronegócio. A essas questões, daremos destaque nos capítulos que se seguem.

CAPÍTULO III

A AVICULTURA DE CORTE INDUSTRIAL NO ESTADO DA PARAÍBA: TRANSFORMAÇÕES SOCIOPRODUTIVAS E EFEITOS TERRITORIAIS

No estado da Paraíba, a forma como figura a evolução da avicultura de corte industrial nos permite datar a reestruturação produtiva como um movimento que emerge no final da década de 1970 como produto direto da articulação do Estado com o capital privado, que se desdobrou em uma trama socioprodutiva e territorial marcada pela seletividade espacial (dos territórios de produção) e social (dos sujeitos envolvidos). Sob o ideário estatal da modernização do campo, a tentativa de expandir e de consolidar as bases capitalistas na avicultura paraibana transcorreu impulsionada pela concepção de que a agricultura empresarial era a única força capaz de promover, de forma célere e eficiente, o ajuste técnico-normativo necessário para subscrever a avicultura em um nível acima do patamar de subsistência até então predominante.

Ao colocar a agricultura empresarial como fundamento central do desenvolvimento da avicultura de corte industrial, e desprezar os investimentos produtivos na avicultura de base camponesa, o Estado viabilizou a capitalização e a organização econômica da atividade, como pressupôs. Por outro lado, possibilitou ao capital a criação das bases materiais que, posteriormente, vieram a servir à sua própria expansividade. Isso porque a reprodução capitalista, na avicultura de corte industrial paraibana, primeiro marginalizou a produção camponesa para, em seguida, a partir da década de 1990, dela se apropriar por meio do sistema de integração, o qual sinalizou o afastamento dos investimentos privados da cooperação com o Estado e a ampliação das vias de reprodução do capital no campo, mediante a monopolização do território pelo agronegócio.

Dessa forma, a década de 1990 marca um novo momento da reestruturação produtiva na avicultura paraibana, em que a integração entre empresas avícolas e agricultura familiar camponesa passou a abrir, para o capital, vias de acumulação diferentes e complementares àquelas propriamente capitalistas, em um processo marcado nas décadas subsequentes pela prevalência de novos elementos socioprodutivos disseminados pelo agronegócio, que passaram a fazer parte da reprodução do camponês. Esses elementos, embora compareçam na forma de mudanças que subscrevem o tempo do capital sobre o processo produtivo agropecuário do frango de corte, não definem a organização das unidades camponesas em sua totalidade. A permanência da centralidade, por parte dos produtores camponeses, nos objetivos que norteiam as estratégias de recriação da lógica familiar no campo, é responsável

por mediar a incorporação dos determinantes impostos pelas empresas integradoras e, consequentemente, por redimensioná-los de acordo com as possibilidades internas de sua realização.

Diante desse quadro circunstancial, as ideias discutidas neste capítulo procuram dar destaque à evolução da avicultura de corte industrial no estado da Paraíba a partir da análise da configuração da reestruturação produtiva e dos seus desdobramentos socioprodutivos e territoriais no contexto do campo paraibano. A princípio, tecemos notas acerca da monopolização do território pelo capital na avicultura de corte industrial, aspecto fundamental para compreendermos os rumos da atividade no curso da reestruturação que se segue com a implementação do sistema de integração na Paraíba.

3.1 A monopolização do território na avicultura de corte industrial

Quando tomamos por referência a escala de produção agropecuária na avicultura de corte industrial, consideramos o contexto geográfico em que as relações sociais se materializam e ganham significação. Na sociedade capitalista contemporânea, a expansão do capital no campo é legitimada pelo esforço para tornar o território, território da produção capitalista. Nesse cenário, para Fernandes (2009), os territórios passaram a ser produzidos e destruídos no curso da produção capitalista de forma que, quando as relações sociais capitalistas produzem relações não capitalistas, produzem também territórios não capitalistas. Como isso, ainda conforme Fernandes (2009), ocorre de modo desigual e conflitante, gera, consequentemente, disputas territoriais permanentes.

A expansão do capital no campo é motivada pelo lucro. Isso significa que ela não almeja necessariamente a posse da terra, mas uma forma de extrair da terra o lucro. Naturalmente algumas atividades produtivas desenvolvidas no campo têm a posse da terra como elemento de paridade do lucro. Esse não é o caso da avicultura de corte industrial, ao menos no que se refere à etapa da produção agropecuária do frango de corte, em que o lucro é obtido principalmente pela sujeição da renda da terra, sendo estratégico, mais do que estabelecer territórios de produção do capital, estabelecer formas de monopolização. É desta forma que o capital passa a exercer seu poder e suas formas de domínio sobre uma trama territorial preestabelecida, sem que haja a necessidade de edificar para si um território próprio.

Para Marques (2008), a formação territorial camponesa é diversa, pois resulta de processos históricos complexos que determinam como cada grupo estabelece sua forma específica de “se relacionar com a terra e a natureza, conformando tradições distintas, o que, por sua vez, está intimamente vinculado às relações estabelecidas entre o grupo e as várias

formas de capital e seus respectivos mercados, organizados em escalas diferenciadas” (MARQUES, 2008, p. 70). Nesse sentido, pensar o território camponês é pensar sobre um contexto geográfico específico que não é particularizado por estar isolado, mas porque resulta do encontro de forças internas e externas convulsionadas conforme interesses diversos, e que mesmo assim permanece prevalecente sobre as necessidades de reprodução social da família.

Em se tratando do território da produção camponesa monopolizado pelo capital no agronegócio da avicultura de corte industrial, esse se caracteriza por um sistema de relações existenciais e produtivas que, embora parcialmente incitadas pela demanda externa determinada pelas empresas integradoras, mantém a essência dos processos sociais e econômicos centrada nas necessidades da família. Nesses termos, as demandas do capital no sistema de integração são tidas pelos produtores camponeses como *práxis* cotidiana, isto é, como condição intrínseca à sua reprodução social naquele território. Conforme salientando por Marques (2008, p. 71):

A constituição e o funcionamento da economia familiar camponesa resultam das relações dialéticas que a unidade familiar estabelece com a economia e a sociedade nacional e mundial com o objetivo de utilizar os recursos produtivos de que dispõe, sendo o principal deles o trabalho. Nesse processo, a economia familiar camponesa se diferencia da economia capitalista ao mesmo tempo em que faz parte dela.

Dessa maneira, há, no território camponês, a centralidade de processos preexistentes e incorporados pela dimensão do relacionamento com o capital e com o mercado, que no caso da avicultura de corte industrial se faz presente a partir da integração, mecanismo viabilizador da monopolização do território. Nesse sentido, a monopolização efetivada pelo capital comparece como um conjunto de lógicas que, imersas em territórios da agricultura familiar camponesa, buscam, de forma material e imaterial, meios para mobilizar os recursos competitivos desses territórios e torná-los componentes da realização do capital no agronegócio.

A investida do capital nos territórios da agricultura familiar camponesa determina, portanto, um conjunto de procedimentos que objetivam compatibilizar a dinâmica produtiva interna à necessidade do desenvolvimento do capital. Com essa atuação, não se pretende, necessariamente, romper por completo os equilíbrios preexistentes. Trata-se, pois, de promover formas de subordinação que racionalizem a produção agropecuária sem que se elimine a vantagem competitiva a ela inata: a não centralização, por parte da família, do processo produtivo no lucro, mas na geração de formas de subsistência para as famílias.

Em outros termos, a monopolização reflete formas de apropriação do território, que, segundo Oliveira (2007), coadunam com a capacidade do capital de criar e de recriar estratégias de reprodução que definem e redefinem relações de trabalho e a produção camponesa pela sujeição da renda da terra. Nesse contexto, a monopolização do território comparece como um processo “desenvolvido pelas empresas de comercialização e/ou processamento industrial da produção agropecuária, que sem produzir no campo, controlam através de mecanismos de subordinação, camponeses e capitalistas produtores do campo” (OLIVEIRA, 2012, p. 10).

Nesse sentido, a monopolização não é só uma forma de o capital se apropriar das vantagens de um território já edificado, é também um meio para não territorializar a riqueza e mantê-la sob o controle direto das empresas integradoras. Com esse aspecto, notadamente amparado nas benesses que a monopolização do território permitiu às empresas integradoras, que a avicultura de corte industrial se desenvolveu no contexto agrário do campo paraibano.

Todos os circuitos que atuam na área de estudo têm, na monopolização do território, uma estratégia fundamental. A *Guaraves* foi a primeira empresa a estabelecer a monopolização do território como pressuposto para a produção agropecuária do frango de corte, dando início à produção integrada na RGI de Campina Grande, na década de 1990. Embora a *Guaraves* venha recentemente investindo na territorialização do capital por meio do estabelecimento de unidades de produção própria, ainda possui 50% da produção agropecuária desenvolvida em territórios monopolizados. Além disso, a partir da sua atuação e do que ela legou à avicultura, outras empresas, como é o caso da *Azevem* e da *Frango Dourado*, passaram a ter na monopolização a principal forma de obtenção da matéria-prima necessária ao funcionamento do circuito produtivo. No caso da *Azevem* e da *Frango Dourado*, a monopolização corresponde a cerca de 90% da produção agropecuária que abastece seus circuitos produtivos.

Essa atuação flexível do capital na avicultura, contudo, não deixa de expor contradições que se erguem no limiar da relação de subordinação construída no encontro dos interesses do capital com os territórios da produção camponesa. O agronegócio avícola, tal como tem se configurado no campo paraibano, aparece como um modelo produtivo concentrador da riqueza nas mãos dos agentes capitalistas e propagador de desigualdades socioeconômicas no campo. Tal como se caracterizou, a subordinação do camponês no contexto da monopolização do território, enquanto via concreta de consentimento à entrada do capital nos territórios camponeses, mesmo gerando renda para as famílias, não deixa de estar pressuposta nos interesses da acumulação objetivada pelas empresas integradoras e pela forma

como essas, apoiadas inicialmente pelo Estado, conduziram o processo evolutivo da avicultura de corte industrial.

3.2 O papel do Estado na evolução da avicultura de corte industrial na Paraíba

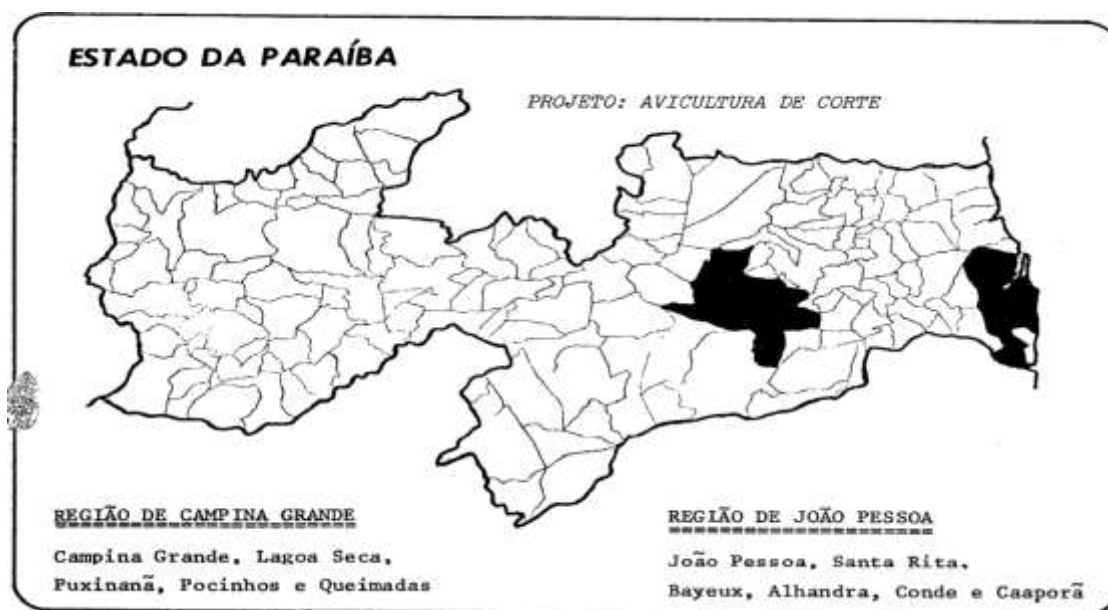
No estado da Paraíba, assim como no Brasil, a avicultura configurou-se por muito tempo como uma atividade artesanal de subsistência pouco rentável e praticada principalmente por pequenos produtores camponeses para quem a atividade, além de fonte de proteína animal e de renda quando comercializada, possuía um valor cultural associado ao modo de vida no campo. Somente no final da década de 1970, sob a influência do desenvolvimento da avicultura de corte em escala nacional, é que são instalados na Paraíba os primeiros sistemas de produção agropecuária voltados exclusivamente para a criação comercial do frango de corte, dando início ao processo de reestruturação produtiva na avicultura e ao surgimento do que hoje configuram-se os sistemas de produção da avicultura de corte industrial.

No contexto do surgimento da avicultura de corte industrial na Paraíba, o Estado teve papel primordial, pois foi o responsável por lançar sobre a avicultura, até então praticada pela agricultura familiar camponesa em caráter de subsistência, as bases técnico-organizacionais de um modelo produtivo centrado na produção em grande escala e com perfil estritamente comercial. De acordo com Araújo (2018), os primeiros empreendimentos da avicultura de corte industrial paraibana surgem a partir de estratégias dirigidas pelo Estado, que, por meio de entidades como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba (EMATER-PB), buscou articular pesquisadores, agentes de assistência técnica e produtores rurais em torno da implementação de sistemas de produção independentes para a avicultura de corte em regiões pré-selecionadas do estado.

Foi dessa forma que, em 1976, a EMATER-PB estabeleceu as primeiras ações extensionistas voltadas para o desenvolvimento da avicultura por meio da implantação de um projeto denominado “Avicultura de Corte”, que visava transformar a avicultura em uma atividade economicamente organizada e altamente rentável. No âmbito desse projeto, foram estabelecidas, em parceria com produtores rurais, diversas ações com vistas à implementação de novos e mais modernos sistemas de produção.

A área territorial do projeto encabeçado pela EMATER (Figura 4) contemplou municípios em duas regiões do estado²⁴: a de João Pessoa, composta pelos municípios de João Pessoa, Santa Rita, Bayeux, Alhandra, Conde e Caaporã; e da região de Campina Grande, composta pelos municípios de Campina Grande, Lagoa Seca, Puxinanã, Pocinhos e Queimadas. A escolha desse recorte espacial se deu em razão de a área já se destacar pela presença da atividade avícola que, embora se reproduzindo através de sistemas de produção artesanais e de instalações simples, começou a ganhar expressividade na medida em que o consumo de carnes e de ovos aumentou nessas regiões, demandando tanto a ampliação da produção local como a demanda pelos chamados “produtos de granja”, os quais já eram vistos como potenciais substitutos para os produtos caipira (EMBRAPA, 1976).

Figura 4 - Área de atuação do Projeto Avicultura de Corte



Fonte: Embrapa (1976).

Os dados do Censo Agropecuário de 1975 apontam a comercialização de aves (galinhas, galos, frangos, frangas e pintos) como uma atividade expressiva em João Pessoa e Campina Grande. Em João Pessoa, nesse período, foram comercializadas 286.980 cabeças. Já em Campina Grande, os dados revelam a comercialização de 50.921 cabeças. Entre os municípios selecionados na área de abrangência de João Pessoa e de Campina Grande para fazerem parte do Projeto Avicultura de Corte, a comercialização de aves era expressiva,

²⁴ Essas regiões foram selecionadas pelo estado de acordo com critérios relacionadas à avicultura no período, não sendo, portanto, nenhuma regionalização oficial, definida pelo IBGE.

sobretudo, em Alhandra (309.570 cabeças), Conde (150.480 cabeças) e Lagoa Seca (156.787 cabeças) (IBGE- CENSO AGROPECUÁRIO, 1975).

O efetivo de aves nesses municípios, conforme demonstrado na tabela 5, também era expressivo, característica que tornava a área favorável à implementação do projeto de ampliação e de expansão da avicultura, por meio dos sistemas de produção do frango de corte.

Tabela 5 - Efetivo de aves (galinhas, galos, frangos, frangas e pintos) - 1975

Município	Rebanho (cabeças)
João Pessoa	263.245
Santa Rita	28.030
Bayeux	4.402
Alhandra	16.909
Conde	52.949
Caaporã	26.365
Campina Grande	112.546
Lagoa Seca	84.105
Puxinanã	20.721
Pocinhos	15.736
Queimadas	82.257

Fonte: IBGE- Censo Agropecuário (1975). Organizado pela autora (2020).

Nesses municípios, a atuação do Estado por meio da EMATER-PB se deu no sentido de desenvolver, em parceria com os produtores rurais, estratégias para que a avicultura de corte paraibana pudesse se aproximar dos padrões de organização técnica e econômica da avicultura de corte nacional e, assim, dispor de condições para permanecer no mercado que, se por um lado se expandia pelo aumento do consumo, por outro se fechava para a produção local, em virtude da forte concorrência imposta pelos produtos oriundos de outras regiões do Brasil, sobretudo das regiões Sul e Sudeste, até então berço da avicultura de corte industrial brasileira.

Levantamentos e estudos feitos pela EMATER-PB em 1975, e que serviram de base para a implantação do Projeto Avicultura de Corte na Paraíba, apontaram tendências para a atividade, as quais não só foram consideradas no processo de planejamento e de execução das ações extensionistas no âmbito do Projeto, como também serviram para consolidar uma

espécie de racionalidade máxima para todos aqueles que desejavam se aventurar na avicultura de corte no estado, fato que contribuiu para a forma como se configurou a evolução da avicultura de corte industrial paraibana a partir desses primeiros impulsos da reestruturação produtiva encabeçados pelo Estado.

A primeira tendência apontada era de que os pequenos avicultores, por não disporem de condições de competir nos grandes mercados em virtude dos altos custos de produção, iriam terminar por desprezar, a curto prazo, a atividade avícola; a segunda tendência levantada assinalava que, caso os avicultores conseguissem ampliar o plantel avícola e expandir sua capacidade de produção, que era o objetivo das ações extensionistas, abandonariam o Projeto e, em vez da parceria com o Estado, adotariam o modelo empresarial; e, por fim, a terceira tendência apontada era de que os grandes produtores, mesmo enfrentando a grande concorrência com os produtos advindos das regiões Sul e Sudeste, expandiriam seus plantéis e conseguiriam permanecer no mercado.

Partindo desse diagnóstico, as ações coordenadas pelo Estado acabaram favorecendo o desenvolvimento da avicultura de corte empresarial. As determinações implementadas para a estruturação dos sistemas de produção contemplavam, sobremaneira, os grandes e os médios produtores, que eram os únicos com condições financeiras para atender aos pré-requisitos estabelecidos. De acordo com a Circular nº 56 da EMBRAPA, divulgada em 1976, com o propósito de formular um sistema de produção pautado em uma tecnologia avícola viável e economicamente rentável para a obtenção de uma renda líquida máxima para o avicultor, o Projeto de desenvolvimento da avicultura de corte paraibana estabeleceu o perfil ideal do produtor rural apto a participar das ações de extensão, utilizando-se, para isso, dos seguintes pré-requisitos:

- a) O Projeto destina-se a avicultores com espírito empresarial, bem informados, receptivos à nova tecnologia e que explorem aves de corte como Anak, Arbor acres, Peterson, Hyline, Kimber, Cobb, Ross, Hubbard e Dekalb; b) Os avicultores que dispõem de máquinas e equipamentos necessários efetivação das técnicas preconizadas; c) A exploração é a ave de corte, alojadas em lotes de 1.000 aves; d) O rendimento previsto para o presente sistema é: 1,80 kg o peso da ave/viva aos 60/63 dias, conversão alimentar de 1/2,4, mortalidade até o abate de 3%; e) O plantel inicial, para granjas a serem implantadas é de 5.000 aves/corte (EMBRAPA, Circular n. 56, 1976, p. 07).

Dessa forma, os objetivos traçados para a avicultura de corte industrial paraibana, revelando claramente o ajuste do Estado aos propósitos (seletivos e excludentes) da modernização do campo, em marcha na agropecuária nacional, corroboraram para a

capitalização e a tecnificação da atividade. O Projeto Avicultura de Corte não tinha a pretensão de transformar a avicultura, atividade historicamente praticada por pequenos camponeses, em uma atividade economicamente dinâmica capaz de gerar renda e, conseqüentemente, formas de reprodução socioeconômica para esses sujeitos. O que se pretendia era, no contexto geral das ações de modernização do campo paraibano, substituir essa avicultura de base familiar por uma avicultura de base capitalista que pudesse se integrar ao mercado regional e nacional de forma rápida. Para isso, a cooperação técnica estabelecida com médios e grandes produtores aparece como uma estratégia para acelerar a transferência de tecnologias, de normas e de lógicas indispensáveis ao processo de modernização. Dessa forma, a visão inoportuna, propalada sob o baluarte da modernização do campo brasileiro, de que a tecnificação é incompatível com o sistema camponês (PAULINO, 2004), também se dissemina no contexto da constituição da avicultura de corte industrial paraibana.

De acordo com o Assessor Técnico da Empresa Paraibana de Pesquisa, Extensão Rural e Regularização Fundiária-EMPAER²⁵, no que se refere às primeiras ações empreendidas na Paraíba em favor do desenvolvimento da avicultura de corte industrial no estado:

Trabalhava-se, de fato, com grandes e médios produtores. Haviam [sic] pouquíssimos pequenos produtores, pois a ideia que tinha-se [sic], pelo que vinha acontecendo na avicultura nacional e pelos estudos em evidência na época era de que somente os grandes produtores permaneceriam no mercado, ou seja, que seriam capazes de acompanhar a dinâmica do setor (ASSESSOR TÉCNICO DA EMPAER, CAMPINA GRANDE, 17/07/2020).

Nesse sentido, a tendência considerada pela até então EMATER-PB, de que o desenvolvimento da avicultura de corte estaria associado diretamente à ampliação constante do plantel, à inserção de novas tecnologias e ao aprimoramento do sistema de produção como um todo, sedimentou a avicultura de corte sobre a racionalidade do empreendedorismo empresarial enquanto único caminho para se alcançar sucesso no setor avícola, favorecendo, desse modo, o desenvolvimento capitalista da avicultura de corte industrial.

²⁵ A EMPAER foi criada em 2019, por força da Lei n. 11.316, que autorizou a substituição de órgãos como a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba - EMATER/PB; a Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba S/A – EMEPA; e o Instituto de Terras e Planejamento Agrícola do Estado da Paraíba - INTERPA. Isso em favor da criação de uma gestão unificada, com objetivo básico de pesquisar, de programar, de executar e de fiscalizar a política estadual de assistência técnica, extensão rural, e regularização fundiária, com vistas ao desenvolvimento da agropecuária e da pesca (PARAÍBA, 2019).

Em 1977, alguns avicultores, das regiões delimitadas pela EMATER-PB no plano de trabalho, isto é, a região de Campina Grande e a região de João Pessoa, já haviam aderido ao sistema de produção do frango de corte implementado no âmbito das ações extensionistas. Entre os produtores que se interessaram pelo projeto estava o Sr. Ivanildo Coutinho de Sousa, que começou a produzir o frango de corte a partir de uma estrutura produtiva improvisada na *Granja Santiago*, em Guarabira, onde dispunha de uma produção inicial de 300 aves (ARAÚJO, 2018). A partir dos bons rendimentos que obteve, essa produção foi ampliada e, ainda em 1977, o Sr. Ivanildo Coutinho de Sousa fundou a *Guaraves*, empresa avícola que viria a se tornar a maior do setor na Paraíba e uma das maiores do eixo Norte-Nordeste.

A trajetória do fundador da *Guaraves* é semelhante àquela traçada pelos demais produtores rurais, que conseguiram ingressar na avicultura de corte no final da década de 1970, incentivados pelo Estado. Embora nem todos tenham alcançado o mesmo ritmo de crescimento econômico da *Guaraves*, a maioria conseguiu ampliar sua produção e se tornaram grandes produtores independentes, responsáveis por atender a parcelas importantes do mercado consumidor paraibano.

Dessa forma, a tendência apontada pela EMATER-PB, de que a avicultura de corte industrial no estado se fortaleceria na medida em que a produção fosse ampliada pela atuação de grandes e de médios produtores, concretizou-se como resultado tanto do processo de evolução da atividade, como das próprias ações adotadas pelo Estado que, para tentar aproximar os sistemas de produção paraibanos daqueles que vinham se configurando na avicultura nacional, dinamizada pela modernização do campo, acabou favorecendo a avicultura de corte capitalista. Dessa forma, se por um lado a avicultura de corte industrial paraibana conseguiu ampliar a produção e se tornou mais competitiva, por outro se tornou uma atividade seletiva, que distinguiu territórios e produtores rurais. Além de favorecer a concentração espacial nas regiões de João Pessoa e de Campina Grande, a ação do Estado centralizou a avicultura paraibana na cooperação com um grupo restrito de produtores rurais.

Assim, do final da década de 1970 até a década de 1980, a reestruturação produtiva na avicultura de corte industrial paraibana se caracteriza, por um lado, pelo monopólio exercido pela avicultura capitalista que se desenvolveu amparada pelo Estado; e, por outro, pela pequena produção camponesa do frango de corte que se reproduzia mediante sistemas produtivos simples que atuavam nas brechas deixadas pela avicultura capitalista nos mercados locais, sobretudo nas pequenas cidades. Isso foi possível pelo fato de o mercado avícola não ser homogêneo, de forma que, na medida em que a grande produção alcançou uma

determinada parcela de consumidores, abriu espaço para novas demandas, que passaram a ser atendidas por outros tipos de produtores rurais, a exemplo dos produtores camponeses.

Ao longo desse período, a composição dos sistemas de produção da avicultura de corte capitalista apresentou grande dependência externa, de insumos, de equipamentos e dos pintinhos, que eram obtidos junto aos estados de Pernambuco e do Ceará, os quais já se encontravam em estágio mais desenvolvido na prática da avicultura (ARAÚJO, 2018). Nos sistemas de produção da avicultura de corte capitalista, o frango vivo ou abatido era comercializado diretamente com os consumidores, condição que prevalece como forma central até meados da década de 1990. Os grandes produtores abasteciam os maiores mercados, sobretudo na região de João Pessoa; e a avicultura praticada pela agricultura familiar camponesa atendia aos pequenos mercados, constituídos principalmente por meio das feiras livres de cidades do interior do estado.

O incentivo do Estado ao desenvolvimento da avicultura de corte industrial corroborou para a confirmação de mais uma tendência levantada pela EMATER-PB, isto é, a tendência de que, na medida em que ocorresse o crescimento da produção avícola incentivada pela parceria entre o Estado e os produtores rurais, aconteceria o abandono, por parte dos produtores, da cooperação técnica firmada. Araújo (2018) destaca que já em 1978 encontrava-se resistência para o desenvolvimento de ações de extensão voltadas para o associativismo, o que demonstrava o interesse dos produtores rurais em abandonar a cooperação com o Estado para seguir um modelo estritamente empresarial. Nas palavras do autor, em 1978:

[...] iniciou-se as atividades de extensão voltadas ao associativismo das famílias produtoras de aves considerando a necessidade de planejar o escoamento da produção, as condições sanitárias, o beneficiamento e a comercialização, dentre outras questões. Daí surgiram as reuniões sucessivas da extensão rural com os avicultores originando o 1º Jantar do Galo realizado no ano de 1979, no Elite Bar, em João Pessoa-PB, com o intuito de fundar uma cooperativa, tentativa esta frustrada por incredibilidade por parte dos avicultores, os quais justificavam não quererem entregar sua produção a outrem, distinto daqueles com os quais comercializavam após produzirem frangos num período de 60 dias com peso aproximado de 1,30Kg, apresentando ainda, alto consumo de ração (ARAÚJO, 2018, p. 23).

Ao incentivar o desenvolvimento de uma avicultura tipicamente capitalista, o Estado sedimenta a modernização da atividade a partir de características que, em poucos anos, já se encontravam enraizadas, a exemplo do monopólio dos meios de produção em proveito de uma classe de proprietários privados, que já não enxergava a obtenção de lucro sem ser pelo controle direto do processo produtivo e da comercialização do frango de corte. Em 1979, mas

com a finalidade de criar uma entidade de defesa e de representação política, criou-se a Associação Avícola do Estado da Paraíba (AVIEP). No contexto de sua criação, a AVIEP era constituída por dez avicultores, os quais eram assistidos pela extensão rural, e atualmente conta com a parceria de produtores de frango de corte, de fornecedores e de empresas avícolas que atuam no estado (ARAÚJO, 2018), tendo como principal atividade registrada a defesa de direitos sociais.

Do final da década de 1970 em diante, a avicultura de corte paraibana busca se firmar reproduzindo as condições técnico-organizacionais (capitalistas) que lhe assegurou ampliar a participação no mercado, bem como a partir da criação de novos mecanismos estabelecidos, a fim de dilatar as vias de acumulação do capital no agronegócio avícola. É nesse processo que o desenvolvimento desigual e combinado do capital no campo, ao contrário do que supôs o Estado, quando entendeu que a evolução da avicultura de corte industrial seria equivalente à exclusão do pequeno produtor, não elimina a agricultura familiar camponesa da avicultura, mas recria as formas de sua participação na atividade, para que essa pudesse ser, posteriormente, subordinada à avicultura de corte capitalista por meio do sistema de produção integrada. Dessa maneira, o desenvolvimento da avicultura paraibana, baseada a princípio na produção empresarial, não representou a eliminação da produção camponesa, mas a sua marginalização em relação à produção capitalista.

Na década de 1990, a avicultura de corte paraibana se insere em uma nova dinâmica de produção e de crescimento econômico, dada pela adoção do sistema de integração, inicialmente estabelecido pela *Guaraves*, que já figurava como a maior empresa paraibana do setor avícola e já se destacava no processo de monopolização do território, absorvendo como integrados tanto produtores empresariais que começaram a produzir no mesmo período que seu fundador, no final da década de 1970, como produtores camponeses que, antes marginalizados pela expansão da avicultura de corte industrial capitalista, passaram a comparecer a partir desse período como sujeitos fundamentais para a ampliação da produção agropecuária do frango de corte.

O estabelecimento das relações de integração pressupõe, para o Estado, a operação autônoma do capital na avicultura paraibana e, conseqüentemente, a inviabilidade política e econômica para a continuidade das ações de cooperação com o setor, haja vista que essa consorciava formas de regulação para a produção, comercialização e, conseqüentemente, margens de lucro, que se confrontavam diretamente com os interesses da reprodução ampliada do capital, priorizada pelos empresários avícolas em busca de crescimento rápido. Nesse sentido, em termos gerais, a constituição dos sistemas de integração marca um novo momento

da evolução da avicultura de corte industrial paraibana, caracterizado pela emergência de um sistema socioprodutivo alinhado às novas formas de expansão do capital e que assinala a participação da produção camponesa no agronegócio avícola e o afastamento do Estado da avicultura de corte industrial.

3.2.1 A constituição dos sistemas de produção integrada e o afastamento do Estado

Como vimos, no final da década de 1970, a articulação Estado-capital projetou os primeiros cenários para o desenvolvimento da avicultura de corte industrial paraibana, os quais estiveram sobredeterminados pela cooperação técnica estabelecida com a agricultura empresarial, vista como mais propositiva para absorver as racionalidades e as tendências inscritas na ordem da reestruturação produtiva do setor avícola nacional. Favorecida até então pelas mediações estatais, a avicultura de corte capitalista alcança rapidamente dinamismo econômico e, a partir da década de 1990, ingressa em uma nova fase, marcada pela substituição do sistema de produção independente pelo sistema de produção integrada.

A implantação do primeiro sistema de produção integrada no estado ocorreu por iniciativa da *Guaraves*, que adotou um modelo de parceria similar àqueles que vinham se estabelecendo na avicultura de corte nacional. Proporcionando a obtenção de matérias-primas em quantidade e qualidade suficiente para expandir a produção, o sistema de produção integrada favoreceu rapidamente o crescimento da acumulação privada do capital da *Guaraves* que, entre 1990 e 2000, conseguiu aumentar a produção de 40 mil aves para 300 mil aves por semana (GUARAVES, 2020). Além disso, o sistema de integração, ao edificar, no campo paraibano, um estilo de exploração econômico-produtiva e uma materialidade a ele correspondente, abriu caminho para a atuação da *Azevem* e, mais recentemente, da *Frango Dourado*, que junto com a *Guaraves* passaram a compor a tríade da produção integrada da avicultura de corte industrial na Paraíba.

Com a implantação do primeiro sistema de integração na década de 1990, as estratégias privadas de reprodução do capital sobrepõem a determinação capital-mercado à determinação Estado-capital. Os elementos constitutivos da cooperação técnica estabelecida entre os produtores rurais empresariais e o Estado, entre eles o controle sobre a produção e a circulação, tornaram-se obstáculos para o movimento do capital, sedento por mais-valia e autovalorização. Dessa maneira, ao priorizar investimentos em uma estrutura socioprodutiva que se converteu rapidamente em uma estrutura de produção do capital, o Estado, por si próprio, ajudou a criar as forças que o afastaram da avicultura de corte industrial, que passou

a ser vista como uma atividade circunscrita no campo de determinação, de controle e de gestão do capital e do mercado.

Conforme relata o Assessor Técnico da EMPAER, o afastamento do Estado da avicultura de corte industrial se deu no seguinte contexto:

Com a implantação do sistema de integração, vimos que não havia mais possibilidade de continuar com a cooperação técnica estabelecida desde o final da década de 1970, pois os produtores, já inseridos em uma lógica totalmente empresarial, seguiam suas próprias estratégias de produção e de mercado (ASSESSOR TÉCNICO DA EMPAER, CAMPINA GRANDE, 22/07/2020).

Com essa visão, o Estado se afasta da avicultura de corte industrial e passa a priorizar, sobretudo a partir dos anos 2000, a cooperação com a avicultura caipira, ou alternativa, como se popularizou no estado. Diferentemente de sua participação na avicultura de corte industrial, em que priorizou o apoio aos grandes e aos médios produtores, na avicultura caipira/alternativa a cooperação estabelecida visa a atender principalmente pequenos produtores, haja vista que o objetivo, segundo a EMPAER, é o desenvolvimento da agricultura familiar a partir da geração de emprego e de renda no campo. Dessa forma, as ações de apoio à avicultura alternativa envolvem desde o acompanhamento da produção, com a oferta de assistência técnica e de linhas de financiamento, até a abertura de mercado para os produtos (carnes e ovos) por meio de Programas Institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)²⁶.

²⁶ O PAA e o PNAE caracterizam-se como programas intersetoriais com foco na efetivação e operacionalização à necessária associação da produção familiar local e do consumo de alimentos em quantidade e qualidade compatíveis com o conceito de segurança alimentar, conforme definido pela Lei 11.346 de 2006 (CAMARGO; BACCARIN; SILVA, 2013). Desde 2016, ano do golpe político que tirou a presidenta Dilma do poder, a desestruturação das políticas públicas voltadas à agricultura de base familiar tem atingido fortemente o PAA e o PNAE. Segundo dados da Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), ainda em 2016, foi anunciada uma redução orçamentária (40% de cortes) e do número de famílias atendidas (55%) pelo PAA, estendendo-se o desmonte para os anos seguintes. O PNAE também segue sendo desidratado com os cortes subsequentes no orçamento.

Figura 5 - Sistema de produção da avicultura alternativa apoiado pelo Estado em Serra Redonda-PB



Fonte: EMPAER (2020).

Figura 6 - Formação técnica oferecida para produtores da avicultura alternativa em Serra Redonda-PB



Fonte: EMPAER (2020).

Ainda segundo a EMPAER (2020), cerca de 90% das famílias agricultoras da Paraíba trabalham com avicultura caipira, ainda que não necessariamente para fins comerciais. Em 2020, estavam registradas no estado seis cooperativas de avicultura caipira/alternativa, com 250 cooperados e 17 associações, com cerca de 200 sócios. Para o fortalecimento da atividade, a cooperação com o Estado tem sido fundamental, visto que o planejamento da produção e da comercialização implica diretamente em sua rentabilidade.

A partir da cooperação com a avicultura alternativa, o Estado procura enfatizar a questão social como pressuposto central de sua intervenção, mas não deixa de ter suas ações vinculadas as determinações das políticas efetivadas em meio ao propósito da modernização (excludente) do campo. Se na década de 1970, estas determinações o levaram, no âmbito da avicultura paraibana, a fortalecer a produção rural empresarial, a partir da década de 1990 a atuação em torno do desenvolvimento de políticas públicas para a agricultura familiar, não se abstrai dos interesses neoliberais presentes no ideário de desenvolvimento rural projetado pelo capital para o campo brasileiro e pela forma como este pressupõe o discurso da inclusão da produção familiar, enquanto assegura sua reprodução subalterna. Deste modo, mudam-se os cenários, mas o Estado não deixa de agir como componente instrumentalizador da realização do capital.

A nova dimensão sociopolítica do papel do Estado, empenhado agora no apoio à avicultura alternativa, se por um lado tem sido importante para o fortalecimento da produção familiar a partir deste modelo de criação de aves, por outro tem corroborado para um processo controverso de ocultamento das demandas sociais advindas da reprodução camponesa que emerge no interior do agronegócio da avicultura de corte industrial. Isso porque os novos nexos constitutivos da avicultura de corte industrial, sobretudo aqueles demarcados pelo surgimento do sistema de integração, edificaram novas formas para a reprodução do capital na avicultura de corte industrial, em que o camponês comparece como fundamento essencial para ampliação da produção.

Nesse contexto, o Estado, secundarizando a perspectiva de reprodução para o produtor camponês no interior da ordem do capital posta na avicultura de corte industrial, contribui para que o camponês tenha sua particularidade negada e, sendo visto como uma espécie de “apêndice” da empresa integradora, fique desassistido em relação às ações e às estratégias governamentais inseridas no âmbito do desenvolvimento da agricultura familiar. Ao mesmo tempo, o Estado favorece a atuação das empresas que coordenam a produção integrada do frango de corte, deixando-as livres para exercerem seu domínio sobre o território e o camponês.

De acordo com o Assessor Técnico da EMPAER, apenas em 2020 é que passaram a constar, no plano de ações do governo estadual, alguns projetos, segundo ele, reduzidos, cujo objetivo é auxiliar a produção familiar integrada no agronegócio da avicultura de corte industrial. Essas ações, contudo, não foram detalhadas em razão de estarem em etapa prévia de estudos e de se encontrarem no momento paradas, devido à pandemia da Covid-19, não se sabendo ainda, por exemplo, como elas poderão se constituir e qual escala espacial poderão contemplar. Ainda de acordo com as informações coletadas junto à EMPAER, o foco da cooperação do Estado segue sendo a avicultura alternativa.

Enquanto isso, o agronegócio da avicultura de corte industrial segue estabelecendo relações de produção com a agricultura familiar camponesa para ampliar a base produtiva, em um processo configurado pela (re)produção de complexidades alicerçadas sobre as tensões, as possibilidades e os limites de interação entre o desenvolvimento do capital no agronegócio e a reprodução social camponesa.

3.2.2 A consolidação dos sistemas de integração na avicultura de corte industrial paraibana e os contextos recentes da reestruturação

A consolidação dos sistemas de integração na avicultura de corte industrial paraibana remete à concentração de capitais financeiros, industriais e comerciais, aspecto que tem levado as empresas avícolas a direcionar investimentos produtivos para os setores indexados nas etapas de distribuição e de circulação, e a garantir a produção de matérias-primas por meio da parceria estabelecida com produtores rurais, sejam esses oriundos da agricultura empresarial ou da agricultura familiar camponesa, como explicitado anteriormente.

Conforme apontam os dados da Pesquisa da Pecuária Municipal, expostos na tabela 6, o plantel avícola paraibano vem aumentando nos últimos anos e o estado permanece entre os maiores criadores de frango de corte do Nordeste. Entre 2000 e 2020, o plantel avícola cresceu 41,9%, e isso se deve à ampliação dos sistemas de produção da avicultura de corte caipira/alternativa e, principalmente, à expansão da avicultura de corte industrial, que, além de abrir novas áreas de produção, ampliou aquelas já existentes. Segundo a EMPAER, em 2020, do efetivo do rebanho de galináceos contabilizado no estado da Paraíba, a avicultura caipira/alternativa respondia por cerca de 250 mil aves, 2,1% do total. O restante do quantitativo é reflexo do crescimento da avicultura industrial.

Tabela 6 - Plantel avícola na região Nordeste (número de cabeças)

Estado	Efetivo do rebanho		
	2000	2010	2020
Bahia	17.800.125	23.507.740	47.712.933
Pernambuco	16.701.467	23.541.990	46.030.613
Ceará	14.356.659	17.213.918	33.562.449
Maranhão	8.545.249	6.770.719	13.059.215
Paraíba	4.964.292	8.105.471	11.855.565
Piauí	6.822.964	7.759.569	10.963.555
Alagoas	2.439.758	4.052.158	8.823.684
Rio Grande do Norte	2.075.389	2.529.135	7.925.441
Sergipe	2.797.900	5.079.846	5.594.029
Nordeste	76.503.803	98.560.546	185.527.484

Fonte: Pesquisa da Pecuária Municipal (2000, 2010 e 2020). Organização da autora (2021).

Entre os estados da região Nordeste, a Paraíba também se destaca no percentual de abates, dado que revela o desenvolvimento da indústria processadora. Em 2020, no Brasil, foram abatidas 10.206.841 milhões de cabeças, tendo, a região Nordeste, sido responsável pelo abate de pouco mais de 2% do total de aves abatidas. No Estado da Paraíba, assim como nos demais estados, apenas os abatedores de aves que operam sob inspeção federal, estadual ou municipal, são considerados pelo IBGE na Pesquisa Trimestral de abate, que é a base de dados que traça um panorama do abate de animais no Brasil e nas unidades da federação. Desses abatedouros inspecionados na Paraíba, dois destinam-se ao abate do frango caipira e possuem capacidade para abater juntos cerca de 10.000 aves por dia (EMPAER, 2020). Já no que se refere à avicultura industrial, o destaque fica por conta do abatedouro pertencente à empresa *Guaraves*, localizado em Guarabira, e que possui capacidade para abater até 100 mil aves por dia. Foi principalmente a partir do desempenho desse abatedouro que a Paraíba, em 2020, chegou a responder por 0,36% do abate de aves no Brasil.

A *Guaraves* (Figura 7), maior empresa atuante na avicultura paraibana, nasceu em 1977 como um empreendimento privado que, até a década de 1990, funcionou sob a lógica da produção independente. Segundo Correia (2018), nesse período, o sistema independente centralizou os investimentos no crescimento da empresa, permitindo a ela os lucros necessários à ampliação do processo produtivo no futuro. Com o início das parcerias avícolas,

e o consequente aumento da produção, a empresa pôde direcionar investimentos para outras etapas da produção, a exemplo dos laboratórios de pesquisa para melhoria das rações utilizadas (GUARAVES, 2020).

Figura 7 - Sede da empresa *Guaraves*



Fonte: www.guaraves.com.br, Acesso: 12/05/2021.

Inicialmente a *Guaraves* priorizou a parceria com pequenos produtores camponeses, favorecendo o estabelecimento de toda uma materialidade produtiva no campo construída em torno da avicultura de corte industrial. As exigências para participar da integração eram basicamente o interesse em torna-se um produtor integrado. De acordo com um dos primeiros produtores a estabelecer parceria avícola com a *Guaraves*, ainda na segunda metade da década de 1990:

Naquele tempo, para você fazer parte da integração com a *Guaraves* bastava ter um galpão para alojar as aves, era tudo muito simples. Eu entrei na integração em 1996, construí o galpão com material todo aproveitado de restos de construção. Naquele tempo os galpões onde as aves eram alojadas não tinham essa estrutura toda de hoje não, era coisa simples mesmo. Os equipamentos foram a empresa mesmo que forneceu, emprestado [sic], aí a gente tinha a opção também de comprar e ir pagando a cada lote (EX-INTEGRADO DA GUARAVES, POCINHOS, 29/01/2020).

Com essas estratégias, a *Guaraves* conseguiu rapidamente se tornar hegemônica nos territórios da agricultura familiar camponesa, consolidando a avicultura de corte industrial como uma atividade rentável para famílias que até então viviam basicamente da agricultura de subsistência. Com o crescimento da produção de frango de corte por meio da integração, e o redirecionamento de investimentos para o setor industrial, a *Guaraves* começou a investir nos setores de distribuição. No ano de 2008, a empresa inaugurou seu abatedouro próprio, no município de Guarabira, levando-a a atuar como distribuidora do produto *Bom Todo*. Além da distribuidora existente dentro desta unidade industrial, a empresa tem ainda outra distribuidora, no município de Parnamirim-RN.

Figura 8 - Abatedouro da Guaraves em Guarabira-PB



Fonte: www.guaraves.com.br. Acesso: 22/04/2022.

A partir desse momento, a empresa buscou tornar-se mais competitiva, e isso redefiniu as características da parceria estabelecida com os produtores rurais. Nesse contexto, em vez

de priorizar a parceria com os produtores camponeses, a *Guaraves* passou a priorizar a integração com médios e grandes produtores, na intenção de aumentar a produção agropecuária e de torná-la compatível com o ajuste técnico-normativo imposto pelos novos mercados aspirados. Segundo o representante do setor de recursos humanos da *Guaraves*, a empresa tem buscado se consolidar no mercado nacional e absorver frações do mercado internacional, sobretudo na Ásia, e para isso tem focado na parceria com os produtores com maior capacidade produtiva, pois eles facilitam a transferência de parâmetros sanitários e competitivos impostos por esses mercados (REPRESENTANTE DO SETOR DE RECURSOS HUMANOS DA GUARAVES, GUARABIRA, 18/07/2019).

Esse posicionamento reforça o constatado por Correia (2018, p. 248):

Com a pretensão de inserir-se no mercado externo e ampliar o mercado interno em 2010, a *Guaraves* elevou o padrão de exigência referente aos critérios de parceria, tais como: a quantidade mínima de 18.000 aves para iniciar a criação e a modernização dos galpões representando gastos entre R\$ 150.000,00 e R\$ 450.000,00.

Com essa estratégia, a *Guaraves* diminuiu consideravelmente, nos últimos anos, a quantidade de produtores integrados, ao mesmo tempo em que aumentou a produtividade nas unidades produtivas agropecuárias com as quais manteve a parceria. Em 2020, a empresa mantinha parceria com produtores rurais localizados nos municípios de Soledade, Boa Vista, Pocinhos, Olivedos, Montadas, Puxinanã e, principalmente, em municípios próximos a Guarabira, onde a sede da empresa está localizada, a exemplo dos municípios de Cuitégi, Alagoinha e Sapé (GUARAVES, 2020).

Na área espacial recortada para a pesquisa, a *Guaraves* está presente em todos os seis municípios, sendo a principal responsável pela articulação da produção empresarial no sistema de integração.

Figura 9 - Área de integração da *Guaraves* no município de Pocinhos-PB



Fonte: Trabalho de campo (2021).

Pelas informações coletadas em campo, observa-se que, entre os integrados da *Guaraves*, todos são grandes e médios produtores, com plantéis que variam de 40 a 250 mil aves. A estrutura técnica das unidades de produção é composta principalmente pelos sistemas automáticos e semiautomáticos²⁷. Diante do padrão técnico definido pela *Guaraves* para os aviários, embora este contemple também os semiautomáticos, é cada vez mais comum os seus integrados investirem na automação total. As condições exigidas pela empresa para estabelecer parcerias envolvem, de acordo informações do Relatório Técnico Anual da empresa apresentadas por Correia (2018, p.251):

- a) A granja deve estar num raio de 100 km de Guarabira-PB ou Natal-RN;
- b) Ter acesso (a carros com capacidade de carga mínima de 18.000kg), a energia elétrica trifásica, a água potável com parâmetro de consumo humano e em quantidade suficiente (15 litros de água por ave alojada);
- c) Número mínimo para iniciar a criação é de 18.000 aves;
- d) A granja deve está localizada na Zona Rural, no mínimo de 2 km da

²⁷ Na avicultura de corte industrial, o processo produtivo transcorre mediante três modelos técnicos: o manual, o semiautomático e o automático. No modelo manual, todo o manejo é dependente da força de trabalho exclusivamente humana. Os sistemas semiautomáticos combinam equipamentos manuais e automáticos, comparecendo com um modelo intermediário ideal para quem não tem capital suficiente para investir nos sistemas totalmente automatizados. Já no sistema automático, ocorre a automação total do processo produtivo, que passa a contar com equipamentos técnicos controlados por computadores e máquinas.

Zona Urbana;

e) O aviário deve ser construído com colunas pré-moldado e cobertura de telhas, canal (barro-pressão-positiva), ou Brasilit (com forro-pressão-negativa);

f) Piso cimento.

Na medida em que a *Guaraves* começou a priorizar os médios e os grandes produtores, consequentemente abriu espaço para a atuação da *Azevem* e da *Frango Dourado*, que passaram a absorver os pequenos produtores camponeses excluídos do circuito produtivo da *Guaraves*.

A *Azevem*, figura 10, assim como a *Guaraves*, é uma empresa paraibana que surge a partir do sistema de produção independente. Criada em 1987, no município de Montadas-PB, a proposta inicial era a produção de frangos para serem comercializados vivos junto a abatedouros localizados no estado da Paraíba, de Pernambuco e do Rio Grande do Norte. No final da década de 1980, a avicultura de corte industrial já vinha ganhando destaque na Paraíba por meio da atuação da *Guaraves*, fato estratégico para a atuação da *Azevem*, já que, na medida em que se estabelece no campo uma racionalidade produtiva avícola, torna-se possível para essa empresa recém-criada estabelecer também parcerias com produtores integrados. De acordo com Alexandre Santos (2014), o surgimento da *Azevem* se deu em razão da descoberta, pelo empreendedor Erivaldo Miranda Araújo, o fundador, de um nicho de mercado promissor para a região.

Figura 10 – Sede da empresa Azevem em Montadas-PB

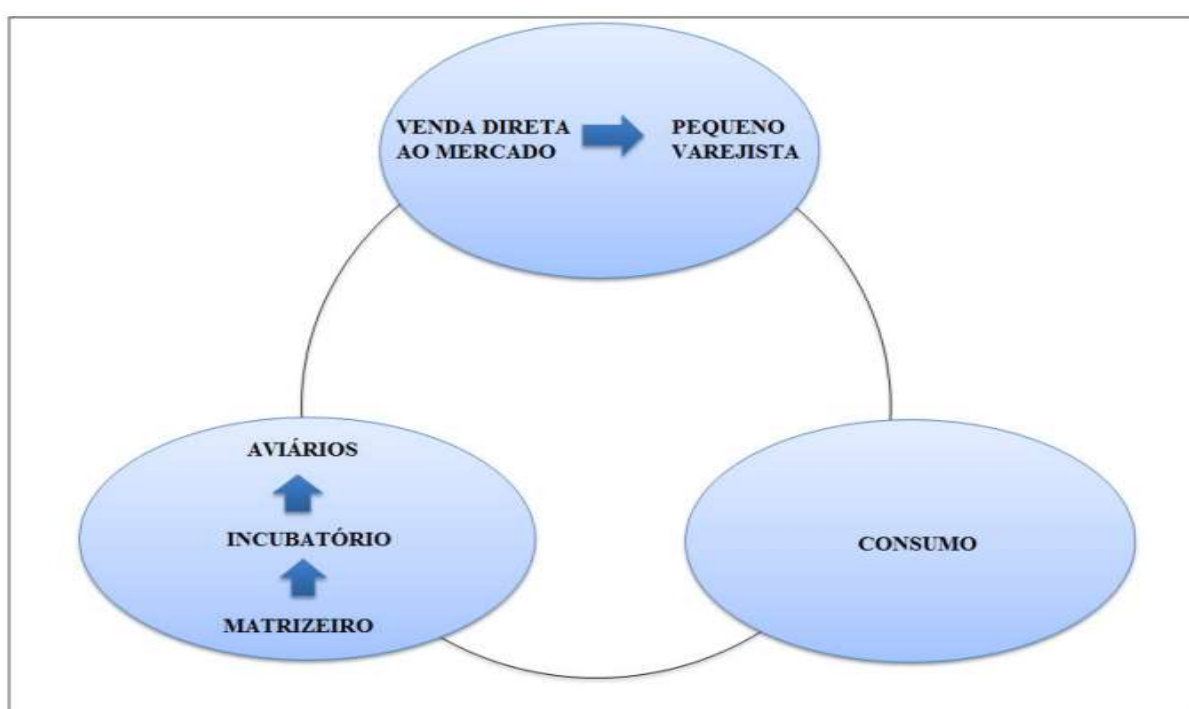


Fonte: Trabalho de campo (2020).

Ainda na década de 1990, a empresa adota o sistema de integração, incorporando aqueles produtores camponeses que iam ficando de fora do circuito produtivo da *Guaraves* e que já possuíam toda uma infraestrutura montada. Esses produtores, além de disporem do aviário e dos equipamentos, tinham experiência com o manejo, o que facilitava a participação na integração.

Nas últimas duas décadas, a *Azevem* buscou ampliar sua área de produção, e investiu em estrutura produtiva para dar suporte a essa etapa da produção do seu circuito (figura 11).

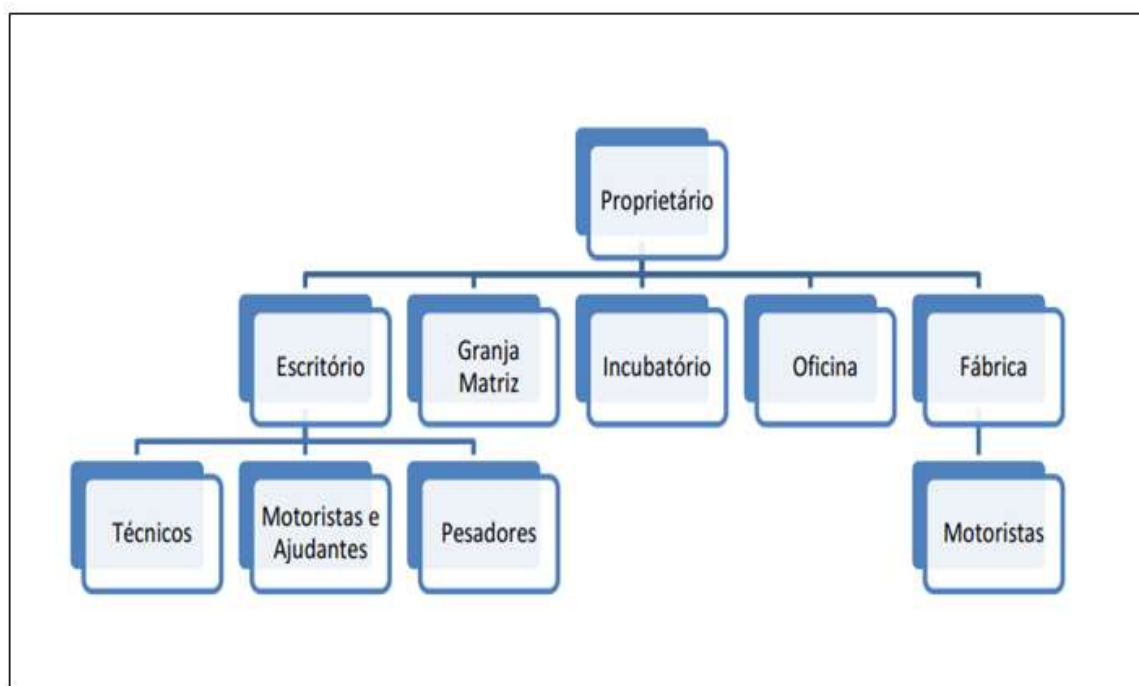
Figura 11 - Circuito produtivo da Azevem



Fonte: Buriti (2016).

Na esfera da distribuição da produção, a empresa ainda não conta com unidades abatedoras próprias, comercializando o frango vivo junto a grandes e a pequenos abatedouros, responsáveis pela venda de cortes e de processados. Dessa forma, a empresa tem se especializado na produção propriamente dita, concentrando investimentos na oferta de um produto competitivo, pois, assim, terá as portas dos mercados locais e regionais, abertas. No âmbito das atividades desenvolvidas pela empresa, destacam-se aquelas voltadas para administração, serviços financeiros, abastecimento e operação da fábrica de ração, manejo no incubatório e serviços de apoio. No esquema abaixo, temos os setores, as atividades e os serviços da empresa apresentados em sua hierarquia de gestão.

Figura 12 - Estrutura de operação interna da Azevem



Fonte: Alexandre Santos (2014).

Com relação à produção agropecuária do frango de corte, essa é garantida pela parceria com médios, e principalmente, pequenos produtores camponeses integrados. A flexibilização quanto à densidade técnica dos aviários que compõem seu circuito produtivo é favorável à participação da agricultura familiar camponesa, que dispõe de uma infraestrutura produtiva com menor presença dos sistemas automáticos.

Há mais de 20 anos no mercado, a *Azevem* em 2014, conforme retratado em Buriti (2016), firmou um contrato de arrendamento com a empresa avícola cearense *Cialne*, no qual ficou estabelecido o arrendamento de toda sua estrutura produtiva, incluindo a possibilidade da *Cialne* dar continuidade aos contratos de parceria já firmados, a contento do integrado. A *Cialne* procurou estabelecer uma racionalidade produtiva assentada no grande e médio produtor, o que inviabilizou a sua permanência no circuito produtivo preconfigurado pela *Azevem*, pois as vantagens adquiridas pela *Azevem* se davam, sobretudo, pela relação estabelecida com a agricultura familiar camponesa e com a atuação nos mercados desassistidos pela *Guaraves*. Isso levou à saída precoce da *Cialne* da avicultura de corte industrial paraibana, em 2017, e ao retorno imediato da *Azevem*, que restabeleceu as parcerias com os pequenos produtores camponeses. Atualmente, a *Azevem* mantém parceria com produtores integrados localizados em Pocinhos, Olivedos, Boa Vista, Montadas, Puxinanã,

Campina Grande, Alagoa Nova e Taperoá, sendo maior, a participação de integrados, em Pocinhos, Puxinanã, Montadas e Olivedos.

Já a *Frango Dourado* (figura 13) é uma empresa pernambucana do município de Carpina-PE, criada no ano de 2000, e que começou a atuar na avicultura de corte industrial paraibana a partir de 2011, também fazendo uso do sistema de integração. A empresa atua no comércio de aves vivas e processadas, tendo como foco principal a etapa da distribuição, que é dinamizada pela expansão de frigoríficos, tanto em municípios de Pernambuco, como da Paraíba.

Figura 13 - Empresa *Frango Dourado* (Pernambuco)



Fonte: <https://www.instagram.com/frangodouradoalimentos/?hl=pt>. Acesso: 12/09/2021.

Figura 14 - Etapa de processamento e marca da empresa *Frango Dourado*



Fonte: <https://www.instagram.com/frangodouradoalimentos/?hl=pt>. Acesso: 12/09/2021.

Ao centralizar investimentos, sobretudo, na etapa de distribuição, a empresa torna-se altamente dependente das parcerias estabelecidas com produtores rurais, e entre esses os camponeses, para aquisição da matéria-prima necessária. Já os integrados, por sua vez, veem, na parceria com essa empresa, além daquilo que é imediato em suas urgências, isto é, a possibilidade para legitimar os mecanismos de acesso à renda familiar, uma alternativa que amplia as vias de participação nos circuitos produtivos avícolas por meio de níveis técnicos intermediários entre a elevada e a baixa tecnificação. Dessa forma, a atuação da empresa *Frango Dourado* ilustra bem o fato de que, na avicultura de corte industrial paraibana, não existe uma progressão linear da reestruturação produtiva, nem a exclusão inevitável do produtor camponês no curso de sua processualidade. Isso porque o capital faz da modernização técnica não o fator de homogeneização, mas de diferenciação, que potencializa sua capacidade de flexibilizar-se e de compatibilizar-se em diversas escalas, de acordo com os recursos materiais dispostos, o que permite, na dialética da exclusão-criação, dilatar suas formas de acumulação.

No estado da Paraíba, além de atuar fortemente nos territórios da agricultura familiar camponesa na escala de produção agropecuária, a *Frango Dourado* atua também com a filial FRIPAL - Frigorífico Paraibano LITA, que localiza-se na cidade de João Pessoa e é

responsável pelo abate e processamento das aves alojadas nas unidades de produção agropecuária localizadas no campo paraibano.

No sistema de integração, a *Frango Dourado* tem buscado atuar na Paraíba utilizando-se de espaços deixados pela *Guaraves* e pela *Azevem* no território e no mercado. Dessa forma, busca estabelecer parcerias com produtores camponeses que, embora seguindo a lógica familiar da produção, já possuam capacidade de investir e de melhorar a estrutura de produção. De acordo com um dos produtores entrevistados, que é integrado a essa empresa:

Se comparado com o sistema de integração da *Guaraves*, a *Frango Dourado* é menos exigente, possibilita o produtor ingressar por exemplo com uma capacidade de alojamento menor, de 10 mil aves. Se comparado com o sistema de produção da *Azevem*, a *Frango Dourado* é mais exigente, adota medidas de controle sanitário, por exemplo, mais rígidas. Então, para resumir, podemos dizer que a *Frango Dourado* é um meio-termo entre as duas, possibilitando pra gente que é integrado mais uma opção de integração (PRODUTOR CAMPONÊS INTEGRADO, POCINHOS, 22/11/2019).

Dessa forma, mesmo a *Frango Dourado* inscrita em uma racionalidade mais complexa do que a *Azevem*, porque já opera tendo o domínio da etapa da industrialização, essa empresa mantém a integração com produtores camponeses em razão, primeiro, da grande dependência externa de matéria-prima que possui, já que não dispõe de sistemas próprios de criação no estado; e, segundo, pelo fato de a produção camponesa conseguir, à sua maneira, agregar aspectos qualitativos ao frango produzido, de modo a tornar a integração vantajosa e favorável à competição da empresa no mercado paraibano e nordestino.

O que se percebe, portanto, é que as três principais empresas que atuam na avicultura de corte industrial paraibana estabelecem, involuntariamente, complementaridades em suas formas de atuação. Cada uma delas, a partir de racionalidades específicas, vai condicionando o processo de participação e de reprodução camponesa no contexto do agronegócio da avicultura de corte industrial. No caso da *Guaraves*, a produção camponesa é simplesmente excluída para dar lugar à produção empresarial, capaz de atender, de forma mais rápida, às novas necessidades de reprodução do capital. Na medida em que ocorre essa exclusão, ocorre um processo de reabsorção dessa produção pelas empresas *Azevem* e *Frango Dourado*.

3.3 Os territórios camponeses na produção integrada com o agronegócio da avicultura de corte industrial: a organização da produção e do trabalho

Os vínculos estabelecidos entre os produtores camponeses e as empresas avícolas integradoras, ao mesmo tempo em que viabilizaram a conversão dos territórios camponeses em arenas da produção agropecuária para o agronegócio, permitiram ao produtor camponês formas de permanecer no campo. Nessa relação, assim como conserva a sociabilidade camponesa tal como é para dela se beneficiar, o capital também não pode aceitar redução de lucro. Por isso, a relação de integração acontece sempre mediada pela subordinação que permite às empresas integradoras o controle sobre a produção agropecuária do frango de corte, da qual dependem para alimentar as demais etapas do circuito produtivo avícola.

Nesse contexto, quando o produtor camponês permite a entrada, em seu território, das lógicas e relações inerentes à produção do agronegócio, não entende esse processo como se estivesse deixando de ser camponês para se tornar parte do complexo agroindustrial. Assim, à medida que precisa garantir a sobrevivência e a permanência da família no campo, o produtor camponês se integra às empresas avícolas, pois as enxerga como uma possibilidade de venda certa para o que ele produz, o frango de corte. Dessa forma, o território camponês se abre para a monopolização do capital por uma necessidade socioeconômica de reprodução da família, que acaba se tornando uma possibilidade aberta para a expansão do capital.

Quando observamos apenas a exterioridade das relações de produção integrada entre camponeses e empresas avícolas, a tendência é considerar a condição camponesa parte da condição capitalista. A partir dessa perspectiva, a força social e política camponesa passa a ser subvertida ao véu do capital e renegada. Contudo, na medida em que o produtor camponês conserva a propriedade da terra e nela trabalha com a mão de obra familiar, e para garantir as necessidades da família, a racionalidade camponesa permanece na interioridade do seu território.

A monopolização do território estabelecida pela *Guaraves*, mesmo com toda força capitalista alicerçada, não levou à transformação dos produtores camponeses em grandes e médios produtores rurais empresariais. Ela os substituiu. Nesse processo, gerou excedentes de força de trabalho, que passaram a ser absorvidos por novos investimentos produtivos do capital na avicultura, a partir da atuação das empresas *Azevem* e *Frango Dourado*. Nos territórios camponeses, essa atuação do capital é tomada em uma dimensão mais complexa e móvel, porque tanto impõe os fatores de mudanças, como depende da essencialidade do modo camponês de fazer agricultura.

Conforme constatado em campo, na maioria das unidades produtivas camponesas integradas ao agronegócio avícola, 89,3%, prevalece a força de trabalho familiar. Nas unidades produtivas camponesas onde foram constatados trabalhadores externos, esses são todos temporários e informais. A contratação (temporária e informal) de trabalhadores externos quando acontece é sempre nos quinze primeiros dias do período de engorda das aves, em que há a necessidade de cuidados mais intensivos com o sistema de aquecimento dos aviários. A quantidade de trabalhadores externos, contudo, é pequena, varia entre um e dois.

Com relação à organização interna do trabalho familiar empregado na atividade avícola, essa conta com a participação média de três membros da família, que é composta em grande parte de três a seis pessoas. Observou-se que há uma divisão das atividades por sexo, ficando os homens (geralmente pais e filhos) responsáveis pelo trabalho interno dos aviários, ligado ao abastecimento de ração e de água para as aves; e as mulheres (as esposas dos proprietários dos aviários) responsáveis pela higienização dos equipamentos (figura 15) e das áreas externas que ficam no entorno dos aviários (figura 16).

Figura 15 - Sistema de bebedouros e de comedouros dos aviários



Fonte: Trabalho de campo (2021).

Figura 16 - Áreas do entorno dos aviários



Fonte: Trabalho de campo (2021).

A jornada de trabalho nos aviários é intensa, exigindo cuidados diários integrais de 24 horas no manejo das aves, sobretudo nos primeiros dias do lote. Dessa forma, os membros das famílias optam por criar entre eles escalas de trabalho para facilitar o manejo. De acordo com um dos produtores camponeses entrevistados:

A avicultura é uma prisão porque aqui não podemos sair todos de casa de uma vez, sempre tem que ter uma pessoa [sic] para tomar conta do aviário. No começo do lote mesmo, acontece de ter que olhar a ração de hora em hora para não acontecer nenhum desabastecimento (PRODUTOR CAMPONÊS INTEGRADO, PUXINANÃ, 30/01/2020).

Cientes disso, os produtores camponeses compreendem que esse se trata do tempo e dos padrões determinados pelo capital sobre o trabalho familiar. No entanto, veem, na intensificação do trabalho, uma forma de aumentar a renda da família, pois, embora o esforço empreendido se converta na elevação dos lucros para as empresas, para os camponeses significa mais possibilidades para agregar valor ao frango de corte produzido na unidade produtiva agropecuária e para esse valor retornar a eles por meio do pagamento feito pelas integradoras pelo Kg da ave ao final do lote. Segundo os produtores, um bom manejo interfere diretamente na produção por intermédio do ganho elevado de peso das aves, de modo que o

trabalho intensivo da família proporciona um equilíbrio melhor entre o consumo de ração e a engorda das aves, permitindo uma renda maior.

Quando questionados sobre a condição que ocupam nas empresas integradoras, 76% dos produtores camponeses integrados pesquisados afirmaram não se sentirem parte da empresa, e sim trabalhadores e produtores do campo que produzem um produto, o frango de corte, que é comercializado junto as integradoras. Cerca de 87% deles afirmaram ainda não terem conhecimento da totalidade do processo produtivo, o que deixa claro que, para esses sujeitos, a atividade avícola é algo que começa e termina na escala de produção agropecuária.

A análise da renda familiar dos produtores camponeses integrados mostrou que, embora nesses territórios haja esporádica ou permanentemente a prática de outras atividades produtivas, essas são todas em caráter secundário e pouco significativas no que se refere ao sustento financeiro da família. Todos os produtores camponeses entrevistados afirmaram ter na avicultura a fonte de renda principal da família. Desses, 74% alegaram praticar atividades secundárias de forma permanente, a exemplo de pequenas criações de caprinos, de ovinos, de bovinos e de suínos. Já 26% dos entrevistados alegaram desenvolver outras atividades produtivas de forma temporária, sobretudo no período chuvoso, quando praticam a agricultura de subsistência por meio do plantio de feijão, de fava, de milho e de batata. Além disso, comparecem como complemento da renda programas sociais do Governo Federal, a exemplo do Programa Bolsa Família²⁸ que, embora não tenha foco exclusivo no rural, tornou-se uma política social importante para os camponeses de baixa renda, que sofrem com as variações da renda gerada pela avicultura.

A renda gerada pela avicultura de corte industrial é variável, pois depende de uma série de fatores, tais como: a capacidade de alojamento do aviário, a quantidade de aves alojadas pelas integradoras, a proporção da taxa de conversão alimentar, o valor pago pelas integradoras pelo Kg do frango, a taxa de mortalidade, entre outros. Assim, em unidades produtivas que alojam entre 10 e 15 mil aves, perfil predominante dos produtores camponeses pesquisados, o rendimento médio (excluídos os custos de produção e a mortalidade) para um período equivalente a um mês e meio, que é quando finaliza-se todas as operações relacionadas a um lote, chega a variar de 4.000 a 7.000 reais. Esse valor, que inclui além do preço pago pelo frango de corte, o obtido com a venda da cama do aviário, que é comercializada como matéria-prima para ração bovina, deve ser gerenciado para garantir o

²⁸ Em 2021 foi sancionada a Lei 14.284, que institui o Programa Auxílio Brasil em substituição ao Programa Bolsa Família.

sustento da família durante ao menos três meses, período que abarca o lote ativo e o intervalo entre o próximo.

De acordo com um dos produtores camponeses entrevistados:

Não temos aqui na região condições favoráveis para viver da agricultura. São muitos anos seguidos de seca, quando se planta e se lucra alguma coisa é nos poucos meses de chuva, se fosse depender disso já tínhamos morrido de fome. Com essa dificuldade todinha [sic] que nós enfrentamos, entrar na avicultura é uma saída para obter o sustento da família. Eu não espero ficar rico criando frango, conseguindo o da feira já é uma vantagem, porque se a gente for pensar, quem não lida com frango nem isso consegue. Se for depender de roçado mesmo, é uma situação difícil demais (PRODUTOR CAMPONÊS INTEGRADO, MONTADAS, 22/11/2021).

Essa argumentação expõe a visão de muitos camponeses integrados. Apesar de parecer, a princípio, cômoda essa posição, não deixa dúvidas sobre as reais condições de vida no campo e como elas são férteis aos contextos coordenados pelos interesses capitalistas que se edificam para a reprodução camponesa por meio do sistema de integração avícola.

Dessa forma, o nível de complexidade alcançado no limiar das relações entre a agricultura familiar camponesa e as empresas avícolas integradoras torna estreita e questionável a ideia de que o adentro do capital em relação aos territórios camponeses é constitutivo da metamorfose desses sujeitos. Para os produtores camponeses, o ingresso no sistema de integração se dá fundamentalmente em razão da possibilidade de obter uma renda certa para poder manter o sustento da família. Os principais motivos elencados por eles, no que se refere ao ingresso na atividade, foram: a garantia da renda familiar, ressaltada por todos os produtores camponeses integrados entrevistados; a venda certa do produto, fator destacado por 20,8% dos entrevistados; e aumentar os rendimentos da família, aspecto salientado por 11,2% deles.

Quanto à exigência por parte das empresas no tocante à estrutura produtiva (tamanho do aviário, quantidade mínima para alojamento, densidade técnica, etc.), cada empresa estabelece um padrão específico, tornando a reestruturação produtiva um processo multifacetado no território. Na avaliação dos integrados, a *Guaraves* é a empresa que exige uma densidade técnica mais moderna e um manejo pautado em maior controle de qualidade. De acordo com um dos produtores entrevistados, na integração com a *Guaraves*: “todo o processo produtivo é rigorosamente monitorado, nada pode fugir do controle e não pode haver imprevistos, temos que garantir o bem-estar das aves, senão ao final do lote não haverá o

resultado desejado” (EMPRESÁRIO RURAL INTEGRADO A GUARAVES, POCINHOS, 30/01/2020).

Tais exigências, segundo a empresa, são para atender às demandas sanitárias dos mercados mais exigentes e uma forma de obter maior produtividade. Nessa perspectiva, a prioridade da *Guaraves* em estabelecer suas formas de controle em territórios da agricultura empresarial é uma estratégia para intensificar a produção agropecuária e torná-la eficiente dentro dos planos de crescimento aspirados pela empresa, que busca se firmar no mercado regional e nacional como uma das maiores empresas do setor avícola.

Na prática, a racionalidade adotada pela *Guaraves* é semelhante àquela que condicionou o seu surgimento no final da década de 1970, quando se acreditava na tese de que só por meio da grande produção agropecuária que seria possível permanecer no mercado avícola, cada vez mais competitivo. Todavia, quando a *Guaraves* prioriza o grande e o médio produtor rural em seu sistema de integração, e os incentiva a ampliar a produção cada vez mais, não está criando, necessariamente, uma força de enfrentamento para a agricultura familiar camponesa, mas para ela mesma.

A tendência é a de que os grandes e os médios produtores, na medida em que ampliem sua produção, abandonem a integração com a empresa e se transformem em produtores independentes ou integradores, absorvendo produtores camponeses a partir do estabelecimento de novos sistemas de integração. Isso porque a busca do produtor empresarial é exclusivamente pelo lucro e, enquanto integrados, esse lucro é controlado pela integradora que, ao ponderar o faturamento da produção pela relação entre o custo de produção e o resultado da produção, e não pelo mercado, impõe formas de controle sobre a margem de lucro do integrado. Dessa forma, percebe-se que a maturidade produtiva pretendida pela *Guaraves* na produção agropecuária do empresário rural como condição ideal ao seu sistema de integração é, também, condição para a destituição dessa integração por meio do processo capitalista de recriação das formas de reprodução do capital no campo.

No caso dos produtores integrados com a *Azevem* e a *Frango Dourado*, o estabelecimento do sistema de integração reflete uma lógica produtiva em que as racionalidades impostas não possuem sua legitimação nelas mesmas, mas constituem objeto de mediação de interesses, tanto de uma parte como de outra. Para o produtor camponês integrado, a manutenção das parcerias, que garantem a renda familiar necessária à reprodução social da família no campo, depende da qualidade dos alojamentos e, sobretudo, do manejo, condição que o leva a adotar as normas e as práticas introduzidas pelas empresas no processo produtivo. Isso para atingir o padrão de racionalização que pressupõe lucro às integradoras.

Entre os integrados dessas duas empresas, o tipo de densidade técnica configurada pela reestruturação produtiva é caracterizado pela presença dos aviários semiautomáticos que combinam, como podemos observar na figura 17, equipamentos manuais e automáticos.

Figura 17 - Aviários semiautomáticos



Fonte: Trabalho de campo (2021).

Desta forma, quando analisamos, do ponto de vista da relação espaço-tempo-técnica, os desdobramentos da reestruturação produtiva, observamos o espaço como produto de temporalidades que se processam edificando densidades técnicas que servem a satisfação das necessidades do capital a cada momento. Isso não significa dizer que a relação social estabelecida entre essas empresas e os produtores camponeses resulte na homogeneização técnica do processo produtivo, uma vez que a reestruturação produtiva não se configura somente pelos ditames do desenvolvimento capitalista, mas também pela forma como adentra e se intercala a realidade camponesa.

A questão da subordinação das relações não capitalistas é um jogo de forças em que as empresas tentam racionalizar a produção sem fraturar o referente que lhes permite o lucro, isto é, a lógica familiar de produção. Segundo os produtores camponeses pesquisados, as exigências postas pelas empresas demandam principalmente a melhoria da estrutura de alojamento e do manejo, e isso, segundo eles, não altera de forma significativa as relações de

trabalho dentro dos territórios camponeses, pois o trabalho permanece sob a responsabilidade da família, cabendo a essa a organização e a intensificação, quando é o caso.

Para Fernandes e Welch (2008, p. 50):

Utilizar a predominância do trabalho da família é valorizar a relação social não capitalista em que as formas de poder são distintas das formas de poder das relações capitalistas. Esta distinção das relações determina o uso do território. A predominância familiar possui uma limitação que é inerente à forma de organização do trabalho. Esta limitação determina a área de produção e, por conseguinte todas as relações que lhe são resultantes, por exemplo: tempo de trabalho, renda, quantidade produzida etc.

Sem a prevalência do lucro como pressuposto central, as inovações absorvidas pela agricultura familiar camponesa são vistas como uma forma de garantir a permanência no campo, ainda que imersas em uma relação de subordinação. Nos quadros da dualidade básica, firmada na leitura do camponês na sociedade moderna, essas questões, que tensionam a reprodução camponesa a partir da produção do agronegócio, tendem a se resolver pela ruptura da produção integrada e estabelecimento de uma produção independente, que permitiria ao camponês retomar a sua autonomia.

Pensando na concretude do fenômeno analisado, acreditamos que a agricultura familiar camponesa que produz a partir dos sistemas de integração produz para o agronegócio, mas não faz parte do agronegócio. Dessa forma, entendemos que criar formas de mobilização e consequentemente de fortalecimento para a agricultura familiar camponesa no contexto de reestruturação produtiva, evidenciada no agronegócio avícola paraibano, perpassa não somente pela saída desses sujeitos da integração e pela busca de modelos produtivos alternativos paralelos ao agronegócio (o que nem sempre é uma opção), mas também pelo reconhecimento de sua representação geográfica e pelo fortalecimento de sua atuação política, fato que possibilitará aos produtores camponeses integrados estabelecerem formas de enfrentamento ao capital que garantam sua reprodução através de bases mais justas e dignas, seja dentro dos sistemas de integração, seja fora deles.

É a partir do momento em que as forças sociais camponesas integradas ao agronegócio avícola encontrarem formas de resistência viáveis e reais que poderão se constituir como forças internas capazes de repercutirem nas relações externas Estado-sociedade-capital e poderão dar centralidade a questões pendentes e contraditórias, a exemplo da não territorialização da riqueza da avicultura industrial nos territórios camponeses e nos municípios em que a atividade se desenvolve.

Trazendo essa questão mais a fundo no próximo capítulo, discutiremos a seguir os processos de constituição e de reprodução da agricultura familiar camponesa no contexto codificado pela relação de interdependência entre a produção do capital no agronegócio e a reprodução social da agricultura familiar camponesa integrada.

CAPÍTULO IV

AS MÚLTIPLAS FACES E OS CONTRADITÓRIOS CONTEÚDOS DA RELAÇÃO DE INTERDEPENDÊNCIA ENTRE A AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA E O CAPITAL NO AGRONEGÓCIO AVÍCOLA

No limiar da abordagem geográfica, definir “padrões” para categorizar a classe camponesa, a partir dos seus modos de relacionamento com o capital, sem recorrer à complexidade prática da realidade socioterritorial impõe o risco de construir uma reflexão analítica indeterminada quanto às diferentes formas de inserção do camponês nas tramas montadas pela expansão capitalista. A maneira como tem se processado a reestruturação produtiva no agronegócio da avicultura de corte industrial na Paraíba reflete e reforça as forças flexíveis da acumulação do capital e como essas, desmistificando qualquer viés homogeneizador, articulam a agricultura familiar camponesa na produção agropecuária do frango de corte por meio do sistema de integração.

Nesse cenário, qualquer interpretação superficial pode facilmente afluir para generalizações alinhadas à ideia extenuante de que o destino social desses produtores camponeses integrados é a exclusão irrevogável a ser sancionada pela “predestinação” do capital de salvaguardar, no curso de sua reprodução, apenas aquilo que converge para os moldes tipicamente capitalistas. Contudo, é essencial especificar, de acordo com a pesquisa realizada que, embora a importância da participação camponesa nos sistemas de integração não esteja devidamente explicitada pelo agronegócio avícola em sua lógica de subordinação reinante, e nem exclamada pelo estilo de mediação social e política do Estado, ela é componente ativo de uma dialética que, entre processos de exclusão e de recriação, fomenta a relação de interdependência entre o camponês e o capital.

A compreensão das faces e dos conteúdos dessa relação de interdependência, foco da discussão apresentada neste capítulo, perpassa seus diversos aspectos constituintes (sociais, técnicos, econômicos, políticos e territoriais) e a forma como eles projetam contextos para se pensar a reprodução camponesa, tanto na perspectiva de sua conformação diante das adversidades empreendidas pelos agentes do capital, como de suas possibilidades de resistir frente a elas. Nesse último ponto, entendemos que a eleição *a priori* de escalas “redentoras” para a resistência, que têm como premissa condicionante a saída do camponês do sistema de integração, coaduna, em certa medida, com a perspectiva da inferioridade política dos camponeses integrados e os subjugam como uma forma organizativa limitada e menos desenvolvida, incapaz de enfrentar, à sua maneira, a ação exploratória do capital.

Se por um lado as ambições analíticas em prol de uma autonomia mais efetiva para a classe camponesa nos tentam também a prescrever a ruptura com o capital no agronegócio avícola, como forma ideal de mediação para a resistência camponesa no sistema de integração; por outro, a convicção de que essas restringem as possibilidades concretas para a mobilização dos produtores camponeses nos faz optar por uma leitura diferente. Aqui, a resistência camponesa é tida como uma unidade de análise e de prática possível dentro e fora dos sistemas de integração, uma vez que resistir é algo intrínseco à condição camponesa, e nesse caso a posição ocupada por ela em relação ao processo capitalista não é, necessariamente, o determinante principal de sua viabilidade.

Desse ponto de vista, considera-se, portanto, que a relação de interdependência configurada pela articulação de demandas sociais da agricultura familiar camponesa e econômico-produtivas do agronegócio é estrategicamente negada pelo capital, que subscreve o pressuposto da dependência unilateral do camponês para assegurar o caráter subalterno de sua participação no sistema de integração. Diante disso, o enfrentamento a essa lógica capitalista, fortemente transpassada sobre os territórios camponeses, envolve a articulação desses sujeitos em torno da edificação de um contexto mais igualitário, o que, a nosso ver, requer a mobilização em prol da organização política coletiva, ação necessária para que se fortaleça tanto a luta interna dos camponeses frente ao agronegócio, como a luta externa qualificada pela reivindicação de melhorias perante o Estado e a sua política fragilizada para com a agricultura familiar camponesa participe dos sistemas de integração da avicultura de corte industrial.

4.1 Dos “anos de glória” à formação capitalista de um excedente de produtores camponeses não absorvidos pelos circuitos produtivos avícolas

Foi particularmente nas duas primeiras décadas dos anos 2000 que a reestruturação produtiva na avicultura de corte industrial paraibana se mostrou mais incisiva em mudanças técnicas e organizacionais. Na Região Geográfica Intermediária de Campina Grande, onde a participação da agricultura familiar camponesa nos sistemas de integração é mais expressiva, as novas exigências do capital avalizaram o aumento quantitativo do volume produzido da matéria-prima (o frango de corte) como fundamento estratégico da reprodução ampliada do capital. Sob esse aspecto, a avicultura de corte industrial entrou em um novo ciclo extensivo de crescimento, caracterizado pelo incremento da base produtiva agropecuária dinamizada

pela ampliação da participação da produção camponesa nos sistemas de integração notadamente entre os anos de 2009 e de 2017.

A avicultura de corte industrial já vinha sendo praticada na RGI de Campina Grande desde as últimas décadas do século XX, quando áreas de produção agropecuárias são instaladas, notadamente, em três dos seis municípios que compõem a área de estudo: Puxinanã, onde a empresa *Azevem* abriu, ainda no final da década de 1980, sua primeira granja de engorda própria e onde estabeleceu, a partir de então, as primeiras parcerias com produtores camponeses via sistema de integração; Boa Vista e Pocinhos, que na década de 1990 já possuíam áreas ativas na produção do frango de corte industrial a partir da integração entre os produtores camponeses e as empresas *Guaraves* e, posteriormente, *Azevem*. A partir do ano 2000, a avicultura industrial segue se reproduzindo de forma concentrada nesses três municípios, mas sem reconhecer quaisquer limites territoriais para sua expansão.

Dessa forma, nos demais municípios que compõem o recorte espacial da área de estudo, embora a atividade tenha demorado um pouco mais para se consolidar entre as principais desenvolvidas no campo, a sua chegada a eles foi gradativa e paralela à maturação e ao processamento dos objetivos capitalistas impostos pelo agronegócio avícola. Foi assim que Soledade e Montadas já se tornaram áreas de produção agropecuária avícola a partir do ano de 2005, e Olivedos, onde a atividade chegou mais tardiamente, em 2011.

Na tabela 7 apresentamos, com base nos dados da PPM realizada pelo IBGE, a evolução do plantel avícola nos seis municípios que compõem a área de estudo, entre os anos de 2000 e 2020.

Tabela 7 - Plantel avícola dos municípios estudados (2000-2020)

MUNICÍPIOS						
Ano	Pocinhos	Olivedos	Puxinanã	Montadas	Soledade	Boa Vista
2000	65.360	1.915	297.902	4.810	3.614	65.985
2001	70.860	2.106	305.000	5.037	2.999	150.000
2002	71.500	1.938	350.750	5.540	3.149	145.300
2003	70.400	1.841	341.800	5.560	3.306	140.000
2004	80.960	1.750	360.000	5.580	12.810	130.000
2005	80.000	2.012	350.000	5.700	32.025	120.000
2006	82.000	2.213	355.200	6.087	33.626	121.000
2007	85.000	2.323	360.000	7.239	36.988	130.000
2008	86.500	2.485	370.000	7.962	73.976	135.000
2009	695.283	2.683	351.500	15.000	82.853	136.200
2010	700.145	3.032	350.500	15.750	78.710	140.300
2011	720.000	4.032	320.000	17.010	93.460	150.000
2012	1.300.000	2.016	300.000	16.159	62.000	140.000
2013	1.272.000	3.157	380.000	21.966	63.249	148.000
2014	1.320.000	30.767	367.000	20.867	76.724	157.000
2015	1.296.800	36.874	353.000	18.780	403.000	140.000
2016	1.220.000	42.385	325.000	20.410	457.915	131.000
2017	1.308.000	185.000	326.800	109.000	551.739	282.000
2018	963.287	176.069	305.000	147.000	612.444	300.000
2019	965.000	178.400	324.000	151.000	610.000	262.000
2020	973.178	186.220	312.000	158.550	621.000	271.000

Fonte: Pesquisa da Pecuária Municipal (IBGE). Organização da autora (2022).

Como podemos ver na tabela acima, no ano de 2009 observa-se um grande salto quantitativo no plantel avícola do município de Pocinhos, que obteve um crescimento recorde de 713,2% em relação ao ano anterior. Em Montadas, também se nota um aumento no plantel nesse mesmo ano, tendo a quantidade de cabeças crescido 88,4%, se comparada com 2008. Com exceção de Puxinanã, onde o plantel retraiu (-5%), houve ainda crescimento em Soledade e Boa Vista.

Entre 2009 e 2017, o município de Pocinhos foi o que mais se destacou no curso da expansão da avicultura de corte industrial, tornando-se inclusive o maior produtor de frango de corte da Paraíba e o recorte espacial em que são mais intensamente sentidas as dinâmicas e as contradições inerentes à atividade. O município apresentou um crescimento positivo contínuo em seu plantel até 2012, quando o rebanho de galináceos atingiu mais de 1 milhão de cabeças. Em 2013, houve uma pequena redução (-2,2%) no tamanho do plantel, que voltou a subir em 2014, quando atingiu sua maior cifra, 1.320.000 cabeças. Em 2015 e 2016, foi registrada uma queda no plantel de -1,8% e -5,9%, respectivamente. Em 2017, o plantel

voltou a crescer, comparando com o ano anterior (+7,2%), tendo alcançado o segundo maior quantitativo da série analisada, 1.308.000 de cabeças. A partir de 2018, contudo, observa-se em Pocinhos uma queda brusca no plantel, que atinge o menor quantitativo desde 2012.

Em Puxinanã, município que até 2008 possuía o maior plantel da RGI de Campina Grande, a quantidade de galináceos oscilou entre 2009 e 2017, mas se manteve na faixa das 300.000 cabeças, tendo sido o menor plantel registrado em 2012 (300.000) e o maior em 2013 (380.000). De 2018 a 2020, o plantel manteve-se oscilando entre 305.000 mil (2018), menor quantidade, e 324.000 mil (2019), maior quantidade. Já no município de Montadas, o rebanho de galináceos começa a elevar-se a partir de 2009, período em que as granjas de engorda da avicultura de corte industrial começam a se expandir. Todavia, é sobremaneira a partir de 2017 que o plantel se torna expressivo, ultrapassando as 100 mil cabeças, chegando em 2020 ao maior número registrado, 158.550 mil aves.

Em Soledade, o plantel avícola se eleva principalmente a partir de 2015, ano marcado pelo salto de mais de 436,6% no rebanho de galináceos. Desse ano em diante, segue crescente, ultrapassando as 600.000 cabeças em 2018. Em 2020, o município alcançou seu maior plantel, 621.000. No contexto produtivo do município de Boa Vista, por sua vez, o plantel avícola já era expressivo mesmo antes do ciclo de crescimento evidenciado na região, a partir de 2009. Em 2001, o município já registrava 150.00 cabeças. Entre 2001 e 2016, o plantel variou entre 120.000 cabeças, menor número registrado em 2005, e 157.000 mil, maior valor registrado em 2014. A partir de 2017, o plantel se eleva e ultrapassa a cifra das 260.000 cabeças, tendo tido em 2018 o maior número, 300.000, da série histórica analisada.

No município de Olivedos, onde a avicultura de corte industrial chegou mais tardiamente e como fronteira de expansão da avicultura industrial pocinhense, o ritmo de crescimento do plantel foi crescente e expressivo, sobretudo a partir do ano de 2017. De 2016 para 2017, o rebanho deu um salto de 336,5%, resultado do aumento na quantidade de aviários construídos e de produtores integrados, tanto empresariais como da agricultura familiar camponesa. Nos anos de 2018, o plantel apresentou uma leve queda (-4,8%), mas voltou a subir em 2019 e em 2020, quando atingiu sua maior cifra: 186.220 cabeças.

O que aconteceu em Pocinhos durante os anos de ascensão da avicultura de corte industrial é, de alguma forma, replicado nos demais municípios produtores de frango de corte na região, claro que com intensidade variável. O fator que alavancou o crescimento da produção agropecuária foi o dinamismo do mercado consumidor, estimulado pelo aumento da demanda.

O mercado consumidor interno no Brasil se manteve em crescimento contínuo entre 2003 e 2011, quando o consumo per capita atingiu seu maior desempenho: 47,38 (kg/hab) (ABPA, 2020). Além disso, o mercado externo seguia aquecido, com as exportações brasileiras em notável crescimento a partir de 2013, quando o volume exportado saltou para a casa dos 4 milhões de toneladas. Na base de tais determinações mercadológicas, os diversos e diferentes circuitos produtivos avícolas estabelecidos na Paraíba passaram a mobilizar quantidades cada vez maiores de matéria-prima, que eram transformadas rapidamente em vantagem para o capital a partir de uma resposta bem-sucedida por parte do sistema de produção integrada.

O desempenho do mercado consumidor abriu novos horizontes para a *Guaraves* que, a partir dos investimentos na produção industrial, passou a mirar novos mercados no contexto nacional e internacional e, conseqüentemente, deixou espaços no mercado regional e local para a *Azevem* e a *Frango Dourado*. Para que a circulação da produção agropecuária do frango de corte pudesse se expandir, a estratégia foi absorver os produtores disponíveis, sejam esses pequenos, médios ou grandes. Assim, considerando a primeira possibilidade, os circuitos avícolas avançaram sobre os territórios camponeses, aumentando o número de integrados.

A maior parte dos produtores camponeses integrados (73.2%) que participaram da pesquisa ingressou na avicultura de corte industrial neste período, entre 2009 e 2017. De acordo com um dos produtores camponeses entrevistados em Pocinhos:

Tivemos em 2009 e mais em uns sete/oito anos para frente aqui em Pocinhos um tempo muito bom para lutar com a avicultura integrada. Todo mundo queria fazer um galpão, teve gente que vendeu o que tinha de valor: moto, gado, plantio de palma [...] para construir um galpão de pinto ou aumentar o que tinha. As empresas eram na nossa porta oferecendo muita vantagem. Era a gente que escolhia com qual empresa alojava. Foi um tempo de ouro para nós que somos pequenos produtores de frango aqui na região (PRODUTOR CAMPONÊS INTEGRADO, POCINHOS, 30/01/2020).

Essa realidade também foi atestada por produtores camponeses de outros municípios, a exemplo de Olivedos, onde a chegada e o crescimento da avicultura de corte industrial foram consequências da expansão dos circuitos produtivos estabelecidos em Pocinhos:

São dois municípios próximos e a gente sempre acompanhou como a avicultura estava caminhando em Pocinhos, porque tinha galpões [sic] em sítios aqui no limite mesmo com Olivedos. A gente via pessoas conhecidas nossas de lá e até pessoas da família que moram lá e que já vinham

investindo nessa atividade tendo uma renda. Isso motivou muita gente aqui em Olivedos a construir um galpão de pinto e foi dando certo (PRODUTOR CAMPONÊS INTEGRADO, OLIVEDOS, 29/01/2020).

Nesse período de “glória” da agricultura familiar camponesa integrada à avicultura de corte industrial, enquanto a *Guaraves* investia na padronização técnico-normativa da escala de produção agropecuária, limitando gradativamente a participação dos pequenos produtores despossuídos de recursos financeiros para tais investimentos, a atuação da *Azevem* e da *Frango Dourado* foi se caracterizando pelo uso de sistemas de produção, de planejamento, de organização e de coordenação variáveis, o que facilitou a permanência dos produtores camponeses nos circuitos produtivos, bem como a inserção de outros. Os camponeses descrevem esse período da seguinte forma:

Eu era integrado da *Guaraves* até 2009, mas as exigências eram para uma mudança nos galpões, era para automatizar os galpões. Eu não tinha como mudar de uma hora para outra, porque já tinha investido tudo na construção do galpão e na compra dos equipamentos, aí passei a alojar com a *Azevem* (PRODUTOR CAMPONÊS INTEGRADO, POCINHOS-PB, 30/01/2020).

Na visão de outro produtor camponês integrado:

Eu acho que a maioria dos produtores da região já alojou com todas as empresas, mas quem não tem uma estrutura muito grande, não tem o galpão todo automatizado, é mais fácil integrar com a *Azevem* ou *Frango Dourado*, porque elas têm uma política de funcionamento mais fácil de ser atendida pelo pequeno produtor. Aqui mesmo no meu aviário, tinha lote que eu alojava com uma (empresa), no outro aparecia outra (empresa) com uma proposta melhor e eu arriscava, e assim ia arrumando o da feira (PRODUTOR CAMPONÊS INTEGRADO, POCINHOS, 30/01/2020).

Em Puxinanã, um dos produtores entrevistados destacou esse período de expansão da avicultura industrial, relatando o interesse dos produtores locais em ingressar na atividade:

Já fazia tempo que eu vinha mexendo com negócio de granja de pinto e já estava por dentro do “moído” todinho. Por volta de 2010 mais ou menos tinha muita gente querendo começar na atividade, era o que se falava nessa região era de criar frango, porque as empresas estavam alojando muito, em muitos municípios. Mas eu sempre dizia, criar frango tem seus altos e baixos, não adianta se empolgar demais não, tem que manter os pés no chão. Mas como a pessoa não vai se animar se o que tinha para viver no campo era a avicultura? A agricultura o agricultor lucra em um ano, perde em dois, não dá uma renda certa (PRODUTOR CAMPONÊS INTEGRADO, PUXINANÃ, 30/01/2020).

Em Pocinhos o desempenho da avicultura de corte industrial levou a administração municipal a organizar, ainda em 2008, a “Festa do Avicultor” (figura 18), evento que ficou conhecido na região e que se tornou símbolo do destaque do município na produção avícola, tendo a maior das edições sido realizada em 2009, ano em que a alta produção foi celebrada com grandes shows musicais que atraíram visitantes de diversos municípios circunvizinhos.

Figura 18 - Festa do Avicultor em Pocinhos (2009)



Fonte: Acervo Artmidiafest (2009). Disponível em: www.artmidiafest.com. Acesso: 14/03/ 2021.

O desempenho da avicultura, que em Pocinhos foi celebrado por meio da Festa do Avicultor, no campo repercutiu na geração de renda e melhorias nas condições socioeconômicas dos produtores camponeses integrados. Dos produtores camponeses entrevistados, 77,4% afirmam ter vivenciado, entre 2009 e 2017, um período de melhorias socioeconômicas, com desdobramento na renda familiar e na estrutura produtiva. De acordo com eles, nesse período o aumento no rendimento familiar através da avicultura se deu, sobretudo, pela ampliação da quantidade de aves alojadas.

Naquele tempo foi muito bom para alojar. Em 2007, meu aviário tinha capacidade para 5 mil aves e eu nem pensava em aumentar, era só para tirar o da feira mesmo. Em 2010 começou a melhorar as coisas [sic], a demanda foi crescendo e quem era organizado ia juntando um dinheirinho em cada lote para aumentar o galpão ou fazer outro. Eu mesmo aumentei o meu para

15 mil pinto [sic] e não faltava empresa para alojar não (PRODUTOR CAMPONÊS INTEGRADO, POCINHOS, 30/01/2020).

Em Soledade, também se verificou esse relato dos produtores camponeses:

A avicultura nunca deu muito dinheiro para nós pequenos produtores, deu para os grandes que têm estrutura para alojar grandes lotes. Mas teve uns anos aí, eu me lembro bem, por volta de 2015 que o pequeno produtor tinha como tirar o sustento da família e ainda ter uma renda extra [...] (PRODUTOR CAMPONÊS INTEGRADO, SOLEDADE, 29/10/2021).

No município de Montadas, a leitura dos produtores camponeses desse período dá conta da constatação de que ele foi importante para estender a avicultura também para outros municípios, além daqueles onde a atividade já vinha se desenvolvendo:

A avicultura já era uma atividade muito conhecida aqui nos municípios da região, como Puxinanã e Pocinhos, e nós aqui em Montadas pensávamos: por que aqui não se desenvolve se estamos localizados até mais perto de uma das principais empresas, que é a *Azevem*? Mas nós não tínhamos estrutura de produção e nestes municípios já tinha, assim era mais fácil para as empresas alojar [sic] lá. Quando a avicultura começou mesmo a crescer por aqui foi perto de 2010, e a partir de 2013 aumentou muito rápido e quem tinha um galpão de frango começou a se lucrar de alguma coisa [sic] (PRODUTOR CAMPONÊS INTEGRADO, MONTADAS, 30/10/2021).

A dinâmica expansionista da avicultura de corte industrial na RGI de Campina Grande e os seus efeitos socioeconômicos positivos, na ótica dos produtores, mostraram-se significativos até meados de 2017. A importância desse desenvolvimento, contudo, não pode ser exagerada e nem isenta dos contrastes inerentes à relação dialética entre a forma como a produção se organiza e o modo como o controle social do capital se efetiva. Do mesmo modo que as necessidades e as exigências produtivas do agronegócio avícola consorciaram a integração com os produtores camponeses à possibilidade concreta de aumentar a oferta de matéria-prima, tornaram o contraditório como componente inseparável da ofensiva capitalista nos territórios camponeses monopolizados pelo capital.

Se a ampliação da produção se deu, em um primeiro momento, por força do aumento na quantidade de camponeses integrados, nos últimos anos (2018, 2019 e 2020), a realidade consequencial do padrão de desenvolvimento avícola adotado tornou também evidente os efeitos socioterritoriais da formação capitalista de um excedente de camponeses não absorvidos pelos circuitos produtivos. Isso em municípios onde a atividade é fundamental na

geração de renda e de formas de permanência no campo, como é o caso do município de Pocinhos que, sendo o maior em número de integrados, foi também o mais impactado.

Nos últimos anos, observam-se mudanças na avicultura industrial em Pocinhos que sinalizam o fim da reprodução “imperturbada” do camponês integrado no agronegócio e demarcam um novo momento em que o capital desloca, espacial e socialmente, suas forças expansionistas, reduzindo o número de integrados. O que motivou esse processo decorre, sobretudo, da efetivação da estratégia produtiva adotada, nos últimos anos, pela *Guaraves*, que passou a apostar na centralização e concentração de investimentos nas áreas próximas à sua unidade industrial, localizada em Guarabira, priorizando a ampliação das unidades agropecuárias de produção do frango de corte próprias e a integração com produtores localizados na Região Geográfica Imediata de Guarabira (ver mapa 1).

Com essa frente de atuação, a *Guaraves* priorizou, no município de Pocinhos e nos demais onde mantém parcerias, a manutenção da integração com os grandes produtores, os quais possuem capacidade para produção de até 250 mil aves. Consequentemente, os produtores excluídos do sistema de integração estabelecido pela *Guaraves* passaram a buscar parcerias com as empresas *Azevem* e *Frango Dourado*, resultando em disputas, por parte dos produtores, pelas parcerias avícolas estabelecidas por estas duas empresas.

Nesse caso, observa-se a criação de um excedente de produtores camponeses não absorvidos pelos circuitos da empresa *Azevem* e da empresa *Frango Dourado*, e isso não se torna somente um “incidente” gerado no curso da exploração do capital. Ele passa a ser condicionante favorável a essa exploração. A criação desse excedente de camponeses desintegrados é uma equação que o capital não pretende resolver, porque ante a ela prevalece a intenção de utilizar, quando lhe for conveniente, as unidades produtivas camponesas sem aplicabilidade produtiva no momento. Para isso, a exclusão permanente destes camponeses é inviável, embora seja também fato, visto que ela ocasionaria na desativação definitiva das unidades produtivas. Dessa forma, o excedente de camponeses é acionado conforme as demandas de cada lote, configurando um contexto de incertezas para o produtor camponês e a sua família, que não sabem quando vão alojar e sob quais circunstâncias vão se inserir no sistema de integração novamente.

Para as integradoras, essa conjuntura é ideal, pois assegura a oferta de matéria-prima a baixo custo, sem que a dependência que o capital possui da produção camponesa se torne, em momento algum, a dependência do camponês integrado. Ao propósito da reprodução camponesa, a formação capitalista de um excedente de camponeses desintegrados, é mais uma

forma de dominação imposta pelo capital que prescreve para a participação camponesa uma condição subalterna em um processo produtivo, no qual ela é estratégica.

4.2 A subordinação camponesa no sistema de integração avícola: a interdependência capital-camponês como condição negada e o pressuposto da dependência unilateral

As circunstâncias que envolvem a participação dos produtores camponeses, nos sistemas de integração da avicultura de corte industrial, apontam para uma subordinação radicada²⁹, que é estratégica para assegurar a reprodução do rito produtivo do frango de corte dentro do que demanda cada empresa integradora. A subordinação é a alternativa econômica e ideológica encontrada pelo capital para macular a interdependência que existe na integração entre as empresas e a agricultura familiar camponesa e, assim, tornar elegível o impacto desestabilizador e ameaçador da dependência unilateral, no caso do camponês, como ativador do controle do capital sobre os territórios monopolizados.

O conteúdo usado pelo capital para pressupor a dependência do camponês e fortalecer a sua subordinação é social, a necessidade de obtenção da renda familiar. O relacionamento prático das empresas integradoras com os produtores camponeses é amparado pela máxima de que a integração é a via provedora da renda familiar e ir contra qualquer um de seus determinantes constitui uma ameaça real à permanência e à reprodução social da família no campo. Essa forma de controle é fecunda para o capital porque, nos territórios camponeses monopolizados, a avicultura de corte industrial é a principal fonte de renda, embora não seja a única. Para Engelbrecht (2014), à medida que ocorre a integração, o produtor familiar, mesmo tendo impasses econômicos, políticos e ideológicos, subordina-se perante as integradoras em nome de uma suposta melhoria de renda agrícola associada à integração.

A subordinação do produtor camponês é mais precoce do que se possa imaginar ou do que ele mesmo tenha conhecimento. Ela começa a partir do momento em que se decide investir na construção da estrutura produtiva. Isso porque se trata de um investimento de alto custo e cuja finalidade é exclusivamente para a produção integrada, visto que não há na região outros modelos de produção capazes de aproveitar a estrutura. Dessa forma, quando constrói um aviário, o camponês se coloca à mercê da integração, porque é ela que justifica o investimento feito, não sendo tão simples, como em outras atividades, redirecionar os investimentos realizados.

²⁹ Na medida em que se firmam as parcerias avícolas e cria-se o contexto para a sujeição da renda da terra ao capital, a subordinação torna-se um fator arraigado nas relações estabelecidas entre o produtor camponês e o agronegócio.

Figura 19 - Empreendimento avícola na zona rural de Pocinhos



Fonte: Trabalho de campo (2021).

No caso do empreendimento avícola acima, trata-se de um investimento realizado por um empresário rural e está orçado em cerca de 1 milhão de reais. No caso dos produtores camponeses, embora os investimentos não sejam tão altos quanto esse, ainda assim são consideráveis, tendo em vista a renda média das famílias (o equivalente a 1,5 ou a 2 salários mínimos). Entre os produtores camponeses, o investimento na construção de unidades produtivas varia de 10 mil para um aviário do tipo manual (figura 20) até 40 mil reais, recursos que representam uma vida de trabalho e a necessidade de se desfazer de bens e recorrer, em alguns casos, a empréstimos bancários.

Figura 20 - Aviário manual pertencente a um produtor camponês integrado em Pocinhos-PB



Fonte: Trabalho de campo (2020).

A partir da parceria firmada, a subordinação passa a impor, nos territórios camponeses monopolizados, os padrões e os ritmos do processo produtivo avícola e de sua transformação, quando essa convém ao capital. A subordinação dos camponeses é, simultaneamente, a aceitação dos imperativos produtivos derivativos da ordem capitalista. Isso, contudo, não implica necessariamente um movimento irrestrito e incontrolável da técnica se fixando em escala evolucionista nos territórios camponeses, mas a conformação de uma arena em que a sujeição dos camponeses age mediando as investidas do capital.

No que se refere à demanda por ajustamento técnico na escala de produção agropecuária, observa-se que a subordinação faz com que os camponeses passem a ir aderindo paulatinamente às inovações técnicas, que comparecem para os camponeses como uma prática produtiva orientada pelas empresas, mas também de seu interesse, no sentido de que, enquanto realizam o objetivo do capital, aumentam a renda familiar, sendo interessante também ao camponês. Para Sorj, Pompermayer e Coradini (2008), com base na integração e na subordinação inerente a ela, o capital passa a impor aos produtores integrados os padrões e os ritmos de transformação do processo produtivo, estando os produtores num processo em que suas condições de reprodução estão superditadas e subordinadas à dinâmica do complexo avícola industrial.

Quando questionados sobre o tipo de relação que estabelecem com as empresas, alguns camponeses se mostram conscientes dessa subordinação:

A situação do produtor de frango integrado é a seguinte: quando se está na condição de ter que fazer o que se pede, como a gente está em todo santo lote [sic], seja com qual empresa for, não se deixa de estar sujeito ao que eles determinam, independente se vai ser bom ou ruim para nós (PRODUTOR CAMPONÊS INTEGRADO, SOLEDADE, 10/11/2021).

Paulino (2004), analisando a realidade da reprodução camponesa no norte do Paraná, inclusive daqueles em sistema de integração, constatou que, embora pareça haver uma conformação geral, a indignação entre os camponeses é latente, estando esses cientes de que são fundamentais no esquema de faturamento das indústrias. Todavia, essa insatisfação acaba sendo silenciada, tanto porque termina por ser compelida no decurso da subordinação, como pela falta de conhecimento e de apoio para o estabelecimento de formas de enfrentamento às lógicas financeira e econômica ditadas pelo agronegócio.

Nesse sentido, reconhecer, no entanto, não é equivalente a enfrentar:

A gente não concorda com tudo que é repassado para nós, mas ninguém quer correr o risco de no próximo lote não alojar. Pra você ver, teve um lote que eu comprei o bagaço para a cama do pinto por fora, porque a empresa queria que eu comprasse a um vendedor indicado por ela [sic]. No meio do lote, os pintos adoeceram e o técnico da empresa disse que era devido ao bagaço, mas eu não tive como ter certeza disso. Pode ter sido por outro motivo, os pintos poderiam ter já chegado doentes, mas ficou pelo dito da empresa e eu arqueei com o prejuízo (PRODUTOR CAMPONÊS INTEGRADO, POCINHOS, 29/01/2019).

A dependência que eles têm da integração os leva a aceitarem as incertezas que prevalecem na atividade a cada lote, sejam incertezas no âmbito da produção em si, sejam incertezas até mesmo em relação à continuação das parcerias, ao fim de cada lote. É estratégico para o capital utilizar a objetivação camponesa no sistema de integração em torno da renda familiar como fundamento para prescrever a dependência unilateral do camponês, pois é essa racionalidade que dá base à exploração capitalista da produção agropecuária do frango de corte.

Para Tsukamoto (2000), na avicultura nota-se uma reciprocidade no que se refere à dependência entre o produtor integrado e a indústria integradora, uma vez que o interesse é mútuo, havendo para o integrador vantagens em manter o vínculo com essa classe, tendo em vista que o custo social é menor. As empresas integradoras dependem do camponês, ao passo

que esses se constituem não só como a sua fonte principal de abastecimento da matéria-prima, mas também como uma fonte de abastecimento de qualidade e barata. Para os circuitos produtivos avícolas com alcance mercadológico menor, tal como aqueles coordenados pela *Azevem* e *Frango Dourado*, a integração produtiva com o camponês traz muitas vantagens.

No contexto de suas estratégias para assegurar a reprodução social no campo, os produtores camponeses foram construindo uma racionalidade própria para lidar com a integração com as empresas avícolas, e essas empresas integradoras não querem mudar isso, porque é justamente o que lhes dá lucro. O produtor camponês, que utiliza fundamentalmente mão de obra familiar, não calcula o tempo de trabalho e nem contabiliza os custos da produção, como acontece na agricultura empresarial.

Dessa forma, durante o lote, consegue-se potencializar a exploração do trabalho na unidade familiar sem que isso implique, para a integradora, custos a mais com mão de obra. Além disso, a persistência desses sujeitos tem aspecto inexorável, uma vez que, para eles, a participação nos sistemas de integração não representa necessariamente uma via de obtenção de lucro, como apreendido em pesquisa, mas principalmente a possibilidade para que possam permanecer no campo, como já explicitado antes. Nesses termos, diante das instabilidades que atingem com frequência o setor avícola, e com intensidade os circuitos produtivos dos quais participam, os produtores camponeses não desistem de produzir na avicultura e, ao contrário da agricultura empresarial em que as crises geram facilmente diminuição ou abandono dos investimentos no setor, os produtores camponeses continuam a persistirem na atividade, mesmo que para isso tenham que se submeter a condições (redução do valor pago pelo kg do frango ao final do lote, diminuição da quantidade de aves alojadas, aumento do custo dos materiais fornecidos pela integradora, etc.) que precarizam ainda mais a sua permanência no sistema de integração.

Para as integradoras, a possibilidade da produção camponesa de agregar valor à produção, mesmo em momentos de crise, significa a manutenção das taxas de lucro a partir da apropriação desse valor agregado. Assim, a agricultura familiar camponesa é estratégica para que esses circuitos possam ocupar espaços econômicos nos mercados locais e regionais, sem competir diretamente com os grandes circuitos.

Outra vantagem encontrada pelas integradoras nas relações não capitalistas de produção configuradas pela participação camponesa é a exploração do valor social que esses sujeitos atribuem à produção e à terra. A importância dada às atividades produtivas rurais repercute em dedicação e compromisso com o processo produtivo, o que faz com que, mesmo sem possuir aparatos tecnológicos dos quais dispõe a agricultura empresarial, os produtores

camponeses entreguem às empresas integradoras uma produção com a qualidade, muitas vezes, superior aos padrões sanitários exigidos.

Além disso, a produção camponesa do frango de corte é a escala de descompressão dos prejuízos gerados pelas instabilidades do mercado para as empresas. Embora salientem que a relação estabelecida com o produtor integrado não é condicionada pelo mercado, não sofrendo assim com suas oscilações, nota-se que é a demanda do mercado que determina a quantidade de aves alojadas e o tempo que as aves ficam retidas nos aviários após o período regular de engorda. Na visão dos produtores camponeses entrevistados: “possuir um aviário com capacidade para 20 mil aves não significa que você terá um lote desse porte, porque tudo é decidido de acordo com a forma como a empresa está vendendo a carne do frango” (PRODUTOR CAMPONÊS INTEGRADO, OLIVEDOS, 29/01/2020). Quando a demanda no mercado está abaixo do esperado, as aves chegam a ficar até 10 dias a mais retidas no aviário, o que representa mais despesas com água e ração, e trabalho para o produtor camponês integrado. O mercado também implica no valor pago ao camponês pelo Kg das aves, pesadas ainda vivas no dia que deixam os aviários. Dessa forma, entre os lotes, o preço pago pelo Kg das aves pode variar de 0,30 centavos a 1 real, a contento das demandas do mercado.

Embora a integração com os camponeses condicione todas essas vantagens às integradoras, a relação de interdependência entre ambos é negada no curso da racionalização da dependência unilateral do camponês. Reverter esse quadro, contudo, demanda a ativação dos fatores que evidenciam a dependência capitalista da integração e a sua conversão em substrato de luta para os camponeses. Nesse ponto, concordamos com Tsukamoto (2000), quando diz que os contrapelos advindos da integração só poderão ser revertidos quando o produtor camponês se organizar sob uma forte associação com seus pares, pois sem isso estará fadado a se manter nas condições impostas pela subordinação.

É dessa forma que todo o esforço social já presente e voltado para a garantia de suas formas de reprodução social no campo poderá, também, ser redirecionado para o enfrentamento do modo como ocorre a captura da renda da terra e como ela pode ser, quando não rompida, redefinida por meio de bases mais justas.

4.3 Por uma agricultura familiar camponesa mobilizada nos sistemas de integração

Quando se trata de pensar o que pode se constituir como um fundamento “seguro” para a reprodução camponesa no contexto do campo brasileiro, tensionado pela expansão do

agronegócio, a criação de um sistema orgânico alternativo, que se limita ao relacionamento com o capital no mercado e que preserva, sob níveis satisfatórios, a autonomia camponesa, parece-nos ser a proposta mais lógica e óbvia. No entanto, ao sairmos do plano das ideias e adentrarmos a realidade concreta e complexa do campo, não é difícil deduzir que o óbvio nem sempre é o mais crível, e excluir esse aspecto do jogo analítico montado é, em certa medida, excluir também outras possibilidades para dar mais espaço à resistência camponesa, seja no âmbito do debate teórico-acadêmico e da agenda política, seja no limiar do reconhecimento da reprodução do camponês em uma determinada realidade socioterritorial geografizada.

Nos termos do desenvolvimento do agronegócio avícola no campo paraibano, o sistema de produção integrada, na ausência de soluções melhores, tem comparecido como uma forma antagônica, mas real, que tem viabilizado a permanência e a reprodução social camponesa em contextos agrários historicamente impactados pela escassez de fontes estáveis de renda, a exemplo do que ocorre nos municípios que compõem a área de estudo recortada nesta pesquisa. Assim, o fato de a integração voltar-se, substancialmente, para a manutenção e a ampliação, dos caracteres fundamentais da acumulação, não significa que os interesses do capital em torno da demanda elementar do circuito produtivo pela matéria-prima não se articulem também, em certa medida, aos interesses camponeses. O reconhecimento dessa articulação e até que ponto ela garante (e de que forma garante) ao camponês permanecer e se reproduzir no campo não pode ser abandonado. Do mesmo modo, também não pode, em momento algum, negar a letalidade com a qual o capital racionaliza, direta ou indiretamente, as questões ligadas à efetivação do seu domínio dentro dos sistemas de integração.

Como disse Mészáros (2011), o capital nem é ruim e nem é bom, mas indeterminado quanto aos valores humanos. Tendo em vista esse aspecto, compreender os efeitos da monopolização do capital nos territórios camponeses perpassa por uma questão que vai além da delimitação do que seriam seus benefícios e/ou malefícios para a reprodução camponesa, porque o capital não age intencionalmente fomentando fatores positivos ou negativos. Dessa forma, o que nos ocupa neste tópico é a dimensão socioterritorial das contradições transferidas para os territórios camponeses como consequência do modo capitalista de agir, isto é, deslocando para esses territórios as pressões inerentes aos gargalos da acumulação ao longo do circuito produtivo.

Isso nos coloca aqui diante de uma problemática, cuja face que mais nos preocupa é a negação e a invisibilização do camponês como sujeito social, econômico e político que se reproduz nos sistemas de integração. A maneira como ocorre esse “desvanecimento” do camponês integrado está ligada a uma série de condições específicas, em nossa ótica

derivativa de dois fatores. Primeiro, recorre à própria ação do capital que, enquanto se beneficia especificamente do modo camponês de produzir imprime, a partir do estabelecimento de suas relações de poder, a falsa equação que converte a unidade camponesa de produção agropecuária em uma unidade capitalista do agronegócio. Utilizando-se do falso discurso do que seria uma espécie de “simbiose” convergente para um propósito comum a todos, o capital garante o comando hierarquizado sobre a escala de produção agropecuária e reafirma-se como o agente principal absorvedor do lucro gerado em suas operações diretas (nas etapas de distribuição e de circulação) e indiretas, ou seja, naquelas realizadas pelo camponês.

A conversa é de que nós somos parte das empresas, mas só quem enrica cada vez mais são elas, porque a gente continua aqui, trabalhando do mesmo jeito [sic]. Às vezes ganha mais em um lote, às vezes perde em outro, mas no fim segue apenas ganhando o suficiente para sobreviver. Quando o povo pergunta em qual empresa eu trabalho, se é na *Guaraves*, na *Azevem* ou em outra, eu digo logo que não trabalho em nenhuma, eu sou produtor rural e produzo frango, assim como meu pai produz leite e meu tio cria gado [...] (PRODUTOR CAMPONÊS INTEGRADO, POCINHOS-PB, 29/01/2019).

A forma como a participação camponesa no agronegócio avícola é apreendida pelos camponeses integrados é limitada à sua função prática, ou seja, de produzir a matéria-prima que é vendida a uma empresa para que seja gerada a renda, que servirá ao sustento familiar. Nessa direção, no desconhecimento da totalidade do circuito produtivo, o camponês torna-se também insciente ao processo pelo qual as determinações se efetivam sobre a produção agropecuária e, conseqüentemente, ao que poderia ser feito para que garantias necessárias a uma maior dignificação de sua reprodução, nos sistemas de integração, pudessem ser obtidas.

O segundo fator que incide sobre a invisibilização do camponês na integração tem dimensão política. No contexto do desenvolvimento do capital no agronegócio avícola, a capacidade do Estado, de ignorar a existência camponesa nos territórios monopolizados pelo capital, é grande e sustentada pela ideia de que o desempenho das empresas é replicado em “progresso” no campo, devendo, o intercâmbio produtivo entre os camponeses e as empresas avícolas, permanecer rigorosamente sob as determinações da acumulação, visto que, nos termos do Estado, os mesmos do capital, vale salientar, o produtor camponês integrado torna-se uma espécie de “apêndice” da empresa e, portanto, uma parte inviolável e intocável por parte do poder público. Dessa forma, o Estado faz mais do que deixar o capital livre para atuar da forma que quiser. Ele se exime de suas funções sociopolíticas para com as demandas dos camponeses, pois, anulando sua sociabilidade, negligencia o ser social que, em um campo

tensionado por problemas socioeconômicos diversos e históricos, tem demandas distintas e, em muitos casos, urgentes. Com esse viés, o Estado age como um aliado do capital, atuando muito mais como uma força dilacerante da condição camponesa do que como uma força articuladora, que possa ser capaz de fomentar um projeto de intervenção voltado ao fortalecimento dessa classe compelida pela subordinação presente na integração.

O lado negativo de tudo isso, pelo qual os camponeses integrados têm pagado muito caro, é a negação, por parte do Estado e do capital, das necessidades legítimas de sua reprodução. Oprimidos pela subordinação que é imposta nos sistemas de integração, não há apoio e tampouco muito espaço para a tomada de consciência e de articulação em prol do que poderia lhes trazer melhores condições sociais e econômicas de participação no circuito produtivo do frango de corte.

4.3.1 A ação do Estado capitalista e a promoção das relações desiguais nos sistemas de integração

O Estado capitalista tem comparecido como uma instituição de poder que preserva as relações de igualdade, isto é, que pressupõe o camponês integrado e as empresas como pares iguais na relação de troca, enquanto garante que relações desiguais se realizem. Essa atuação não pressupõe, necessariamente, que o Estado age efetuando a relação de exploração propriamente dita, mas que a sua forma de atuação, diante do desenvolvimento do agronegócio da avicultura de corte industrial, surge e se desenvolve como necessidade do capital. Se a princípio a ação do Estado se deu no sentido de favorecer diretamente a avicultura empresarial, no processo de estabelecimento do sistema de produção integrada, essa ação se caracteriza por assegurar que o capital se desenvolva livremente, enquanto se mantém apático ao que poderia ser uma atuação voltada para a agenda camponesa.

Dessa forma, nos circuitos produtivos avícolas, a invisibilidade dos camponeses não é uma consequência só da produção capitalista propriamente dita, mas da atuação do Estado, a quem caberia individualizar os camponeses no âmbito de sua coletividade, impedindo (ou ao menos amenizando) o efeito fragmentador e exploratório da subordinação. Com a postura que tem adotado, o Estado não só beneficia as empresas integradoras, como também esconde o caráter conflituoso como estas e os camponeses se relacionam no sistema de integração.

É fácil identificar as características da atuação do Estado em favor do capital no contexto do desenvolvimento do agronegócio avícola. Antes de tudo, a atuação do Estado tem sido pautada no estabelecimento de uma forma de separação entre os camponeses, na qual tem

se definido equivocadamente quais são os que precisam ser assistidos pela política pública e quais são os que não precisam. Nessa última categorização, inclui-se justamente o produtor camponês integrado, ou o que, na ótica do Estado, é meramente parte da empresa capitalista. Na realidade, o que ocorre é que a “emancipação” do camponês integrado no jugo do Estado é paralela à retirada desse das políticas públicas prescritas para o campo.

Por meio da análise das informações coletadas *in loco*, foi possível observar que 93% dos produtores camponeses integrados se sentem desassistidos pelo Estado, em suas diferentes esferas governamentais. Segundo os camponeses, não há assistência prestada por parte do poder estatal, e afins.

Não temos apoio de prefeitura nem de estado, tudo aqui é nós tentando se virar [sic]. Eu acho que seria importante essa ajuda, nem que fosse para nos trazer uma base. Por exemplo, nós cria [sic] o frango e sabe [sic] todo o processo do manejo, mas, da avicultura no geral, nós sabemos muito pouco. Aqui em Pocinhos se diz que é a atividade mais importante do município. Mas como é essa importância? É importante para quem, para os camponeses? Se for, não devia ter mais assistência para nós? (PRODUTOR CAMPONÊS INTEGRADO, POCINHOS, 29/01/2020).

Em relação à posição do poder público municipal, nota-se o desconhecimento da realidade camponesa vivida nos sistemas de integração. Quando questionados sobre a assistência prestada aos camponeses integrados, as respostas de todos os representantes do poder público municipal convergem para a concepção de que o que acontece nos territórios camponeses monopolizados pelo capital no agronegócio avícola é determinado e de competência exclusiva das empresas integradoras.

A prefeitura ajuda com o básico, com aquilo que já oferece de forma geral, como abastecimento de água via carro-pipa. Para a avicultura em si, não há nenhuma ação específica, mas as demandas que chegam até nós, procuramos atender (REPRESENTANTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE OLIVEDOS-PB, 09/12/2021).

A assistência prestada pelo município é no abastecimento de água potável para consumo das comunidades rurais (REPRESENTANTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOLEDADE-PB, 09/12/2021).

As ações de apoio aos produtores rurais são amplas, mas nenhuma em especial é voltada para a avicultura. Temos programas e ações voltadas [sic] para a inseminação artificial do gado e perfuração de poços (REPRESENTANTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA-PB, 09/12/2021).

Ajudamos com abastecimento de água, para a avicultura não interferimos, pois a produção é com as empresas (REPRESENTANTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTADAS-PB, 13/12/2021).

Não há nenhuma ação específica em torno da avicultura de corte industrial, porque nós não podemos interferir no que a empresa determina (REPRESENTANTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS, 13/12/2021).

[...] ajudamos através [sic] da distribuição de água com carro pipas [sic], mas não são específicos para o uso nas granjas, é para o abastecimento das comunidades rurais (REPRESENTANTE DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE PUXINANÃ-PB, 13/12/2021).

Essa atuação política, desconexa das demandas dos camponeses integrados, parece-nos, por um lado, alinhada à defesa do direito dos capitalistas de dominar o camponês e, por outro, no plano da política social, uma forma de se eximir do apoio a esses camponeses. O poder público estadual também tem agido separando os camponeses integrados dos demais. A agricultura familiar camponesa integrada tem sido negligenciada na formulação de políticas públicas para a avicultura.

Isso tem ficado evidente no apoio do Estado à avicultura alternativa, que passou a receber os principais investimentos no setor avícola. Mas a avicultura alternativa é uma solução para as desigualdades presentes no campo tensionado pela avicultura industrial? Pelo que investigamos no espaço da pesquisa, constatamos que não. Os camponeses encontram muitas dificuldades na avicultura alternativa. Embora essa atividade compareça como uma opção à avicultura de corte industrial, tida como ideal para a agricultura familiar camponesa, já que não requer investimentos elevados e possui fácil manejo, a avicultura alternativa ainda sofre com baixos índices de produtividade em razão de desafios diversos. A precariedade das práticas de manejo que, por vezes, não contemplam os aspectos sanitários, a dificuldade de acesso aos insumos, a ausência de marcos regulamentários claros para a atividade, e a dependência do Estado no que se refere à estruturação das etapas de processamento (a instalação dos abatedouros), de distribuição e de circulação (formação dos mercados consumidores) da produção, são fatores que implicam inúmeras dificuldades à expansão da avicultura alternativa.

Esse quadro ainda instável leva muitos produtores camponeses a optarem pela produção integrada com o agronegócio da avicultura de corte industrial, que já possui mercados consolidados e, apesar da relação de subordinação imposta, permite um direcionamento certo para a produção. Nesse cenário, os produtores camponeses integrados não veem a avicultura alternativa como uma possibilidade efetiva para oferecer um

contraponto à avicultura industrial, pois ela é tão ou mais instável do que a avicultura industrial. “Há uns cinco anos, começou a aparecer as criações [sic] da galinha caipira por aqui por Pocinhos, no começo era muita vantagem, mas logo a gente viu que era bem mais complicado e pouca gente se interessou em se arriscar” (PRODUTOR CAMPONÊS INTEGRADO, POCINHOS, 26/06/2019). Em Soledade, outro município, entre os contemplados na pesquisa, que recebeu projetos do governo estadual para o desenvolvimento da avicultura alternativa, foi-nos relatado, em entrevista com representante da pasta da agricultura, que a atividade encontra dificuldades principalmente no que se refere aos custos dos insumos, com variações constantes, e ao escoamento da produção, ainda muito dependente dos mercados instituídos pelo Estado.

Na leitura de um dos produtores camponeses:

Já faz dez anos que sou integrado e o que se dizia por aqui era que a avicultura caipira vinha para nos livrar da exploração das empresas. Mas quando fui conhecer o projeto, eu assisti às reuniões ainda, e quando vi a situação de quem já tinha começado a lutar com essas galinhas caipiras, vi que tem uma dificuldade muito grande para colocar o produto no mercado e se não ia ter mais a dependência da empresa ia ter do Estado do mesmo jeito (PRODUTOR CAMPONÊS INTEGRADO, SOLEDADE, 29/11/2021).

Dessa forma, nota-se que a avicultura alternativa é importante enquanto atividade que visa mais à autonomia para os camponeses frente ao capital, a partir de uma proposta voltada para a produção orgânica e agroecológica alinhada aos pressupostos de uma prática produtiva mais sustentável em termos ambientais e da qualidade alimentar. Contudo, ainda se faz necessário fortalecer suas bases materiais e financeiras, para que essas possam assegurar não só uma produção mais autônoma, mas também que possa ser inserida no mercado em patamares suficientes para a composição da renda camponesa.

Nesse nível de adversidade da avicultura alternativa, que de certo tem a ver também com a força da avicultura industrial, já fortemente territorializada na área³⁰, não é difícil entender por que os produtores camponeses continuam a ter, na produção integrada, a via mais acessada para obtenção de renda no campo, mesmo essa sendo revestida de contrariedade.

Assim, ao ponto que isso implica um domínio cada vez mais crescente da produção integrada na área de estudo, condicionando a reprodução social camponesa, alça também

³⁰ É importante salientar que a avicultura alternativa vem tendo um desempenho mais satisfatório em áreas fora do território dominado pela avicultura industrial, a exemplo das RGIs de Patos e de Sousa-Cajazeiras. Em Catolé do Rocha, por exemplo, a avicultura alternativa tem se fortalecido nos últimos anos (EMPAER, 2020).

anseios, por parte dos camponeses, por melhorias. Esses anseios e as formas como eles podem se converter, em enfrentamento à lógica imposta pelo capital e conformada pelo Estado, não podem ser compreendidos separados dos reveses que os contextualizaram. Isso implica pensar a resistência camponesa como algo a ser construído a partir da transformação da visão do produtor camponês integrado como “frágil e pequeno” diante do domínio capitalista, em uma coletividade politicamente forte. Para tanto, a resistência e os seus caminhos não podem ser tomados como formas lineares automatizadas que podem ser pensadas fora do espaço inflamado pela relação entre o capital e o camponês no sistema de integração.

4.4 Mobilizar-se para resistir

Historicamente, a reprodução camponesa na sociedade capitalista tem sido marcada pela atuação reacionária frente às diversas formas de exploração do capital. Embora muitas vezes pressuposto como um produto originário dos rumos do desenvolvimento do capitalismo e do que lhe fora conveniente a cada momento, o camponês não pode ser resumido somente a um alvitre do meio antagônico capitalista, inerte ao que é imposto sobre ele como determinação do sistema do capital. Ele é a corporificação de uma força que se recria e se fortalece enquanto luta para permanecer exatamente como é, isto é, camponês.

Na medida em que os camponeses passaram a reagir à ofensiva do capital, o debate, em torno do que seria a forma de resistência mais dinâmica e apropriada para o camponês, ganhou destaque e, em certa medida, condicionou a teoria crítica à busca pelos espaços “ideais” nos quais a resistência poderia não só se realizar, mas também se tornar fator de efetiva transformação. Nos cenários agrários, configurados pelo avanço do capital a partir da última metade do século passado, a atuação dos movimentos sociais do campo tornou-se ilustrativa do ideário de resistência que se pretende como alicerce para a construção de espaços alternativos de reprodução para o camponês, diante do cerco montado pelo capital. Dessa forma, o papel dos movimentos sociais, na organização e pragmatismo das lutas camponesas e, conseqüentemente, de sua forma de resistência objetivada, tem sido fundamental e ao mesmo tempo diretivo nas demais formas de resistir no campo.

Contudo, conforme aponta Fabrini (2007), não devemos tomar uma forma específica de resistência como absoluta ou exclusiva, sob a pena de edificarmos um monopólio sobre as lutas camponesas. Ainda segundo o autor, a construção do lugar social dos camponeses requer considerar que o movimento camponês é mais amplo do que os movimentos sociais, devendo

esse processo, de construção da resistência dos camponeses, ser apreendido mediante a articulação de forças do território e dos seus múltiplos desdobramentos.

Esse aspecto, que converge para uma espécie de resistência camponesa absolutizada, e que é questionado por Fabrini (2007), tem se disseminado e involuntariamente (ou não) postulado a perspectiva de que o camponês não demonstra capacidade de resistir, senão por meio das formas de manifestação necessariamente hegemonizadas pelos movimentos sociais. O fato desconfortável daí decorrente advém da concepção de que, fora dessa resistência objetivada, não poderia haver outra coisa além de linhas inferiores e incapazes de resistir no campo. Isso, embora explicável no fomento do argumento contra a exclusão do camponês, endossa a sua marginalização, na medida em que se finca sobre a tendência a abordar a questão camponesa apenas de dentro para fora, sem levar em conta as relações internas e externas com o meio social mais amplo (SHANIN, 2005). Em outros termos, é como se o fato de estar subordinado ao capital, a exemplo do que ocorre no sistema de integração, possibilitasse ao camponês a indignação frente às formas de sujeição da renda da terra, mas não os habilitasse a estabelecer mecanismos de resistência.

Quando trazemos para a realidade de estudo, acreditando que é no território e na articulação de suas forças internas e externas que as questões camponesas são compreendidas, partimos da ideia de que depender da integração com o capital no agronegócio avícola tem um custo para o camponês, e suportá-lo enquanto permanece como é (camponês) já é, por si só, uma forma de resistência. Nesse sentido, decompor essa resistência em formas práticas de manifestação, a partir da identificação de pontos ativos de luta para justificar sua existência, não é, necessariamente, a questão mais imediata. A questão mais urgente, por assim dizer, tem a ver com reconhecer uma resistência pulsante, mas silenciada pelo jogo de forças do capital.

Com efeito, o capital monopolizou e subjugou os territórios camponeses por meio da lógica da subordinação. No entanto, não destruiu a resistência camponesa, porque essa é uma condição imanente à existência do próprio camponês enquanto sujeito social historicamente marginalizado. Desse modo, a construção de uma articulação coletiva, capaz de constituir uma totalidade camponesa devidamente representada nos sistemas de integração do agronegócio avícola, não está impossibilitada, pelo contrário, é justamente no fervor da ofensiva capitalista que se têm os elementos essenciais ao seu afloramento.

Correia (2018), discutindo a reprodução do capital avícola no agreste paraibano e os contextos da reprodução do campesinato, propõe a resistência camponesa frente à avicultura industrial por meio da avicultura alternativa e da diversificação da produção camponesa. A autora analisa a avicultura de corte industrial levando em conta o contexto geral da

Mesorregião do Agreste³¹ e amparada pela leitura da atuação da *Guaraves*. Sem que tenha contemplado, em seu recorte analítico, a dialética da exclusão-recriação camponesa construída pela atuação de outras empresas integradoras que absorvem, em seus circuitos produtivos, os camponeses desintegrados pela *Guaraves*, Correia (2018) pressupõe a resistência não pela especificação de ações práticas de enfrentamento direto ao agronegócio avícola dentro dos sistemas de integração, mas como forma geral de luta contra o capital.

[...] enquanto o sistema metabólico do capital não é erradicado, os camponeses do Agreste paraibano vêm se (re)criando de modo contraditório no interior do capitalismo a partir de diferentes formas de resistências versáteis construídas em seus sítios, que tanto pode abrir caminho para a consolidação de territórios de esperança pela via da luta organizada, visando a destruição do capital, **como pode se constituir apenas numa forma de resistência incapaz** de quebrar os grilhões que de formas as mais diversas, como foi visto neste trabalho, subordinam a renda da terra camponesa aos ditames do capital (CORREIA, 2018, p. 364, grifo nosso).

Dessa forma, a resistência objetivada por Correia (2018), apesar de pertinente e convergente para uma reprodução camponesa mais autônoma frente a ofensiva capitalista, faz-nos indagar sobre sua forma de realização nos territórios camponeses subjugados pelas relações de poder e conflitos impostas pela integração entre o agronegócio e a agricultura familiar camponesa. Ao priorizar a atuação da *Guaraves* e o quadro socioterritorial determinante da exclusão dos camponeses do seu sistema de integração, a autora pensa a resistência camponesa no contexto do Agreste, mas não necessariamente nas áreas de incidência da produção camponesa integrada ao agronegócio. Diante disso, a perspectiva que pressupõe para a resistência camponesa, ao mesmo tempo em que afluí para uma essencialização, já tipificada no histórico da luta camponesa, que agrega força à reprodução e à recriação do camponês, vislumbra também, de alguma forma, limites para outras possibilidades de resistência.

Dado o contexto projetado pelo sistema de produção integrada da avicultura de corte industrial, a resistência camponesa como via para a construção de um projeto político revolucionário contra-hegemônico pautado na ruptura das formas de controle e domínio do capital e, conseqüentemente, na destituição da integração deste com o camponês, é tanto mais lógica, como pode ser utópica quando consorciada a realidade e as suas contradições latentes. Nesse cenário, nenhuma forma de resistência deve ser revogada para atender a qualquer

³¹ Divisão Regional do Brasil - Mesorregiões e Microrregiões Geográficas (IBGE, 1989).

configuração hierarquizada da luta camponesa, haja vista que a superação das incongruências capitalistas se fará na articulação de todas elas.

Desse ponto de vista mais pragmático, as questões fundamentais da realidade socioprodutiva e territorial analisada nos faz enxergar que a conscientização do produtor camponês, quanto ao seu papel na dinâmica produtiva da avicultura de corte industrial e aos seus constituintes exploratórios, é o primeiro passo para que se fortaleça a resistência mobilizada, isto é, a organização coletiva em torno de objetivos comuns que possam se converter em ações concretas. Pelas informações coletadas em campo, chamou-nos atenção o fato de essa conscientização já existir parcialmente, embora se apresente neutralizada pelas relações de poder do capital e pela sua dimensão política: “[...] hoje, da forma como a gente se envolve com estas empresas [sic], a gente entende que nossa função na integração é produzir o frango de corte, que traz riqueza para as empresas, não para nós, que só ganha o dinheiro da feira” (PRODUTOR CAMPONÊS INTEGRADO, MONTADAS, 22/12/2020). A percepção dos produtores camponeses, de que estão inseridos em uma relação de subordinação que se apropria da renda da terra e a converte em lucros para as empresas integradoras, é evidente.

O caráter, até então irremediável, da exploração estabelecida pelas empresas integradoras é insensível às necessidades socioeconômicas dos integrados, e isso é percebido por eles. Diante desses fatos, os produtores camponeses integrados compreendem que o controle do capital gera conflitos de interesses que não evoluem para um enfrentamento direto, pois o pressuposto pregado pelas empresas, da dependência unilateral, é a arma silenciadora do camponês. Na leitura de um dos produtores camponeses entrevistados:

[...] nós que lidamos com a produção integrada de frango nessa região temos consciência de que muitas decisões tomadas pelas empresas que alojam não são boas para a gente e poderíamos questionar isso, porque seria nosso direito entender melhor o que é decidido, mas ninguém questiona porque, apesar de ser um problema repetitivo com vários produtores, porque todos ficam sabendo ou comentando, no fim fica como sendo um problema só das granjas de “João” ou das granjas de “Pedro”, um exemplo (PRODUTOR CAMPONÊS INTEGRADO, OLIVEDOS, 28/11/2021).

Assim, os antagonismos entre camponeses e empresas integradoras são identificados, mas não enfrentados pelos integrados com a intensidade que caberia, visto que se moldam ao que as circunstâncias postas na subordinação permitem. Nesse sentido, observa-se uma ação corretiva, por parte do capital, que visa a assegurar e a proteger as bases de sua produção, tornando o que são insatisfações coletivas em casos particularizados e sem correlação. Essa conduta inibe manifestações da luta camponesa por melhorias, mas não esconde o que é inato

ao camponês: a ânsia por resistir diante das condições exploratórias pelas quais ocorre sua reprodução no agronegócio avícola. Dada a abrasividade do capital como força de dominação nos territórios camponeses, seria forçoso dizer que a mera conscientização camponesa bastaria para redefinir os conteúdos, ou ao menos os contornos, da relação de subordinação imposta.

Nesse contexto, para os produtores camponeses integrados, a recomposição, em âmbito coletivo, do que o capital posicionou como demandas individuais, envolve o estabelecimento de ações entre os produtores camponeses integrados que possam trazer a melhoria das condições de participação e de permanência no processo produtivo do frango de corte e, conseqüentemente, de existência no campo. O interesse pela construção dessa totalidade coletiva é percebido nos relatos dos produtores camponeses, por meio da intenção de criar uma associação dos produtores de frango que pudesse comparecer como instrumento de promoção de mudanças na realidade dos próprios integrados. 86% dos produtores camponeses entrevistados afirmaram desejar a criação de uma associação, alegando a maioria deles que isso facilitaria a organização interna dos camponeses e o relacionamento desses com as empresas integradoras.

Eu acho que uma associação seria algo muito bom para nós, porque através dela poderíamos conversar sobre os problemas que atingem não um ou dois, como muitas vezes a gente acha, mas todos [sic]. As empresas não vão ouvir só um, mas a todos elas terão que ouvir, porque elas também precisam de nós (PRODUTOR CAMPONÊS INTEGRADO, POCINHOS-PB, 30/01/2020).

A prática organizativa das associações de produtores rurais tem seus elementos principais (objetivos, dinâmica de funcionamento e programa de ação) determinados tanto pela sociedade local, como pelo meio externo com o qual ela interage (BERTHOME; MERCOIRET, 1999). Nesse contexto, o associativismo rural no campo, como uma forma de organização específica, é uma via para fazer, da participação social, um elemento-chave para a construção e a busca de objetivos comuns, potenciais ao fortalecimento da luta contra a exploração do capital e a atuação do Estado capitalista.

Desta forma, na realidade vivida pelos produtores camponeses integrados ao agronegócio avícola, o movimento em prol de objetivos coletivos poderá ter um papel importante tanto no que diz respeito à criação de um espaço para a externalização e a discussão das demandas, como para a articulação em torno da cobrança de melhorias, seja na

ordem do relacionamento com as empresas integradoras, seja na ordem das ações políticas requeridas para o campo e para a avicultura.

A constatação dos desafios enfrentados pelos camponeses nos sistemas de integração nos faz ver alguns objetivos como centrais para criação e a atuação de associações dos produtores camponeses integrados, os quais elencamos a seguir:

Quadro 1 - Objetivos que poderiam orientar a criação de uma Associação dos produtores avícolas nos municípios pesquisados

Objetivo 1	Constituir um espaço permanente e democrático voltado para a externalização e a avaliação das demandas camponesas nos sistemas de integração, e para a garantia e a defesa dos interesses socioeconômicos dos produtores camponeses integrados.
Objetivo 2	Articular, junto ao poder público, nas instâncias municipal, estadual e federal, vias para o fortalecimento socioeconômico da atividade avícola, na perspectiva da promoção do desenvolvimento local no campo.
Objetivo 3	Promover encontros periódicos com os produtores camponeses integrados locais e entre esses e as representações de outras associações de natureza semelhante, a fim de promover a troca de experiências e o compartilhamento de propostas.
Objetivo 4	Criar e manter, ativo e atualizado, o cadastro dos produtores camponeses integrados aptos a alojar e com alojamento efetivo.
Objetivo 5	Organizar um banco de dados sobre a produção avícola local para fins de rastreamento, de acompanhamento e de controle de possíveis impactos e crises.
Objetivo 6	Ofertar cursos e capacitações com foco na ampliação dos conhecimentos técnico-científicos e práticos relacionados à avicultura de corte industrial.
Objetivo 7	Promover eventos culturais valorizadores da <i>práxis</i> camponesa na avicultura de corte industrial.

Fonte: Organização da autora (2021).

A base material desses objetivos acolhe uma série de fatores derivativos do multifacetado domínio do capital e de sua dimensão política. Acreditamos que os objetivos 4 e 5 são fundamentais e deveriam ser implementados imediatamente, independente da criação de uma associação, no âmbito da gestão municipal e de sua agenda política para o campo. Em qualquer que seja o contexto, a criação de um cadastro dos produtores camponeses integrados e de uma base de dados sobre a atividade é fundamental e não pode ser negligenciada. O que pudemos apreender, nas entrevistas com os representantes das prefeituras dos municípios pesquisados, é surpreendente e preocupante ao mesmo tempo. Não há, no âmbito da

administração pública de nenhum dos municípios, um cadastro dos produtores rurais integrados na avicultura de corte, sejam esses camponeses ou empresários, o que reforça a constatação discutida no item anterior, de que o poder público é conivente com a ideia de que o camponês integrado seria parte da empresa integradora.

Essa questão é mais emblemática em Pocinhos, onde a atividade, além de ser a mais importante da economia local, é a que mais gera renda no campo. Ao não possuir esse instrumento de acompanhamento da produção avícola, e nem dispor de dados sobre a avicultura, a administração municipal perde a possibilidade de rastrear as vulnerabilidades e as instabilidades da atividade, e também perde a possibilidade de dispor de formas para mediar os desdobramentos socioterritoriais no campo.

Essa procrastinação do poder público salienta ainda mais a necessidade da criação de uma associação, que, por meio do objetivo 2, poderia viabilizar formas de articulação e de representação frente aos poderes públicos municipal e estadual. Dessa forma, teríamos uma parceria que, sem dúvidas, fortaleceria a reprodução camponesa a partir, também, do enfrentamento da intervenção meramente compensatória do Estado, haja vista que, no caso do Estado capitalista, não é necessariamente a ausência de intervenções que endossa os desequilíbrios existentes entre o camponês e o capital, mas os interesses por trás dessas intervenções.

A criação de uma associação, como um dos fundamentos da resistência camponesa no agronegócio avícola não garantirá, por si só, a quebra das relações de subordinação e de exploração que são imanentes ao sistema de produção integrada, mas deve ser estratégica para o estabelecimento de uma relação mais justa entre o camponês e o capital. Justamente por isso, tende a se enfraquecer, na medida em que o capital buscará agir na fragmentação de interesses comuns por meio da instituição das forças de desestruturação da coletividade camponesa; e a se fortalecer quando a resistência camponesa, dentro do agronegócio, passar a ser vista, pelas correntes políticas e intelectuais da recriação camponesa, como uma via que se soma às demais formas organizativas do camponês, o que implica reconhecer que o lugar da recriação camponesa é também o espaço no qual o capital está.

Agindo coletivamente, os camponeses integrados podem influir ações práticas frente às empresas integradoras e ao Estado. Conforme as demandas observadas, apresentamos a seguir as ações que podem ser empreendidas nessa direção:

Quadro 2 - Reivindicações possíveis por meio da força organizativa de uma associação

Perante as integradoras	Perante o Estado
Menor custo dos insumos	Acesso aos serviços e aos recursos básicos necessários ao funcionamento das unidades produtivas (a exemplo da revitalização de estradas, da perfuração de poços e da limpeza de açudes).
Uma política de preços e de custo mais clara	Assistência e acompanhamento da produção avícola nos municípios, mediante o estabelecimento de formas de representação dos camponeses no diálogo com as empresas integradoras.
Contratos com cláusulas devidamente claras quanto às atribuições das partes	Estruturar vias para territorializar a riqueza gerada pela avicultura na realidade socioterritorial do campo.
A não penalização exclusiva dos integrados diante das oscilações do mercado avícola	Incentivar a criação de cooperativas locais, que podem atuar como vias alternativas à produção integrada do frango de corte industrial.

Fonte: Organização da autora (2022).

A insatisfação camponesa para com as integradoras assenta-se, sobretudo, na falta de transparência no curso do funcionamento do processo produtivo na escala de produção agropecuária. Os insumos repassados pelas integradoras, a exemplo da ração que alimenta as aves, têm o preço determinado pelas empresas e esse, segundo os camponeses, só é lhes repassado ao final do lote, já deduzido no cálculo da conversão alimentar. Essa questão, juntamente com a necessidade de uma política geral de preços mais clara, incorre na formalização de contratos com a devida especificação dos termos que envolvem, entre outras coisas, os custos do processo produtivo e sua responsabilização. [...] O certo é no começo do lote já ser dito o que teremos que pagar e quanto teremos que pagar, tudo colocado em papel, porque de boca as coisas mudam [sic] e ficam por isso mesmo (PRODUTOR CAMPONÊS INTEGRADO, POCINHOS-PB, 26/06/2019).

Outra questão levantada pelos integrados é quanto à transferência das inconstâncias do mercado para a escala de produção agropecuária. Quando a demanda pelo frango de corte diminui no mercado, ocorre a retenção das aves nas unidades produtivas camponesas, o que causa aumento dos custos com insumos e perda de peso das aves que, após um período maior de confinamento, começam a perder qualidade. Dessa forma:

Não é justo a empresa, por algum motivo, não vender tudo que planejou e nós ficarmos aqui com esses frangos perdendo peso, às vezes faltando ração

ou quando tem a gente ir pagar mais, porque, como as aves estão mais velhas, a mortalidade é maior, principalmente quando o tempo tá [sic] mais quente [...] Desse jeito só quem perde é a gente (PRODUTOR CAMPONÊS INTEGRADO, OLIVEDOS, 29/10/2021).

No tocante ao Estado, as ações requeridas movem-se em direção tanto de pautas históricas não resolvidas, tal como a invisibilização do camponês integrado no âmbito da dinâmica socioprodutiva geral do campo, como da busca por projetos diferenciados para esses sujeitos. Entre essas ações, a criação de uma cooperativa para o frango industrial representa o reconhecimento de que a materialidade produtiva, já edificada nos municípios produtores do frango de corte, é propensa ao estabelecimento de novos canais de distribuição da produção que possam se converter em mais possibilidades para a reprodução camponesa por meio da avicultura industrial, atividade já historicamente consolidada no território.

Conforme destaca Marques (2008), a reprodução camponesa depende, em grande parte, das ações conduzidas pelo Estado, e saber o quão estas ações tendem a ser benéficas ou maléficas para o camponês, requer considerar a conjuntura política instaurada e a qual classe ela se alinha. Isso é importante para sabermos que reclamar junto ao Estado ações em prol da melhoria das condições de participação da agricultura familiar camponesa no sistema de integração, não deve se ater somente a reivindicação de formas de intervenção, mas ao modo como estas intervenções podem ser também dilacerantes para a articulação da coletividade camponesa.

Além dessas ações práticas, expostas no quadro 2, que podem se constituir no curso da resistência da agricultura familiar camponesa no agronegócio avícola, compreendemos, ainda, que resistir, para o produtor camponês integrado, envolve, também, esforços conjuntos não só para extrair vantagens inerentes à relação de interdependência, como também sedimentar o caminho para que sua dependência da integração possa ser diminuída gradativamente. Uma possibilidade para isso é buscar ampliar as fontes de renda no campo e diminuir a centralidade da renda na avicultura. Heck (2016), pensando a realidade dos integrados na avicultura industrial paranaense, destaca que a prática de outras atividades, na unidade de produção familiar, é importante na lógica do autoconsumo e do fortalecimento do modo de vida camponês, mesmo diante da integração com o agronegócio.

Ao desenvolverem atividades complementares, evidencia-se aos camponeses a polivalência da produção familiar como forma de potencializar a resistência diante das inconstâncias da integração. Havendo uma fonte de renda alternativa, ainda que menor do que

a gerada pela avicultura, faz-se possível rever e contestar os termos da sujeição da renda da terra. Como coloca um dos entrevistados:

Se nós tivéssemos aqui uma renda de outras atividades, mesmo que pequena, nós não poderíamos necessariamente sair da integração, mas quando viesse uma empresa querendo nos explorar, pagando uma merreca pela ave [sic], nos poderíamos dizer não ou negociar, mas quando não se tem opção é aceitar ou aceitar, achando ruim ou bom (PRODUTOR CAMPONÊS INTEGRADO, POCINHOS, 30/01/2020).

Conforme ressaltado por Heck (2016), e como constatado com a realização da pesquisa, o sistema de integração da avicultura industrial não é destruidor de todas as relações da base da existência camponesa, e isso implica reconhecer que houve transformações a partir das relações de integração, mas essas não eliminam as práticas de autoconsumo, mesmo com a existência da subordinação da renda da terra ao capital via sistema de integração. Nessa perspectiva, ainda segundo o autor, nessas condições, a continuação dos camponeses na integração “[...] não significa, necessariamente, apologia ao capital, mas se trata de questão de sobrevivência e permanência no campo, o que não significa que estes (as) não divirjam do agronegócio e da burguesia agroindustrial” (HECK, 2016, p. 116).

Enxergar isso, no processo analítico geográfico, é pressupor que a relação de interdependência entre o camponês e o capital, na avicultura industrial, tem no território sua força de afloramento e de mediação, aspecto que confere faces e conteúdos pré-moldados sob uma seletividade autêntica que reconstrói a resistência camponesa entre o idealizado e o possível. É dessa maneira que entendemos a escala espacial estudada por meio desta pesquisa. Mobilizar-se e resistir é um caminho para questionar o abismo entre o desenvolvimento do capital no agronegócio e a não territorialização da riqueza no campo nos municípios que participam dos circuitos produtivos avícolas por intermédio da etapa da produção agropecuária, e intervir na conjuntura contraditória que se segue junto a ele. Como destaca Marques (2008), em sua condição subordinada, o camponês não tem como interferir nos termos exploratórios postos pelo capital, de modo que alterar a situação na qual estão imersos, só se faz possível quando os camponeses se mobilizam e se organizam politicamente em defesa dos seus interesses de classe.

Desse modo, a reestruturação produtiva na avicultura de corte industrial paraibana, enquanto um processo determinado pelo capital e geografizado pela agricultura familiar camponesa, é um movimento que transforma a realidade socioprodutiva e territorial construída no campo, pois impõe, ao sistema de produção agropecuária do frango de corte,

qualificativos necessários ao ajuste espacial do território às novas lógicas e às demandas da produção do capital no agronegócio. Todavia, isso não resulta na eliminação da produção familiar camponesa dos sistemas de integração do agronegócio, mas em sua recriação, em um contexto marcado pela subordinação, por conflitualidades, mas também por novas estratégias de reprodução camponesa na sociedade moderna, as quais podem ser potencializadas em favor do camponês se pressupostas conforme a forma de uma resistência mobilizada.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na abordagem geográfica, compreender um processo da magnitude e complexidade da reestruturação produtiva prescreve o cuidado inicial para não isolar analiticamente a totalidade pressuposta sobre as lógicas gerais do sistema do capital de sua reconstituição na dinâmica socioterritorial, porque elas são indivisíveis. Quando observamos a trajetória da reestruturação produtiva no campo brasileiro, remetemo-nos a uma força de transformação, projetada estrategicamente pelo capital no seio da acumulação flexível, como uma fase de expansão capitalista irrefreável alimentada pela constância da inovação. Contudo, nos termos de sua realização prática, essa mesma força transformadora, assentada em condições sociais e territoriais inteiramente desiguais, é a determinação dos padrões de mudança estrutural e, ao mesmo tempo, de acomodação de suas diversas formas de particularização no espaço e no território.

Ilustrativa da riqueza e da contradição decorrentes desse quadro circunstancial, a avicultura de corte industrial reflete, em seus aspectos gerais, os efeitos da articulação entre o grande capital agroindustrial e o Estado, que avalizou no setor um projeto de modernização sedimentado na redefinição da ordem produção-distribuição-consumo sob os ditames do mercado global. No estado da Paraíba, a exemplo do que aconteceu em escala nacional, na avicultura a reestruturação produtiva apoiou-se fortemente em uma estratégia econômica e política fundamentada no favorecimento dos interesses da classe capitalista, vista como mais profícua à rápida transferência dos vetores técnicos e normativos inerentes à modernização do campo.

Essa conduta permitiu, entre as décadas de 1970 e 1980, a consolidação de um ciclo de financeirização responsável por edificar as bases para a expansão do agronegócio avícola no campo paraibano por meio do sistema de produção integrada que, contando com a parceria entre empresas e produtores camponeses, passou a efetivar a geografização dos desideratos da reestruturação na etapa agropecuária da produção do frango de corte, sobretudo na Região Geográfica Intermediária de Campina Grande, onde a participação da agricultura familiar camponesa é estratégica à realização do capital no agronegócio.

O investimento organizativo do agronegócio, a partir do sistema de integração, efetivou-se mediante a monopolização do território camponês pelas empresas integradoras, o que resultou na apropriação da renda da terra pelo capital. No contexto socioprodutivo em que se situa a integração entre o capital e o camponês, a reestruturação produtiva, ao passo que avançou no campo, assegurando as bases da reprodução do capital, mostrou-se insuficiente

para diluir e excluir a especificidade camponesa dos circuitos produtivos, pois é exatamente na exploração dos elementos derivativos da associação trabalho-produção-família que o capital encontra vias complementares para se expandir na avicultura.

Diante disso, toma vigor a constatação de que a permanência e a recriação das formas de participação da agricultura familiar camponesa, no agronegócio avícola, mais do que legitimar o teor insatisfatório da fatal eliminação do camponês do processo produtivo estabelecido pelo sistema de integração, é resultado de uma relação de interdependência pressuposta pela convergência de demandas sociais do produtor camponês integrado e econômico-produtivas do capital. Essa interdependência revela, por um lado, a capacidade do capital de explorar tudo à sua volta e, por outro, de se tornar dependente daquilo que explora e não consegue transformar à sua imagem e semelhança. Dessa forma, a dependência capitalista da produção camponesa, mesmo negada nos interstícios da subordinação imposta pelas empresas integradoras, que promulgam a dependência unilateral do camponês em relação ao sistema de integração, é a base fértil para que a resistência camponesa se levante contra o quadro que emerge das complexas tramas exploratórias coordenadas pelo agronegócio.

Embora os termos econômicos e políticos que consubstanciaram a reestruturação produtiva na avicultura paraibana tenham fomentado vias de estrangulamento para a resistência camponesa no sistema de integração, essa não está inviabilizada, porque é uma condição imanente ao camponês, de modo que pode ter suas formas de manifestação compelidas, mas não impedidas pelo capital. Daí, a conclusão a que não se pode chegar é que a resistência camponesa, em qualquer nível, pode ser resumida a um padrão de enfrentamento ao capital tipificado pela autoexaltação de uma forma específica. Em outras palavras, aceitar a existência, e a possibilidade de resistir dentro do complexo de sistemas do agronegócio, é reconhecer a resistência camponesa como uma totalidade, cujas partes fundantes não devem ser diluídas ou decompostas hierarquicamente para darem uma resposta mais “satisfatória” à reprodução camponesa no contexto societal vigente.

A resistência camponesa não é um simples exercício de lógica, no qual podemos efetuar a melhor equação, isolando o camponês enquanto tal do camponês enquanto sujeito da sociedade. Pensando assim, a criação de formas de representação dos produtores camponeses integrados ao agronegócio avícola é vista como uma via para amenizar o fosso da desigualdade existente atualmente no sistema de integração. O enfrentamento a essa lógica capitalista envolve a formação e o fortalecimento de um coletivo organizado. Isso na direção de ações econômicas e políticas convergentes com um cenário mais favorável à transformação da condição que os camponeses ocupam no seio da dependência unilateral, que é pregada

pelas empresas integradoras e, sobretudo, do que eles podem vir a ser no curso da verdadeira relação empreendida, isto é, de interdependência.

O esforço que finalizamos aqui, com a certeza de que não esgotamos o assunto, foi muito mais na direção de situar o esquema analítico da reprodução camponesa, no sentido de identificarmos em que lugar ela está presente, e não somente falarmos sobre o espaço em que nós pesquisadores desejamos que estivesse. Significou justar por dizer algo de novo, mas sem predizer a realidade social camponesa constituída nos sistemas de integração do agronegócio avícola, configurado no curso da reestruturação produtiva, somente pelas dimensões da opressão capitalista, uma vez que levamos em conta também os caminhos de luta que podem ser construídos em meio a essa realidade e suas contradições.

Desta maneira, na análise da reestruturação produtiva no agronegócio da avicultura de corte industrial no estado da Paraíba, para além dos modelos de interpretação centrados no capital, destacamos as relações sociais de produção como princípio fundamental ao entendimento das contradições e dinâmicas que resultam da intensificação das formas flexíveis de acumulação do capital no campo. Neste contexto, o caminho aberto à reflexão consistiu em pensar um território preenchido por uma rede própria de lógicas e significados que não se desvia e nem se desvincula das tendências globais, mas expõe, por generalizações e particularidades, os tempos desiguais em que estas tendências se realizam na produção e no espaço.

Acreditamos que a discussão das relações estabelecidas entre o agronegócio da avicultura de corte industrial e a agricultura familiar camponesa a partir da realidade socioterritorial do espaço agrário paraibano é importante para o debate geográfico, científico e político, na medida em que trata dos reflexos profundos e imediatos da atuação do produtor camponês nos sistemas de integração não só como um fenômeno estratégico do modelo capitalista de desenvolvimento econômico no campo, mas, sobretudo, como um processo contraditório que infere novos elementos ao território e a questão agrária. No âmbito da realidade camponesa, a contribuição vislumbrada ampara-se sobre a visibilidade dada a demandas ocultas pela subordinação imposta pelo capital, mediante a reflexão das determinações históricas do passado, do presente possível e de um futuro projetado sobre fundamentos mais justos para a reprodução do camponês na avicultura de corte industrial.

Pelo que foi apreendido na pesquisa, damos ciência de que a problemática maior que abarca a reprodução camponesa no contexto em questão e, conseqüentemente, suas possibilidades de resistência e de recriação, envolve não somente a forma de inserção camponesa no sistema de produção integrada do agronegócio, mas também as circunstâncias

que medeiam a sua permanência. Isso, para a realidade de estudo, é colaborativo no sentido de pensar a dialética formalizada na realidade concreta e não em uma mistificação em que o camponês integrado comparece como mero produto de conceitos ou do mercado.

REFERÊNCIAS

- ABROMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e serviço público: novos desafios para a extensão rural. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**. Brasília, v. 15, n. 1, p. 137-157, 1998.
- _____. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 3ª Ed. São Paulo: Edusp, 2007.
- ALVES, Giovanni. **Trabalho e mundialização do capital**. 2. Ed. Londrina: Práxis, 1999.
- _____. **Dimensões da reestruturação produtiva**. 2. Ed. Londrina: Práxis, 2007.
- _____. Trabalho e reestruturação produtiva no Brasil neoliberal – Precarização do trabalho e redundância salarial. **Rev. Katál**. Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 188-197, 2009.
- ALMEIDA, Rosimeire Aparecida; PAULINO, Eliane Tomiasi. Fundamentos teóricos para o entendimento da questão agrária: breves considerações. **Geografia**. Londrina, v. 9, n. 2, p. 113-127, 2000.
- ANTUNES, Ricardo Luis Coltro. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2.ed., 10. reimpr. rev. e ampl.. - São Paulo, SP: Boitempo, 2009.
- _____. Redesenhando a nova morfologia do trabalho no Brasil. **Estudos Avançados**, v.28, n. 88, p. 39-53, 2014.
- ANTUNES, Ricardo Luis Coltro; POCHMANN, Márcio. A desconstrução do trabalho e a explosão do desemprego estrutural e da pobreza no Brasil. In: CIMADAMORE, Alberto; CATTANI, Antonio David (Orgs.). **Produção de pobreza e desigualdade na América Latina**. Porto Alegre: Tomo: Clacso, 2007, p. 195-209.
- ARAÚJO, Hermano Severino. A extensão rural e sua importância na atividade avícola industrial no estado da Paraíba. In: SANTOS, Ailton Francisco dos; BARBOSA, Gustavo José (Orgs.). **Extensão rural**: experiências, pesquisas e sindicalismo. João Pessoa: Mídia Gráfica e Editora, 2018, p. 15-30.
- ARAÚJO, Geraldino Carneiro, *et. al.* Cadeia produtiva da avicultura de corte: avaliação da apropriação de valor bruto nas transações econômicas dos agentes envolvidos. **Gestão & Regionalidade**, s/l, v. 24, n. 72, p. 6-16, 2008.
- ARTICULAÇÃO DO SEMIÁRIDO BRASILEIRO - ASA. **Página inicial**, 2021. Disponível em: <https://www.asabrasil.org.br/> Acesso em: 12 de mai. de 2021.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA AVICULTURA ALTERNATIVA - AVAL. **Página inicial**, 2019. Disponível em: <https://www.aval.org.br/index.php>. Acesso em 15 de novembro de 2019.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PROTEÍNA ANIMAL (ABPA). **Relatórios anuais**, 2020. Disponível em: <https://abpa-br.org/>. Acesso em 24 de agosto de 2020.
- AZEVEDO, Fernando Antonio. **As ligas camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BASSI, Nadia Solange Schmidt; SILVA, Christian Luiz da; SANTOYO, Alain Hernández. Inovação, pesquisa e desenvolvimento na agroindústria avícola brasileira. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 392-417, 2013.

BENKO, Georges. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. São Paulo: Hucitec, 1996.

BERTHOME, J.; MERCOIRET, M. R. **Organização dos pequenos produtores**. Brasília: Embrapa, 1999. (Série Agricultura Familiar).

BRASIL. **Lei 13.288, de 16 de maio de 2016**. Dispõe sobre os contratos de integração. Diário Oficial da União, seção 1, Brasília-DF, 17/05/2016, página 1, 2016.

BRUM, Argemiro Jacob. **Modernização da agricultura: trigo e soja**. Petrópolis: Vozes, 1988.

BURITI, Maria Marta dos Santos. **Dinâmicas territoriais e interações espaciais: o circuito espacial produtivo da avicultura de corte no município de Pocinhos-PB**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016, 140p.

CASTILHO, Ricardo; FREDERICO, Samuel. Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. **Sociedade & Natureza**. Uberlândia, v. 22, n. 3, p. 461-474, 2010.

CAMARGO, Regina Aparecida Leite de; BACCARIN, José Giacomo; SILVA, Denise Boito Pereira da. O papel do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no fortalecimento da agricultura familiar e promoção da segurança alimentar. **Revista Temas de Administração Pública**, v. 8, n. 2, 2013.

CHAYANOV, Alexander. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974 (1925).

CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CLEPS JÚNIOR, João; PELEGRINI, Djalma Ferreira. A integração agroindustrial no Triângulo Mineiro: a Rezende Alimentos. **Caminhos de Geografia**. S/l, v. 1, n. 1, p. 27-38, 2000.

COHEN, Gerald. Forças produtivas e relações de produção. **Crítica Marxista**, n.31, p.63-82, 2010.

CORREIA, Roberto Lobato. **Trajetórias Geográficas**. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

CORREIA, Silvana Cristina Costa. **Reprodução do capital avícola e campesinato no espaço agrário do agreste paraibano**. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018, 405p.

DELGADO, Guilherme Costa. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. **Estudos Avançados**, S/l, v. 15, n. 43, p. 157-172, 2001.

_____. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

DRUCK, Graça. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? **CADERNO CRH**. Salvador, v. 24, n. 01, p. 37-57, 2011.

ELIAS, Denise. Reestruturação produtiva da agropecuária e novas dinâmicas territoriais: a cidade do campo. In: **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**, 2005. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Geografiasocioeconomica/Geografiaagricola/14.pdf>. Acesso em: 12 de novembro de 2019.

_____. Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão. **Revista Nera**. Presidente Prudente, v. 9, n. 8, p. 29-51, 2006.

ENGELBRECHT, Marise Rauber. A produção agrícola familiar no contexto do agronegócio: submissão e resistência. In: **Seminário Estadual de Estudos Territoriais**. Paraná, 2014. Disponível em < www3.uepg.br/seet/ > Acesso em: 04/09/2019.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA. **Sistema de produção avicultura de corte**: Paraíba. Lagoa Seca-PB: CIRCULAR N° 56, 1976.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. As três economias políticas do Welfare State. Lua Nova: **Revista de Cultura e Política**: São Paulo, s/v, n. 24, p. 85-116, 1991.

ESPÍNDOLA, Carlos José. Trajetórias do progresso técnico na cadeia produtiva de carne de frango do Brasil. **Geosul**. Florianópolis, v. 27, n. 53, p. 89-113, 2012.

FABRINI, João Edmilson. A resistência camponesa para além dos movimentos sociais. **Revista Nera**: Presidente Prudente, ano 10, n. 11, p.8-32, 2007.

FELICIO, Munir Jorge. **Contribuição ao debate paradigmático da questão agrária e do capitalismo agrário**. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2011, 214p.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. Espaços agrários de inclusão e exclusão social: novas configurações do campo brasileiro. **Agrária**. S/l, n. 1, p. 16-36, 2004.

_____. Os Campos da Pesquisa em Educação do Campo: espaços e territórios como categorias essenciais. In: MOLINA, Mônica Castagna. **Educação do Campo e Pesquisa**: questões para reflexão. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

_____. Conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, Antônio Márcio (Org.). **Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil**. Editora da Unicamp, 2008.

_____. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. **Territórios e Territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 197-216.

_____. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico**. Tese (Livre-Docência Geografia). Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2013.

FREDERICO, Samuel; CASTILLO, Ricardo. Circuito espacial produtivo do café e competitividade territorial no Brasil. **Ciência Geográfica**, Bauru, Vol. X – (3), p. 236-241, 2004.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

_____. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: IE/UNICAMP, 1996.

GUARAVES ALIMENTOS. **Página inicial**, 2020. Disponível em: <http://guaraves.com.br/sobre/>. Acesso em 23 de março de 2020.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna - uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Editora Loyola, 1992.

_____. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **17 contradições e o fim do capitalismo**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

HECK, Fernando Mendonça. Transformações técnicas na avicultura e os sujeitos sociais no território. **Revista Nera**. Presidente Prudente, v. 19, n. 33, p. 98-118, 2016.

IANNI, Octavio. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE. **Censo Agropecuário de 1975**, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7243>. Acesso em: 18 de março de 2020.

_____. **Censo Agropecuário de 2006**, 2020. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario2006/segunda-apuracao>. Acesso em: 11 de fevereiro de 2020.

_____. **Censo Agropecuário de 2017**, 2020. Disponível em:
<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=73096>.
 Acesso em: 23 de junho de 2020.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) contínua**, 2021.
 Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html>. Acesso em: 23 de jan. de 2021.

_____. **Pesquisa Trimestral do Abate de Animais 2020**. Disponível em:
<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9203-pesquisas-trimestrais-do-abate-de-animais.html?edicao=20755&t=publicacoes>. Acesso em: 12 de abril de 2021.

_____. **Pesquisa da Pecuária Municipal 2018**, 2020. Disponível em:
<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9107-producao-da-pecuaria-municipal.html?=&t=resultados>. Acesso em: 12 de maio de 2020.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária- INCRA. **Política de acesso à terra**, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/a-politica>
 Acesso em: 23 de jan de 2021.

_____. **Painel de acesso à terra**, 2020. Disponível em:
<https://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php> Acesso em: 14 de dez. de 2020.

LAMARCHE, Hugues (Org.). **A Agricultura Familiar**: uma realidade multiforme.
 Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

LEITE, Sérgio. Seis comentários sobre seis equívocos a respeito da reforma agrária no Brasil.
In: STEDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil**: debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000. São Paulo: Expressão Popular, 2013, p. 103-126.

LENCIONI, Sandra. Reestruturação: uma noção fundamental para os estudos transformações e dinâmicas metropolitanas. *In*: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA. Buenos Aires, 1998.

LENIN, Vladimir Ilyich. **O Desenvolvimento do Capitalismo da Rússia**: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria (J.P. Netto, Trans.). São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Trabalho original publicado em 1899).

LOCATEL, Celso. Tecnificação dos territórios rurais no brasil: políticas públicas e pobreza. **Scripta Nova**. S/l, v. XVI, n. 418, p. 1-10, 2012.

LUXEMBURG, Rosa. **A Acumulação de Capital**: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

KAUTSKY, Karl. **La cuestion agrária**. 9. Ed. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2002. (Trabalho original publicado em 1899).

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa:** planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração e interpretação de dados. 3.Ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. Agricultura e campesinato no mundo e no Brasil: um renovado desafio à reflexão teórica. *In:* PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (Orgs.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 49- 78.

MARTINE, George. A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia? **Revista de Planejamento e Políticas Públicas**. Brasília, v. 1, n. 03, p. 7-37, 1990.

MARTINS, José de Souza. **O cativeiro da terra**. 1 Ed. São Paulo: Contexto, 1979.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. Reforma agrária – o impossível diálogo sobre a história possível. **Rev. Sociol. USP**. São Paulo, v. 11, n. 2, p. 97-128, 1999.

MARX, Karl. **O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte**. São Paulo: Moraes, 1987.

_____. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1980.

_____. **O capital:** crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital; [tradução de Rubens Enderle]. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MATOS, Patrícia Francisca de; PESSÔA, Vera Lúcia. A modernização da agricultura no Brasil e os novos usos do território. **GEO UERJ**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 22, p.290-322, 2011.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital:** rumo a uma teoria da transição. [Tradução Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa]. São Paulo: Boitempo, 2011.

MITIDIERO Jr., Marco Antonio. **A ação territorial de uma igreja radical:** teologia da libertação, luta pela terra e atuação da comissão pastoral da terra no estado da Paraíba. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008, 502p.

MITIDIERO Jr., Marco Antonio; GOLDFARB, Yamila. **O agro não é tech, o agro não é pop e muito menos tudo**. São Paulo: Friedrich-Ebert-Stiftung/Associação Brasileira de Reforma Agrária, 2021.

MIZUSAKI, Márcia Yukari. Reestruturação produtiva na avicultura em Mato Grosso do Sul. **Geosul**. Florianópolis, v. 22, n. 44, p. 135-154, 2007.

_____. **Território e reestruturação produtiva na avicultura**. Dourados: Editora da UFGD, 2009.

MOREIRA, Emília de Rodat Fernandes; FERREIRA, Denise Sousa. Aspectos da luta pela terra na paraíba: a dinâmica recente dos processos de ocupação. In: VII CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS. Vitória, 2014. Disponível em: http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1403221224_ARQUIVO_Aspectosdalutape laterranaParaibaadinamicarecentedosprocessosdeocupacao.pdf Acesso em: 17 de agosto de 2019.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan. **Capítulos de geografia agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária, 1997.

MÜLLER, Geraldo. **Complexo agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo: Hucitec, 1989.

NEVES, Delma Peçanha; SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil** (Orgs.). São Paulo: Unesp, 2008.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Geografia e território: desenvolvimento e contradições na agricultura. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 12, 1994. Águas de São Pedro. Mesas Redondas. Rio Claro: IGCE, 1994.

_____. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

_____. A mundialização da agricultura brasileira. In: XII COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA. Bogotá, 2012. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/14-A-Oliveira.pdf>. Acesso em: 23 de janeiro de 2020.

_____. A mundialização do capital e a crise do neoliberalismo: o lugar mundial da agricultura brasileira. **GEOUSP**. S/l, v. 19, n. 2, p. 229-245, 2015.

PARAÍBA. **Lei 11.316, de 17 de abril de 2019**. Institui a Empresa Paraibana de Pesquisa, Extensão Rural e Regularização Fundiária (EMPAER). Diário Oficial do Estado, seção 1, João Pessoa, 18/04/2019, p. 2, 2019.

PAULINO, Eliane Tomiasi. A sujeição da renda camponesa da terra no contexto da monopolização do território pelo capital. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**. Três Lagoas-MG, v. 1, n. 1, p. 5-20, 2004.

PAULINO, Eliane Tomiasi; KRÜGER, Cristiane do Roccio. Agricultura empresarial e produção camponesa no contexto das disputas territoriais recentes: o caso paranaense. **Acta Scientiarum Human and Social Sciences**. Maringá, v. 32, n. 1 p. 97-107, 2010.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. **RESR**. Piracicaba, v. 52, n. 1, p. 63-84, 2014.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. (Tradução de Rita Pereira). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

_____. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (Orgs.). **Territórios e Territorialidades: Teorias, processos e conflitos**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2009, p. 17-36.

SAMPAIO Jr, Plínio de Arruda. Notas críticas sobre a atualidade e os desafios da questão agrária. In: STEDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil: debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000**. São Paulo: Expressão Popular, 2013, p. 189-240.

SANTOS, Alexandre Umbelino dos. **Logística empresarial: análise das atividades logísticas das empresas que formam a avícola Azevem no estado da Paraíba**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração). Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2014, 74p.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 9. Ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2006.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. Circuitos espaciais da produção: um comentário. In: SOUZA, Maria Adélia de; SANTOS, Milton. **A construção do espaço**. São Paulo: Nobel, 1986, p. 121-134.

_____. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUSA, Maria Adélia A; SILVEIRA, Maria Laura. **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1998, p. 15-20.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2000.

_____. **A Natureza do espaço: Técnica e Tempo, Espaço e Emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SAUER, Sérgio. Reflexões esparsas sobre a questão agrária e a demanda por terra no século XXI. In: STEDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil: debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000**. São Paulo: Expressão Popular, 2013, 167-188.

SCHMIDT, Nádia Solange; SILVA, Christian Luiz. Pesquisa e desenvolvimento na cadeia produtiva de frangos de corte no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. S/1, v. 56, n. 3, p. 467- 482, 2018.

SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL-CPRM. **Diagnóstico do município de Pocinhos-PB 2005**. Disponível em:

https://rigeo.cprm.gov.br/jspui/bitstream/doc/16273/1/Rel_Pocinhos.pdf. Acesso em: 23 de janeiro de 2020.

SHANIN, Theodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista Nera**. Presidente Prudente, v. 8, n. 7, p. 1-21, 2005.

SILVA, Ligia Maria Osorio. Lenin: a questão agrária na Rússia. **Revista Crítica Marxista**. S/l, v. 35, p. 111-129, 2012.

SILVA, Anieres Barbosa da; RÊGO, Eduardo Ernesto do; SILVA, Joannes Moura da. A tecnificação do território no cariri oriental paraibano: políticas públicas e cooperativismo agropecuário no município de Caturité-PB. In: SILVA, Anieres Barbosa da; GUTIERRES, Henrique Elias Pessoa; GALVÃO, Josias de Castro (Orgs.). **Paraíba 2: pluralidade e representações geográficas**. Campina Grande: EDUFPG, 2017, p. 187-204.

SILVEIRA, Rogério Leandro lima. Redes e território: uma breve contribuição geográfica ao debate sobre a relação sociedade e tecnologia. **Biblio 3W**. Barcelona, v. VIII, n. 451, p. 1-7, 2003.

SIMIONATTO, Ivete; COSTA, Carolina Rodrigues. Políticas públicas: interlocuções conceituais, históricas e políticas. In: OLIVEIRA, Mara de; BERGUE, Sandro Trescastro (Orgs.). **Políticas públicas: definições, interlocuções e experiências**. Caxias do Sul, RS: Educ, p. 10-40, 2012.

SINGER, Paul. **Aprender economia**. 9 Ed. São Paulo: Editora Brasilense, 1988.

SOJA, Edward W. **Geografias Pós-Modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1993.

SORJ, Bernardo; POMPERMAYER; Malori; CORADINI, Odacir Luis. **Camponeses e agroindústria: transformação social e representação política na avicultura brasileira**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

SOUZA, Marcelo Lopes. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Silvério. **Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 57-72.

THOMAZ JÚNIOR. Reestruturação produtiva do capital no campo, no século XXI, e os desafios para o trabalho. **Pegada**, v. 05, n. 1/2, p. 9-30, 2004.

TONELLI, Maria José. Sentidos do tempo e do tempo de trabalho na vida cotidiana. **Organizações & Sociedade**, v. 15, n. 45, p. 207-217, 2008.

TSUKAMOTO, Ruth Youko. Produtor familiar e a monopolização do território pelo capital industrial. **Geografia**: Londrina, v. 9, n. 2, p. 129-136, 2000.

VEIGA, José Eli da. A opção pela agricultura familiar. **Open Journal Systems**. S/l, v. 25, n. 03, p. 127-146, 1997.

VEIGA, Léia Aparecida; ALIEVI, Alan Alves. Expansão da produção de aves no Paraná e a subordinação de pequenos proprietários de terras às agroindústrias avícolas. **ACTA Geográfica**. Boa Vista, v. 6, n. 11, p. 83-95, 2012.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 42-61, 2003.

WELCH, Clifford Andrew; FERNANDES, Bernardo Mançano. Agricultura e Mercado: campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil. *In*: PAULINO, Eliane Tomiase; FABRINI, José Edmilson (Orgs). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 161- 212.

WILKINSON, John. A exploração familiar e o trabalho assalariado: limites do debate clássico. *In*: **O estado, a agricultura e a pequena produção**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008, p. 31-58.

**APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA DESTINADA
AOS PRODUTORES RURAIS INTEGRADOS**

Data___/___/___

Município:_____

Empresa integradora:_____

☐ Estrutura e caracterização do estabelecimento agropecuário

1- Qual a área total do estabelecimento?

2- Qual o tamanho da área destinada a produção avícola dentro do estabelecimento agropecuário?

3- Qual a sua situação em relação a posse da terra?

4- Há quanto tempo reside no estabelecimento agropecuário?

5- Além da avicultura de corte industrial, outras atividades produtivas são desenvolvidas no estabelecimento agropecuário?

6- O estabelecimento agropecuário dispõe de recursos hídricos necessários as demandas da produção avícola?

☐ Trabalho e renda familiar

7- Quantas pessoas há na família?

8- Quantos membros da família trabalham na atividade avícola?

9- A atividade avícola é a principal fonte de renda da família?

10- Como caracteriza o trabalho na produção avícola?

11- Existe o emprego de mão de obra externa na produção?

12- Haveria uma outra atividade produtiva que poderia garantir a sobrevivência e reprodução da família hoje no campo? Se sim, qual?

13- Como você avalia a trajetória da avicultura ao longo dos anos? Houve anos melhores ou piores?

14- A avicultura caipira seria hoje uma alternativa à avicultura industrial?

☐ O sistema de integração

15- O que o levou a ingressar no sistema de integração?

16- Quais as vantagens e desvantagens do sistema de integração?

17- A relação de parceria é firmada a através de contratos formais ou acordos informais?

18- Há clareza nos contratos/acordos firmados com as empresas avícolas quanto a divisão dos rendimentos?

19- Existe uma dependência a partir do estabelecimento dos contratos/acordos de integração dos produtores integrados com as empresas integradoras?

20- Os contratos/acordos de integração especificam os direitos e deveres das partes?

21- Quais os mecanismos usados no sistema de integração que permitem a adoção de inovações técnicas e organizacionais na produção agropecuária?

☐ Aspectos produtivos

22- A estrutura produtiva do frango de corte industrial conta com quantos aviários?

23- Qual a capacidade de alojamento da estrutura produtiva?

24- Qual o modelo técnico de operação dos aviários (automáticos, semiautomáticos ou manuais)?

25- Nos últimos anos foram feitos investimentos na estrutura técnica e física dos aviários?

26- Qual o objetivo dos novos investimentos realizados na produção?

☐ Papel do Estado e representação política

27- Existe algum tipo de cooperação estabelecida com o Estado no âmbito da avicultura de corte industrial?

28- Existe interesse na criação de associação ou cooperativa?

29- Em sua opinião, como o Estado deveria agir para trazer algum benefício para os produtores integrados na avicultura de corte industrial?

30- A avicultura de corte caipira lhe parece uma opção a avicultura de corte industrial?

31- Há benefício no estabelecimento rural proveniente da ação de alguma política pública de apoio à agricultura familiar?

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA DESTINADA ÀS EMPRESAS

Data___/___/___

Município:_____

Informante/Empresa:_____

1- Em quantos (e quais) estados brasileiros a Empresa desenvolve atividades ligadas a avicultura de corte?

2- Quais produtos, além do frango de corte e processados, são produzidos pela Empresa?

3- Em que mercados, ou mercados, a Empresa atua? (local, regional, nacional e/ou global)

4- Há quanto tempo a Empresa atua na avicultura de corte paraibana através do sistema de integração?

5- Quantos produtores rurais integrados, a Empresa mantém atualmente no estado da Paraíba?

6- A relação de parceria firmada com os produtores rurais integrados dá-se mediante contrato formal ou acordo informal?

7- A Empresa tem interesse em aumentar o número de produtores rurais integrados?

8- Qual a quantidade média de aves alojadas por produtor rural?

9- No que se refere ao perfil produtivo dos produtores rurais integrados com a Empresa, pode-se dizer que tratam-se em sua maioria de:

() Pequenos produtores.

() Médios produtores.

() Grandes produtores.

10- Quais as vantagens do sistema de integração para a Empresa?

11- A Empresa estabelece algum tipo de cooperação com o Estado para fins de desenvolvimento da avicultura de corte no estado da Paraíba?

12- Qual a capacidade máxima de abate anual de aves?

13- Na escala de produção agropecuária, que tipo de sistema produtivo a empresa tem priorizado (automático, semiautomático ou manual)?

APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM A EMPAER/PB

Data ___/___/___

Informante: _____

1- O Estado teve um papel importante no surgimento dos primeiros sistemas de produção da avicultura de corte industrial paraibana no final da década de 1970, quando a EMATER-PB estabeleceu cooperação técnica com produtores rurais visando o desenvolvimento de sistemas produtivos capazes de promover um ajustamento técnico-normativo-operacional da avicultura paraibana aos padrões da avicultura nacional. Nesse contexto específico, como podemos caracterizar o papel do Estado no processo de implantação e desenvolvimento dos sistemas de produção agropecuária do frango de corte industrial na Paraíba?

2- A forma como evoluiu a avicultura de corte industrial paraibana, isto é, seguindo uma lógica empresarial capitalista em vez de cooperativista ou associativista, levou ao afastamento do Estado da avicultura industrial e a priorização de ações na avicultura alternativa?

3- No que se refere a avicultura de corte industrial, o Estado estabelece algum tipo de ação/projeto com vistas ao desenvolvimento/fortalecimento da atividade?

4- A partir de que período começaram a ser implementados os projetos de apoio ao desenvolvimento da avicultura alternativa?

5- Com a constituição dos sistemas de integração, a avicultura de corte industrial ganha uma nova dinâmica sócio-produtiva caracterizada pela participação do produtor familiar integrado. Como o Estado tem buscado apoiar o produtor familiar que produz a partir da integração com empresas avícolas?

6- A avicultura alternativa é uma opção também para o produtor familiar que deseje sair do sistema de integração?

**APÊNDICE D - ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA REALIZADA COM
REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL**

Data___/___/___

Informante:_____

1- Qual a importância da avicultura de corte industrial para a econômica municipal?

2- Em quais comunidades rurais a avicultura de corte industrial é praticada no município?

3- A administração municipal, através da secretária de agricultura ou de outra secretária, desenvolve alguma ação de apoio aos produtores rurais que praticam a avicultura de corte industrial? Se sim, qual ou quais?

4- A administração municipal dispõe de algum cadastro dos produtores de frango de corte do município?

5- A administração municipal possui em seu planejamento algum projeto futuro que envolva diretamente os avicultores? Se sim, de que forma os avicultores poderão ser beneficiados?

6- Como você avalia a evolução da avicultura de corte no município em relação à quantidade de produtores integrados, houve redução ou crescimento no número de produtores integrados nos últimos anos?

7- Como a administração municipal analisa o relacionamento entre as empresas integradoras e os produtores integrados?
